



Diálogos Sociais

*Caminhos para o
desenvolvimento territorial:
novas abordagens*

Série 2009

Governador do Estado de Minas Gerais

Aécio Neves da Cunha

Vice Governador

Antônio Augusto Junho Anastasia

Secretária de Estado Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, do Mucuri e do Norte de Minas

Elbe Figueiredo Brandão Santiago

Chefe de Gabinete

Paulo André Nunes

Assessor Chefe

Luiz Henrique Maia Santiago

Diretor Geral do Idene

Walter Antônio Adão

Vice Diretor

Paulo Almeida Filho

Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças

José Augusto de Oliveira

Diretor de Coordenação de Programas e Projetos

Carlos Fernando Amaral

Diretor de Captação e Qualificação

João Bosco

Diretor Regional do Norte de Minas

Edson Ferreira do Couto

Diretora Regional do Vale do Jequitinhonha

Margareth Fátima Dias Durães

Diretora Regional do Vale do Mucuri

Patrícia Rocha Pinheiro Corrêa

Gerência Projeto Estruturador

Rúbio de Andrade

Chefe de Gabinete do Idene

Ronaldo Lages

Assessoria de Comunicação Social

Andresa Resende

Coordenador Editorial da Série “Diálogos Sociais”

Cid Dutra Wildhagen

Secretária do Projeto

Júlia Padovezi

Produção Editorial

Crisálida Livraria e Editora

Capa e Projeto Gráfico

Milton Fernandes

Normalização Bibliográfica

Editora Crisálida

Imagens

Arquivos dos Autores

Apoio Institucional

Fundação de Auxílio à Investigação e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Sustentado – FUNDECIT

Realização do Sistema SEDVAN/IDENE

Rua Rio de Janeiro, 471, 12º andar

Centro. CEP 30160-040 – Belo Horizonte – MG

www.idene.mg.gov.br

www.bibliotecaidene.org

Diálogos Sociais

Série 2009

*Caminhos para o
desenvolvimento territorial:
novas abordagens*

1ª edição

Sistema SEDVAN/IDENE

Belo Horizonte

2009

2009 © Todos os direitos reservados

Organização

Cid Dutra Wildhagen

Produção Editorial

Crisálida Livraria e Editora

Capa e Projeto Gráfico

Milton Fernandes

Normalização Bibliográfica

Editora Crisálida

Impressão

Label

Tiragem

1.000 exemplares

Edição e Distribuição

Crisálida Livraria e Editora

Av. Augusto de Lima, 233 slj 28 – Ed. Maletta – Centro

CEP 30190-000 . Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil

Telefone: (31) 3222 4956

www.crisalida.com.br

FICHA CATALOGRÁFICA

Diálogos Sociais: Caminhos para o desenvolvimento territorial: novas abordagens/Cid Dutra Wildhagen (Organizador). Série. 1ª edição. Realização SEDVAN/IDENE. Belo Horizonte: Crisálida, 2009.

Diálogos Sociais. Série

320 p.

ISSN 1984-2805

1. Palavras chave: agricultura familiar, potencialidades econômicas, pedagogia da alternância, envolvimento local, arqueologia mineira, participação social e políticas públicas I. Wildhagen, Cid Dutra. II. Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – IDENE.

obs.: Os textos não refletem necessariamente a posição do Instituto Mineiro de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais.

Sistema SEDVAN/IDENE

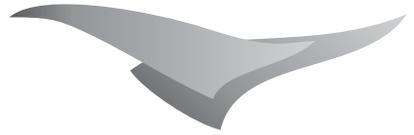
Rua Rio de Janeiro, 471, 12º andar

Centro. CEP 30160-040 – Belo Horizonte – MG

www.idene.mg.gov.br

*Esta publicação homenageia os 25 anos de fundação do
Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas*





Sumário

Prefácio 9

Introdução 13

Cid Dutra Wildhagen
Ângela Carlota Porto

*Sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento econômico:
a contribuição que a experiência do Projeto Manuelzão pode
trazer ao Semiárido de Minas Gerais* 27

Apolo Heringer Lisboa

*Agroecologia e economia solidária: a
experiência da Rede Terra Viva* 43

Carolina de Moura Campos

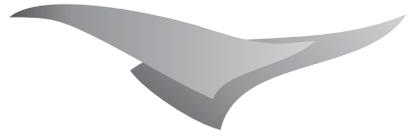
*Do local ao supralocal: o caso dos Caatingueiros e
Geraizeiros na Região de Porteirinha* 61

João S. d'Angelis Filho

*Feira livre: espaço para criação de
desenvolvimento rural e geração de renda* 97

Eduardo Magalhães Ribeiro
Daniel Prado Araújo
Flávia Maria Galizoni
Eduardo Barbosa Ayres
Luiz Henrique Silvestre
Camila Silva Freitas

<i>Aspectos gerais sobre a memória pré-colonial e história indígena nos vales do Jequitinhonha, Mucuri e Doce/MG</i>	145
Alenice Baeta Henrique Piló	
<i>Quilombos de Minas Gerais no século XXI</i>	183
Pablo Matos Camargo	
<i>A tradição do fazer no Setentrional Mineiro</i>	203
Antonio de Paiva Moura	
<i>Agricultura Geraizeira</i>	217
Carlos Alberto Dayrell	
<i>Unidades de Conservação como ferramenta de reintegração entre pessoas e meio ambiente: possibilidades e desafios</i>	253
Cecília Fernandes de Vilhena	
<i>Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional: uma proposta inovadora para a redução das desigualdades regionais</i>	287
Henrique Villa da Costa Ferreira Antônio Roberto Albuquerque Silva	



Prefácio

Em 2003, Minas assumiu com o Norte do Estado e com os Vales do Mucuri, Jequitinhonha, São Mateus e a região Central o compromisso de promover mudanças na estrutura econômica e social dessas regiões. Criou-se para tanto uma Secretaria Extraordinária cujo território se compõe de 188 municípios. Com a parceria de outras secretarias temáticas, atualmente, colhem-se os resultados.

O Unicef aponta, a partir de seus indicadores, que o Semiárido mineiro foi o de melhor desempenho nacional, dentre os Estados integrantes do *Pacto Nacional: um mundo para a criança e o adolescente do Semiárido*. No campo da infraestrutura, o governo de Minas, por meio da melhoria da logística, promoveu o *ProAcesso*, destinando mais de 60% dos investimentos nestas regiões. No campo da energia, além da inauguração da Usina de Irapé, executou o *Luz para Todos*, em parceria com o governo federal, com mais de 60% dos atendimentos no Norte e Nordeste. Na área das comunicações, o *Minas Comunica* levou telefonia celular e acesso à internet a todos os municípios. Enfrentando o desafio do saneamento, organizou a *Copanor* com a finalidade de ofertar água e esgoto de qualidade com menor custo. As ações voltadas para o desenvolvimento humano também foram significativas, com investimentos expressivos na educação e na saúde para reformas e construções, melhoria nos transportes da gestão, com reforço na estrutura operacional das secretarias, que cobriu os vazios institucionais. Além disso, uma grande rede de proteção social foi incrementada e projetos que valorizam e respeitam a riqueza cultural

da nossa gente foram criados como fortes instrumentos para geração de riqueza e renda.

A Secretaria de Estado Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e do Norte de Minas e o seu órgão operacional, o Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais, norteando as políticas públicas para a região, estabeleceram a crença de que as transformações necessárias exigiriam um novo modo de relação com a sociedade civil, centrando os cuidados das políticas em uma nova ética social, com democracia, inclusão e participação, na construção de uma sociedade centrada no respeito e valorização da vida, com geração de emprego e renda. Ao final de sete anos de sua existência, por meio de seus programas e projetos, celebramos investimentos de mais de quinhentos milhões de reais, beneficiando cerca de um milhão de pessoas.

Contribuindo para a continuidade da promoção nas estruturas sociais, buscamos dar prosseguimento ao projeto *Diálogos Sociais*, iniciado em 2008 e que objetiva a difusão do conhecimento gerado por pensadores, intelectuais, pesquisadores e especialistas sobre temas de relevância, realizando pontes de informações, permitindo que outras formas de ver a realidade organizem novas escolhas. A publicação *Caminhos para o Desenvolvimento Regional: Novas Abordagens* descreve a construção de uma outra via para o desenvolvimento da região. Esta surge agora com os recentes estudos e pesquisas que revelam a entrada em cena de populações, vivendo em comunidades, que reivindicam não apenas a terra, mas o direito de serem reconhecidas como detentoras de uma cultura própria e de uma maneira diferenciada de ver e agir no mundo.

Este conhecimento rompe o “silêncio” de considerar a nossa história a partir da colonização portuguesa, ignorando-se toda a tradição das matrizes de racionalidade de outras populações, como a da enorme teia que envolve comunidades de pescadores artesanais, vazanteiros, geraizeiros, quilombolas, garimpeiros, comunidades extrativistas que construíram e absorveram, ao longo dos tempos, um conhecimento tecido pelos povos indígenas, em íntima relação com

os ecossistemas. Assim, torna-se importante tanto o fortalecimento destes circuitos econômicos em que estas comunidades se inserem, como das redes sociotécnicas associadas a estas iniciativas.

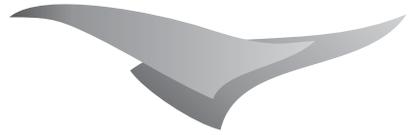
É importante registrar que “*Diálogos Sociais*” fornece elementos importantes para a compreensão da sociedade rural norte-nordestina mineira, em virtude de apresentar a diversidade social que a compõe, de modo a permitir que o poder público elabore políticas de desenvolvimento consistentes e adequadas à realidade socioeconômica na qual se encontra inserida a população rural. O que leva à necessidade de construção e adequação de um conjunto expressivo de programas de pesquisa e desenvolvimento, de ensino e de fomento, além de legislação tributária e sanitária específicas. Nesse sentido, importa assinalar que o governo mineiro tem empreendido um esforço concentrado para dotar a região de uma rede de ciência e tecnologia que promova as bases para a sustentabilidade econômica, materializado com a implantação de *Polos de Inovação Tecnológica*, a parceria com a Fundação Vale na construção de uma *Estação Conhecimento*, em Diamantina, e a estruturação de duas unidades de pesquisas da EPAMIG, uma em Montes Claros e a outra em Teófilo Otoni.

Por último, devemos acrescentar que esse livro é fruto da competência de seus autores, que compartilham conosco suas pesquisas, ideias e sentimentos, ampliando a possibilidade de compreensão e entendimento do Setentrional mineiro, evidenciando a existência de populações de identidades plurais e singulares, e que construíram ao longo do tempo seus saberes, modos de vida e racionalidades. Isto certamente nos revela a importância de que a solução para a superação das desigualdades regionais não pode ser uniforme, mas construída na revelação e reconhecimento de cada particularidade.

Belo Horizonte, dezembro de 2009

*Secretaria de Estado Extraordinária para o
Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha,
Mucuri e do Norte de Minas (SEDEVAN)*





Introdução

Cid Dutra Wildhagen

Ângela Carlota Porto¹

Remonta à Antiguidade uma matriz cultural de oposição entre campo e cidade. Fadas, gnomos e bruxos – elementos da cultura camponesa – invadem e ameaçam a paz das pessoas, conforme a encenação teatral nas praças das cidades medievais, e que intencionavam afirmar: é preciso ser cidadão para alcançar a condição superior de civilizado. Dessa maneira, assume-se a ideia de que a educação, a polidez, os bons costumes e a honestidade são hábitos de vida dos habitantes das cidades. Os camponeses, ao contrário, possuem modos de vida abomináveis, grosseiros, carentes de educação e saber.

O legado dessa visão europeia do mundo, no Brasil, foi a ideia de que o sertão, por estar distante do litoral – lugar da civilização – é onde habitam os selvagens, os primitivos e os incultos. Conforme D'angelis,

1. CID DUTRA WILDHAGEN: é historiador e atua como assessor pedagógico do sistema SEDVAN-IDENE. É membro da Câmara Técnica do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, do Conselho Estadual de Coordenação Cartográfica e do Conselho Integração Comunitária da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. ÂNGELA CARLOTA PORTO: é economista, com experiência nas áreas de políticas públicas, avaliação de projetos de fomento, análise de economia regional e urbana. É sócia da P & D Consultoria Econômica.

“caberia, então, aos civilizados envidar esforços para *civilizar* os mais selvagens e bárbaros, onde se incluem os camponeses, que também não fazem parte da civilização”. Reforçando essa imaginação, os primeiros viajantes europeus que visitaram os sertões, comerciantes, navegadores, religiosos e aventureiros de todos os naipes tinham em comum, conforme sua matriz cultural, a visão de um mundo desconhecido, de uma paisagem natural estranha e selvagem, repleta de simbologia, mitos e fábulas, que permearam as primeiras impressões e descrições, detalhando a vida rural e seus habitantes como seres diminuídos em meio à natureza exuberante, carregadas de representações que evidenciavam mais as visões do que os fatos.

Ao longo do tempo, essa imagem do mundo rural construiu seus alicerces e se constituiu num elo explicativo permanente do estágio de vida das populações sertanejas. Outro mito juntou-se a esse imaginário, conforme o pesquisador Carlos Porto Gonçalves: o de não se considerar os povos existentes antes da chegada dos portugueses. As consequências foram graves, segundo o autor, sendo, a mais importante, a de se “ignorar toda a tradição das matrizes de racionalidade de outras populações que aqui existiram previamente à chegada dos invasores (que se autodenominavam colonizadores), deixando de lado todo conhecimento tecido em íntima relação com os ecossistemas pelos indígenas, em parte guardada no saber da medicina e culinária populares.

As regiões Norte e Nordeste de Minas Gerais serão historicamente conformadas com esse contexto. Porém, o traço fundamental desses lugares é de uma intensa diversidade geográfica e cultural, e não de uma amálgama desejado pelo colonizador. Geograficamente constitui-se num relevo complexo de serras, planaltos e planícies; topos de serra, chapadões e vazantes. Possui uma vegetação diversificada que encontra cerrados, caatinga e a mata atlântica, que nas áreas de transição climática organizam formações diversas como veredas, brejos, matas de galeria, macaubais e carrascos, dentre outros. De acordo com d’Angelis, “em cada paisagem, o ambiente, a formação cultural e socioeconômica, cada um pressionando seletivamente o

outro, gerou um processo secular de coevolução, no qual diferentes grupamentos de indígenas e de camponeses originaram diferentes paisagens e ecossistemas. Esta pluralidade constitutiva permitiu a formação de um universo cultural autônomo, composto de distintas realidades. Populações identificadas como caatingueira, geraizeira, vazanteira, quilombola e outras, fruto de uma resistência cultural diferenciada, forjaram suas próprias condições de autossustentabilidade, construindo uma enorme riqueza expressa num diversificado regime alimentar.

No entanto, o curso do imaginário sobre o campo, onde a ruralidade se inseriu historicamente de forma desfavorável, seguiu seu rumo. Em meados do século XX, “o subdesenvolvimento e os termos associados a este, como pobreza, necessidade de progresso, terceiro mundo, tomaram o lugar do “selvagem”. As cidades, como espaço de troca por essência, atraem o núcleo dinâmico da economia e, por consequência, o núcleo do poder político. Assim, o processo civilizatório passou a mover-se cada vez mais da cultura urbana, sendo o rural pensado fora dele, conforme análise de d’Angelis.

Nos dias atuais, época em que o conhecimento da biodiversidade torna-se um suporte importante para o ideário da sustentabilidade, adquire pleno sentido a elucidação das formas passadas de existência de nossa sociedade, como parte do projeto de conhecimento de nossa própria existência, inseparável do nosso “fazer” atual. Conhecer as “matrizes de racionalidade” dos produtores de toda a região setentrional mineira, desqualificadas até o momento, é o que pretendemos com a publicação de *Caminhos para o Desenvolvimento Regional: Novas Abordagens*. Reconhecer e valorizar a diversidade cultural é atuar sobre um dos mecanismos de discriminação e exclusão, entraves à plenitude da cidadania para todos nos mineiros e, portanto, para a própria nação.

A exemplo da série anterior, o presente trabalho foi originado de temas debatidos em ciclo de conferências realizadas em diversas cidades mineiras, no decorrer de 2009. A questão central dessas discussões remete à necessidade da formulação de uma política de de-

envolvimento sustentável para as regiões Norte e Nordeste de Minas, aproveitando as potencialidades locais e ao mesmo tempo criando as condições para o resgate de práticas tradicionalmente disseminadas na região. A ideia do diálogo e o envolvimento com atores-chaves são pertinentes para uma sociedade que está aprendendo a discutir seus problemas e procurando encontrar soluções duradouras, reunidas em torno de um projeto comprometido com a redução das desigualdades econômicas e sociais existentes naquelas regiões. Nesta edição, os diversos autores trazem à discussão temas recorrentes, mas não esgotáveis, e lançam perspectivas de exploração de atividades tradicionais e do aproveitamento da capacidade humana inerente à região em destaque, valorizando os recursos locais e estimulando a fixação da população. Esta coletânea propicia, também, reflexões oportunas sobre a sustentabilidade ambiental e sobre a importância de preservação da cultura popular tradicional, que sintetiza o perfil estético e técnico do Norte e Nordeste mineiro.

Abrindo essa coletânea o artigo intitulado: “Sustentabilidade Ambiental e o Desenvolvimento Econômico: a contribuição que a experiência do Projeto Manuelzão pode trazer ao Semiárido de Minas Gerais”, de autoria do médico e ambientalista Apolo Heringer Lisboa, aborda aspectos e experiências, positivas e negativas, sobre a gestão ambiental e das bacias hidrográficas do Semiárido mineiro. Inicialmente o texto alerta para o fato de que o Cerrado e a Caatinga brasileiros, e em particular, áreas em Minas Gerais, antes regiões rejeitadas por questões climáticas e pedológicas, passaram a ser cobertos por grandes empresas, para o plantio de oleaginosas, cana e eucalipto, elevando as preocupações com relação à sobrevivência do meio ambiente e de ecossistemas ameaçados de extinção, em função do desenfreado avanço do desmatamento.

Esta constatação coloca em risco a bacia hidrográfica do Estado, e em especial a do Semiárido mineiro, que poderá ter seus rios perenes e bacias importantes como a do São Francisco, Pardo e Jequitinhonha transformados em cursos sazonais. E neste aspecto, lança uma preocupação de que a biodiversidade e a gestão ambiental e de bacias

hidrográficas não estão sendo cogitados pelo Estado de forma séria para antecipar-se à dimensão do ciclo que está se instalando. O autor aborda a questão polêmica do projeto de transposição do Rio São Francisco, relatando experiência vivenciada e as implicações deste projeto para o agravamento do quadro socioambiental da região. Ao mesmo tempo, defende a viabilidade e o desenvolvimento do Semi-árido através do aproveitamento do seu próprio potencial, baseado no seu povo, suas águas, seu solo, no seu clima, em suas riquezas minerais, na flora e na fauna.

Apolo defende a adoção de uma gestão eficaz e eficiente das bacias hidrográficas para assegurar água em quantidade e qualidade para o desenvolvimento do Semiárido, para conservar e recuperar o solo, protegendo a terra para a agricultura e preservando os rios do assoreamento. O autor afirma que sem estas soluções básicas outras iniciativas para o desenvolvimento regional serão fracassadas. Nesta iniciativa, destaca-se a necessidade de mobilização social por bacia e da gestão compartilhada e descentralizada, estabelecendo-se uma nova cultura, tendo as águas como eixo de mobilização, de monitoramento, de gestão e de planejamento de um território.

Carolina de Moura Campos, jornalista e ecologista, coordenadora da ONG “4 Cantos do Mundo” (associação de caráter socioambiental), avalia no texto “Agroecologia e economia solidária: a experiência da Rede Terra Viva” o uso de substâncias químicas utilizadas no combate às pragas na agricultura moderna. Ela aponta que estas substâncias representam, por um lado, um dos maiores avanços da humanidade, e por outro, fonte de perigos, riscos e ameaças, as quais surgiram com o estabelecimento de um modelo tecnológico agrícola que se sustenta, fundamentalmente, no desenvolvimento e no uso de produtos químicos sintetizados. Várias são as justificativas contra o emprego de agrotóxicos: as calamidades humanas, a devastação ambiental, a perda da diversidade biológica na paisagem circundante e, ainda, a maior das perdas: a biodiversidade em nossos cultivares.

Conforme a argumentação da autora, em toda crise há uma oportunidade. É hora de desenhar uma nova forma de viver no mundo e

organizar a sociedade para a transição. Campos apresenta, ainda, a agroecologia como uma ferramenta efetiva para a ruptura com o método de produção de alimentos baseado na disseminação de agrotóxicos. A experiência na organização de redes solidárias para a produção e consumo de alimentos naturais são iniciativas que constroem relações baseadas em uma visão de mundo que tem como tripé a sustentação econômica, social e ambiental, regada por uma dose de valorização e respeito do saber e da cultura local. A introdução e aprimoramento de técnicas agroecológicas pela Associação de Moradores, Agricultores e Apicultores da Lapinha, localizada ao Centro Norte de Minas Gerais, junto à Rede Terra Viva, é um exemplo de uso sábio da terra. Esta Rede é uma teia solidária de circulação de mercadorias e serviços, sendo também um espaço de convivência, troca e aprendizados. A missão da Rede é organizar a produção, a compra, a venda ou a troca de produtos orgânicos, agroecológicos, artesanais e saberes, cuidando da vida e da saúde da rede de associados e do planeta, por meio dos princípios da cooperação e da economia solidária.

O pesquisador João Silveira d'Angelis Filho, no seu ensaio "Do local ao supralocal: o caso dos Caatingueiros e Geraizeiros na região de Porteirinha", identifica alguns "dilemas e armadilhas" na atuação da agricultura familiar frente ao atual padrão de desenvolvimento, pois que pautado somente no crescimento econômico, caso do Brasil, trás como resultado maiores circulação de capital e de produção de mercadorias, ampliando as desigualdades socioeconômicas. Nesta direção, o autor analisa a experiência do Centro de Agricultura Alternativa (CAA) por meio de ações realizadas na microrregião de Porteirinha, município situado ao Norte de Minas, o que possibilitou a descoberta de oportunidades e novos rumos para um processo de reposicionamento e valorização da agricultura local. O estudo de caso mostra que é possível gerar riqueza agrossustentável, fora do paradigma desenvolvimentista, a partir do fortalecimento das capacidades humanas, no contexto da reorganização local e no estímulo do protagonismo das populações tradicionais, como os Geraizeiros e Caatingueiros, por meio de suas singularidades e estratégias produtivas.

O Professor Eduardo Magalhães Ribeiro retrata em seu texto, “Feira Livre: um espaço para criação de programas de desenvolvimento rural, segurança alimentar e geração de renda”, a importância da feira livre como atividade tradicional e sólida nas regiões Norte, Nordeste e Noroeste de Minas, fazendo parte da economia e da cultura dessas regiões. O autor descreve a feira livre como um espaço que abastece cidades pequenas e distantes das rotas de distribuição de alimentos; escoar a produção dos lavradores; propicia o aquecimento do comércio urbano através das compras dos feirantes, e conseqüentemente, possibilita a geração de emprego e renda local. Este trabalho é resultado de pesquisa sobre feiras livres realizada em 2005, em cinco municípios do Vale do Jequitinhonha (Berilo, Carbonita, Francisco Badaró, Veredinha e Virgem da Lapa). Seu objetivo foi avaliar a importância da feira livre sobre a atividade econômica das áreas pesquisadas, em termos de vendas, situação dos feirantes, abastecimento urbano, economia local e das políticas municipais de apoio ao feirante.

O artigo revela que essas feiras abastecem quase três quartos da população urbana desses municípios, geram perto de um salário mínimo mensal de receita para as famílias feirantes, que se transforma quase imediatamente em consumo no comércio urbano das cidades. Apesar dessa importância, agricultores feirantes recebem pouca assistência técnica, raramente fazem cursos de capacitação e enfrentam grandes dificuldades para abastecimento regular de água. O artigo conclui com a proposição de uma série de ações em apoio às feiras livres e destaca suas possibilidades para abrigar programas de desenvolvimento rural.

Os arqueólogos e historiadores Alenice Baeta e Henrique Piló são os autores do texto “Aspectos gerais sobre a memória pré-colonial nos vales do Jequitinhonha, Mucuri e Doce/MG”. Objetivam contextualizar a memória e a história indígena das comunidades que vivem atualmente nesta região, e que se dissipou entre a população, terminando esquecida e marginalizada.

Região marcada por uma forte presença indígena e de seus ancestrais, inscreveram seus muitos sinais que dão conformação à população

norte e nordestina mineira. Uma de suas maiores riquezas, no entanto, e que aflora em regiões empobrecidas, onde outrora era exuberante a fartura: a crescente valorização do passado como fonte de referências para a configuração de novas identidades. Habitante milenar destas regiões, a população indígena desenvolveu uma importante cultura baseada em uma alimentação diversificada, uma infinidade de produtos vegetais usados como remédios, em moradias perfeitamente adequadas ao clima, utensílios bem elaborados e artísticos, tanto para a cozinha como para o armamento, em uma moral e costumes próprios, tudo em grande equilíbrio com a natureza. O texto registra o complexo acervo material e imaterial, numa tentativa de compreender com maior profundidade a história indígena, a importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, pesca e atividades extrativas, a noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduziu econômica e socialmente, sobretudo reconhecer seus direitos, enquanto comunidade tradicional e de pertencerem a uma cultura distinta.

O artigo do pesquisador Pablo Matos Camargo “Comunidades Quilombolas de Minas Gerais no século XXI: um panorama das regiões Norte e Nordeste” é baseado no trabalho de pesquisa do Centro de Documentação Elóy Ferreira da Silva (CEDEFES) com as comunidades quilombolas de Minas Gerais. O texto está dividido em duas partes. A primeira parte situa as comunidades tradicionais e quilombolas em um marco conceitual e legal. A segunda trabalha a questão das comunidades quilombolas em Minas Gerais e na região norte e nordeste do Estado, onde são abordados os aspectos culturais e socioeconômicos destes grupos. O texto destaca que sessenta por cento dos quilombos no Estado estão concentrados nas regiões Norte e Nordeste de Minas Gerais e expõe sobre o abandono em que vivem estas comunidades, enumerando aspectos que impedem e travam a sustentabilidade destes grupos em seus locais tradicionais. Destaca que a violência em relação à terra é o principal problema das comunidades quilombolas, a luta social é latente e o acirramento da disputa de territórios é muito grande. A maioria dessas comunidades perdeu seus territórios históricos, com o avanço de empresas refo-

restadoras, pecuaristas, empresas de barragens, mineração ou outro empreendimento que conflite com o território quilombola. O autor chama a atenção para o risco de desaparecimento destas comunidades, decorrente da falta de perspectiva de geração de renda ou de subsistência em seus territórios, ocasionando, com isso, a migração dessas populações para os centros urbanos. Os proventos recebidos pelo governo em programas governamentais e as aposentadorias é que muitas vezes mantêm a comunidade, mas as condições mínimas de sobrevivência comprometem a saúde, a educação e o saneamento básico que ficam dependentes de uma ação mais efetiva do Estado para atender minimamente esta população excluída historicamente.

“A tradição do fazer no Setentrional mineiro”, artigo do historiador Antonio de Paiva Moura, aborda, em linhas gerais, as origens culturais do povo do Norte e Nordeste de Minas, e ao mesmo tempo lança o desafio para que o projeto de política para o desenvolvimento social no Setentrional mineiro não deva destoar da contextualidade da região, tanto com relação ao meio físico quanto à formação cultural da sociedade. O autor alerta para o fato de que quando se fala em desenvolvimento sustentável ainda tem sido com o ideal de progresso, inseparável da busca da produção e do consumo. Em uma referência à recente crise econômica mundial, questiona a avidez de consumo e de lucro, vivenciada com a referida crise, prova que a sociedade contemporânea está longe de colocar o “pé no freio” do produtivismo e ainda não consegue conviver com pequenos índices de crescimento. Para ele, a cultura popular tradicional acumula experiência de vida sem excessos, produz uma consistente identidade cultural e um sentido de vida às pessoas, não agredindo a natureza, mas atuando como parte integrante dela.

“Os cerrados brasileiros são um território sob disputa”. Com esta afirmativa, o agrônomo e pesquisador do Centro de Agricultura Alternativa (CAA), Carlos Dayrell, organiza um competente texto para estudar como as populações tradicionais apropriaram-se intelectualmente e materialmente dos recursos naturais. A formação de comunidades de agricultores interioranas no sertão mineiro se deu desde

os primórdios da colonização. Em tais comunidades, modos de vida e culturas locais específicas emergiram em variados ecossistemas. Ao longo do tempo desenvolveram racionalidades produtivas particular que os diferenciam de outros sistemas de organização socioeconômica, o que aponta para a importância da incorporação do conhecimento destas comunidades – os Geraizeiros – para o desenvolvimento de planos de manejo sustentáveis. É neste contexto que um enorme esforço vem se realizando por organizações camponesas, indígenas, quilombolas e estudiosos no sentido de viabilizar o enorme potencial do Cerrado, a grande diversidade sociocultural nele presente, além de sua preservação frente ao desmatamento. Entre estes esforços, o texto de Carlos Dayrell “Agricultura Geraizeira: construindo uma terceira via” contribui para os estudos etnoecológicos na direção da valorização do papel do conhecimento local, e passa a evidenciar o direito e a necessidade da participação das populações tradicionais nos planos de manejo e conservação, imprimindo suas marcas, identidades e sabedorias.

Cecília Fernandes de Vilhena, analista ambiental do Instituto Estadual de Florestas, em seu texto “Unidades de Conservação como ferramenta de reintegração entre pessoas e meio ambiente: possibilidades e desafios” enseja reflexões acerca do principal desafio deste século: a crise ambiental. Procura na parte inicial de seu trabalho descrever os três mais importantes acontecimentos humanos sob o ponto de vista da História Ambiental: a invenção da agricultura e das cidades, culminando com a Revolução Industrial, ou seja, o processo de transição de uma base agrícola-artesanal, para o urbano-industrial. A base material construída para o bem estar humano custou à sociedade ser dependente das ações, tanto dos indivíduos como de forças sociais de âmbito mais vasto, quer sejam dos perigos no trabalho devido às máquinas e venenos, quer os perigos do desemprego e penúria ocasionados pela dinâmica dos ciclos econômicos e, principalmente, pela transformação da base ambiental com custo real para deter secas, inundações, invasões florestais, o desmatamento criminoso e a poluição dos rios e oceanos. A medida mais efetiva, no Brasil, para

se fazer frente a esse quadro, começa pela importância da efetivação das *unidades de conservação*, tema da segunda parte do trabalho de Cecília Vilhena. Ela nos informa que em Minas Gerais já são hoje 220 unidades, o que significa 4,46% do território mineiro coberto por este mecanismo de conservação da biodiversidade. Elas cumprem uma missão holística: demonstrar através de vivências em meio natural que são as pessoas que devem adaptar-se à natureza, respeitando e observando seus ciclos.

Encerrando esta coletânea, Henrique Villa da Costa Ferreira, Secretário de Políticas de Desenvolvimento Regional, e Antônio Roberto Albuquerque Silva, Diretor de Gestão dos Fundos de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional, apresentam e discutem a proposta de criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional – FNDR. A criação do fundo é um dos itens do projeto de reforma tributária em tramitação no Congresso Nacional, sob a forma de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC). No exame dos autores a constatação de que permanecem intensas as desigualdades sociais e de renda entre as regiões do país, apesar dos esforços governamentais empreendidos, desde a década de 1950, reforça a importância da criação de novos instrumentos que propiciem às regiões brasileiras menos desenvolvidas as condições de infraestrutura e outras externalidades positivas necessárias para que haja uma redução efetiva dessas disparidades.

O Fundo atuará como instrumento financeiro para a execução da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, tendo uma abrangência que irá além do atual apoio ao setor produtivo das três macrorregiões menos desenvolvidas do País. Na sua concepção prevê-se o direcionamento de recursos aos programas de financiamento do setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste e aos programas de desenvolvimento econômico e social das áreas menos desenvolvidas do País, além de recursos do FNDR para fundos estaduais de desenvolvimento. Dentre os principais objetivos da emenda, destaca-se a ampliação do “montante de recursos destinados à Política Nacional de Desenvolvimento Regional” e a “introdução de mudanças

significativas nos instrumentos de execução dessa Política”. O texto da PEC afirma ainda que: “com estas mudanças, pretende-se instituir um modelo de desenvolvimento regional mais eficaz que a atração de investimentos através dos recursos à *guerra fiscal*, que tem se tornado cada vez menos funcional para os Estados menos desenvolvidos”.

A partir das contribuições, propostas e experiências lançadas nesta coletânea fica evidente a importância de um fundo como instrumento para alocação de recursos financeiros, com prioridade para o apoio às atividades de geração de renda, incentivando pequenos negócios, promovendo o emprego e gerando mais demanda, sobretudo em regiões de baixo dinamismo. Isto porque este instrumento complementaria a ação do crédito existente para o setor produtivo, em condições mais favoráveis e com maior possibilidade de ampliação do volume de recursos e as formas de uso em prol do desenvolvimento regional.

Neste espaço reservado para a discussão da questão regional e dos mecanismos/instrumentos para superar um padrão de carência existente em regiões menos favorecidas do Estado torna-se oportuno destacar a recente divulgação do Censo Agropecuário 2006 produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. A pesquisa agropecuária inclui também, de forma inédita, informações sobre a atividade econômica realizada pela agricultura e empreendimentos familiares rurais no País, em Grandes Regiões e nos estados da Federação. Este segmento constituído por pequenos e médios produtores representa a imensa maioria de produtores rurais no Brasil e no Estado de Minas Gerais. No caso de Minas Gerais foram identificados 437.415 estabelecimentos de agricultura familiar, correspondendo a 79,3% do total de estabelecimentos sediados no Estado (551.617), ou seja, grande parte das propriedades rurais do Estado pertence a grupos familiares. Apesar desta quantidade, a agricultura familiar ocupa apenas 27% da área total dos estabelecimentos agropecuários do Estado. Por outro lado, a agricultura familiar emprega 1.177.116 pessoas, equivalendo a 62% da mão de obra absorvida pela atividade agropecuária estadual (1.896.924) e em 96% dos estabelecimentos os produtores familiares são proprietários da terra. O Censo aponta que os empreendedimen-

tos familiares foram responsáveis por 84% da produção estadual de mandioca; de 46% da produção de milho; 44% de arroz; 32% do café; 30% do feijão; 45% do leite; 34% do plantel de bovinos; 31% de suínos e de 28% das aves.

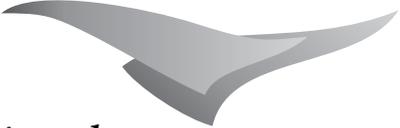
Os dados revelam a significativa participação da agricultura familiar como absorvedora de mão de obra, como fator de fixação da população no campo e como responsável pela segurança alimentar, na medida em que o segmento tem peso destacado na produção de itens componentes da cesta básica consumidos pela população. Destaca-se que os resultados positivos têm sido alcançados mesmo tendo a agricultura familiar um histórico de baixa cobertura de crédito rural. Neste aspecto a pesquisa aponta que, em 2006, apenas 20% dos estabelecimentos familiares rurais localizados no Estado utilizaram financiamento para a sua produção, sendo que deste total 48% recorreram ao crédito para a finalidade de investimento na produção. Dentre os 80% de estabelecimentos que não obtiveram financiamentos destaca-se a falta de necessidade (58%), o medo de contrair dívidas (22%) e o empecilho da burocracia (6%) como principais motivos declarados. Embora haja um esforço importante dos governos federal e estadual, através de programas como o Pronaf, programas estaduais de assistência técnica e associativismo, os números apontam que o acesso ao crédito ainda é muito limitado.

De acordo com estudiosos do segmento, a inserção da produção da agricultura familiar no mercado constitui-se como elemento fundamental para a melhoria de renda dos produtores e de seus familiares, principalmente daqueles residentes nas pequenas localidades e em regiões menos favorecidas. Entretanto, esta inserção depende de fatores como a disponibilidade de crédito facilitado às condições do setor, o uso adequado de tecnologia que permita o aumento da produtividade da terra e do trabalho, a qualificação de mão de obra, a disponibilidade de informações e de canais de distribuição e comercialização da produção, e de condições favoráveis de oferta de transporte, de água e de energia. Este conjunto de fatores é determinante para o desenvolvimento da agricultura familiar no país e em Minas Gerais.

Bibliografia

FILHO, João Silveira d'Angelis. *Políticas locais para o “dês-envolvimento” no Norte de Minas: uma análise das articulações local e supralocal*. Temuco, Chile, 2005. Dissertação de Mestrado. Capturado no sítio biblioteca.uct.cl/tesis/joao-dangelis/tesis.pdf.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. “As Minas e os Gerais – Breve ensaio sobre desenvolvimento e sustentabilidade a partir da Geografia do Norte de Minas”. In: LUZ, Cláudia; DAYRELL, Carlos (Orgs.). *Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade*. Montes Claros: CAA, 2000.



*Sustentabilidade ambiental e o
desenvolvimento econômico: a
contribuição que a experiência do
Projeto Manuelzão pode trazer ao
Semiárido de Minas Gerais*

Apolo Heringer Lisboa¹

PRIMEIRA PARTE

A contribuição que a experiência do Projeto Manuelzão pode trazer ao Semiárido de Minas Gerais

De regiões rejeitadas por razões climáticas e pedológicas, o Cerrado e a Caatinga brasileiros passaram a ser cobiçados por grandes empresas a ponto de fazerem parte do primeiro plano das preocupações com o meio ambiente e ecossistemas ameaçados de extinção.

-
1. Graduado em Medicina Humana, possui Mestrado em Medicina Veterinária pela Universidade Federal de Minas Gerais (1993), na área de Epidemiologia. É professor no Departamento de Medicina Preventiva e Social da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, como preceptor do Internato em Saúde Coletiva (antigo Internato Rural). É autor da proposta que deu origem ao Projeto Manuelzão da UFMG e seu coordenador geral. É escritor, com livros e artigos de divulgação ampla na área literária, médica e política.

O Rio São Francisco corre o risco de se transformar integralmente num rio mecanicamente sustentado por barragens e completamente assoreado e poluído. O Semiárido mineiro poderá ter seus rios perenes e bacias importantes, como a do São Francisco, Pardo, Jequitinhonha, transformados em cursos sazonais. Assim, a alegada ausência de água como principal obstáculo para o desenvolvimento regional poderá piorar ainda mais; e a exclusão social se tornar ainda mais trágica.

O diagnóstico oficial que herdamos do Semiárido é preconceituoso e não se sustenta cientificamente. Da mesma forma que o modelo da “revolução verde” norte-americana só fará apressar o fim de nossas águas, da biodiversidade e o incremento da exclusão social. O Semiárido, através de uma boa gestão de suas bacias hidrográficas, pode aumentar a sua disponibilidade hídrica e perenizar naturalmente a maioria de seus cursos d’águas, suas lagoas e pântanos; bem como a própria a qualidade de suas águas. Nada que se pareça com o equivocado programa *Pró-Várzea, que arruinou berçários de nossa biodiversidade e comprometeu a fisiologia de nossos rios com o pretexto de aumentar a produção de grãos, num misto de degradação ambiental e ilusão tecnicista associada à mirabolante ideologia da “revolução verde” exportada pelos EUA após a segunda guerra mundial.

O processo de revitalização do Rio das Velhas, objetivo operacional do Projeto Manuelzão proposto desde 1990, foi iniciado em janeiro de 1997 e reafirmado ao final de 2003, durante a Expedição Navegando o Rio das Velhas das Minas aos Gerais com denominação de Meta 2010. O governo Aécio Neves assumiu esta Meta como um Programa Estruturador do Estado. A Meta 2010 é um presente ao Semiárido e um exemplo de mobilização pelo desenvolvimento sustentável do Semiárido. É a grande contribuição de Minas à revitalização do Rio São Francisco. A gestão das águas é um elemento fundamental do equacionamento da questão do Semiárido, que sempre inclui a questão do solo e a questão social. Um rio conservado, com águas e peixes ou revitalizado, é uma riqueza fantástica para a região de Cerrado e Caatinga. Mas onde não há rios perenes, a gestão das águas torna-se

ainda mais necessária, valorizando as chuvas, a conservação do solo e a possibilidade de poços com água farta.

A bacia hidrográfica do Rio das Velhas vem da região de Mata Atlântica de Ouro Preto, passa por Belo Horizonte e rapidamente chega à região de Sete Lagoas e ao Cerrado, por onde caminha sua maior extensão em zigue-zague pelo Semiárido até chegar ao São Francisco, numa extensão total de 800 quilômetros de meandros.

A poluição sem limites havia tornado este rio sedento de águas em um cemitério de peixes, com seguidas mortandades, muito mau cheiro e águas imprestáveis aos diversos usos ambientais, sociais e econômicos. O excesso de matéria orgânica apodreceu o rio, explodiram as algas verdes e as cianobactérias tóxicas. Matar um rio caudaloso e piscoso que leva água para o Semiárido não poderia ser aceito como razoável por uma sociedade com valores éticos positivos. Mas para o mercado era coisa natural e boa, pois estávamos enriquecendo o “país”.

A água não pode ser vista como o maior obstáculo ao desenvolvimento socioambiental e econômico do Semiárido brasileiro. Há soluções simples e baratas, sem necessidade de grandes obras, que é um vício da república desmiolada e corrupta. As questões sociais não resolvidas, a precariedade da educação e formação técnica, a falta de planejamento, de investimentos e de apoio técnico às milhares de famílias de agricultores e pequenos empresários, estes sim são os principais obstáculos.

Nossa meta de revitalização do Rio das Velhas levou-nos ao Rio São Francisco, e, portanto, a quase 60% do Semiárido brasileiro, quando tomamos consciência do Projeto de Transposição. O Rio das Velhas é o mais importante afluente do Rio São Francisco, com um terço da população de toda a bacia, maior PIB por afluente, maior extensão e único a banhar uma região metropolitana. Sua revitalização é uma contribuição maior à recuperação hidroambiental do São Francisco. É o que estamos realizando com a Meta 2010, lançada pelo Projeto Manuelzão com apoio do atual governo de Minas Gerais.

Aprofundamos os estudos sobre este fantástico São Francisco, que atravessa o Semiárido mineiro, bem como os da Bahia, Pernambuco,

Sergipe e Alagoas. Setenta e cinco por cento das águas que chegam a Sobradinho e ao Oceano passam pela fronteira de Minas Gerais. A ida do São Francisco ao Nordeste é uma “transposição” natural e benfazeja. Infelizmente este rio foi esartejado no seu curso inferior para a produção de energia elétrica, que se de um lado produz mais de 90% da eletricidade de todo o Nordeste e ofereceu condições de progresso na região, por outro significou a destruição desta fonte de vida para o povo, os animais, a flora e a região costeira. O peixe foi desaparecendo e nada tem do poderio faunístico de outrora; o rio perdeu força diante do Oceano e uma cunha salina avança sobre o leito limpo, do que mais parece um lago, levando à salinização destas terras e comprometendo o abastecimento humano, a dessedentação dos animais e a irrigação. A natureza pagou um alto preço com estas obras. Não satisfeitas, as autoridades querem levar embora o próprio rio.

Em 2007, a Caravana em defesa do São Francisco e contra a Transposição percorreu a região Semiárida do denominado Nordeste Setentrional, que reivindica a transposição. Visitamos os açudes do Rio Grande do Norte, do Ceará, da Paraíba e de Pernambuco, onde conversamos com o povo. Reunimo-nos com trabalhadores rurais, com as diretorias dos sindicatos, com os meios universitários e promovemos debates nas universidades com ampla cobertura da mídia. Todos os setores sociais foram unânimes em acusar a transposição de fraude política, pois a água não se destina à agricultura familiar, nem muito menos para a dessedentação de animais e da população difusa do Semiárido, mas seria destinada aos grandes projetos de irrigação para exportação de água sob a forma de frutas e camarões. Embora água seja o que não falta nos açudes construídos desde 1909 com recursos federais. São mais de 30 bilhões de metros cúbicos armazenados; equivalente à água represada em Sobradinho.

O governo federal dizia que seria pouca água a ser retirada, que não prejudicaria a geração de energia elétrica. Agora avançam sobre os rios mineiros afluentes do São Francisco, para barrá-los e encontrar a água que prometeram à transposição. Irão destruir nossos rios

e inundar suas melhores terras? Será contraproducente, pois o assoreamento é gigantesco, os lagos serão pouco a pouco aterrados e eutrofizados, as cheias e a piracema se extinguirão, destruindo a sua ictiofauna natural.

Curiosamente, às margens do Rio das Velhas, do São Francisco, do Jequitinhonha e do Pardo, incluindo todos os seus afluentes no Norte e Nordeste de Minas, encontramos populações vivendo na pobreza absoluta, sem acesso produtivo à terra e sem acesso à tecnologia e à comercialização, incapazes de agregar valor aos produtos primários. Não seria um canal de águas bombeadas de uma distante bacia, já em grave estresse hídrico e poluída, que resolveria o problema da pobreza do Ceará. Ainda mais um canal com previsível alto custo de construção e manutenção, com alta taxa de evaporação e acesso interdito ao livre uso da população, gerido como área de segurança. Este canal não faria o milagre da multiplicação do pão, muito menos do peixe. Um terço do total da extensão destes canais da transposição seria construído em concreto, isto é, com cimento, brita, areia, aço, tendo 25 metros de largura e 5 metros de altura, com quase 50 km de túneis, numa extensão de 720 km de extensão. Se se inaugurasse 100 metros diariamente, seriam necessários vinte anos para completá-lo. Esta obra desnecessária e criminosa inflacionaria o preço do cimento, aço e outros materiais de construção, dificultando ainda mais o acesso da população ao sonho de uma residência, fator básico na promoção da saúde coletiva.

Os fatores que dificultam levar a água dos rios perenes, existentes no Norte e Nordeste de Minas, aos domicílios da produção familiar dispersos pelos sertões de Minas, os que mais sofrem naqueles quadros socioambientais conhecidos como a seca, são os mesmos fatores que existem nos sertões Semiáridos do Nordeste Setentrional. Aqui e lá funciona a máxima da hidrologia de irrigação que diz: *para demanda concentrada oferta concentrada; mas para demanda difusa, oferta difusa*. Ou seja: a experiência aconselha que para atender às centenas de milhares de propriedades dispersas por todo o sertão, deveria ser feita a oferta difusa de água da chuva ou de poços. Querer levar água

de rios ou grandes açudes para as centenas de milhares de propriedades rurais, onde milhões de pessoas vivem dispersamente numa gigantesca área rural, levaria à instalação de milhares de quilômetros de encanamentos subindo e descendo montanhas e cortando propriedades. Além das extraordinárias dificuldades físicas e técnicas, haveria problemas grandes para fazer o tratamento, a manutenção e o controle do consumo para fazer a cobrança pelo uso desta água. Por isso, essa ideia é fora de propósito, por razões econômicas, sociais e operacionais. A água da chuva chega a toda parte por gravidade, sem gastos de energia elétrica. A pluviometria média em um milhão de quilômetros quadrados do Semiárido brasileiro é de 700 milímetros por ano, um volume fantástico de água, suficiente para adotar esta política de distribuição, que é apropriada ao clima. A partir de uma fonte concentrada é prático e racional levar água para uma cidade, através de adução por tubos, pois numa área relativamente pequena as residências estão dispostas umas ao lado das outras, ou umas sobre as outras, beneficiando uma enorme população, com manutenção e controle de consumo facilitados. Mesmo assim, a maioria das empresas de saneamento urbanas tem ainda hoje perdas superiores de 40% na distribuição das águas! Um desperdício enorme de águas tratadas previamente, com elevado consumo de equipamentos, técnicos, insumos e energia elétrica. O desperdício de uma hipotética distribuição rural ao estilo urbano, loucura total, dispensaria o uso de torneiras, porque nenhuma água chegaria lá.

Ao contrário do que parece e se divulga, o fenômeno da seca do Semiárido não é por falta de água, mas por concentração de água. Explicando melhor: a chuva se concentra em três a quatro meses por ano! E há irregularidades nas precipitações ao longo dos anos. Mas nada que impeça equacionamento e planejamento. A água na propriedade familiar precisa ser coletada e armazenada para um período de garantia de no mínimo uns dois anos, através de pequenas obras hídricas por propriedade, estas sim, aos milhares, com financiamento do governo, para coleta de chuvas ou perfuração de poços e outras técnicas mais simples e combinadas, e não de grandes obras como a

transposição que nunca chegarão aos pobres e famílias de agricultores. Para as cidades pequenas e as maiores a adução em tubos fechados é viável. E pode dar suporte às regiões em caso de intempéries.

A realidade da indústria da seca e da miséria está bastante bem arraigada na cultura de todo o Semiárido brasileiro, insuflada desde cima pelo discurso dos aspectos negativos. Com a finalidade de botar as mãos nas “Jóias da Coroa” e nos recursos do Tesouro Nacional, as elites sempre choraram lágrimas de crocodilo ao longo de nossa história, seja na Corte seja na capital da República, em nome dos “pobrezinhos da seca e do sertão”. Esta é a forma de camuflarem sua ação social nefasta de classe, determinante da tragédia social. Com os recursos obtidos com esta chantagem emocional as elites consolidaram seus negócios e expedientes políticos, ampliando a dependência política do povo a este sistema ideológico de manipulação.

Como frutos dessas contradições, surgiram também expressões sociais de rebeldia, como o messianismo de Antonio Conselheiro, o padre Ibiapina e mesmo o padim Ciço, excomungado. O Cangaço vinculou banditismo e questão social, respondendo com o que aprenderam: a violência. No meio desta tormenta social apareceu a Coluna Prestes como alternativa armada, mas com visão de mundo sob comando da III Internacional Comunista, ou seja, da União Soviética. Mais tarde surgiram as Ligas Camponesas lideradas pelo carismático advogado pernambucano Francisco Julião. O Estado brasileiro eliminou Canudos, a Coluna Prestes, o Cangaço e as Ligas Camponesas. As elites têm se recomposto sempre, aderindo quando preciso. A lamúria das elites construiu o discurso dos pobres, fortalecendo enquanto ópio do povo a religião oficial, confirmando que a ideologia dominante é a ideologia das classes dominantes.

Esta ideologia política sempre destacava os fatores negativos da situação do Semiárido, gerando impotência e desmobilização, nunca destacando os fatores positivos e mobilizadores das energias positivas para desenvolver a região. Ou seja, todas as mazelas eram devidas ao destino, não era culpa dos dirigentes, ou só quando não enviavam a “ajuda”.

Na verdade, o Semiárido é rico em potencialidades: tem água; terra, clima e ecossistemas com complexa variedade; tem flora altamente adaptada ao clima e fauna de grande diversidade. As soluções estão no próprio Semiárido, não precisam ser importadas.

A gestão do Semiárido baseada em suas potencialidades é viável e seria o caminho do seu desenvolvimento. Este potencial está em seu povo, suas águas e no seu solo; no seu clima, em suas riquezas minerais, florísticas e faunísticas.

O Norte de Minas do São Francisco era conhecido como Rio dos Currais. Após o declínio do Ciclo da cana no Nordeste, o gado se espalhou ao longo do rio, garantindo a subsistência local e indo dar suporte à mineração que se afirmava num curto, porém riquíssimo, ciclo econômico ao sul. Este processo de dispersão numa atividade rural de subsistência se acentuou no Norte e Nordeste de Minas acompanhando o declínio da mineração do ouro e diamante. Mais tarde, contingentes populacionais servis do latifúndio se transformaram nos eleitores desvalidos, das “marmitas eleitorais”, cujos votos garantidos e não secretos perpetuavam os “coronéis” no poder. Sobretudo no início do século XX, contingentes rurais começaram a tomar o rumo de São Paulo buscando emprego, educação para os filhos e assistência médica. A escassez de mão de obra foi um duro golpe no coronelismo, que maldizia as estradas e os empregos da indústria. Como noutros tempos maldisseram o fim da escravidão, as leis trabalhistas, o voto secreto.

O coronelismo baseado na posse do gado e das terras foi sendo carcomido, vendo a política mudar na capital, com a industrialização do país. Apesar da sobrevida com as alianças políticas, o Norte de Minas foi se transformando com a chegada das grandes empresas, que, dispondo de capital, foram reconcentrando a propriedade da terra. A dominação foi se modernizando.

O futuro foi chegando à região e nunca, ao mesmo tempo, como miragem ou utopia para a maioria. Um exemplo das contradições deste arrastado processo de mudança se deu em Salinas, município política e economicamente forte na época do coronelismo. Até o segundo período getulista, Salinas tinha mais força política que Montes

Claros. Em 1953, Getúlio Vargas era presidente do Brasil, o governo federal criou a Escola Agrícola Federal de Salinas. Milhares de jovens do Norte e Nordeste de Minas tiveram uma primeira oportunidade de fazer um curso técnico. Mas poucos tiveram aí um curso terminal; as escolas agrícolas foram usadas como primeira etapa na busca da universidade, no país dos bacharéis. Em geral, não diplomaram jovens para se inserirem nas economias familiares; eles migravam para cursarem o terceiro grau ou para trabalharem em empresas como as que fizeram desmatamento gigantesco para a monocultura extensiva do eucalipto.

A economia de Salinas no passado devia sua pujança ao gado. As pedras preciosas e semipreciosas renderam muito e financiaram a pecuária. Mas sempre foi um negócio miserável, de contrabando e perversidades, em benefício exclusivo das famílias dominantes conectadas com o mercado internacional. Hoje, Salinas deve sua principal fonte de renda à indústria da cachaça, que acabou por se internacionalizar e é baseada na capacidade social da própria região. A pecuária passou para segundo plano. Muito pouco a pouco, estas duas iniciativas tiveram um protagonismo positivo através do planejamento e ações do Estado. A Sudene foi a maior tentativa, mas trazendo empresários de fora, sobretudo para Montes Claros e Pirapora, procurando sugar o máximo nas tetas da União e se caracterizando pela ação predatória sobre o meio ambiente e o descompromisso social.

O desmatamento seguido da monocultura extensiva de eucalipto e financiamentos do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste tiveram impactos importantes na construção da atual paisagem regional. Houve a expansão de cursos particulares técnicos e superiores para jovens que buscam qualificação para terem vez nas novas oportunidades de trabalho. É nesta conjuntura que estamos atualmente. É o nosso desafio.

SEGUNDA PARTE

A questão da gestão ambiental das bacias hidrográficas no Semiárido

A gestão eficaz e eficiente das bacias hidrográficas pode assegurar água em quantidade e qualidade para o desenvolvimento do Semiárido. E mais: conservar e recuperar o solo, protegendo a terra para a agricultura e protegendo os rios do assoreamento. Sem estas soluções básicas outras iniciativas para o desenvolvimento regional fracassarão.

A sociedade do Semiárido precisa se mobilizar para participar da gestão das águas, que é necessariamente por bacia hidrográfica. Qualquer projeto de intervenção num curso d'água não pode ser realizado apenas considerando as realidades locais ou municipais. A água e o meio ambiente não são compreensíveis e nem metodologicamente trabalhados com racionalidade sem visão baseada no conjunto do território da bacia – sub-bacias, micro bacias etc. E esta visão de bacia precisa integrar-se com os ecossistemas perpassantes e contíguos às bacias limdeiras, formando uma dimensão anatômica e fisiológica de maior dimensão, a ser cotejada com as questões geológicas, sociais, econômicas e da divisão político-administrativa do território. O município não é base territorial de pensar a gestão das águas de uma bacia, sob risco de grandes tragédias à jusante e à montante, de acordo com a natureza da intervenção. Vejo com muita desconfiança os Codemas, órgãos na maioria das vezes engessados pelas disputas eleitorais e interesses patrimoniais municipais, dominados por referenciais metodológicos inadequados à gestão ambiental.

A lei federal 6938 de 1981, que criou o Sistema Nacional do Meio Ambiente, e a lei federal 9433 de 1997, que criou o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, e suas congêneres estaduais, acabaram separando no tempo e nos paradigmas uma realidade indissociável: a gestão ambiental das águas. Meio ambiente e águas

são como unha e carne num determinado território. A noção de território ou locacional é condição fundamental para a gestão, condição necessária e *sine qua non*. Ao proceder aos processos administrativos de licenciamentos de empreendimentos e às outorgas de uso das águas, estaremos diante de um ato de responsabilidade em gestão ambiental impossível de ser cumprido, principalmente se faltarem duas condições básicas: a integração da gestão ambiental e das águas; e a possibilidade de medir os efeitos sinérgicos e cumulativos destas decisões, só possível no território da bacia hidrográfica. As leis a que nos referimos e outras atinentes à gestão podem ser acessadas no *site*: http://www.mma.gov.br/estruturas/secex_conjur/_arquivos/108_12082008084425.pdf

A irresponsabilidade na gestão ambiental é um crime político. Concretiza-se através de atos administrativos lesivos ao meio ambiente. Os gestores não podem alegar obediência à legalidade formal diante de evidências como a transformação dos rios em esgotos, transformação dos rios em avenidas, as mortandades de peixes e a transmissão de doenças de veiculação hídrica. A irresponsabilidade ambiental fica flagrante quando: primeiro, desintegra-se meio ambiente e água; segundo, na ausência de definição locacional como base aglutinadora das demandas por licenciamento e outorgas; e terceiro, quando há decisões sem apoio em dados confiáveis sobre limites de lançamentos, vazão e a qualidade do enquadramento proposto para uma dada bacia hidrográfica. Estas ações configuram crime de responsabilidade, trata-se de prevaricação, pois se a lei ainda não obriga, mas também não proíbe, e o que prevalece é a preservação do meio ambiente e da vida vegetal e animal, obrigações da sociedade e do Estado brasileiro. Cabe ao gestor competente e compromissado advertir ao poder legislativo, ao judiciário e à sociedade sobre a necessidade de alteração de normas legais caducas, de que tem conhecimento; assim como as empresas não têm o direito de se valerem de omissão legal para praticar atos que conscientemente sabem prejudicar o interesse social e do meio ambiente. A consciência precede às normas. Pior é agir deliberadamente para protelar alterações das normas para tirar proveitos particulares.

Sobretudo no Semiárido brasileiro nada justifica comprometer a quantidade e a qualidade das águas, importante meio de sobrevivência vegetal e animal de todas as espécies, e fator de produção insubstituível. Um dos problemas fundamentais na gestão das águas e fator de promoção da seca é o desmatamento. Que opção a sociedade deve fazer?

A organização dos comitês de bacias hidrográficas são instrumentos importantes na gestão, pois têm o poder de elaborar o plano diretor da bacia hidrográfica e definir o enquadramento das águas da bacia e sub-bacias afluentes, segundo classes de qualidade, conforme a Resolução Conama 357 de 2005. O *site* anteriormente citado permite fazer esta consulta. Desta forma, nenhum licenciamento de empreendimento ou outorga de uso de água poderá ser concedido sem absoluta obediência às restrições previstas pelo enquadramento. Mas esta não tem sido a regra; pelo contrário, tem sido a exceção. Ao arrepio da lei e dos conhecimentos científicos e técnicos. Em geral não se cria mecanismos eficientes de gestão porque, assim, não é necessário se curvar, e, em alguns casos, por pura ignorância mesmo. Esta sociedade não tem o direito de lamentar os desastres ambientais que provoca nem lançar a culpa na natureza.

Um comitê de bacia hidrográfica é um conselho de Estado composto por conselheiros indicados por três segmentos: sociedade civil devidamente organizada em representação de interesse na bacia; empresas usuárias de água para fins econômicos; órgãos de governo em todos os níveis, dependendo da dominialidade do território. Trata-se do mais democrático instrumento de gestão do Estado brasileiro em lento processo de implantação, por enquanto na teoria. Pois na quase totalidade dos casos os CBHs (Comitês das Bacias Hidrográficas) não dispõem de instrumentos executivos e não passam de parlatórios. As decisões continuam centralizadas.

A representação nos CBHs é paritária, mas há diferenças segundo as leis estaduais congêneres, que não trataremos neste espaço. O objetivo dos CBHs é garantir a gestão democrática e descentralizada dos conflitos de interesses, criando uma espécie de condomínio

para garantir os múltiplos usos das águas de uma bacia hidrográfica. Apenas um setor da economia não pode ter o monopólio do uso das águas; nem um dos segmentos. Na legislação está prevista a cobrança pela água bruta utilizada, seja uso consuntivo ou não-consuntivo: ou seja, que são ou não incorporados total ou parcialmente ao peso do produto e transportados para fora da bacia. Os recursos arrecadados na cobrança têm os percentuais definidos e serão geridos segundo decisões do plenário dos CBHs, que são órgãos políticos; e as ações executivas ficarão por conta de uma agência de bacia ou entidade equiparada, autorizada pelo Estado e controlada politicamente pelo plenário dos CBHs. Os recursos só poderão ser gastos em projetos na própria bacia e garantindo a concretização das decisões priorizadas pelos CBHs. As despesas com custeio da administração da agência não podem exceder a 7,5% do arrecadado. O governo não pode contingenciar nem anexar esta arrecadação ao tesouro estatal.

No Semiárido as preocupações com os rios devem priorizar a qualidade das águas e sua quantidade, tendo clara a importância essencial das chuvas. A quantidade de águas pode aumentar muito através de cuidados para não impermeabilizar o solo, como a utilização de técnicas de conservação de solo, combate ao desmatamento e combate à erosão. Podemos potencializar o volume de água de chuva captada seja por percolação natural ou forçada no solo, através de técnicas de coleta e armazenamento tecnogênicas adaptadas às condições do meio e dos produtores rurais. As “barraginhas” são um dos caminhos. Há outros mais simples, naturais e baratos, que qualquer um pode fazer só com o trabalho da família ou algum mutirão, desde que compreenda a lógica da relação solo/água. O tratamento de esgotos prévio a qualquer lançamento de efluentes nos cursos d’água, sejam domésticos, comerciais, laboratoriais, industriais, agrícolas e da produção animal é um imperativo. As tecnologias podem variar e se adaptar às condições. Também a coleta e disposição final dos resíduos sólidos, com reciclagem ambiental devem ser condutas obrigatórias. Estas ações quando conscientes revertem o quadro de penúria do Semiárido e garante a biodiversidade vegetal e animal do território,

sua maior riqueza. Incluímos aqui a qualidade do solo, das águas, de toda a flora e fauna e do ar.

A mobilização dos três segmentos, mas especialmente da sociedade civil, são molas propulsoras dos CBHs. Sem esta mobilização não há mudanças de paradigma e os CBHs podem virar um balcão de negócios. Governo e empresas só mudam suas atitudes por ação da sociedade civil. Um dos fatores mais positivos que conseguimos na bacia do Rio das Velhas foi a criação do imaginário da volta do peixe e da proposta de trabalhar por metas. Os objetivos e os prazos constituem a meta; sem prazos não se cria a tensão do compromisso e da realização. Sem metas não se separa o joio do trigo na administração governamental, pois faz parte do ritual político não discordar de objetivos nobres, desde que não se seja compelido a apresentar resultados e planos orçamentários para execução.

Através da mobilização social por bacia e da gestão compartilhada e descentralizada fugimos do denunciismo e dos debates com finalidade meramente ideológica e eleitoreira. O território e as prerrogativas municipais não são as referências mais importantes nas decisões relativas à gestão das águas e do solo, lembrando aqui que águas superficiais e profundas estão integradas. Os CBHs e a mobilização por território de bacia, incluindo aí seus ecossistemas perpassantes, trazem o desenvolvimento de uma nova cultura das águas. Nova cultura tendo as águas como eixo de mobilização, eixo de monitoramento, eixo de gestão e de planejamento de um território. Território ainda não contaminado pelo eleitoralismo e pela visão condicionada da política partidária. Os municípios e os partidos se dividem por questões secundárias, visto colocarem a todo o tempo a questão eleitoral e pessoal. A bacia hidrográfica e os ecossistemas têm o DNA da formação da vida na Terra e não da colonização pelas capitânias hereditárias, sesmarias, latifúndios e consequentes currais eleitorais, mais tarde regulamentados como base da divisão político-administrativa da federação, com todos os vícios congênitos e de herança.

Bibliografia

- HERINGER-LISBOA, A. *Octaciliada* – uma odisséia do Norte de Minas. Belo Horizonte: Canaã, 1992.
- HERINGER-LISBOA, A. *Escândalo no Arraial das Formigas*. Belo Horizonte: Coopmed, 1991.
- HERINGER-LISBOA, A. *et alli*. *Projeto Manuelzão* – A história da mobilização que começou em torno de um rio. Projeto Manuelzão. Belo Horizonte, 2008.
- Transposição- Águas da Ilusão, 2007. Projeto Manuelzão. Belo Horizonte.
- SPIX E MARTIUS. *Viagem pelo Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/USP, 1981, vol. 2.
- SAINT-HILAIRE, A. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia/USP, 1975.
- Uma realidade chamada Ruralminas. Provárzeas – Programa de aproveitamento de várzeas. Ruralminas. 244 p. Belo Horizonte, 2007.

Sites da transposição

www.fundaj.gov.br
www.joaosuassuna.hpg.ig.com.br
www.manuelzao.ufmg.br
www.mi.gov.br
www.bancomundial.org.br
www.asabrazil.org.br
www.ana.gov.br
www.ecodebate.com.br
www.asabrazil.org.br
www.emrespeitoaovelhocico





Agroecologia e economia solidária: a experiência da Rede Terra Viva

Carolina de Moura Campos¹

Apresentação

Este texto apresenta uma experiência concreta que nos mostra um hábito de vida alternativo frente aos inviáveis padrões de produção e consumo praticados em todo o mundo. Com foco em cuidar da saúde do planeta e de seus habitantes, a Rede Terra Viva cria uma nova relação com o alimento, a terra e a cidade, em uma conexão direta entre a agricultura familiar e o cidadão urbano: um laço de solidariedade, valorização e respeito à diversidade da vida.

Identificando o problema: a história do caos

Foi com velocidade que o ser humano se colocou à beira do caos. O início da agricultura aconteceu há cerca de 10 mil anos, quando o homem começou a domesticar plantas e animais. O trabalho era baseado no esforço manual e a produção com rica variedade. Uma

1. Jornalista. Diretora da ONG *4 Cantos do Mundo*.
carolcampos@4cantosdomundo.org.br



sequência de avanços tecnológicos e conhecimentos trouxeram benefícios do ponto de vista desenvolvimentista e muitas mazelas, se o olhar considerar o ambiente, a biodiversidade e a sustentação da vida.

O atual modelo da agricultura convencional, baseado na monocultura e no uso indiscriminado de produtos químicos é algo novo, se pensarmos na história da espécie humana no planeta. A Revolução Industrial e as duas grandes guerras mundiais possibilitaram o desenvolvimento da indústria química e mecânica que geraram excedentes de nitrato de amônia. Após a obsolescência da indústria da guerra, o investimento foi direcionado para a industrialização do alimento, fato conhecido como a Revolução Verde². Assim, deu-se início à desestruturação do solo e dos ciclos harmoniosos da natureza. Os fertilizantes químicos e agrotóxicos (herbicidas, inseticidas e fungicidas) ocasionaram a perda da diversidade, o surgimento de pragas e plantas doentes, a destruição de ecossistemas, a má distribuição de terras e a contaminação do planeta.

A rápida disseminação da agricultura industrial em todas as regiões do planeta se fez com avanço de modelos de produção e distribuição de alimentos em larga escala subsidiados energeticamente pelo emprego intensivo de combustíveis fósseis. A dinâmica expansiva da agricultura industrial impôs as monoculturas e os sistemas alimentares globalizados sobre os sistemas tradicionais de produção e abastecimento alimentar fundamentados na natureza, nos cultivos locais, na diversidade cultural e em outros fatores endêmicos. Dessa forma, a agricultura fundamentada no carbono vivo e reciclável foi sendo substituída por um estilo de produção e consumo estruturalmente dependente do carbono morto e não-

-
2. **Revolução verde** refere-se à invenção e disseminação de novas sementes e práticas agrícolas que permitiram um vasto aumento na produção agrícola em países menos desenvolvidos durante as décadas de 1960 e 1970. O modelo se baseia na intensiva utilização de sementes melhoradas (particularmente sementes híbridas), insumos industriais (fertilizantes e agrotóxicos), mecanização e diminuição do custo de manejo. De uma forma crítica, a “Revolução Verde”, proporcionou através destes pacotes agroquímicos a degradação ambiental e cultural dos agricultores tradicionais. Esse ciclo de inovações se iniciou com os avanços tecnológicos do pós-guerra. Fonte: WIKIPEDIA – www.wikipedia.org

reciclável. Resulta desse processo que a agricultura e os sistemas de abastecimento humano respondem atualmente por pelo menos um quarto da emissão global dos gases de efeito estufa.

As monoculturas constituem um imperativo da lógica econômica do sistema agroalimentar global, já que só através delas torna-se possível a padronização necessária para o aumento crescente da escala de produção, transformação e transporte de alimentos. Além de contribuir decisivamente para a emissão dos gases de efeito estufa à atmosfera, este sistema é altamente vulnerável aos extremos climáticos (secas, excessos de chuvas e de calor, furacões, etc.) que tenderão a se acentuar com o aquecimento global. (PETERSON, 2009, p.1)

Dessa maneira, a humanidade mudou em pouco mais de 50 anos a face da Terra de maneira praticamente irreversível, como nunca em toda sua história de milhares de anos no planeta. No trecho citado acima, Peterson lembra o maior desafio da atualidade, fruto da própria ação humana: a mudança global do clima.

De acordo com recentes relatórios divulgados pela Comissão Econômica da ONU para América Latina e o Caribe (CEPAL) e pelo Banco Mundial, a América Latina está entre as regiões mais vulneráveis ao aquecimento do planeta. Vale destacar que a mudança no clima não é algo que põe em perigo o futuro da humanidade e da Terra, elas já estão acontecendo, hoje, agora. A temperatura média global já aumentou pouco menos que um grau Celsius, gerando consequências como o recuo das geleiras; ampliação de áreas desérticas; danos causados a pântanos e a zonas costeiras; o risco de retração das florestas da Bacia Amazônica; e um aumento dos desastres climáticos (BORN, 2009).

Já é consenso na comunidade científica que o impacto dos agrotóxicos na saúde das pessoas e no ambiente é grave e não afeta apenas os trabalhadores que manipulam diretamente o veneno, mas sim todos os participantes da cadeia, desde a produção desse insumo, até o consumidor final. Presente não só nas frutas, verduras e legumes, o veneno está também na carne dos animais, na medida em que os mesmos são alimentados com produção tratada com agrotóxicos.

Wanderlei Pignati, médico e professor da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), explica que o veneno atinge tanto aqueles que vivem na zona rural quanto urbana. Na rural todos moram no meio da plantação, ou seja, mergulhados em agrotóxico. Mas os que moram na zona urbana, nas periferias que são próximas às plantações, também se contaminam. “O veneno se espalha pelo ar, [...] é disseminado com o vento para longas distâncias, penetra no solo atingindo lençóis freáticos e contaminando a água, e quando evapora da terra, condensa e cai sobre a população como chuva tóxica”. Wanderlei explica que “existem graduações de intoxicação, que estão ligadas ao nível de contato das pessoas com o agrotóxico. [...] Em doses baixas o agrotóxico pode contribuir para o desenvolvimento de cânceres, diminuição da sensibilidade visual, auditiva, motora e, em alguns casos, contribui para o desenvolvimento de doenças como Parkinson. O contato com doses maiores pode causar depressão, lesões neurológicas e ainda graves problemas cardiorrespiratórios que podem levar à morte”. (NIKIFOROS, 2009, p.11)

Para manter ilusões e um padrão de consumo vazio em sua essência estamos, literalmente, envenenando nós mesmos e o ambiente em que vivemos. E o mais cruel é nossa dependência desse ciclo vicioso: quanto mais química se usa na terra, mais terá que usar para produzir; quanto mais se alimenta uma ilusão de consumo, mais se vai precisar dela para suprir suas carências. É a destruição da diversidade da vida e o esgotamento das matérias-primas básicas para a sobrevivência humana. E não para por aí. Além da contaminação do solo, da água, do corpo e do ar, corações e mentes também são poluídos.

Diante das complexas e conectadas crises – climática, energética, alimentar, ética, leia-se civilizatória em análise mais profunda – não restam dúvidas de que a situação é crítica e que as consequências para a vida na Terra poderão ser definitivas. Se não houver uma rápida mudança de rumos, não mais será possível alterar a rota. É preciso ousadia para rever e escolher outra trilha. Na realidade, sabe-se que a história da humanidade é marcada por crises, são elas que possibilitam as transformações, se a situação é estável não há motivos para

mudanças. A grande questão que se apresenta hoje é que a atual crise está em um nível de autodestruição planetária.

Mas nem tudo está perdido. A magnitude do caos evidencia a inviabilidade econômica, ecológica e social dos padrões tecnológicos da Revolução Verde, assim como coloca em xeque a lógica de desenvolvimento a qualquer custo. Em toda crise há uma oportunidade. É hora de desenhar uma nova forma de viver no mundo e organizar a sociedade para a transição.

Rever o consumo: o primeiro passo

Diante de tal contexto, é clara a necessidade de ações urgentes. Vários são os espaços e oportunidades para prática diária de atitudes transformadoras. Rever hábitos é necessário tanto no ambiente urbano quanto no rural.

Na terra, agroecologia

O termo Agroecologia vem da união entre as palavras agricultura e ecologia, e tem como pilar a dinâmica da natureza. É uma ciência multidisciplinar que valoriza a agrobiodiversidade. Baseada na mão de obra familiar e em sistemas produtivos complexos e diversos, adaptados às condições locais, a agroecologia propõe a combinação da ciência e de saberes contemporâneos com conhecimentos acumulados através dos séculos pelos agricultores e agricultoras. Dessa maneira, são geradas práticas que não trabalham contra a natureza e sim a seu favor, em harmoniosa relação. Com gratuidade e carinho, a terra fornece fartura e variedade.

Uma pequena comparação ajuda a compreensão das diferenças básicas entre o sistema convencional de produção de alimentos e o agroecológico:

CONVENCIONAL	AGROECOLÓGICO
Intenso revolvimento do solo (solo apenas como suporte para as plantas)	Pouco revolvimento do solo (solo como organismo vivo)
Uso de adubos químicos altamente solúveis	Uso de adubos orgânicos
Uso de produtos químicos no controle das pragas	Uso de medidas preventivas e produtos naturais
O mato é considerado erva daninha, e é controlado com herbicidas	O mato é considerado como amigo, e seu controle é preventivo, manual ou mecânico
Médio teor de Nitrato	Baixo teor de Nitrato
Poluição das águas e degradação do solo	Preservação do solo e das fontes de água

Aprofundando a reflexão, observa-se que mais do que apenas uma forma de produção agrícola, a agroecologia é uma postura política, na medida em que representa uma ferramenta efetiva para ruptura com o falido e criminoso método de produção de alimentos baseado na disseminação de veneno e destruição da saúde. Seja na produção ou no consumo, a agroecologia é a oportunidade de exercer a responsabilidade que todos os cidadãos possuem de cuidar da Terra.

Seus sistemas agrícolas, além de benefícios ambientais como a conservação da biodiversidade, das matas ciliares e nascentes, promovem o crescimento econômico e social no meio rural, ampliando assim a dignidade do produtor e seu potencial de resistir a situações adversas, sejam elas climáticas ou econômicas. É importante destacar outro atributo, relevante em tempos de crises e incertezas: a sua maior capacidade de adaptação às mudanças climáticas, além de constituírem sistemas pouco emissores de gases de efeito estufa, que tem a capacidade de, ao mesmo tempo, sequestrar e concentrar carbono na biomassa (MORAIS; CARVALHO; SOUSA, 2009, p.17).

A resistência aos períodos de seca e calor é outra qualidade que demonstra a eficiência dos sistemas agroflorestais. A abundante biomassa vegetal ajuda a reter umidade no sistema e a criar um microclima mais ameno, reduzindo os efeitos da falta de água e do

calor excessivo. Em suma, a implantação de sistemas de produção agrícola que mimetizam a natureza é de fundamental importância para adaptação dos agricultores familiares a um contexto de crescente incerteza climática. (GONÇALVES, 2009, p.9)

Face às ameaças apresentadas pelos extremos climáticos, é desejável e necessário para a segurança alimentar que os sistemas agrícolas tenham capacidade de resistir aos choques externos sem ter comprometida sua integridade e capacidade de produção. Esse atributo é definido como resiliência, conceito utilizado em diversas áreas:

Resiliência é um conceito oriundo da física, que se refere à propriedade de que são dotados alguns materiais, de acumular energia quando exigidos ou submetidos a estresse sem ocorrer ruptura. Em Ecologia, resiliência, é a capacidade de um determinado ambiente de retornar ou retomar sua forma original ou originária após uma perturbação. (WIKIPEDIA, disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Resili%C3%Aancia>, acessado em 15 setembro 2009)

Várias associações da agricultura familiar e redes solidárias estão desenvolvendo estruturas de produção e consumo resilientes. São iniciativas que constroem relações baseadas em uma visão de mundo que tem como tripé a sustentação econômica, social e ambiental, regada por uma dose de valorização e respeito do saber e cultura local. O caos foi criado por nós mesmos e somos nós que temos que achar as soluções para sairmos dele. Um caminho já mapeado como estratégico, é a organização social e união de pessoas em redes colaborativas. Um ambiente propício para a real prática da responsabilidade individual e coletiva.

Uma entre tantas histórias é a da Associação de Moradores, Agricultores e Apicultores da Lapinha, Ama a Lapinha, localizada a 12 km do município de Morro do Pilar, Centro Norte de Minas Gerais, na área de entorno do Parque Nacional Serra do Cipó, pertencente à porção sul da Serra do Espinhaço, e da Rede Terra Viva, que tem o apoio da ONG 4 Cantos do Mundo, cuja sede está em Belo Horizonte.

Com a missão de valorizar o modo de vida rural, simples e verdadeiro, melhorando as condições sociais, culturais, ambientais e econômicas através do aproveitamento dos produtos excedentes da região, a Ama a Lapinha abriu um novo horizonte de trabalho com a introdução e aprimoramento de técnicas agroecológicas. As possibilidades de produção ampliaram e como consequência novos desafios surgiram, principalmente aqueles relacionados ao processamento e comercialização dos produtos.

Isolada pelas condições geográficas e sociais, a comunidade da Lapinha busca manter sua cultura e modo de vida preservado, desenvolvendo uma agricultura de subsistência baseada no trabalho familiar manual, sem o uso de máquinas e equipamentos, insumos ou sementes híbridas. As pequenas propriedades primam pelo desenvolvimento de culturas mistas e rotação de áreas para agricultura e manejo do solo.

O cultivo consorciado, que consiste em cultivar duas ou mais espécies ao mesmo tempo, no mesmo local, é praticado, por exemplo, nas áreas de café agroflorestal que são enriquecidas com culturas de frutas como bananas, cana-de-açúcar, mamão, laranja, abacate, lichia, entre outras. Dessa maneira, as frutas preenchem os vazios da safra do café, além de criar um microecossistema mais resistente, que permite também melhor aproveitamento da terra. Existe também o manejo do pasto apícola, pois após a florada do assa-peixe ocorrem as podas para a entrada de mais luz.

A dependência em apenas um ou dois tipos de culturas aumenta consideravelmente a vulnerabilidade dos sistemas agrícolas. A perda de uma lavoura pode comprometer significativamente a segurança alimentar das famílias e comunidades. Tal diversificação de culturas com a produção de cultivos alimentares, frutas e hortaliças, permite que uma quantidade maior de alimentos fique disponível ao longo do ano. (SHAH; AMETA, 2009, p. 27)

Com a diversificação das culturas é possível ter uma alimentação mais saudável e variada. A seleção de um consórcio depende

das condições do solo, da topografia e das demandas específicas de cada família. Elmar Amíncio dos Santos, produtor associado à Ama a Lapinha, relata sua experiência:

Há dois anos plantei mil mudas de café agroflorestal. A cada 12 mudas plantei uma muda de banana, além de abacateiros e outras frutíferas. O café começou a produzir este ano, em baixa escala, entretanto estava perdendo as bananas, pois a produção é excelente. Em parceria com a Associação instalamos um desidratador, no qual as bananas passam pelo processo de desidratação e depois são levadas para comercialização em feiras de economia solidária. Estou muito feliz.



Consórcio de culturas: café com banana. *Foto:* Lucas Miyahara

A comunidade da Lapinha também tem um minhocário para adubação da terra, hortaliças em pequenas parcelas e plantio de árvores em áreas degradadas. Com essas e outras ações, outros princípios da agroecologia são seguidos, como a compostagem, a sucessão natural, a adubação verde e a manutenção da cobertura morta, usada para reduzir a evaporação, assim como para prevenir a erosão do solo. Ela aumenta a infiltração de água e ajuda a evitar que as camadas

superficiais sejam carregadas pelo escoamento superficial de água. “Estamos todos aprendendo dia após dia, a aproveitar desde os restos dos nossos alimentos até a matéria orgânica que sai dos nossos roçados, conviver com as árvores e ervas como nossas parceiras e aproveitar ao máximo tudo que tem ao nosso redor”, afirma Lucas Miyahara, coordenador da Ama a Lapinha.



Criação de minhocas para adubação da terra. *Foto: Lucas Miyahara*

Merece atenção o consórcio entre culturas agrícolas e a criação de animais. Na Lapinha foram implantadas caixas de abelhas em torno dos quintais agroecológicos, a fim de se ter uma produção de mel tanto para o consumo das famílias como para comercialização e ampliação da renda. A apicultura é uma atividade que alia produção e conservação, pois os pastos apícolas são florestas e matas nativas. A qualidade do mel depende do meio onde as abelhas vivem. Quanto mais harmônico for o ambiente, melhor será o mel produzido.



Legenda: Interação cultivo criação. Foto: Lucas Miyahara

Na perspectiva da soberania e segurança alimentar, além da continuidade dos sistemas agroecológicos, é fundamental a coleta de sementes para o plantio no ano seguinte, além do resgate de sementes nativas e a manutenção de um banco de sementes. Esta é uma tentativa de reviver, sob uma nova forma, os velhos sistemas locais de abastecimento (SHAH; AMETA, 2009, p. 27).

Com a mobilização e organização da Associação, a comunidade da Lapinha conseguiu apoio do Centro de Apoio Socioambiental (www.casa.org.br) para a construção da Casa de Feitio, espaço equipado para o processamento e armazenamento dos alimentos. Além de ampliar as ferramentas e alianças para a produção, a Ama a Lapinha iniciou um trabalho político, que articula parcerias e exerce o monitoramento e a cobrança de políticas públicas que estimulem a ampliação dos sistemas agroecológicos, assim como a qualidade de vida da comunidade e a conservação ambiental da região. Sabe-se que somente com organização, investimento e vontade política será possível dar escala para as boas práticas.

Sabe-se que toda transição é gradual. A implantação de um sistema agroecológico não é diferente. Ao mesmo tempo em que é

um resgate de práticas ancestrais, a agroecologia também traz uma série de conhecimentos e inovações que representam uma mudança no comportamento do agricultor, fato que pode não ser aceito com facilidade. Os agricultores compreendem muito bem tanto o manejo tradicional, como os rápidos resultados alcançados com adubos químicos e só aceitarão novas ideias e abordagens após avaliá-las. Uma vez convencidos de seus benefícios e com a devida dignidade no trabalho e renda, eles passarão a incorporar novas práticas.

Por esta razão, considera-se relevante estimular os processos “de baixo pra cima”. Políticas públicas e organizações da sociedade civil que trabalham com o tema, devem valorizar a participação ativa, as opiniões, avaliações e demandas dos próprios agricultores. Afinal, são elas as pessoas mais adequadas, que mais conhecem a realidade local e que possuem maior capacidade de mobilização das comunidades para ampliação da sustentabilidade social dos processos. A confiança é um forte elemento, sabe-se que somente com um trabalho sério e um esforço permanente ela é de fato conquistada.

Como já comentado sobre os malefícios dos venenos para saúde, avalia-se que é importante destacar os benefícios dos produtos agroecológicos, além, é claro, de todos os pontos positivos do ponto de vista econômico, social e ambiental, também já citados anteriormente. Tais produtos possuem maior valor nutricional, vitalidade, disponibilidade protéica, abundância de ácidos orgânicos não nitrogenados e durabilidade e ainda possuem cor, textura, sabor e odor autênticos.

Na cidade, economia solidária

O acesso ao mercado é um fator determinante para o funcionamento e ampliação dos sistemas produtivos familiares. As redes alternativas de comercialização desempenham, assim, um papel estratégico no processo de transição para a agroecologia.

A Rede Terra Viva é uma teia solidária de circulação de mercadorias e serviços, além de espaço de convivência, troca e aprendizados. A missão da Rede é organizar a produção, a compra, a venda ou a troca de produtos orgânicos, agroecológicos, artesanais e saberes, cuidando da vida e da saúde da rede de associados e do planeta, por meio dos princípios da cooperação e da economia solidária.

Nasceu em 2006, com um grupo de pessoas residentes em Belo Horizonte interessadas em alimentação saudável. Tudo começou com reuniões, diálogos e grupos de trocas que duraram cerca de quatro meses, quando foram efetivadas as atividades experimentais. Algo sempre presente na Rede é o objetivo de proporcionar benefícios mútuos para os produtores e consumidores. De lá pra cá, estão sendo testadas alternativas estruturais para viabilizar o comércio justo e o consumo consciente, enfocando o trabalho e as relações humanas.

A primeira experiência foi a feira virtual. Uma planilha com os produtos disponíveis era enviada por e-mail, os consumidores retornavam com seus pedidos, depositavam o valor da compra (que aparecia automaticamente na planilha) e recebiam os produtos em casa. Essa experiência funcionou por cinco meses, até que as três pessoas que trabalhavam voluntariamente não tinham mais condições de seguir com a atividade. Para que o movimento não terminasse ali, a ONG 4 Cantos do Mundo foi convidada para contribuir. Foram realizados seminários participativos, no princípio de 2007, com a presença de produtores e consumidores, para redefinição dos rumos da Rede Terra Viva.

A decisão do grupo definiu uma nova trajetória para Rede. Seu funcionamento foi desenhado como uma cooperativa informal de produtores e consumidores, com benefícios e responsabilidades para ambos. Neste formato que funciona até hoje, as famílias se associam ao movimento e contribuem com 30 reais a cada trimestre, valor revestido para remuneração de um profissional que trabalha com comunicação, organização das feiras e atendimento aos associados e clientes e demais investimentos necessários.

As relações não são apenas de compra e venda, são laços de cooperação e solidariedade. A gestão é realizada por meio de encontros

participativos e as decisões são tomadas por consenso. As pessoas que contribuem mais efetiva e sistematicamente são chamadas de Colaboradoras Organizacionais. As reuniões entre tais colaboradores são chamadas Encontros Vivos.

O principal benefício do consumidor é ter acesso a alimentos saudáveis, produzidos com carinho e cuidado com a Terra, por um preço justo. Tem ainda a oportunidade de dialogar diretamente com o produtor e compreender os detalhes e todo o caminho percorrido pelo alimento até chegar a sua mesa. Já os produtores têm seu trabalho reconhecido e valorizado, e acesso a um espaço diferenciado para a divulgação e comercialização de seus produtos. Foi criada também a rede de parceiros, formada por Instrutores de Yoga, nutricionista, escola de inglês, espaços de entretenimento e psicoterapeutas, que prestam seus serviços por valores especiais para os associados.

O termo resiliência também pode ser empregado para descrever os sistemas econômicos que absorvem melhor os choques ou as constantes flutuações do mercado. As estratégias de comercialização e a forma como os agricultores se inserem no mercado são, nesse sentido, fatores determinantes para o sucesso do empreendimento agrícola. Em geral, as redes locais e regionais de comercialização, que aproximam produtores e consumidores são mais adequadas à realidade dos agricultores familiares e ao chamado desenvolvimento sustentável. (GONÇALVES, 2009, p.9)

Inicialmente era realizada uma feira a cada três meses. Depois se tornaram mensais. Em 2008, a Rede começou a organizar duas feiras por mês. Em seguida, acreditando no potencial de crescimento e no maior envolvimento tanto dos produtores como dos consumidores, o movimento está experimentando a realização de feiras semanais. Elas são realizadas todos os sábados, de 9h às 13h, à Rua Mármore, 258, no bairro Santa Tereza, em Belo Horizonte/MG. O telefone para contato é 31 3461-6851.



Contato direto entre produtor e consumidor e valorização mútua.

Foto: Guatasara Pousas

Paralelo à ampliação das feiras presenciais, o grupo de compras é outra ação que gera relevante benefício aos associados. São compras coletivas de produtos não perecíveis, como arroz, feijão e molhos, que chegam até o consumidor por um preço bem mais acessível, na medida em que os pedidos são maiores e sem atravessadores.

Seguindo experiências de outras redes alternativas de comercialização, a Terra Viva pensou em oferecer cestas semanais entregues em domicílio. Foram desenhados formatos: básica, integral, família e individual. No entanto, após longo debate entre os colaboradores organizacionais, a definição considerada mais estratégica foi a ampliação das feiras presenciais. O principal objetivo das feiras semanais é a criação da cultura agroecológica. Os associados não terão mais que aguardar o dia da feira, e enquanto este dia não chega, ir ao supermercado. Ele poderá, semanalmente, adquirir produtos saudáveis, além de estimular a agricultura familiar agroecológica e conviver em uma rede formada por pessoas que compartilham os mesmos ideais.

Se comparados com o preço dos supermercados, sem dúvida alguma, os valores praticados nas feiras são mais elevados. O consumidor

tem que ter consciência de sua escolha e compreender que paga mais pela saúde dele, de sua família e do planeta. É necessário levar em consideração os valores agregados dos produtos trabalhados na rede.

Movimentos como estes tendem a se fortalecer, tendo em vista que a transição das cidades é inevitável. Cerca de 80% da população mundial está nas cidades. Até quando o planeta terá condições de suprir as necessidades básicas, como água, alimentação e energia para os grandes centros urbanos? Não será necessário estabelecer outras práticas e hábitos de consumo?

Cada ser vivo necessita de uma quantidade mínima de espaço natural produtivo para sobreviver. Os humanos, neste e noutros aspectos, são semelhantes às outras espécies. Na verdade, a nossa sobrevivência depende da existência de alimentos, de uma fonte constante de energia, da capacidade de os vários resíduos que produzimos serem absorvidos e, assim, deixarem de constituir uma ameaça, bem como da disponibilidade de matérias-primas para os processos produtivos. Contudo, o consumo tem aumentado significativamente, bem como a população mundial, pelo que o espaço físico terrestre pode não ser suficiente para nos sustentar. Para assegurar a existência das condições favoráveis à vida que ainda hoje existem teremos que viver de acordo com a capacidade de carga do planeta. [...] E foi assim que nasceu o conceito de “Pegada Ecológica”. Criada por William Rees e Mathis Wackernagel (que se basearam no conceito de “capacidade de carga” e noutros como o “emergy” e o “MIPS”), a Pegada Ecológica permite calcular a área de terreno produtivo necessária para sustentar o nosso estilo de vida.

Fonte: <http://www.esb.ucp.pt/gea/myfiles/pegada/pegada.htm>

A Rede Terra Viva é, portanto, uma aliança que permite o real fortalecimento de um ciclo responsável que prima pela segurança alimentar, a utilização inteligente da terra e a redução da pegada ecológica do cidadão urbano.

Erros e acertos fazem parte do processo. Em cada avanço, a Rede se depara com novos desafios:

- Fidelidade dos associados: existe grande flutuação das famílias;
- Ampliação da participação dos associados no grupo de colaboradores organizacionais;
- Recursos financeiros para maior dedicação do profissional na organização da Rede, além de investimentos em caixas, barracas, material de comunicação, entre outros;
- Realização de pesquisas para levantamento de dados quantitativos;
- Ampliar a participação política. A Rede já está presente na Comissão da Produção Orgânica em Minas Gerais, entretanto deve se articular em outros espaços;
- Institucionalização da Rede Terra Viva;
- Ações educativas e informativas.

Com o objetivo de superar esses desafios, a Rede busca novos parceiros e tem elaborado projetos para que possa seguir caminhando firme no cumprimento de seu propósito maior: fazer o bem para as pessoas e para todos os seres que habitam a Terra Viva.

Hora de agir: agora

Assim como uma andorinha só não faz verão, casos isolados não têm o poder de afetar ou desmontar todo o sistema de produção e consumo já consolidado e os problemas globais que a humanidade enfrenta. Por esta razão, iniciativas como as da Ama a Lapinha e da Rede Terra Viva devem ser seguidas, ou no mínimo apoiadas.

Sinta-se convocado para, agora, iniciar (ou ampliar) sua participação no movimento de transição da sociedade do consumo para a sociedade de preservação da vida. Você vai perceber que é possível viver melhor com atitude.

Cada um pode com a força que tem. Somente com a soma de esforços será possível construir uma nova cultura civilizatória que tenha capacidade de filtrar e aliar o conhecimento científico e tecnológico com o saber tradicional. Mãos a obra!

Bibliografia

BORN, Rubens Harry. *Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Disponível em: <<http://www.fboms.org.br>>. Acesso em: 14 de setembro de 2009.

MORAIS, Carlos Magno; CARVALHO, Pedro Paulo; SOUSA, Joseilton Evangelista. “Percepções e reações frente às mudanças climáticas no semiárido brasileiro”. *Agriculturas Experiências em Agroecologia*, Rio de Janeiro, vol. 6, nº. 1, abril 2009.

NIKIFOROS, Jaqueline. “Brasil: campeão no consumo de venenos”. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, Brasília, vol., nº. 296, setembro 2009.

SHAH, Ronah; AMETA, Niranjana. “Associando práticas tradicionais e modernas na adaptação às mudanças climáticas”. *Agriculturas Experiências em Agroecologia*, Rio de Janeiro, vol. 6, nº. 1, abril 2009.



Do local ao supralocal: o caso dos Caatingueiros e Geraizeiros na Região de Porteirinha

João S. d'Angelis Filho¹

Introdução

O presente artigo analisa o processo crescente de empobrecimento dos agricultores familiares e dos pequenos municípios rurais, mostrando que o mesmo está, em grande medida, relacionado à ausência de políticas de defesa dos mecanismos de extração de excedentes que a economia maior exerce sobre a agricultura local. O estudo de caso sobre a microrregião de Porteirinha, que engloba os municípios de Serranópolis de Minas e Riacho dos Machados, nos permitirá uma aproximação da realidade específica dos agricultores e da agricultura desses municípios, possibilitando a identificação de alguns dilemas e armadilhas do atual padrão de desenvolvimento, bem como as oportunidades, desafios e rumos para um processo de reposicionamento e valorização da agricultura local. Dessa forma, buscamos mirar os processos locais para encontrar elementos que

1. Agrônomo, Mestre em Agroecologia e desenvolvimento pela Universidade Católica de Temuco – Chile. Atualmente é coordenador Técnico do CAA-NM.



apontem outras abordagens e caminhos como alternativa ao desenvolvimento, e não como desenvolvimento alternativo, conforme nos alerta Santos (2002).

Inicialmente apresentamos o contexto em que está imbricada a agricultura local, inscrevendo-a na paisagem norte-mineira e local, num movimento de aproximação progressiva, e, noutro movimento, localizamos as tensões constituídas com a supraestrutura econômica e estabelecemos conexões com o debate em torno da crítica ao paradigma do desenvolvimento. Em seguida, abordamos o trabalho desenvolvido pelo Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM) e seus parceiros locais, enquanto referência de estratégias de revalorização e fortalecimento da agricultura centrada na gestão de territórios. Finalmente, analisamos os mecanismos de extração de riqueza que a economia maior exerce sobre a agricultura local, bem como o papel da agroecologia como estratégia de mitigação desse processo.

O contexto norte-mineiro

João Batista de Almeida Costa (2003), ao comentar o livro *Pelos Caminhos de Minas*, elaborado por Juarez Tarcísio Dayrell e outros (1993), utilizado nas escolas mineiras, alerta sobre a forma com que a narrativa das paisagens deixa claro como o Norte de Minas é incluído na totalidade mineira, na qualidade de parte oposta e desvalorizada. A paisagem de Minas é comumente informada como única, associada à imagem da terra das alterosas, dos planaltos e serras, sem mencionar a existência de qualquer outra paisagem. Segundo Costa, “a ideologia da mineiridade constrói Minas Gerais como uma sociedade una, apesar de sua diversidade” (2003, p.245). O propósito aqui é construir uma outra mirada sobre esta paisagem, revelando-a como portadora de múltiplas geo-histórias.

Do ponto de vista ecogeográfico, a região norte de Minas caracteriza-se como uma ampla faixa de transição entre uma vegetação

típica do Planalto Central Brasileiro – os Cerrados – e as formações que fazem contato com a vegetação típica do semiárido Nordeste – a Caatinga. Em função das mudanças de altitude e linhas de drenagem, vão se formando as áreas de domínio, ora do Cerrado, ora da Caatinga, como quem disputa o domínio do território, essas formações se entrelaçam, conformando complexos e variados ecossistemas de transição – as Matas Secas ou florestas caducifólias, em variadas formas.

A ocupação humana destes variados ecossistemas, através de um processo de coevolução homem-natureza, foi conformando, ao longo do tempo, agroecossistemas e diferentes sistemas de organização socioeconômica e cultural. O *modus vivendi* dos habitantes da Caatinga (os Caatingueiros), dos habitantes do cerrado (os Geraizeiros), dos habitantes das ilhas e vazantes do São Francisco (os Vazanteiros), e ainda dos indígenas e quilombolas (DAYRELL, 1998) constituem diferentes sistemas cognitivos, que Gonçalves (2000) redefine como diferentes “matrizes de racionalidade”.

Para uma caracterização, em escala macro, do território nortemineiro, poderíamos estratificá-lo em três grandes paisagens, que coevoluíram com os camponeses que delas se assenhorearam. Nos altiplanos de formação sedimentar, porções mais elevadas da paisagem regional se espraiam imensas chapadas cobertas por vegetações de cerrados, ora moldadas pela ocupação de camponeses imigrantes europeus, ora salpicados e/ou misturados com indígenas e africanos aquilombados, dando corpo às paisagens conhecidas como os Gerais. Especialmente nas regiões de contato ecossistêmico, tais camponeses são conhecidos como Geraizeiros.

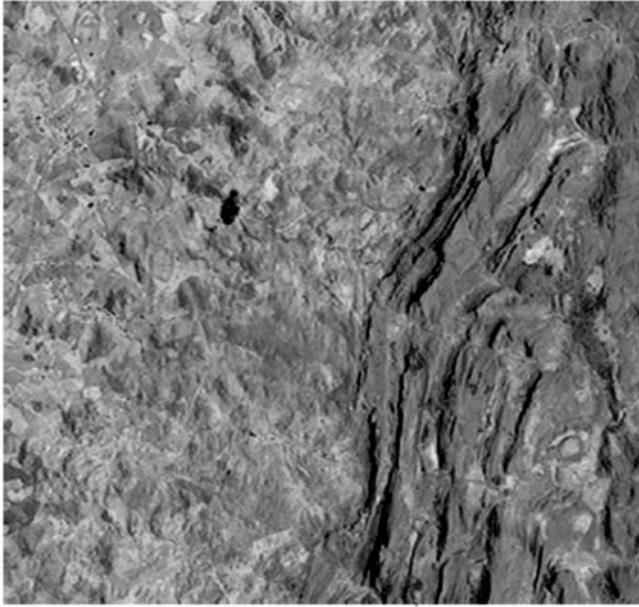
FIGURA 01 – Região do Vale do Gurutuba – interflúvio entre o rio Gurutuba e o rio Pacuí. Baixios da Depressão São-franciscana.



Fonte: Imagem satélite, Embrapa (2002)

Na porção inferior desta imensa paisagem, está localizada a Depressão São-franciscana, uma vasta região de acúmulo de sedimentos depositados, arrastados pelas águas que nela se acumulam e se espalham com facilidade. Domina a paisagem uma planície de baixios (FIG.1). As colinas da região das escarpas da Serra do Espinhaço (FIG.2) dão lugar às dolinas, que são depressões ou *furados* arredondados, denunciando a sua gênese associada às formações Cársticas.

FIGURA 02 – Serra do Espinhaço. À esquerda: zona de dissecção e as escarpas da Serra do Espinhaço. À direita: início dos Altiplanos dos Gerais de Minas.



Fonte: Imagem satélite, Embrapa (2002)

Essas peculiaridades geomorfológicas conferiram à região características de acumulação de água e sedimentos, tornando-a *habitat* apropriado à proliferação do mosquito da malária. Tal particularidade tornou a região insalubre para os homens brancos, até as décadas de 1940-1950, permitindo o abrigo de negros fugidos das senzalas que, ao contrário do homem branco, não são vulneráveis ao ataque da doença. Expandiram-se aí inúmeras comunidades negras, que permaneceram, por dois ou mais séculos, livres da perseguição escravocrata, do martírio da senzala e da chibata dos feitores. Com a chegada da ferrovia, ligando a capital mineira ao sertão baiano, a região foi saneada – o mosquito transmissor da malária foi combatido. Estudos recentes

realizados por Costa (1999) evidenciam a existência invisibilizada de um imenso contingente de comunidades negras, no Vale do Verde Grande, que se estende por toda Depressão São-franciscana, denominada pelo autor de “Campo Negro da Jaíba”. As duas comunidades mais conhecidas e já estudadas são os quilombos de Brejo dos Crioulos e do Gurutuba, ambas localizadas no Vale do Verde Grande, com uma população estimada em mais de dez mil habitantes.

A microrregião de Porteirinha, especificamente, está situada numa faixa de transição entre estas duas paisagens o “campo negro da Jaíba” e os “Gerais”. É a região das escarpas da Serra do Espinhaço que põe em contato a Caatinga e os Cerrados. Região, do ponto de vista geomorfológico, de dissecação pluvial nas zonas das colinas mais próximas da Serra do Espinhaço, e de dissecação fluvial, na medida em que nos deslocamos em direção à Depressão São-franciscana. Esta morfogênese confere uma característica de escoamento que não favorece o acúmulo de água, não criando condições ambientais para proliferação de mosquitos deletérios ou letais aos camponeses brancos de descendência europeia. Estas características fizeram com que camponeses imigrantes viessem a ocupar a região, especialmente de descendência portuguesa e italiana. Esses agricultores são chamados, pelos Geraizeiros, de Caatingueiros.

Não obstante, esse é um território de encontro entre as bacias do Rio São Francisco, Jequitinhonha e Pardo de Minas e, ao mesmo tempo, de encontro e confronto desse conjunto diferenciado de histórias de ocupação econômica, políticas de desenvolvimento e matrizes de racionalidade. Como resultado desse processo, a microrregião de Porteirinha constitui-se como um complexo mosaico socioambiental, representativo das muitas contradições da experiência mineira e, por que não dizer, brasileira, de políticas para o desenvolvimento rural.

Claudia Luz, comentando Monteiro (1997), nos alerta que, num contexto de intensa interação social, onde a proximidade de paisagens contrastivas cuida de por em contato distintas geo-histórias e matrizes de racionalidades, como as que se apresentam nessa região, “as identidades não se definem pelas relações internas, mas pelas relações

que se desenvolvem nas fronteiras”, pelas relações interculturais, não podendo mais ser compreendida pela mirada essencialista e substantivista, ou como “totalidade homogênea decifrável a partir de sua lógica interna” (2005, p.35). Uma concepção relacional da identidade nos ajuda a compreender o processo de proliferação recente de reivindicações de identidades, que se manifesta entre os Geraizeiros do Alto Rio Pardo, ou entre os Quilombolas do Campo Negro da Jaíba, especialmente revitalizado durante o processo de luta pela reconquista de seus territórios. Segundo a autora:

[...] um processo simbólico de autodesignação de traços culturais, já que interessa ao próprio grupo a manutenção dos signos distintivos que evocam suas fronteiras e a renovação de códigos de diferenciação em relação aos outros grupos com os quais interage. A concepção de identidade relacional incorpora a ideia de performance simbólica, combinando interesses e pertencimentos, o que implica no descentramento do referencial substantivista de análise das etnias em direção ao referencial político de análise da etnicidade, num processo que Monteiro (1997) designa como progressiva politização da diferença. (LUZ, 2005, p.35)

O ambiente de confronto instalado pela disputa do território com os grandes projetos agroindustriais, que buscam se expandir na região, tem estimulado, de forma clara, o que poderíamos chamar de processo de reterritorialização e de reafirmação de diferenças identitárias, em um movimento contrário às novas olas civilizadoras sobre o sertão e os sertanejos que nele habitam. Esse novo movimento civilizador que se avizinha, sob as vestes modernas do agronegócio, busca integrar esta região, a todo custo, como produtora de matéria-prima barata – ora com os polos de agricultura irrigada ou pecuária; ora com os plantios homogêneos de eucalipto, para produção de celulose e carvão, que alimenta os altos-fornos que aquecem a cadeia do aço e os negócios correlatos a este.

Tais “boas novas”, na verdade, se inserem como parte de complexos oligopólios que se estruturaram em escala planetária, com tentáculos por todos os cantos do planeta, estabelecidos na estrutura global de

produção e consumo. Para Furtado (1996), esta dinâmica é decorrente da expansão da economia internacional a partir dos centros dinâmicos, cada vez mais ávidos por fontes de recursos naturais e mão de obra barata. O fluxo de riqueza produzido dentro desses complexos se move desde o interesse dos que estão no centro do sistema. Às regiões, vistas como arrinconadas, cabe receber estas atividades como ajuda ao desenvolvimento, mesmo sendo, na verdade, relegado a elas a pilhagem e o saque voraz de seus estoques de capital natural.

Definitivamente, a ideologia do desenvolvimento econômico que propaga que “o sacrifício vale a pena”, só tem sentido para aqueles que habitam o centro do sistema e se beneficiam com o balanço global de trocas.

Tendo em vista essas preocupações, passamos a analisar a atuação de uma ONG, o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas², através de sua abordagem focada nas estratégias de desenvolvimento local, construídas junto com as populações nativas. A análise centra-se na compreensão da forma como o CAA-NM, ao longo de sua trajetória de interação com essa realidade, cambia suas estratégias e reapreende o sentido de lugar e local, diluindo, aos poucos, a arrogância interventora absorvida da influência do paradigma desenvolvimentista, passando a enredar suas ações a partir de dinâmicas territoriais, fortemente impregnadas de “orquestração nativa” (SAHLINS, 1999). Nesse sentido, esta organização se coloca como apoio à luta de camponeses da região para um reposicionamento na relação com os mercados e com o ambiente político-institucional.

2. O Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas é uma organização não governamental, com sede em Montes Claros-MG, que há 25 anos atua na região, desenvolvendo ações em 39 municípios norte-mineiros no âmbito da agroecologia, da agricultura familiar e da convivência com o semiárido.

Repensando a escala local

A abordagem territorial adotada para esse estudo de caso segue a opção estratégica feita pelo CAA-NM, pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porteirinha³ e pela Cooperativa Grande Sertão⁴, para orientar suas ações. Opção esta, resultante das reflexões e aprendizados da práxis dessas organizações. Faz-se necessário destacar que as três organizações são exemplos dos novos atores sociais que influem ativamente na definição e execução de políticas públicas. Para compreensão do que vem a ser esta abordagem territorial, optamos por apresentar a evolução do debate sobre as estratégias de atuação destas instituições, nos referindo, especialmente, ao CAA-NM, que tem suas reflexões sistematizadas.

O enfoque do trabalho do CAA-NM, em seu primeiro ciclo de vida, articulava-se a partir do planejamento da ação na comunidade, muitas vezes encerrado na fronteira comunitária. Acreditava-se que o sucesso das soluções que se consolidavam na escala das famílias e comunidades possuía em si mesmo potencial de expansão e transbordamento para outras localidades. Este enfoque ancorava-se e absorvia influências das teorias do desenvolvimento comunitário, matizado no Brasil pelas contribuições da pedagogia freiriana. Paulo Freire (1970), em sua obra *Pedagogia do Oprimido*, concebe a educação como um ato político, trazendo elementos de compreensão dos processos de constituição da cognição humana e da construção dialética do conhecimento – o fazer estrutura o saber e o saber estrutura o fazer. O saber e o fazer encerram uma práxis com fins de empoderamento das comunidades para sua atuação política – o saber estrutura o poder.

3. O Sindicato de Trabalhadores Rurais de Porteirinha é uma organização representativa dos agricultores, com base de atuação nos municípios de Pai Pedro, Porteirinha, Serranópolis e Nova Porteirinha. Caracteriza-se por uma atuação significativa no campo do desenvolvimento rural e da agroecologia.

4. A Cooperativa Grande Sertão é uma organização de abrangência regional que atua no desenvolvimento de estratégias organizativas para inserção de produtos agroecológicos nos mercados.

Numa tradução distorcida e equivocada das teorias transformadoras de Paulo Freire, muitas abordagens acreditavam que o mundo só é desnudado e modificado a partir da interpretação do que está mais próximo. Esta abordagem permanece inspirando muitas organizações, ainda nos tempos de hoje.

Noutro flanco, através das contribuições da psicologia social e da metodologia da pesquisa-ação, inúmeros aportes vieram a se somar no campo das relações intergrupais dando origem a jogos, dinâmicas de grupos e uma infinidade de procedimentos experimentais para efeito de fortalecimento e sedimentação dos grupos comunitários. Esta abordagem, mais claramente conceituada como metodologia do trabalho comunitário e social⁵, embalou um grande número de experiências de trabalho popular no Brasil, durante os anos 1970 e 1980. Michel Thiollent (1985), Willian Castilho (1988 e 1984), Belfiore (1993), Arcoverde (1985), Dallari (1983), Brandão (1984), Faleiros (1982) e Bonfiglio (1982) foram alguns dos expoentes que vieram a desenvolver teorias que iluminaram a questão no campo conceitual. Os primeiros projetos do CAA-NM eram fortemente matizados por esta abordagem. Os planos de atividades eram alinhavados em torno da escala comunitária. Apenas alguns eixos específicos se dedicavam à escala regional. As ações locais e regionais não necessariamente interagiam.

Durante a década de 1990, a abordagem do desenvolvimento comunitário vai, aos poucos, manifestando sinais de insuficiência. A escala comunitária passa a ser questionada no CAA-NM e, de forma mais generalizada, em outras instituições que, da mesma forma, submeteram os efeitos de sua ação ao crivo da crítica e da avaliação aberta dos atores que dela faziam parte. Passa a haver uma percepção mais clara de que os efeitos de transbordamento das experiências bem sucedidas não se realizam como um movimento espontâneo.

5. Boa parte da literatura me foi apresentada por Solange Monteiro de Souza, socióloga do CAA-NM, profunda conhecedora dessa abordagem. Além de me por em contato com esta literatura, os debates que tivemos na montagem do curso que ministramos juntos, na UNESP de Registro-SP, me ajudaram a construir uma visão panorâmica sobre o tema.

Ao contrário, as experiências comunitárias, se isoladas, tendem a ser soterradas e inviabilizadas se, em suas cercanias, não se manifesta um quadro que favoreça sua reprodução. Nos documentos institucionais do CAA-NM, a sustentabilidade das experiências comunitárias passa a ser vista, cada vez mais, como produto dos arranjos tramados no seu entorno, seja no âmbito institucional ou no âmbito político, econômico, ambiental e, em alguns casos, até mesmo de natureza simbólica.

A partir da regulamentação da Constituição de 1988 inicia-se o processo de descentralização política e de municipalização no Brasil, trazendo em seu bojo as preocupações com o local, e com elas as teorias do desenvolvimento local. As preocupações e teorias migram da escala comunitária para a escala local, sendo esta entendida, na grande maioria das vezes, enquanto escala municipal ou microrregional, concebida como um agrupamento de municípios vizinhos. Os programas de trabalho do CAA-NM também se reestruturaram interagindo com as inquietudes ventiladas a partir desses debates. Surge o Programa de Desenvolvimento Local, desenvolvido nas microrregiões de Porteirinha e Varzelândia, cuja metodologia de trabalho buscava alinhar ações da escala comunitária aos processos municipais e microrregionais, tendo os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais como parceiros e *locus* sociopolítico de planejamento das ações (CAA-NM, 1996 e 1997). A geopolítica municipal influenciava fortemente e continua a influenciar, para a maioria, o sentido de lugar.

Nos anos 1990 e início do nascer do novo século é feita, então, a passagem do enfoque do desenvolvimento comunitário, para o enfoque do desenvolvimento local, que passa a integrar os projetos institucionais.

Nos primeiros anos do novo século o enfoque do desenvolvimento local começa a ser bombardeado em duas perspectivas: primeiro, em torno da crítica às Teorias do Desenvolvimento, vindas da América Latina, a partir de Max-Neff (1995 e 1996), Esteva (2000), Furtado (1992 e 1996), Henrique Leff (1998), ou de vozes mais distantes como Amartya Sen (2000), Wolfgang Sachs (2000), Rist (1997) ou mesmo

de Boaventura de Souza Santos (2002); segundo, persistem os debates e tensões em torno do sentido de lugar.

A partir de 2002, a nomenclatura do desenvolvimento local desaparece dos documentos elaborados pelo CAA-NM, e dá lugar à abordagem da gestão de territórios. Primeiro, por entender que a cunhagem metafórica exercida em torno do desenvolvimentismo colonizador e imperialista, vindo dos países centros e pelas mãos do Banco Mundial, não se aplica ao enfoque da sustentabilidade e solidariedade societária. Segundo, o cerco exercido pela geopolítica – municípios e estados – enquanto sentido de lugar, é uma redução grosseira. Na visão da entidade, os agrupamentos humanos com os quais trabalha – agricultores e comunidades – estão inscritos em paisagens rurais, cujos circuitos de interação, conversação, intercâmbios e preocupações configuram identidades e dinâmicas territoriais. Elementos simbólicos e materiais, em movimentação entre diferentes localidades, vão conferir identidade territorial. Em comunidades de agricultores os lastros com seus territórios parecem ser mais concretos e trazem novos significados ou conferem mais substância ao sentido de lugar, antes percebido como unidade municipal – a geo-história antecede a geopolítica.

O território é compreendido pelo CAA-NM como uma unidade socioespacial, sobre a qual existe uma identidade cultural, circuitos econômicos, vínculos e circuitos privilegiados de conversação e diálogo entre grupos familiares, comunidades e localidades. Esta configuração se manifesta nas comunidades caatingueiras de Porteirinha, assim como entre as comunidades geraizeiras no Alto Rio Pardo, nas comunidades quilombolas do Verde Grande, ou mesmo nas comunidades do Vale do Riachão – no caso destas últimas, um processo de territorialização forjado na luta pela água (CAA-NM, 2000). As ações animadas pelo CAA-NM buscam alinhar os processos comunitários às dinâmicas territoriais em que estas populações estão inscritas.

A noção de território, nesta concepção, não implica em redes de diálogo e interação encerradas numa fronteira espacialmente definida, já que os acontecimentos ambientais, econômicos, políticos e culturais

dentro do território podem ser consequência de decisões e dinâmicas emanadas de outras regiões ou de corporações que operam em escala planetária. Como exemplo disto, podemos citar outra região de atuação do CAA-NM, o Alto Rio Pardo, em que as comunidades e organizações de agricultores lutam pela defesa e reconquista de seus territórios tomados pela monocultura do eucalipto. Essas comunidades, ao mesmo tempo em que negociam com o governo federal o apoio a um programa de gestão e reordenamento territorial, são obrigadas a fazer enfrentamento direto aos empreiteiros e carvoeiros, em escala local; em escala estadual, pressionam o governo e enfrentam extenuantes debates na Assembleia Legislativa, buscando atenuar o *lobby* das empresas monocultoras de eucalipto; na arena internacional, desenvolvem esforços de enfrentamento com a ida de agricultores do Alto Rio Pardo, em articulação com a Rede Alerta Contra o Deserto Verde, na Conferência Mundial sobre Mudanças Climáticas – COOP IX, realizado em Milão, Itália, em dezembro de 2003, e na Global Carbon Market, Fair & Conference – Carbon Expo, realizada em Colônia, Alemanha, em junho de 2004.

Cumprir destacar que nessas arenas internacionais as grandes corporações, que exercem uma enorme pressão sobre os estoques de capital natural e impulsionam a expansão da pobreza no Terceiro Mundo, desfilam impunemente, travestidas de empresas boazinhas, socialmente justas e ambientalmente corretas, tendo, em muitos casos, o selo de certificação florestal da *Forest Service Certification* – FSC. Esses espaços, criados pelos mecanismos mundiais de governo sob o pressuposto do desenvolvimento sustentável, do mercado limpo e da redução dos impactos globais sobre o clima, mais têm se prestado para nutrir os cofres das grandes corporações e, por conseguinte, ampliar sua capacidade de consumo dos estoques de capital natural e de avanço sobre os territórios e os interesses das populações locais. Esta narrativa exemplifica, de forma caricatural, como, em um mundo globalizado, o que acontece nos territórios locais cada vez mais se articula com acontecimentos que operam em órbitas mais abrangentes e, às vezes, com definições que tensionam comunidades por todos os cantos do

planeta. A estrutura é sistêmica, o sentido de local e de comunidade em muito se complexificou, principalmente se considerarmos que, na atualidade, a especificidade do lugar é construída, cada vez mais, pelas ligações estabelecidas com o mundo mais amplo.

Noutro flanco, os documentos disponíveis no CAA-NM, como ensaios que sistematizam a metodologia de trabalho, dos quais extraímos alguns trechos apresentados a seguir, enunciam uma opção epistemológica clara que, a nosso ver, pode ser relacionada com o debate atual iniciado na historiografia hindu, conhecido como estudos subalternos. Na antropologia contemporânea, estes estudos se constituem desde uma perspectiva crítica pós-colonial e pós-imperialista, trazendo uma nova abordagem para as relações entre colonizados e colonizadores, ou poderíamos também dizer, entre civilizados e não civilizados, subdesenvolvidos e desenvolvidos. A perspectiva dos estudos subalternos pressupõe que todo conhecimento é portador de uma geo-história própria, isto é, todo conhecimento produzido pela humanidade é contaminado pelo contexto no qual é produzido. Como o planeta é portador de múltiplas geo-histórias, relativiza-se a ideia de universalidade do conhecimento. Desde essa perspectiva crítica, o conhecimento científico, visto como imparcial e uno, é parte dos mecanismos coloniais e imperialistas de subalternização (MIGNOLO, 2005). Esta mesma abordagem pode ser percebida nos seguintes trechos selecionados de documentos do CAA-NM:

A inflexão e o determinismo cientificista podem constituir-se em insumos que comprometem a oportunidade do aprendizado, da percepção do novo. [...] Nossa herança judaico-cristã nos impôs valores de bipolaridades, talhando em nossa cultura uma constante clivagem de confrontos, tais como: luta do bem contra o mau, do céu contra o inferno, do certo contra o errado, impregnando nossa matriz cultural de pré-conceito a outras matrizes de racionalidades. A projeção deste maniqueísmo na interpretação da realidade funciona como lentes que distorcem objetos, uma vez que não existe na realidade social e ambiental uma fenomenologia que se aplica a esta clivagem determinista [...]. A crença de que as populações sertanejas, as culturas de lastros territoriais, são resistentes

aos estímulos externos de ajuda para o desenvolvimento graças ao impedimento provocado pelo seu estado de ignorância, se constitui em um equívoco, em uma inversão grosseira. Se a ignorância é produto do desconhecimento, o esforço de aproximação de uma realidade se constitui, fundamentalmente, em um movimento de diluição da ignorância. [...] A realidade desvendada pelas investigações, normalmente, é muito mais reveladora para os pesquisadores de fora do que para os de dentro. Neste sentido, essa perspectiva de pesquisa se presta prioritariamente para mitigação da ignorância dos que vêm de fora, seja com objetivos de colaboração, educação, fomento econômico ou outro qualquer. Prestando-se à adequação e ajuste de propostas em uma direção mais próxima ao que a realidade verdadeiramente reclama. (CAA-NM, 2003)

A preocupação com a ignorância interventora, no interior das estratégias bem intencionadas dos projetos de ajuda ao desenvolvimento, evidencia no CAA-NM uma preocupação em se constituir um ambiente que favoreça a produção de um conhecimento crítico local. Um movimento contrário aos desenhos globalizantes de universalização e homogeneização. Parafraseando Walter Mignolo, buscando restituir aos “agentes locais o espaço para a produção de conhecimento suprimida pelos mecanismos coloniais e imperialistas de subalternização” (2005, p.20).

Tal perspectiva se enreda aos esforços de construção de uma nova epistemologia desde os de baixo. Para Said (1996), historiador egípcio, o orientalismo é uma construção europeia sobre o Oriente, assim como o Terceiro Mundo é uma noção construída a partir dos norteamericanos e seus pares, no período pós-guerra.

Da mesma forma que o hindu-britânico Homi K. Bhabha (1998), analisa criticamente o discurso construído pela história oficial do império britânico sobre as suas colônias, evidenciando que o mesmo buscava construir teorias e explicações que servissem para justificar e autorizar suas estratégias de ocupação e invasão. Os colonizados são comumente descritos como degenerados, portadores de cultura inferior e, até mesmo, pertencentes às raças inferiores. Segundo o autor, a resistência ao discurso hegemônico se dá, principalmente,

através do uso estratégico da ambivalência inerente ao poder colonial (SOUZA, 1995; BHABHA, 1998).

A partir dos estudos sobre a América Latina, têm-se feito movimentos de releitura da obra de Darcy Ribeiro, antropólogo brasileiro, nascido no sopé da Serra do Espinhaço, norte de Minas, região que também focamos neste trabalho. Em seus esforços de construção de uma visão sobre o processo de formação do povo brasileiro e latino-americano, Ribeiro (1995), considera que coexistem nas Américas três blocos contrastantes de processos civilizatórios. Os povos do México e Altiplanos Andinos, oriundos de altas civilizações, vivem os dramas de dualidade cultural e de fusão numa nova civilização. Noutro bloco, estão os povos “transplantados”, que vieram reproduzir nas Américas o *modus vivendi* e as paisagens Europeias – são os Estados Unidos da América e o Canadá. Soma-se a esse bloco de transplantados o Uruguai e a Argentina, cuja formação hispano-híndia, foi soterrada por uma onda de migração gringa de mais quatro milhões de europeus. Os outros latino-americanos são, como nós brasileiros, “povos novos, em processo de fazimento”. Sobre este povo, incide uma tarefa muito mais complexa, segundo o autor, “uma coisa é reproduzir no além-mar o mundo insosso europeu, outra coisa refundir altas civilizações” (RIBEIRO, 1995, p.447).

Nesse quadro, nós brasileiros somos um povo mestiço, produto da mestiçagem que por aqui nunca foi proibida. Uma imensa massa de nativos, afundada no que o autor chama de “ninguendade”, que viveu por séculos sem consciência de si, até se definir como uma nova identidade etnonacional, a de brasileiros (RIBEIRO, 1995, p.447). A imagem construída por Darcy Ribeiro sobre o processo civilizatório no Brasil e na América Latina contrasta com a imagem construída pelos colonizadores, em que a mestiçagem era degenerativa para o gênero humano. Degeneração do fenótipo e genótipo da natureza bendita do colonizador-civilizador. Uma contraposição mais prodigiosa às imagens grafadas pelos expedicionários europeus que adentraram o sertão brasileiro no século XVII, é então construída por Darcy Ribeiro em sua obra.

Os estudos subalternos, inscritos na crítica pós-colonial contemporânea, têm envidado esforços para desarticulação do conjunto de categorias geoculturais que organizaram a distribuição de poder em termos geoepistemológicos. Buscam a construção de uma epistemologia nativa crítica, reativa a uma visão construída desde fora, vestida de preconceitos e formas mais ou menos refinadas de dominação. Abordagens coloniais que ignoram as categorias estabelecidas fora dos marcos do cientificismo universal são, a partir desta perspectiva, postas de lado.

A crença na verdade absoluta e universalizante do cientificismo arrogante dos tempos de Bacon, que orienta a ciência moderna, é posta de lado. O paradigma cientificista não detém a exclusividade, nem constitui a única luz que ilumina e guia a interpretação do mundo. Definitivamente não existe uma única explicação. Existem sim, diferentes verdades e diferentes formas de ler, interpretar e comunicar. (CAA-NM, 2002, p.12)

A citação acima, sobre o enfoque metodológico do CAA-NM, denota a compreensão e a percepção da organização sobre a realidade em que ela se inscreve, entendendo que as referências preestabelecidas empobrecem a compreensão do mundo. Ao mesmo tempo, evidencia a necessidade de construção de categorias nativas de classificação e de interpretação. Na descrição da metodologia de pesquisa realizada no Vale do Riachão, em Varzelândia e no Assentamento Tapera, o processo de construção dessas categorias nativas e de reposicionamento dos agricultores como portadores e produtores de conhecimento, se realiza com a inclusão dos agricultores em todas as etapas da pesquisa – planejamento, mobilização, sistematização, análise e devolução. Da mesma forma, a proposição de respostas às questões é encetada a partir da orquestração nativa, onde o Assentamento Tapera, município de Riacho dos Machados, que será tratado na sessão seguinte, se apresenta como uma alternativa de reposicionamento da agricultura e da economia local. Categorias englobantes e genéricas como pequeno produtor, agricultor familiar, que pressupõem uma uniformidade entre os camponeses da região, na abordagem do CAA-

NM são substituídas e tomam identidades próprias – Geraizeiros, Gurutubanos, Vazanteiros, Caatingueiros e outros, como agricultores portadores de identidades contrastivas. Tais esforços evidenciam uma preocupação permanente em dar voz aos subalternos. Para o antropólogo norte-mineiro, João Batista A. Costa, o “CAA-NM é um lugar privilegiado de fala dos subalternos e, ao mesmo tempo, de subversão da subalternidade”. A trajetória percorrida na abordagem metodológica do trabalho do CAA-NM evidencia que, no exercício do caminhar, mais que a mera substituição de noções e conceitos, uma inversão epistemológica é realizada.

Na moldura construída até aqui, procuramos evidenciar que uma imensa franja dos que habitam a periferia do sistema foram penalizados e inscritos num processo de subalternização e empobrecimento. Dentro desta periferia, sem dúvida, os camponeses e seus territórios são os que mais duramente foram castigados. Inserido nessa moldura, o estudo de caso apresentado a seguir analisa alguns mecanismos impulsionadores dos processos de extração de riqueza dos territórios rurais, bem como experiências construídas de reversão desse processo, indicadoras da possibilidade de reposicionamento da agricultura e das economias locais.

Os mecanismos de extração de riquezas e as estratégias locais de reposicionamento da agricultura

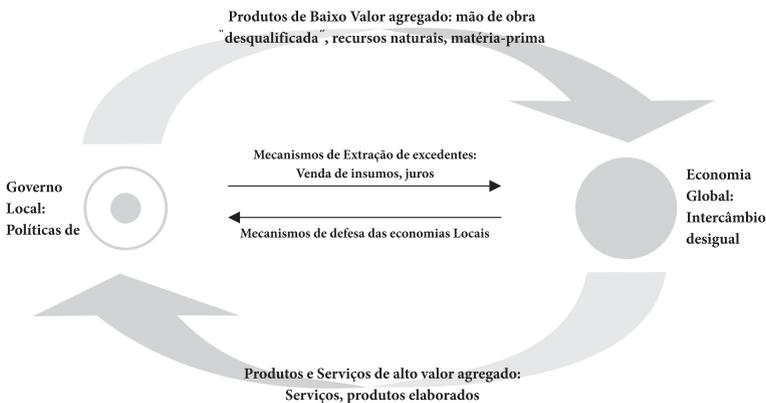
Ao analisarmos alguns dos mecanismos de extração de riqueza que a economia maior exerce sobre a agricultura local, buscaremos colher alguns elementos para entender o processo de descapitalização e empobrecimento dos agricultores e das economias locais.

Partimos do pressuposto de que a economia campesina tem que ser vista integrada à economia local sendo, ao mesmo tempo, produtora e produto desta, articulada à economia nacional e com diversos graus de articulação com a economia global. Nessa perspectiva, os municípios rurais têm que ser vistos como uma unidade territorial

mais ampla que, no seu conjunto, estabelece conexões com a economia regional e, com mais ou menos intensidade, com a global. A FIG. 3 é um esforço de grafar o papel, na dinâmica de trocas, que o setor agro e a grande maioria das economias dos municípios rurais historicamente se submeteram, como produtores de matéria-prima barata e de produtos de baixo valor agregado e consumidores de produtos, bens e serviços de alto valor agregado. Esse processo vem impulsionando, num movimento contínuo, um processo de transferência de riqueza dos territórios para economias mais dinâmicas, capazes de absorver produtos e produzir bens de alto valor agregado.

Partindo da hipótese de que o crescente processo de empobrecimento dos agricultores familiares e dos pequenos municípios rurais está, em grande medida, relacionado à ausência de políticas de defesa dos mecanismos de extração de excedentes que a economia maior exerce sobre a agricultura, buscamos aqui analisar algumas variáveis que operam como vetores de extração de excedentes sobre a agricultura local. A compreensão desses mecanismos constitui-se em um insumo básico para pensar políticas e artifícios criativos de defesa destas economias locais.

FIGURA 3 – Mecanismos de Extração de Riqueza – Local & Supralocal.



Fonte: DANGELIS (2005)

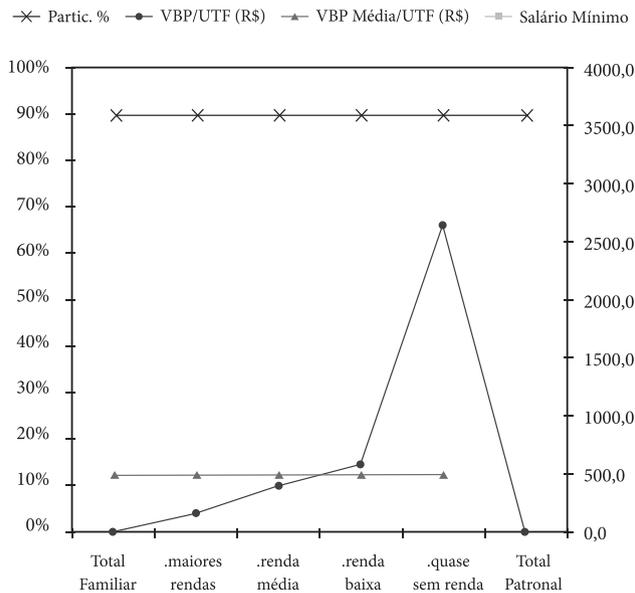
Usaremos como referência para o estudo de caso o modelo de análise apresentado por Yurjevic (1999), marco conceitual para enfrentar a “capitalización campesina en economías globalizadas”. Relacionado a este marco conceitual, utilizamos alguns indicadores, sendo eles: a perda de mão de obra forçada pela migração, restrições de acesso ao mercado, parcerias, transferências para o setor de insumos e serviços e impostos diretos aplicados à agricultura.

Primeiro, é necessário destacar a participação significativa da agricultura familiar no contexto local: de cada 100 pessoas ocupadas na agricultura na microrregião de Porteirinha, 92 são ocupadas na agricultura familiar. Uma dinâmica invejável quando contrastada com outras regiões: 65% em Minas Gerais e 82 % na região norte de Minas. Nesta microrregião estão assentados aproximadamente 15.200 agricultores familiares, em 3.770 (de um total de 4.200) estabelecimentos, numa área aproximada de 97 mil ha. Estes agricultores ocupam 52% do território. O valor bruto da produção agropecuária anual (VBA) desse território é estimado em valores próximos a 9,5 milhões de reais. Sendo que, 58% deste valor são originados da agricultura familiar, ou seja, valores que se aproximam de 5,5 milhões de reais. De 201 estabelecimentos pesquisados, que em média abrigavam duas famílias cada, 62% delas tinham um aposentado. Ou ainda, foram registradas 1,23 aposentadorias por estabelecimento. Isto significa que mais de 18 milhões de reais são absorvidos, por ano, pelos agricultores. Ou seja, a soma dos ingressos absorvidos via benefício previdenciário é superior ao VBP da agricultura familiar, em mais de três vezes.

O Gráfico 1, sinaliza o baixo valor *per capita* da produção agropecuária: para 66% dos agricultores o Valor Bruto da Produção Agropecuária é inferior a 156 reais anuais. Tomando como base o salário mínimo do Brasil no ano de 2005, 300 reais mensais, esse valor corresponde à metade das necessidades de um mês. Isto explica o forte fluxo de migração temporária de agricultores dessa região para outros centros. Os estudos de campo mostraram que em cada duas propriedades tinha, pelo menos, um migrante. Algo próximo de 2,2 mil agricultores migram durante quatro meses por ano, em média.

O que representa uma perda de investimento, na agricultura local, em torno de 4,7 milhões de reais/ano.

Gráfico 1 – Valor Bruto da Produção – VBP Médio por Unidade de Trabalho Familiar (UTF) em Porteirinha. Participação % por Faixa de Renda & Salário Mínimo.



Fonte: Censo Agropecuário 1995/1996, IBGE. Convênio INCRA/FAO

Estimamos que, dos quase 90 mil ha em posse da agricultura patronal, algo em torno de 2,5 mil são cedidos à agricultura familiar, em contratos de arrendamento de terras. O que representa uma transferência de recursos da agricultura familiar em pagamento pelo direito de uso da terra, cifra em torno de 1,25 milhões de reais por ano.

Quanto às restrições de acesso ao mercado, passamos a analisar as perdas de alguns produtos ecossistêmicos nesta região, pela ausência de estratégias eficazes para aproveitamento e inserção no mercado, como é o caso das frutas nativas – pequi, panã, maracujá nativo, e da lenha.

Segundo estimativas do IEF e Dayrell (1998), 56% da cobertura vegetal de Riacho dos Machados é de Cerrados, ou seja, existe 37.200 ha de Cerrado. Estimamos que em torno de 50% da área tem potencial de manejo agroextrativista. Cruzando estas informações com os dados de produtividade apresentados na TAB. 1, extraído da base de dados da Cooperativa Grande Sertão, podemos estimar um potencial ecossistêmico valorado em mais de 10 milhões de reais. Valor duas vezes superior ao Valor Bruto da Produção camponesa em todo o território.

TABELA 1: Produção estimada da atividade agroextrativista na porção do território coberta pelos cerrados

PRODUTIVIDADE					
Atividade Agroextrativista	Unidade	1 hectare	18600 hectares	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Pequi	Caixa	100,00	18600,00	3,00	55800,00
Pana	Fruto	200,00	3720000,00	0,50	1860000,00
Maracujá nativo	Ton	2,00	37200,00	200,00	7440000,00
Lenha	Metro	3,00	55800,00	15,00	837000,00
Total					10192800,00

Fonte: Base de dados ICA-UFGM/Grande Sertão/CAA-NM

Nas demais regiões dos territórios cobertos originalmente por vegetação de Caatinga, que estimamos ser em torno de 145 mil ha, considerando que apenas 20 % dela apresenta fragmentos da vegetação original, a projeção que fazemos é de que existem, pelo menos, 30 mil ha de Caatingas com potencial de manejo ecossistêmico. O aproveitamento desta atividade agroextrativista permitiria a movimentação de cifras próximas a 13 milhões de reais.

TABELA 2: Produção estimada da atividade agroextrativista na porção do território coberta por vegetações de Caatingas.

Atividade Agroextrativista	Unidade	PRODUTIVIDADE		Valor Unitário (Rs)	Valor Total (Rs)
		1 hectare	3000 hectares		
Umbu	Caixa	30,00	900000,00	3,00	2700000,00
Maracujá nativo	Ton	1,50	45000,00	200,00	9000000,00
Lenha	Metro	3,00	90000,00	15,00	1350000,00
Total					13050000,00

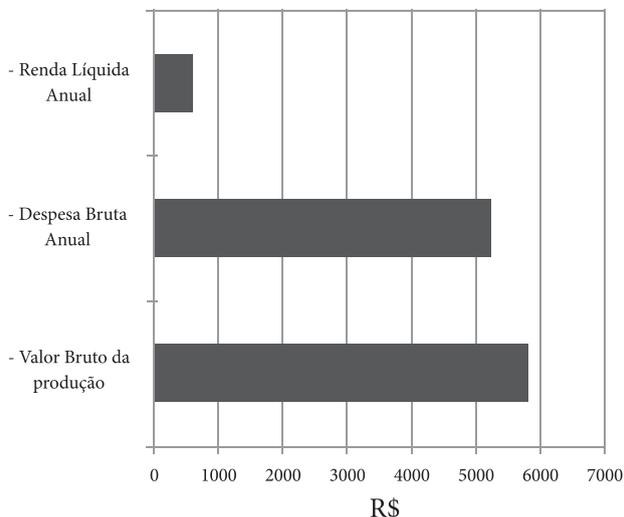
Fonte: Base de dados ICA-UFGM/Grande Sertão/CAA-NM

Sobre o VBP dos camponeses, é transferida, via tributação direta – COFINS, PIS, Contribuição Social, Imposto de Renda, ICMS –, um valor aproximado de um milhão de reais. Não estamos considerando a carga tributária indireta, sobre os custos dos insumos e serviços.

Por último, passamos a analisar os mecanismos de interação desigual e transferência de renda entre produção e mercado de insumos. Este processo chama atenção, em especial, para o que Furtado (1996) já alertara sobre o processo acelerado de transferência de renda e gestão da atividade agrícola para fora do setor. A escolha da base tecnológica passa a ser definidora nesse processo.

Tomamos como primeiro caso a ser analisado, o estudo do sistema de produção de um camponês, proprietário de uma pequena gleba de terra na região mais central do território objeto deste estudo, cujo sistema de produção passa por um processo inicial de transição agroecológica. O Gráfico 2 mostra que a relação receita/despesa do sistema de produção apresenta uma margem de sobra baixa.

Buscando entender o impacto do mercado de insumos no VBP, a composição dos custos monetários da produção evidencia o que o Gráfico 3 vai demonstrar: as altas transferências do valor da produção para o mercado, via composição dos custos de produção (TAB.3).

GRÁFICO 2 – Balanço Receita e Despesa do Sistema de Produção
(Agricultor de Porteirinha)

Fonte: CAA-NM (2004)

As contribuições da agroecologia, nesse contexto, certamente iriam provocar quedas nessas taxas de transferência para o mercado, conforme será mostrado no caso do Assentamento Tapera. Outra questão de relevo é que os itens da composição do custo de produção são mercadorias que não são produzidas pelas economias locais. Portanto, os esforços cremáticos de poupança do agricultor não têm efeito na economia local. Aquecem, na verdade, mega-oligopólios do agronegócio.

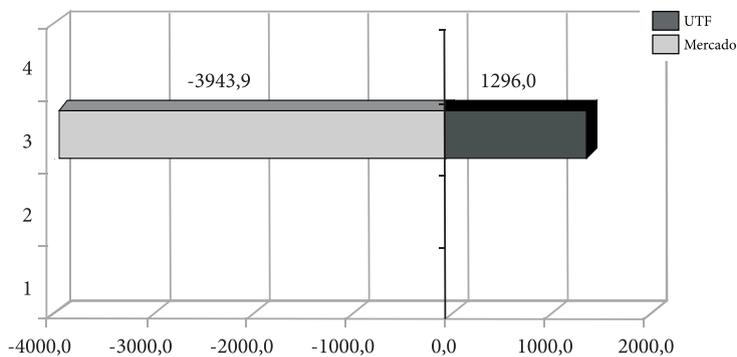
TABELA 3: Composição dos custos monetários (agricultor de Porteirinha-MG)

Atividade Agroextrativista	Valor
Horas Trator de Pneu-htp	
Sementes	877,00
Adubo Químico	248,00
Pesticidas	42,00
Outros insumos	76,90
Ração comprada	232,00
Vacinas e medicamentos / Pintos	98,00
Transporte	660,0
Energia	1200,00
Mão de obra Contratada	540
Total	3973,90

Fonte: CAA-NM (2004)

O Gráfico 3 mostra os esforços do agricultor em absorver uma fatia maior do custo de produção, através do trabalho da família (UTF).

GRÁFICO 3 – Custos absorvidos pelo Mercado & Unid. Produtiva (UTF), Agricultor de Genipapinho, Porteirinha.

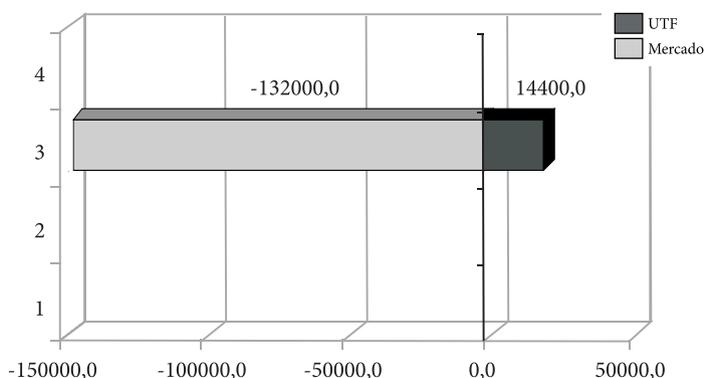


Fonte: CAA-NM (2004)

Uma situação mais extremada pode ser observada na análise dos sistemas de produção dos bananicultores da comunidade de Dengoso, município de Porteirinha. O Valor Bruto da Produção (VBP) anual, oriundo do comércio da banana, gira em torno de 180 mil. Destes, 132 mil reais são gastos com insumos (Gráfico 4).

Dado o grau de uso de insumos externos, apenas um pouco mais de 14 mil reais é absorvido ou captado pela família, decorrente do estilo de especialização, cuja base de produção se sustenta em pacotes agroquímicos.

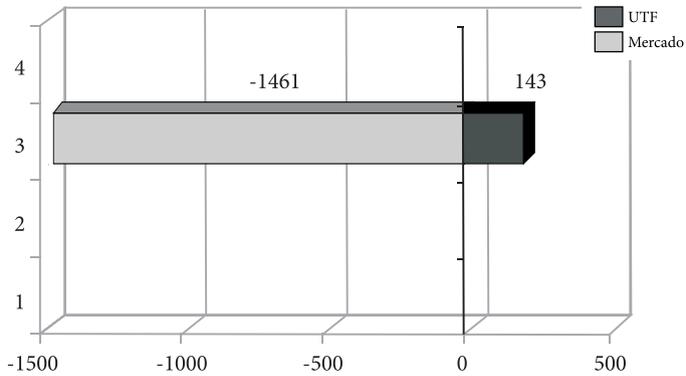
GRÁFICO 4 – Custos absorvidos pelo Mercado & Unid. Produtiva (UTF), produtores de Banana, comunidade de Dengoso, Porteirinha-MG.



Fonte: CAA-NM (2004)

No Gráfico 5 é apresentada a situação do meeiro, um sem terra que é obrigado a plantar em terras de fazendeiros, por um ou, no máximo, dois anos. Os dados coletados do sistema de produção desse meeiro, morador do povoado de Angico, Porteirinha, denunciam a situação difícil dos meeiros da região, em que a família consegue capturar da atividade menos de meio salário mínimo.

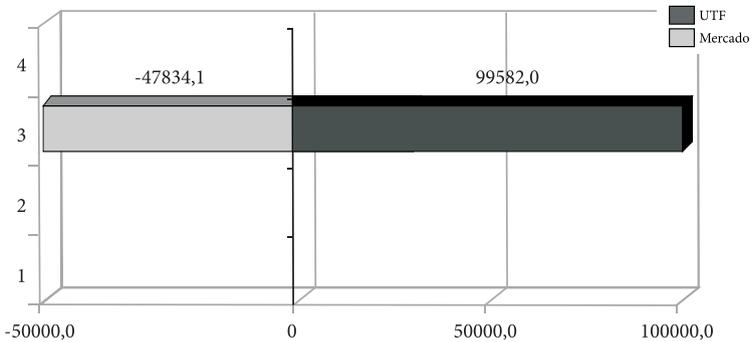
GRÁFICO 5 – Custos absorvidos pelo Mercado & Unid. Produtiva (UTF)/Meeiro Angico, Porteirinha-MG.



Fonte: CAA-NM (2004)

A título de comparação, no Gráfico 6, são apresentados os dados de um assentamento em fase de consolidação, no município de Riacho dos Machados, a Tapera.

GRÁFICO 6 – Custos absorvidos pelo Mercado & Unid. Produtiva (UTF), Assentamento Tapera, Riacho dos Machados

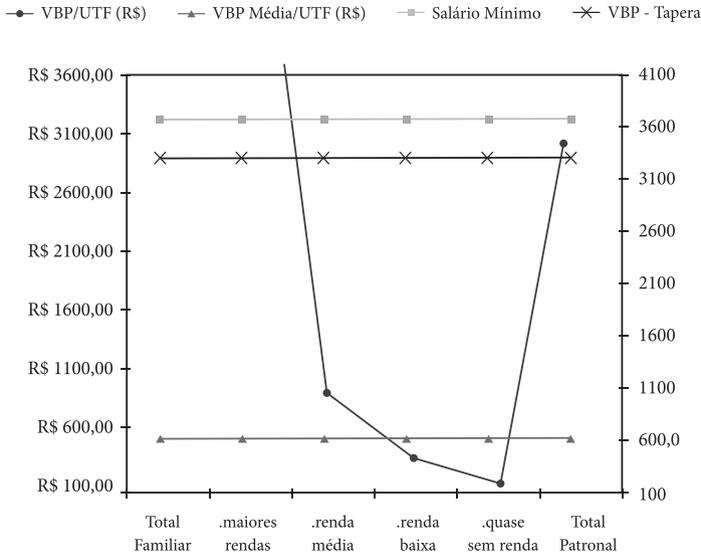


Fonte: CAA-NM (2004)

Esse assentamento foi implantado em bases agroecológicas, assessorado pelo CAA-NM, sendo que, nos últimos dez anos, não se usou nenhum agrotóxico na área. São 3.600 ha manejados, em sistemas silvopastoris, associados com cultivos anuais, em sistema de consórcios, nas zonas de encostas e baixadas mais férteis. Tais atividades se integram nas zonas de manejo mais intenso, nas cercanias das moradias, onde são associadas à criação de pequenos animais e pequenas hortas. Alguns potenciais ecossistêmicos são manejados, como a extração de óleo e o congelamento de frutos do Pequi, comercializados pela Cooperativa Grande Sertão. É visível entre os agricultores desse assentamento, o crescente grau de capitalização, manifestos em sensíveis melhorias na condição de vida – moradias, aquisição de rebanho bovino, veículos, etc. Um outro dado, é que este assentamento é o único, no estado de Minas Gerais, que não tem dívidas com os agentes de crédito, tendo quitado seus financiamentos bancários com antecedência. Os dados do Gráfico 6 nos dão medida das razões dessa capitalização. A opção pelo aproveitamento dos potenciais ecossistêmicos e as práticas de convivência com as restrições ambientais, se constituem em ferramentas de proteção para o processo de transferência de recursos para o mercado de insumos. Uma base tecnológica que consegue associar a manutenção de bons indicadores de produtividade, sustentados ao longo do tempo, com uma baixa taxa de transferência de recursos para o mercado de insumos, são os dois elementos associados que impulsionam o processo de capitalização crescente dos assentados da Tapera.

Enquanto a renda média anual por UTF (Unidade de Trabalho Familiar) na região estudada é inferior a 600 reais, na Tapera este valor está próximo de 3.200 reais. O Gráfico 7 constrói um contraste dessas informações, evidenciando que, ao contrário da média regional, o VBP (Valor Bruto da Produção Agropecuária) por UTF na Tapera está bastante próximo de alcançar um salário mínimo por pessoa ocupada.

GRÁFICO 7 – Valor Bruto da Produção (VBP) Médio por Unidade de Trabalho Familiar (UTF) em Porteirinha por Faixa de Renda, e no PA Tapera & Salário Mínimo.



Fonte: Censo Agropecuário 1995/1996, IBGE. Convênio INCRA/FAO e CAA-NM (2004)

Por fim, os dados apresentados acima mostram que, por um lado, somente os quatro mecanismos de extração de excedentes analisados, juntos somam cifras próximas a 30 milhões de reais por ano. Por outro lado, os estudos de sistemas de produção analisados, indicam como a opção tecnológica pode impulsionar um enorme fluxo de transferência de renda da agricultura para o mercado de insumos e serviços, retirando da agricultura fatias substantivas do VBP agropecuária. Todavia, os dados do Assentamento Tapera nos dão mostra do potencial do agroecologia com instrumento poderoso de mitigação dessas transferências.

Conclusão

Procuramos aqui retomar as questões centrais já pontuadas ao longo do deste estudo, onde buscamos analisar os mecanismos de extração de riqueza que a economia maior exerce sobre a agricultura local, exemplificando, através do estudo de caso na microrregião de Porteirinha, o processo de descapitalização e empobrecimento dos agricultores e das economias locais. Os indicadores selecionados – perda de mão de obra forçada pela migração, sistemas de parcerias e arrendamento de terras, restrições de acesso ao mercado, transferências para o setor de insumos e serviços e impostos diretos aplicados à agricultura, juntos somam perdas superiores a 30 milhões de reais por ano. Para se ter uma noção da magnitude desse valor, lembramos que o Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) da região estudada é de 5,4 milhões de reais por ano. Ora, somente estes vetores encetam perdas numa ordem de valor quase seis vezes maior que o atual VBP desta região.

Neste sentido, torna-se fundamental a compreensão dos mecanismos de transferência de recursos gerados nos municípios pequenos para as regiões de economia mais dinâmicas, para a definição de estratégias e mecanismos de reversão desta lógica. Portanto, a revisão do papel da agricultura e dos governos locais no redirecionamento dos intercâmbios econômicos estabelecidos com os mercados, nos parece o caminho para a definição de mecanismos capazes de aumentar a poupança interna dos municípios, articulado a um conjunto de instrumentos eficazes no sentido de reter a riqueza gerada nestes e impulsionar as economias locais. Investimentos em desenvolvimento de tecnologias de processamento e conservação de alimentos, associados a políticas que facilitem o acesso e a entrada no mercado de produtos da agricultura local seria, seguramente, um poderoso instrumento de inclusão econômica de centenas de milhares de agricultores brasileiros, até então, vistos pelos governos, como inviáveis ou apenas objeto de políticas sociais compensatórias.

Por outro lado, como analisa o economista hindu Amartya Sen (2000), para participar da distribuição da renda social, é necessário que

o cidadão esteja habilitado por títulos de propriedade – terra, moradia, etc., e qualificado para se inserir no sistema produtivo. Tal perspectiva é chamada pelo autor de enfoque da habilitação. Poderíamos dizer que, nessa região, um imenso contingente de agricultores encontra-se desabilitado: a falta de acesso à terra priva uma imensa massa de agricultores do exercício da atividade agrícola ou os leva a pagar valores escorchantes pelo uso de terras arrendadas. O estudo de caso do meeiro do povoado de Angico denuncia a situação de precariedade dos agricultores que vivem nessa condição, normalmente são moradores dos povoados e aglomerações pré-urbanas. Sua atividade agropecuária se presta à redução dos estoques de terra ociosa sob a posse do setor patronal e, ainda, contribui para o aquecimento do mercado de insumos. Os resultados da atividade impactam pouco a renda familiar.

Ao analisar os mecanismos de interação desigual e de transferência de renda entre produção e mercado de insumos, evidencia-se o que Celso Furtado (1996) nos alertou sobre o processo acelerado de transferência de renda e gestão da atividade para fora do setor, onde a escolha da base tecnológica passa a ser definidora no processo. Ao contrastar os dados coletados sobre a agricultura local com aqueles colhidos em um projeto de assentamento de reforma agrária em bases agroecológicas, a Tapera, fica evidenciado o papel potencial da agroecologia como estratégia de interação mais favorável da agricultura com os mercados, reduzindo os níveis de transferência de riqueza do setor para os centros dinâmicos da economia, produtores de bens e serviços de alto valor agregado. Uma base tecnológica que consegue associar a manutenção de bons indicadores de produtividade, sustentados ao longo do tempo, com baixa taxa de transferência de recursos para o mercado de insumos, são os dois elementos associados que impulsionam o processo de capitalização crescente dos assentados da Tapera. A renda média por unidade de trabalho familiar é seis vezes superior à média da região estudada.

Todavia, a agroecologia não pode ser vista como estratégia salvadora e redentora para a agricultura e os camponeses. Faz-se necessário inscrevê-la numa engenharia política, articulada a instrumentos

efetivos e aplicáveis à realidade regional, alicerçada em elementos que rompam com uma visão fragmentada e setorial da agricultura. Nessa perspectiva, discutir a viabilidade da agricultura familiar é discutir, fundamentalmente, a viabilidade dos pequenos municípios, uma vez que são eles o espaço histórico e estrutural de produção e reprodução econômica, social e cultural da agricultura familiar. A recíproca é, da mesma forma, verdadeira: a viabilidade destes municípios está profundamente ligada à viabilidade do setor agrolocal.

Faz-se necessário também, romper com a fragmentação imposta, por um lado, por políticas que miram exclusivamente as unidades produtivas individuais e, por outro lado, por políticas sem precisão, voltadas para uma difusa geopolítica municipal, uma vez que os fluxos econômicos, sociais e ecológicos não obedecem estas fronteiras. As unidades de produção individuais não conseguem se proteger, nem articular estratégias eficazes e sustentáveis para se viabilizarem economicamente em largo prazo. Estas unidades não estão isoladas do contexto socioeconômico em que estão inseridas. Nem tão pouco, as pequenas unidades de produção individuais ou associações comunitárias ou, até mesmo, os próprios municípios rurais, isoladamente, não conseguem tecer, nem negociar políticas mesorregionais que lhes favoreçam nos intercâmbios de trocas com outras regiões mais dinâmicas, concentradoras da população e do poder político-econômico.

A perspectiva do trabalho desenvolvido pelo CAA-NM e pelos Geraizeiros do Assentamento Tapera busca se articular às dinâmicas territoriais em que estão inseridos, movendo iniciativas de rompimento com a fragmentação e isolamento, referidos acima. Ao mesmo tempo, se enreda aos esforços de construção de uma nova epistemologia desde os de baixo, onde o planejamento e a proposição de respostas às questões são nativamente orquestradas. Enfim, esse exemplo evidencia a busca de construção de uma epistemologia nativa crítica, relativa a uma visão construída desde fora, vestida de preconceitos e categorias preestabelecidas pelo cientificismo universal. Cientificismo este, que cunhou o desenvolvimento como um caminho unilinear a ser percorrido por todos os povos.

Passaram-se os tempos da crença cega de que há lugar no futuro para todos os que querem percorrer a trilha do desenvolvimento como único caminho, especialmente para aqueles que habitam a periferia do sistema. A ideologia do desenvolvimento traz em si mesma a virulência da insustentabilidade, dos intercâmbios assimétricos entre regiões, territórios e populações. A plataforma que guia a ideia do desenvolvimento estabelece que: não fazer parte do sistema mundial crematício de produção e consumo significa ser subdesenvolvido; não consumir perdulariamente como os americanos, para aquecer a estrutura produtiva e gerar PIB, significa subdesenvolvimento; valores como a diversidade e a diferença são nefastos para o progresso e significam subdesenvolvimento – ser índio, quilombola, Geraizeiro, Vazanteiro, Seringueiro ou portador de qualquer outra racionalidade não eurocêntrica, significa ser atrasado e subdesenvolvido.

Esta plataforma não pode ser a única que habita nosso ecúmeno comum. O estudo de caso, mostra que é possível colocar em marcha um processo de inversão epistemológica, onde os historicamente subalternizados ganham voz própria, subvertem e se apresentam como uma alternativa de reposicionamento da agricultura e da economia local.

A estratégia para um setor agrossustentável, fora do paradigma desenvolvimentista, deve ter como um dos elementos centrais o fortalecimento das capacidades humanas. Porém, uma sociedade articulada não surge de forma gratuita ou mecanicamente, tem que ser forjada, construída. Esta construção só é possível a partir da ação de sujeitos protagonistas. O protagonismo, por sua vez, só se dá em espaços onde a pessoa tem presença real e não se dilui em abstrações. Todo o processo de enredamento deve se articular de baixo para cima, animado por sujeitos capazes de atuar sinergicamente, com comportamento consciente e vontade articuladora. Os atores envolvidos no processo devem fazer o difícil movimento de desnudamento de categorias preestabelecidas pelo cientificismo universal, um movimento de diluição da arrogância interventora.

Ordem de valores e polaridades maniqueístas, tais como desenvolvidos e subdesenvolvidos, selvagens e civilizados, resistentes e ino-

vadores, ou qualquer ordem de valores de inspiração evolucionista e de uniformização civilizadora, têm que ser radicalmente postos de lado. Esforços permanentes têm que ser envidados no sentido de dar voz e poder aos subalternizados.

Bibliografia

- ARCOVERDE, Ana C. Brito. *O coletivo e o ilusório: uma reflexão sobre o conceito de comunidade*. São Paulo: Cortez, 1985.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- BONFIGLIO, Giovanni. 1982. *Desarrollo de la comunidad e trabajo social*. São Paulo: Celat, 1982.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CAA-NM. *Relatório de atividades*. Montes Claros. mimeo, 1990.
- CAA-NM. *Relatório de avaliação Institucional*. Montes Claros. mimeo, 1996.
- CAA-NM. *Sindicato dos trabalhadores rurais de Varzelândia e Casa de Pastoral*. Relatório do Diagnóstico Rural Participativo de Agroecossistemas: alguns aspectos da paisagem, do homem, da economia e dos agroecossistemas interações e transformações. Varzelândia. mimeo, 1997.
- CAA-NM. *Relatório Técnico 3: Projeto Piloto de Gestão Participativa dos Recursos Hídricos e de Educação Ambiental na Sub-Bacia do Riachão*. Relatório Final do Diagnóstico da Sub-Bacia do Riachão. Montes Claros. mimeo, 2003.
- CAA-NM. *Relatório do diagnóstico do Vale do Mosquito microrregião de Porteirinha*. Montes Claros. mimeo, 2001.
- CAA-NM. *Relatório de Atividades*. Montes Claros. mimeo, 2002.
- CAA-NM. *Novos Caminhos para Aproximar-se de Realidades Cambiantes: a experiência do CAA em discussão*. Montes Claros. mimeo, 2002.
- CAA-NM. *Relatório de Atividades*. Montes Claros. mimeo, 2003.
- CAA-NM. *PAC/Tapera*. Plano de Desenvolvimento e Emancipação do Assentamento. Montes Claros. mimeo, 2003.

- CASTILHO, Willian César. *Dinâmica de grupos populares*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- CASTILHO, Willian César. *Metodologia do trabalho social*. Belo Horizonte: PUC, 1984.
- IBGE/CENSO AGROPECUÁRIO: 1995-1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1997. N. 16, Minas Gerais.
- COSTA, João Batista de Almeida. *Do tempo da fartura dos Crioulos ao tempo de penúria dos Morenos: a identidade através de um rito em Brejo dos Crioulos*. Departamento de Antropologia/UnB. Dissertação de Mestrado. Brasília, 1999.
- COSTA, João Batista de Almeida. *Mineiros e Baianos: englobamento, exclusão e resistência*. Departamento de Antropologia/UnB. Tese de Doutorado. Brasília, 2003.
- DALLARI, Dalmo. *Participação política*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- DAYRELL, Carlos Alberto. *Geraizeiros y Biodiversidad en el Norte de Minas Gerais: La contribución de la agroecología y de la etnoecología en los estudios de los agroecosistemas*. Huelva: Universidad Internacional de Andalucía. Sede Ibero Americana La Rábica, Dissertação de Mestrado. Espanha. mimeo, 1998.
- ESCOBAR, A. "Planejamento". In: *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FALEIROS, Vicente. *Formas ideológicas de participação*. São Paulo: Cortez, 1982.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- FURTADO, Celso. *O Longo Amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- FURTADO, Celso. *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- GONÇALVES, Carlos W.P. "As Minas e os Gerais" – breve ensaio sobre desenvolvimento e sustentabilidade a partir da Geografia do Norte de Minas . In: LUZ, Cláudia; DAYRELL, Carlos (org.). *Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade*. CAA-NM e Rede Cerrado. Montes Claros: Max Gráfica, 2000.

- LEFF, Enrique. *Saber ambiental: sustentabilidad, racionalidad, complejidad, poder*. México: Siglo XXI y PNUMA, 1998.
- LUZ, Claudia. *Vazanteiros do Rio São Francisco: um estudo sobre populações tradicionais e territorialidade no Norte de Minas Gerais*. Departamento de Sociologia e Antropologia/UFMG. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, 2005.
- MAX-NEFF, M. *Economía Descalza: senales desde um mundo invisible*. Estolcomo: Nordan; Bueno Aires: Montevideo, 1986.
- MAX-NEFF, M *et alli*. *Desarrollo a escala humana: una poción para el futuro*. Suécia: Cepaur- Funadación. Dag Hammarskjold, 1986.
- MIGNOLO, Walter D. *Espacios geográficos y localizaciones epistemológicas: la ratio entre la localizacion geográfica y la subalternización de conocimientos*. 2004. <http://www.javeriana.edu.co/pensar/rev34.html>.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RIST, Gilbert. *The history of development: From Western Origins to Global Failh*. London e New York: Zed books, 1997.
- SACHS, W. *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SAHLINS, Marshal. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- SANTOS, B. S. *et alli*. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SOUZA, Liynn Mario T. Menezes. “Identidade e subversão: o discurso crítico-literário pós-colonial de Homi Bhabha”. In: Anais do IV CONGRESSO ABRSLIC. Literatura diferença. São Paulo: ABRA-LIC, 1995.
- THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 1985.
- WANDERLEY, Mariângela Belfiori. *Metamorfose do desenvolvimento de comunidade*. São Paulo: Cortez, 1993.



Feira livre: espaço para criação de desenvolvimento rural e geração de renda¹

*Eduardo Magalhães Ribeiro
Daniel Prado Araújo
Flávia Maria Galizoni
Eduardo Barbosa Ayres
Luiz Henrique Silvestre
Camila Silva Freitas²*

As feiras livres do Jequitinhonha

A feira livre é uma das instituições mais sólidas de Minas Gerais; principalmente do Norte, Nordeste e Noroeste do Estado. Ela faz parte da economia e da cultura dessas regiões: abastece as cidades pequenas

1. Este artigo resulta de pesquisa apoiada pelo CNPq (504.665/2004-9), Banco do Nordeste do Brasil (convênio BNB-ETENE/UFLA/CAV-2005), MEC/SESu/ProExt/04 e Fapemig (941/02). Endereços para correspondência: Núcleo PPJ/Universidade Federal de Lavras, DAE, Caixa Postal 37, 37.200-000, Lavras, MG, ppj@ufla.br, CAV: Rua São Pedro, 43, Campo, Turmalina, 39.660.000, MG, cavi@uaivip.com.br. Uma versão preliminar e resumida deste artigo foi publicada no Caderno CEAS, Salvador, número 228, out/dez 2007.
2. EDUARDO MAGALHÃES RIBEIRO: Economista, professor adjunto doutor da Universidade Federal de Lavras, pesquisador CNPq, do NúcleoPPJ, eduardomr@ufla.br; DANIEL PRADO ARAÚJO: Agrônomo, bolsista CNPq, do NúcleoPPJ, ppj@ufla.br; FLÁVIA MARIA GALIZONI: Antropóloga, doutora, professora ICA/UFMG, do NúcleoPPJ, flaviagalizoni@yahoo.com.br; EDUARDO BARBOSA AYRES: Engenheiro agrônomo, mestre, bolsista CNPq; eduardoturmalina@yahoo.com.br; LUIZ HENRIQUE SILVESTRE: Administrador, mestre, professor UFVJM/Teófilo Otoni, do NúcleoPPJ; lhsilvestre@yahoo.com.br; CAMILA SILVA FREITAS: Administradora, mestranda PPGAD/UFLA, do NúcleoPPJ; ppj@ufla.br



e distantes das rotas de distribuição de alimentos, escoam a produção dos lavradores, aquece o comércio urbano com as compras dos feirantes. Nas madrugadas dos sábados, os agricultores levam à feira suas verduras e frutas de estação – que parecem ser milagres renovados ao longo do *tempo-da-seca* –, as variedades de farinhas, *gomas* e rapaduras saídas das prensas, engenhos e fornos da indústria doméstica rural, levam a algazarra dos frangos vivos e dos leitões, e lá sempre estão as cozinheiras, as doceiras e o *homem-da-cobra* – que tem remédio para todos os males do corpo, com a exceção da *dor-de-cotovelo*.

Em todos os municípios do Vale do Jequitinhonha mineiro existem feiras. Aos sábados os feirantes amanhecem na cidade carregando a produção da semana. Vão vender, comprar, barganhar e participar do grande evento social que é a feira livre. Nela, a oferta é variada: no *tempo-das-águas* os lavradores vendem mantimentos saídos da lavoura, como milho e feijão verdes, ou das criações, como leite fresco, queijo, requeijão e doce de leite, e, principalmente, os frutos da coleta – pequi, jatobá, panã, jaca, marolo, cagaita, coquinho-azedo, mangaba, coco-sapucaia, que aparecem nas praças de mercado de novembro a fevereiro. Começa o *tempo-da-seca* e a oferta muda, e aparecem os produtos com valor agregado, processados em casa, como as farinhas, cachaças e doces; mas, principalmente, é a época dos produtos das hortas, que exigem muito trabalho, enchem os cestos dos feirantes e os olhos dos fregueses.

As ofertas em feiras variam ao longo das estações, mas também no espaço. No alto Jequitinhonha são mais feiras de *verdes*, de legumes, frutos e folhagens; no baixo e médio rio, na paisagem agreste dos *carrascos* abaixo da foz do rio Araçuaí, o maior movimento das feiras costuma ser de produtos do beneficiamento doméstico: farinhas, rapaduras e gomas. Mas nunca se pode esquecer que em quase todo boqueirão há um alambique, e é necessário que alguma cachaça entre nestes mercados onde lavradores não só a trocam, mas também confraternizam.

Os mercados são maiores ou menores: em Araçuaí, por exemplo, ele não comporta sequer metade do movimento dos seus mais de

300 pontos de venda; em Veredinha todo o comércio da manhã de sábado cabe numa cobertura do tamanho de uma quadra de futebol de salão; em Almenara a feira ocupava cinco quarteirões além do mercado, atulhando de burros cargueiros, cangalhas, jumentos, o espaço do mercado.

Mesmo sendo assim, tão constantes e barulhentas, as feiras são quase invisíveis. Fazem parte da paisagem local, têm um movimento de comércio que costuma ser considerado insignificante, e, como atendem a um público muito localizado e geram um movimento que soverte na economia informal, raramente se tornam assunto para programas de geração de renda ou desenvolvimento rural.

Por isso, se pode afirmar que as feiras recebem uma atenção muito aquém do movimento econômico que anima. Suas vendas costumam ser consideradas pequenas, e efetivamente serão, se forem comparadas aos negócios que acontecem na cadeia produtiva da soja ou do leite. A pequenez, porém, é um conceito muito relativo. Depende muito da perspectiva de quem fala, da exatidão dos instrumentos de avaliação, e, neste caso, principalmente das circunstâncias: ninguém produz soja no Jequitinhonha e o leite é bem pouco. A economia rural da região tem uma pauta de produção que é ao mesmo tempo muito diversificada e muito pouco integrada; por isso, as iniciativas que gerarem ocupação e renda merecem destaque no mínimo por valorizar a identidade regional, o que é uma alavanca poderosa para outras iniciativas. As feiras geram rendas que dinamizam esses municípios, criam e colocam em circulação recursos que alimentam, garantem a saúde pela nutrição, que permitem a adoção de novas construções a partir das tradições. Na sua pequenez, as feiras livres beneficiam os agricultores, o comércio urbano e os consumidores.

Lavradores-feirantes são beneficiados porque vendem uma produção que não entraria em outros mercados, pois sua pauta produtiva é muito associada à cultura alimentar local. Geralmente vendem à vista o que levam à feira na manhã dos sábados, e a essa receita se combinam as rendas de transferências de programas públicos, à produção de autoconsumo, ao *apurado* nas migrações sazonais; assim eles se

equilibram. Repetindo o trajeto da roça para a feira por meses e anos, por *seca-e-s'água*, ampliam e melhoram seus sistemas de produção, as receitas crescem com a *tutameia* que é o ganho das feiras. Muitos deles *tiram* na feira mais dinheiro do que receberiam trabalhando nos cortes de cana ou nas vendas para turistas no verão das praias do litoral de São Paulo.

Vantagens e ganhos de feirantes se transformam diretamente em recursos nas mãos dos comerciantes. Feirantes vendem para comprar, e a bolsa cargueira – a *bruaca*, como se diz – que vai à feira cheia de rapaduras no lombo do burro, volta à roça carregada de mantimentos e utensílios. Aos sábados, os feirantes animam um comércio urbano que só tem alegrias quando os aposentados recebem seus pagamentos, quando chega época da festa do santo padroeiro ou quando o governo resolve montar acampamento de *peões* para fazer uma obra. Com uma grande diferença: aposentadorias são pagas uma vez por mês, festa de santo só acontece uma vez por ano e promessa de obra de governo só vem de quatro em quatro anos; feira tem todo sábado.

O benefício dos consumidores é um abastecimento regular de alimentos de qualidade, adaptado aos seus hábitos culturais. O tamanho reduzido da população urbana quase inviabiliza a oferta de verduras e frutas vindas de outras regiões, e na feira o consumidor encontrará as frutas coletadas nas *chapadas*, as rapaduras do jeito que prefere, as farinhas no ponto que gosta. Levantamento realizado em feiras do Jequitinhonha revelou doze tipos diferentes de farinhas – variadas em espessura, torração, cor e consistência –, seis tipos de rapaduras, dezoito variedades de frutas coletadas e vendidas *in natura*, doce de leite produzido por meio de nove técnicas diferentes. Cada técnica de produção predomina numa localidade particular e é desconhecida ou pouco usada em outros locais. As feiras não abastecem a população urbana apenas de alimentos, mas também dessa parte essencial da nutrição que é a soberania alimentar, a alimentação associada à cultura. É por isso que as feiras livres desses pequenos municípios se expandem, em vez de retrair. Elas alimentam essa cultura territorializada e se transformam no espaço por excelência de manifestação de

identidades locais. Outro fenômeno contribui para valorizar feiras: o aumento do número de aposentados, que renovam o fôlego das feiras com a renda que vem das transferências do governo e os converte em consumidores de hábitos estáveis e gasto regular.

As feiras são mais que pontos de comercialização da agricultura familiar. Nelas circulam bens, culturas e pessoas; além de pontos de vendas, são encruzilhadas entre a economia e a cultura, são retratos totais dessas sociedades rurais, lugares de encontro e articulação política, são espaços vitais para as muitas agriculturas familiares do Vale do Jequitinhonha.

Este artigo apresenta a síntese de um programa de pesquisa e extensão universitária em apoio às feiras livres, fruto da parceria entre o Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar da Universidade Federal de Lavras, Núcleo PPJ/UFLA, o Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV) e a Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional do Alto e Médio Jequitinhonha (CRSAN). O programa pesquisou feiras, identificou problemas e alternativas, e prevê desdobramentos em melhoria para as feiras, o abastecimento urbano e as receitas dos feirantes. A iniciativa surgiu da experiência do CAV e do Núcleo PPJ/UFLA, que desde 1998 têm uma ação conjunta em temas relacionados ao desenvolvimento rural e à produção agroecológica. A feira começou a ser debatida em pesquisas sobre extração de frutos e essências nas chapadas do alto Jequitinhonha: da coleta se passou à análise dos problemas de comercialização, da comercialização se chegou à feira. As pesquisas iniciais resultaram em programas municipais de apoio às feiras; o primeiro deles foi executado no município de Turmalina (2001/2004) e o segundo em Minas Novas (2003/2004). A partir daí foi criado um Programa mais amplo, envolvendo organizações dos 22 municípios que participam da CRSAN³.

3. As experiências e metodologias de pesquisa no Jequitinhonha estão descritas em Angelo (2002), Ribeiro, Soares e Ribeiro (2004), Ribeiro (2007).

A pesquisa: objetivo e método

O objetivo deste artigo é apresentar os principais resultados da pesquisa sobre feiras livres de cinco municípios do Vale do Jequitinhonha (Berilo, Carbonita, Francisco Badaró, Veredinha e Virgem da Lapa) realizada em 2005. Ele analisa a feira do ponto de vista da sua expressão econômica, em termos de vendas, situação dos feirantes, abastecimento urbano, economia local e das políticas municipais de apoio ao feirante. Para isso usou dados coletados em pesquisa de campo, que são apresentados aqui de forma sintética.

A pesquisa foi realizada em duas etapas. Na primeira etapa foi debatida no fórum da CRSAN a criação de um programa de apoio às feiras livres, incluindo a pesquisa, delimitando objetivos, competências e, por fim, admitindo candidaturas de municípios interessados em participar do programa. A candidatura deveria ser apoiada por, no mínimo, três organizações municipais de natureza diferente (organizações públicas e da sociedade civil) que assumiriam a execução do programa no município. Os 14 municípios inscritos foram avaliados por uma comissão mista CAV/UFLA/CRSAN, que selecionou 5 deles usando como critérios: a) o histórico das ações conjuntas dessas organizações no município, e b) as iniciativas já realizadas em favor da feira livre do município.

Selecionados os municípios, as organizações coordenadoras promoveram reuniões ampliadas em cada um deles, com a presença das parcerias locais: representação dos feirantes, sindicato de trabalhadores rurais, prefeitura municipal, comércio urbano, organizações sociais do município, Emater, Câmara de vereadores e outras agências interessadas. Nessas reuniões eram esclarecidos os objetivos do programa, manifesto o interesse daquela comunidade no programa, definidas as tarefas que deveriam ser executadas, a competência de cada entidade, escolhida uma coordenação local e estabelecido um cronograma de execução.

Em seguida começou a segunda etapa, a de pesquisa sobre a feira e suas consequências sobre consumidores e serviços urbanos.

Primeiro, foi pesquisado o comércio urbano, para avaliar por meio de entrevistas fechadas o impacto das feiras nas vendas e as relações entre comércio e feiras. Segundo, foi investigado o setor público municipal: prefeitura, secretarias, agências de extensão rural, hospitais, sindicato de trabalhadores rurais e polícia para dimensionar as demandas dos feirantes por serviços urbanos e as iniciativas municipais de melhoramento da feira ou da condição da agricultura familiar.

Num sábado era feita a sondagem preliminar na feira de cada município, que revelava o número de feirantes participantes e os produtos que colocavam à venda. A sondagem estimava o número de consumidores com base nas pesquisas anteriores: dez consumidores para cada feirante, e determinava o tamanho da amostra a ser pesquisada que representaria 3% dos consumidores presentes, repartidos por sexo e horário de compras, antes e depois de 9 horas. A sondagem definia também a distribuição de feirantes por tipos de produtos que vendiam e estabelecia a amostra a ser pesquisada, que deveria conter 10% dos feirantes presentes e ser representativa em termos de categorias de produtos e volume de produtos levados à feira.

Noutro sábado era feita a pesquisa. Os consumidores eram contados e entrevistados. Os feirantes eram contados, classificados e, com base na amostragem, entrevistados. Foram entrevistadas 79 famílias feirantes nos cinco municípios, distribuídas proporcionalmente entre os tipos de produtos classificados nas seguintes categorias: 1) frutas e verduras; 2) produtos da indústria doméstica rural (doces, queijos, mel, rapadura, farinhas, cachaça, fumo, por exemplo); 3) bancas diversificadas, que vendem produtos de elaboração e produção diferentes, principalmente combinando indústria doméstica com verduras e frutas; 4) açougues; 5) produtos da agricultura (feijão-de-arranque, feijão-andu, feijão-catador, milho debulhado, por exemplo); 6) alimentos prontos (café, refeições, bolo em fatias, etc.); 7) animais vivos (aves e suínos); 8) leite de vaca; 9) manufaturados (roupas, utensílios domésticos, bijuterias); 10) fumo de rolo; 11) temperos; 12) produtos do extrativismo (pequi, panã, cagaita, plantas medicinais, etc.). Em cada categoria os feirantes foram novamente segmentados

pelo volume maior ou menor de produtos e vendas, repartidos entre feirantes *fortes* ou *fracos*, como eles mesmos se definem.

É preciso esclarecer que a pesquisa e as entrevistas foram realizadas no *tempo-da-seca*, entre abril e novembro de 2005. Nessa época, a ocorrência de produtos do extrativismo é muito pequena, bastante reduzida a oferta de derivados de leite e é elevada a oferta de produtos intensivos em trabalho, como verduras, ou de maior valor agregado, como rapaduras. Por isso foi necessário sazonalizar as receitas das famílias feirantes, sugerindo que elas mesmas estimassem a queda de vendas na estação das chuvas e declarassem a diversificação de oferta de produtos que fazem ao longo do ano. Para compreender essa estacionalidade nas feiras, recorreu-se a pesquisas anteriores realizadas nas feiras de Turmalina e Minas Novas e a visitas de observação às feiras de Virgem da Lapa, Veredinha e Berilo, depois de concluídas as entrevistas, no verão de 2005/2006.

Um terço dos feirantes entrevistados na feira foram, depois, pesquisados também em seu sistema de produção, com uma visita dos pesquisadores ao sítio, à lavoura e aos equipamentos de beneficiamento. A amostra de sistemas de produção foi selecionada em função da distribuição pelas categorias de produtos encontradas na sondagem preliminar da feira. Nesta fase da pesquisa, se investigava a face produtiva da família: a organização da produção, do trabalho, as estratégias de reprodução, a distribuição do trabalho entre os membros da família, os resultados da migração sazonal, o impacto produtivo das políticas públicas, a dimensão do autoconsumo. Essa ocasião era aproveitada também para conhecer a organização dos sistemas comunitários de produção (farinheiras, engenhos, moendas, fornos) e a indústria doméstica rural⁴.

Nas partes seguintes deste texto são, em primeiro lugar, comentados os efeitos econômicos das feiras: o público atendido, o volume de vendas, o número de famílias que ganha a vida com feiras. Em seguida

4. Sobre técnicas de pesquisa com populações rurais consultar: Amorozo *et alli* (2002).

são apresentados dados que definem o perfil das famílias feirantes, incluindo sistema de produção. Depois são analisadas as relações entre feiras, consumidores e comércio urbano. Por fim, são comentados os programas públicos que direta ou indiretamente contribuem para o melhoramento das feiras e recomendadas ações em favor delas.

Resultados de pesquisa

Dimensões econômicas das feiras livres

As feiras livres são componentes essenciais na vida de pequenos municípios e dos agricultores que os abastecem. Têm, sempre, características marcadamente locais, associadas à cultura e às tradições dessas comunidades. Polanyi (1980) observava que as feiras da Idade Média europeia conservaram por séculos seu caráter restrito e fechado; as transformações produtivas que integraram a economia da Europa pós-revolução industrial e a grande circulação mercantil passaram ao largo do movimento dessas feiras, que sobreviveram como facetas específicas, ao mesmo tempo econômicas e culturais, dessas sociedades. Feiras são locais do pequeno comércio, mais ou menos impermeáveis às mudanças econômicas gerais. Os feirantes ocupam um espaço bastante reservado para suas trocas periódicas, que não são regulados somente pelas normas que vigoram nos grandes mercados, mas pautados pela particularidade, solidariedade, pela complementaridade e pela informalidade que resultam dessa sedimentação histórica das relações locais.

A maior parte dos estudos sobre feiras livres brasileiras foi feita na região Nordeste. Os autores revelaram que a participação frequente nessas feiras rurais faz parte de estratégias de reprodução de pequenos produtores, que as integram a outras tantas atividades: “De negócio só não dá, de agricultura só não dá”, sintetizava o feirante entrevistado por Garcia (1983). A feira complementa a sobrevivência, mas exige uma dedicação apurada e é necessário construir um bom nome no

mercado, uma boa relação com vizinhos, consumidores, poder público e esse conjunto de relações sociais a transformam num retrato total da sociedade rural.

Embora seja um espaço de agricultores, feira e lavoura não são atividades iguais: feira exige o “juízo, a vivacidade de espírito, o cálculo e o risco” (Garcia, 1984: 149), demanda talentos maiores, certo profissionalismo e é, definitivamente, um espaço de socialização (Forman, 1979; Heredia, 1979; Garcia Jr., 1983). Mas isto não foi observado apenas no Nordeste. As feiras do Sul do país têm quase o mesmo caráter, pois feirantes se integram à sua clientela e transformam a feira livre no seu espaço profissional de atuação, com atendimento especializado para clientes de perfil particular (Anjos; Godoy; Caldas, 2005).

Feiras, além de abastecer cidades, geram ocupações com investimentos de montante relativamente reduzido. Angulo (2002) revelou isso analisando a feira de um município do alto Jequitinhonha; Ribeiro Soares e Ribeiro (2004) mostraram que a receita familiar de feirantes tem relação estreita com o tipo de produto, e que as feiras do Vale do Jequitinhonha podem se transformar em espaços de geração de programas de custo baixo e ampla abrangência no apoio aos agricultores familiares da região.

O Vale do Jequitinhonha fica a nordeste de Minas Gerais, faz parte da grande área mineira sujeita às variações de regime de chuvas, coberta por vegetação de cerrado, floresta, carrascos e outras formas de transição. A área mais próxima às cabeceiras dos grandes rios que drenam a região, o alto Jequitinhonha, apresenta uma topografia marcada pela combinação de chapadas planas, ocupada em maioria por reflorestamentos de eucaliptos, e por vertentes acidentadas, as grotas, ocupadas por milhares de sítios de agricultores familiares.

São agricultores familiares de características bastante peculiares: áreas de terras bem abaixo do módulo rural mínimo da região, voltados para produção muito diversificada, usando técnicas adaptadas para manejo da terra e dos recursos naturais. Enfim, podem ser definidos, conforme se convencionou denominar nos últimos tempos, como agricultores tradicionais, pois participam de relações sociais

muito ativas, marcadas por um forte sentimento de pertencimento e agregados por unidades de domínio, cultura e parentesco que são as comunidades rurais. Essa população realiza um movimento ativo de migração sazonal, que leva principalmente os jovens rurais a passar seis a oito meses por ano trabalhando em outras regiões do país; a própria lógica da relação com a terra conduz a esse processo migratório⁵.

Na região, feiras livres cumprem um papel importante na geração de ocupação rural. Como a produção agrícola não é integrada às cadeias produtivas do agronegócio, os lavradores têm que encontrar seus mercados consumidores nos centros urbanos, pequenos mercados, de municípios basicamente rurais. A Tabela 1 revela a participação da população rural dos municípios pesquisados nas feiras livres: perto de 500 famílias auferem receitas semanais com essas feiras. Considerando o número de membros dessas famílias, percebe-se que, nos cinco municípios, um total de 2.260 pessoas retira parte do sustento das vendas na feira. As famílias feirantes, em conjunto, representam 7,27% da população rural total dos municípios pesquisados. Mas isto varia, de um máximo de 12,07% em Veredinha a um mínimo de 3,99% em Berilo. Essa variação se deve, em parte, aos programas municipais de transporte de feirantes, que facilitam o acesso aos centros urbanos. Veredinha e Carbonita, municípios com maior número relativo de feirantes, contam com sistema de transporte regular e gratuito para feirantes; em Virgem da Lapa funciona um sistema de transporte custeado pelos comerciantes da cidade; em Berilo há transporte público para apenas uma comunidade rural e em Francisco Badaró para nenhuma. Isso explica maior ou menor presença de agricultores na feira.

5. Ver sobre a agricultura familiar, trabalho e migrações na região: Graziano (1986), Amaral (1988), Ribeiro e Galizoni (2000), Galizoni (2003).

TABELA 1 – Total de feirantes e sua participação na população rural dos municípios.

<i>Município</i>	<i>Total de feirantes</i>	<i>Número de membros/família</i>	<i>População rural envolvida nas feiras</i>	<i>População rural total</i>	<i>Famílias feirantes na população rural, em percentual</i>
Veredinha	54	4,78	258	2.137	12,07
Carbonita	89	4,38	389	3.405	11,42
Berilo	78	5,09	397	9.948	3,99
F.Badaró	82	5,25	430	7.798	5,51
Virgem da Lapa	172	4,57	786	7.789	10,10
Total	475		2.260	31.077	7,27

Fontes: População rural total: FIBGE/Censo 2001; população envolvida nas feiras: pesquisa de campo, 2005

Essas feiras respondem por parte muito importante do abastecimento da população dessas pequenas cidades. Na maioria delas não existem estabelecimentos que vendam alimentos frescos e apresentem oferta diversificada. Assim, é na feira que o consumidor urbano se abastecerá desses produtos, e o mesmo acontecerá com o consumidor rural, que boa parte das vezes usa da feira como espaço para compras e trocas. A Tabela 2 mostra a importância dessas feiras: calcula o atendimento total, considerando o número de consumidores e número de membros de suas famílias, percebe-se que, na média, as feiras abastecem praticamente $\frac{3}{4}$ da população urbana desses municípios. Em alguns casos, pouco menos de 50% (Veredinha e Carbonita) e noutros casos mais que a totalidade da população urbana, pois aí se inclui também a população rural e mesmo consumidores que residem em outros municípios.

TABELA 2. participação total e percentual dos consumidores da feira na população urbana dos municípios pesquisados.

<i>Município</i>	<i>Consumidores presentes na feira</i>	<i>Número de membros das famílias urbanas</i>	<i>Total de consumidores atendidos pela feira</i>	<i>População urbana</i>	<i>População urbana atendida (percentual)</i>
Veredinha	336	4,19	1.408	3.120	45,13
Carbonita	719	3,69	2.653	5.562	47,69
Berilo	491	4,36	2.141	3.031	70,64
F. Badaró	607	4,01	2.434	2.511	96,94
Virgem da Lapa	1.544	3,87	5.975	5.883	101,56
Totais	3.809		14.611	20.107	72,67

Fontes: População urbana e tamanho das famílias: FIBGE, Censo 2001; consumidores: pesquisa de campo, 2005

A Tabela 3 mostra a diversidade da produção ofertada, notando o destaque acentuado que recebem as verduras, frutas e produtos da indústria doméstica rural. O calendário de abastecimento, porém, é bastante variado pelas estações do ano. Há uma tendência para que os frutos coletados, as essências e fibras – matérias-primas para artesanato – ocupem importância maior nas feiras no auge do verão. Ao mesmo tempo, a produção da pecuária é estimulada pelas chuvas, pelo calor e pelas boas pastagens dessa temporada. No início do inverno começa a crescer a oferta de verduras, frutas cultivadas e produtos alimentares beneficiados, que atingem o máximo em setembro. Daí em diante as hortas declinam em tamanho e produção, a infestação de plantas invasoras dificulta os tratamentos culturais que precisam ser feitos, os feirantes vão preparar terras para plantio de mantimento e o tempo para cuidar das hortas e do beneficiamento fica mais curto. Quando começa a chover, já no final do ano, mandioca e cana já não servem mais para produzir farinha e rapadura, e os tratamentos culturais das lavouras tomam muito tempo do trabalho.

A Tabela 3 permite constatar a importância dos produtos de maior valor agregado e mais intensivos em trabalho: frutas/verduras, indús-

tria doméstica rural, alimentos prontos, artesanato, fumo e temperos representam mais de 60% da produção levada às feiras. Isso se explica em parte pelo ajuste entre a feira e o perfil do consumidor, que demanda certos produtos. Mas também, em parte, se explica pela racionalização do trabalho nas unidades familiares de produção, pois na estação da seca – que dura a maior parte do ano – os feirantes vão dispor de força de trabalho para dedicar muitas horas às hortas e ao beneficiamento: fornos, engenhos, prensas, tachos, que consomem muito trabalho, mas que também criam produtos mais valiosos.

Evidentemente existem riscos na produção comercial de frutas e verduras. Elas são perecíveis e sazonais, dependem de vendas rápidas. Este risco, em parte, é compensado pela utilidade dupla, a *alternatividade* desses produtos: servem para vender, mas também podem alimentar a família e os animais. O risco, também, fica diluído com a diversificação da produção, pois a produção de verduras se completa com o beneficiamento de produtos na indústria doméstica ou com produtos da agricultura. No verão, em alguns casos, produtores de frutas/verduras se tornam vendedores de produtos de coleta, produtores de rapadura vendem queijos ou produtos da lavoura sem beneficiamento, como feijão-andu, catador, milho verde.

TABELA 3 – Categorias, total e percentual dos pontos de venda nas feiras livres pesquisadas, estação da seca, 2005.

<i>Categorias</i>	<i>Veredinha</i>	<i>Carbonita</i>	<i>Berilo</i>	<i>Francisco Badaró</i>	<i>Virgem da Lapa</i>	<i>Total</i>	<i>Participação percentual</i>
Frutas/verduras	22	38	27	39	49	174	36,73
Indústria doméstica rural	8	14	12	11	37	82	17,26
Diversificados	13	9	17	6	28	73	15,43
Açougues	4	5	10	9	22	50	10,58
Agricultura	0	7	2	5	6	20	4,21
Alimentos prontos	2	5	1	6	7	21	4,42
Animais vivos	2	4	2	3	5	16	3,37
Pecuária	0	2	3	0	9	14	2,95



Manufaturados	2	3	2	1	3	11	2,32
Artesanato	1	2	0	2	2	7	1,47
Fumo	0	0	2	0	2	4	0,84
Tempero	0	0	0	0	1	1	0,21
Extrativismo	0	0	0	0	1	1	0,21
Total	54	89	78	82	172	475	100,00

Fonte: Pesquisa de campo, 2005

Uma característica destacada dessa produção vendida nas feiras é sua origem no trabalho familiar, sua ligação profunda com o campesinato da região. Os consumidores realçam isso em depoimentos e constroem exemplos de qualidade que tomam como referência exatamente o caráter familiar, territorializado e específico da produção. Produtos de comunidades ou famílias atingem níveis de excelência e caem no agrado dos consumidores; assim, se tornam referência de qualidade e denominação de origem. São muitos os exemplos para os municípios. Em Veredinha são afamadas as verduras das comunidades de Gameleira, Porto Velho e Ponte do Funil, do feirante senhor Arlindo; são conhecidas as rapaduras das comunidades de Porto Velho, Macaúba e do feirante senhor Demário. Em Carbonita o exemplo de requeijão é da comunidade Santana e dos feirantes José Maria e Antônio Tomé; o padrão da rapadura é da comunidade Bernardes, das feirantes Dona Araci e Dona Maria; as verduras são as de Zé de Salu. Em Berilo a referência é a comunidade Roça Grande; a farinha é da comunidade Capivari e do feirante senhor Sampaio. Em Francisco Badaró as melhores verduras vêm das comunidades São João e Setúbal; a farinha de milho é de Maria de Germano. E em Virgem da Lapa a indústria doméstica afamada é da comunidade Vai-vim: cachaça, horta, rapadura, mel e doce; a farinha é da comunidade Malhada Branca ou dos feirantes Adão e José Dias.

Os feirantes: perfil e condições de trabalho

Os chefes dessas famílias feirantes em sua maioria são homens, lavradores de idade média acima dos 46 anos; este segmento representa mais 50% deles nos municípios, com a exceção de Virgem da Lapa, conforme pode ser visto na Tabela 4. Esta idade média mais elevada está em acordo com as tendências observadas na população rural da região, de tender para faixas etárias mais elevadas. Isto apresenta duas implicações. A primeira é que tenderá a existir um percentual elevado de aposentados entre essas famílias, porque as mulheres rurais se aposentam aos 55 anos e os homens aos 60 anos; existe 0,64 aposentado por família feirante. A segunda implicação é que, sendo a população mais idosa, tende a haver um número reduzido de migrantes entre eles, pelo menos como chefes de família, pois na região a migração sazonal ocorre mais com a população rural jovem.

TABELA 4 – Faixas médias de idade dos feirantes dos municípios pesquisados.

<i>Idade</i>	<i>Berilo</i>	<i>Francisco Badaró</i>	<i>Carbonita</i>	<i>Veredinha</i>	<i>Virgem da Lapa</i>
Menos de 30 anos	0,00	8,30	19,00	0,00	0,00
De 31 a 45 anos	27,27	8,30	28,57	0,00	57,14
De 46 a 60 anos	45,46	58,40	38,15	77,78	33,30
Acima de 60 anos	27,27	25,00	14,28	22,22	9,56
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Pesquisa de campo, 2005

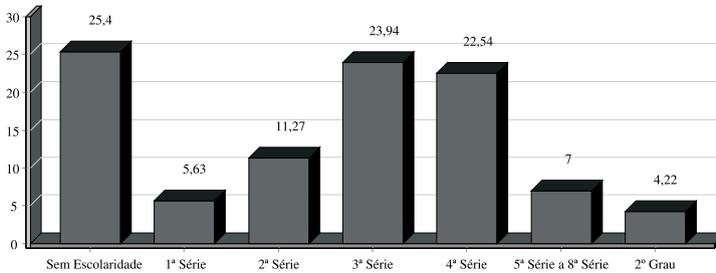
Exatamente por tender a ser uma população mais idosa, se observa um percentual bastante elevado de pessoas que não frequentaram escola: mais de 25% deles, conforme se nota no Gráfico 1. A curva de escolaridade, a partir de um ano de frequência, cresce até o terceiro ano, para declinar em seguida, e revelar que apenas 7% deles frequentaram mais de quatro anos de escola, e um percentual bem

mais reduzido, 4,22%, frequentou o segundo grau. Essa situação não é atípica em relação à população rural do Vale do Jequitinhonha, de Minas Gerais ou do Brasil. Até os anos 1970/1980, era pequeno o número e reduzida a abrangência de escolas rurais, as crianças eram incorporadas cedo ao trabalho da família e o ensino formal estava fora do alcance e do conjunto dos valores da maioria da população rural. Por isso, a frequência à escola no Gráfico 1 corresponde à parcela mais jovem da amostra pesquisada.

A escolaridade reduzida, no entanto, às vezes apresenta dificuldades para feirantes: frequentemente há necessidade de anotar valores, fazer contas e acertos, consultar bulas e receituários agrônômicos, que, sem dúvida, serão tarefas mais difíceis para pessoas sem leitura. Uma vendedora de verduras e folhas, não alfabetizada, entrevistada numa feira, informava que costumava vender alguns produtos para uma família vizinha na comunidade. Guardava em separado os resultados das vendas dos outros e das suas cortando pedacinhos da folha ou da casca da verdura vendida; depois enrolava o pedaço da venda na nota ou na moeda que recebia do comprador, e assim acertava suas contas depois. Noutro caso, um vendedor de produtos da indústria doméstica rural passou a frequentar a escola noturna na cidade junto com sua filha mais nova que começava a ser alfabetizada; quando foi entrevistado, exibia orgulhoso o caderno de escola e relatava seus progressos na escrita e na leitura, que apareciam nas boas notas que recebia da professora, acompanhados pelo progresso nos negócios, e assim ele ficava ainda mais satisfeito e com mais motivo para frequentar escola.

Embora a maior parte dos feirantes não declare se ressentir da ausência de alfabetização, em alguns casos ela deve ser mais sentida, principalmente quando se trata de agricultores que lidam com hortas, principalmente nas raras ocasiões em que precisam dos defensivos comprados no comércio; nesses casos, recorrem aos filhos.

GRÁFICO 1 – Escolaridade média dos feirantes dos municípios pesquisados, em percentuais.



Fonte: Pesquisa de campo, 2005

A Tabela 5, apresentada abaixo, revela as condições de acesso e a distribuição de terras entre as famílias pesquisadas. Um aspecto que merece destaque positivo é o fato de 75,70% disporem de terras próprias: plantam em seu próprio chão, como dizem, o que dá estabilidade ao domínio da família, garante produção contínua e diversificada. No entanto há um aspecto negativo: 62,86% desses feirantes têm disponíveis áreas inferiores a 30,00 hectares, numa região em que o módulo rural médio – isto é, a área tecnicamente considerada o mínimo necessário para uma família produzir decentemente – é 40,00 hectares. Acrescentando a isto a variável idade, comentada acima, a situação se revela mais complexa, pois serão lavradores mais idosos, em áreas pequenas de terras, com filhos adultos precisando de áreas para trabalhar. Por isso, a migração temporária é tão firmemente associada a essa população, principalmente a porção jovem: são poucas as alternativas para acesso à terra e ocupação produtiva, e por isso vão buscar a cada seis meses no interior e litoral de São Paulo, no Triângulo Mineiro, as condições de vida que a terra não oferece em sua região. Na pesquisa dos sistemas de produção, principalmente em Virgem da Lapa e Francisco Badaró, foram muito frequentes as referências aos filhos adultos jovens que estavam na migração para corte de cana-de-açúcar⁶.

6. Consultar sobre as relações entre terra e migrações no alto Jequitinhonha: Amaral (1988), Gozza e Rios Neto (1990); Ribeiro e Galizoni (2000).

A terra pequena, no entanto, não é um fator absolutamente limitante para a sobrevivência desses feirantes. Com todas as dificuldades que o minifúndio apresenta e que no semiárido são mais acentuadas, por reduzir as possibilidades de acesso aos recursos naturais e principalmente à água, esses agricultores conseguem driblar embaraços com seus recursos escassos. Considerando a área média por família feirante na região de 22,19 hectares – pouco mais que a metade de um módulo rural médio regional –, é possível calcular a receita mensal média por hectare ocupado dividindo a receita média total por família feirante (R\$ 366,77) pela área média de terra disponível (22,19 hectares): encontra-se então R\$ 16,53 por hectare ocupado por família feirante por mês, ou R\$ 198,34 por hectare/família feirante/ano.

tabela 5 – Área e condição das terras dos feirantes nos municípios pesquisados, em percentuais.

Grupos de área (ha)	Própria	Alugada	Parceria	Cedida	Outro	Total	Acumulado
De 0,01 a 5,00	12,85	1,43	7,14	2,86	4,29	28,57	28,57
De 5,01 a 10,00	11,43	0,00	0,00	0,00	1,43	12,86	41,43
De 10,01 a 30,00	18,57	0,00	0,00	2,86	0,00	21,43	62,86
Acima de 30,01	22,85	0,00	0,00	0,00	0,00	22,85	85,71
Não informou	10,00	0,00	2,86	1,43	0,00	14,29	100,00
Total	75,70	1,43	10,00	7,15	5,72	100,00	

Fonte: Pesquisa de campo, 2005

A Tabela 6 mostra os sistemas de cultivo empregados pelos agricultores feirantes em suas lavouras. São os seguintes sistemas: o cultivo tradicional (com enxada e encoivramento da capoeira) é dominante, presente em 62,01% das unidades pesquisadas; o cultivo mecanizado (tratores, arado e grade) está em 10,13% das unidades de produção; uma combinação desses dois está presente em 19,00% desses estabelecimentos. A matriz de uso de insumos já revela que 48,10% deles utilizam algum tipo de insumo comprado, de sementes selecionadas a combustíveis para bombas hidráulicas, de adubo químico a remédios

veterinários. As sementes selecionadas industriais são dominantes nas lavouras de milho.

A combinação sistema de produção/uso de insumos revela outra faceta dessas famílias rurais: elas combinam o manejo tradicional com insumos comprados em proporção bem elevada: 27,84%; em seguida vem o manejo tradicional combinado ao uso de insumos próprios, quer dizer, sistemas produtivos mais fechados, que representam 17,72% desses produtores. Por comparação é preciso destacar os extremos: sistemas produtivos mais industrializados (tratores mais insumos comprados) estão presentes em 7,60% das unidades de produção; sistemas absolutamente tradicionais estão presentes em 17,72% dos estabelecimentos.

TABELA 6. Tipos de cultivo e de insumos utilizados pelos agricultores feirantes nos municípios pesquisados; em percentuais.

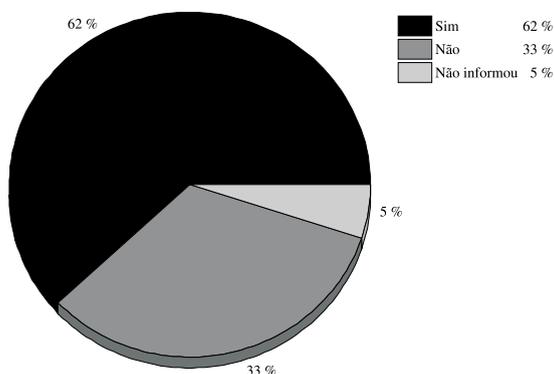
<i>Sistema de Cultivo</i>	<i>Insumo comprado</i>	<i>Insumo próprio</i>	<i>Insumo comprado/ Próprio</i>	<i>Não informou</i>	<i>Total</i>
Cultivo tradicional (enxada/coivara)	27,84	17,72	16,45	0,00	62,01
Cultivo mecanizado (tratores)	7,60	2,53	0,00	0,00	10,13
Cultivo misto (os dois)	12,66	5,06	1,28	0,00	19,00
Não informou	0,00	0,00	0,00	8,86	8,86
Total	48,10	25,31	17,73	8,86	100,00

Fonte: Pesquisa de campo, 2005

Em relação às condições de vida e produção essas famílias de agricultores feirantes enfrentam algumas restrições sérias.

Em primeiro lugar quanto à energia elétrica: 1/3 delas não dispõe de energia elétrica na sua unidade de produção (Gráfico 2). Isto é crítico, principalmente considerando que a produção dessas famílias tende a ser muito dependente desse insumo: na irrigação das hortas e frutas, na força motriz dos engenhos e moendas, no trabalho de moagem nas mdrugadas, na torra da farinha que entra pelas noites, na embalagem dos produtos para a feira que sempre é feita na madrugada.

GRÁFICO 2 – Disponibilidade de energia elétrica para as famílias feirantes pesquisadas, em percentual.



Fonte: pesquisa de campo, 2005

Em relação à água a situação também é complexa. Entre as famílias feirantes, 49% delas enfrentam problemas de abastecimento de água. Esses problemas se tornam mais críticos quando se considera que a grande maioria dos sistemas produtivos alimentares é exigente em água: horticultura, fruticultura, indústria doméstica rural. E, em todos os casos, a higiene é um fator básico, e água é fundamental para a limpeza⁷.

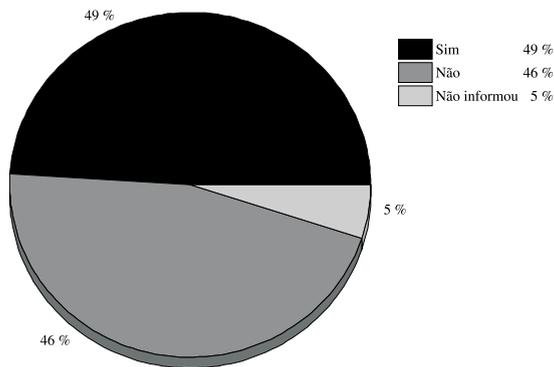
Nas pesquisas de sistemas de produção foram encontrados casos extremos, como a situação da família que renuncia ao consumo regular de água para trato de animais e lavagem de roupa, gastando a pouca água que a nascente produzia já no final do mês de outubro na irrigação da horta; a irrigação era feita à noite para que fossem menores as perdas por evapotranspiração; essa família não dispunha também de energia elétrica, mas todo o sábado colocava sua produção de verduras na feira da cidade. Noutro caso, o agricultor viajava todos os dias um quilômetro para buscar água no rio, para abastecer os

7. Sobre água e problemas de abastecimento na região consultar Ribeiro e Galizoni (2003).

porcos que engordava e abatia para vender em retalho na feira; este também não dispunha de energia elétrica.

A água sempre recebe um uso muito regulado, exatamente por ser vital para esses sistemas de produção. Daí se observa uma tendência de disposição menor desse recurso para a população das áreas montanhosas. Nessas terras, que apresentam uma boa potencialidade produtiva, dados os microclimas e a consequente presença mais rara de predadores no inverno, a horticultura costuma ser quase inviável por falta d'água. A horticultura tende a se concentrar mais na margem dos grandes rios ou ribeirões – Araçuaí, Itamarandiba, Soledade –, junto com a população sem-água que acaba expulsa das áreas de montanha, onde se estabeleceu ao longo do período de povoamento da região.

GRÁFICO 3 – Problemas com abastecimento de água nas famílias feirantes pesquisadas, em percentual.

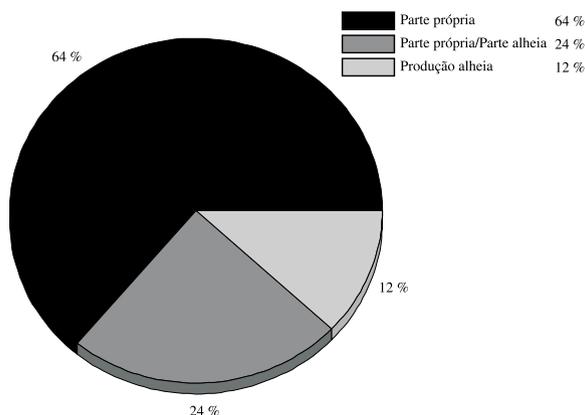


Fonte: pesquisa de campo, 2005

O Gráfico 4 apresenta a origem da produção vendida na feira. Um aspecto a ser enfatizado, observado em quase todas as feiras da região, é a presença reduzida de intermediários na feira: apenas 12% dos feirantes vendem produtos que, no todo ou em parte, não são originários do trabalho da família. Considerando a presença de

mascates, vendedores de bijuterias e roupas feitas nas feiras, se compreende a dimensão desses 12% de intermediação. O *atravessamento*, como se diz, costuma estar associado, além dos manufaturados citados acima, principalmente a fumo, carnes e parte da indústria doméstica rural. Por outro lado, a venda de produção própria é absolutamente majoritária: 64% dos feirantes vendem apenas o resultado da sua produção.

GRÁFICO 4 – Origem dos produtos ofertados na banca.

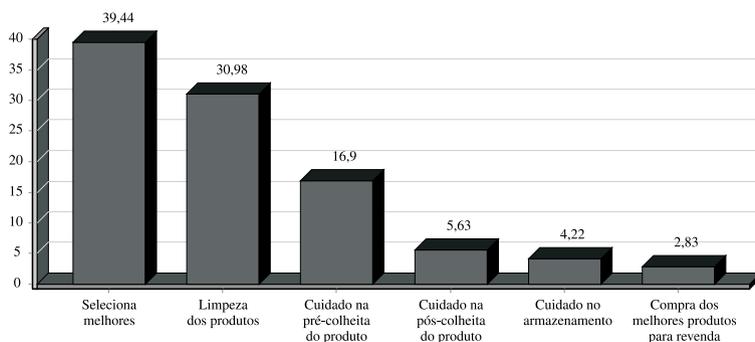


Fonte: pesquisa de campo, 2005

Os 24% que combinam as vendas de produção própria e alheia, em grande parte estão vendendo por encomenda de vizinhos, parentes ou amigos de sua própria comunidade. Aqui, a feira livre revela seu caráter solidário: o feirante alterna, às vezes, sua presença com outro feirante, ou envia sua produção através de outro, ou mesmo faz arranjos de redistribuição da produção em duas ou três bancas de uma mesma feira, de forma que produtos dos amigos e seus tenham oportunidades iguais de vendas. Noutros casos, ainda, repartem a produção com vizinhos, parentes e amigos entre feiras municipais diferentes, e estarão vendendo parte da produção de outros, mas os outros estarão vendendo parte de sua produção em outro município.

Os produtos ofertados nas feiras livres são objetos do trabalho e do cuidado das famílias que os vendem. O Gráfico 5, abaixo, mostra como as famílias feirantes, por diversas maneiras, estabelecem algum tipo de controle de qualidade do produto ofertado. Os cuidados vão da seleção dos produtos (39,44%) aos cuidados na limpeza (30,98%), aos cuidados na pré-colheita, na colheita, no armazenamento e na seleção. Esses cuidados é que fazem a fama do feirante: um produtor *caprichoso*, como se diz; o capricho é valorizado pelo consumidor na mesma proporção em que adquire esses produtos. O *capricho* faz parte da fama do produtor e da comunidade, é considerado um dos atributos mais valorizados para aquisição de determinado produto.

GRÁFICO 5 – Controles de qualidade dos produtos ofertados nas bancas de feiras.



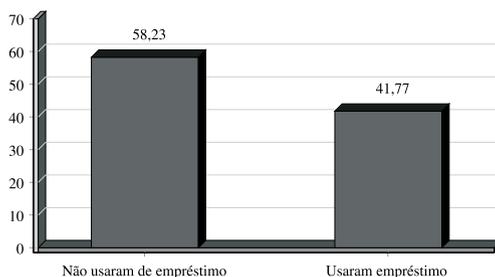
Fonte: pesquisa de campo, 2005

O Gráfico 6, abaixo, apresenta a relação entre feirantes e crédito rural. Observa-se que quase 60% deles jamais utilizaram crédito rural. No entanto, mais de 40% deles já usaram, o que é um percentual expressivo. Este patamar de acesso ao crédito está associado em grande parte à simplificação, generalização e aos subsídios embutidos no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), nos últimos anos. Rebatimento de juros, abertura de escritórios de agentes financeiros nas diversas cidades em convênio com prefeituras,

a publicidade do crédito, a estabilidade das rendas proporcionada pela quase generalização das aposentadorias têm dado segurança aos agricultores para que acessem ao crédito.

Esses empréstimos têm sido usados para financiamento de lavouras e de equipamentos produtivos. Foi perceptível, porém, que a difusão do crédito não atingiu um segmento de público: as mulheres. Muitas delas, empreendedoras ativas nas suas hortas e em sistemas de beneficiamento, reclamam que precisam de implementos e insumos, e que não conseguem financiamento que as apóie; “os maridos vão na frente...”. Nesse caso, seria necessário que os agentes de extensão e sindicatos dessem uma atenção especial a essas feirantes.

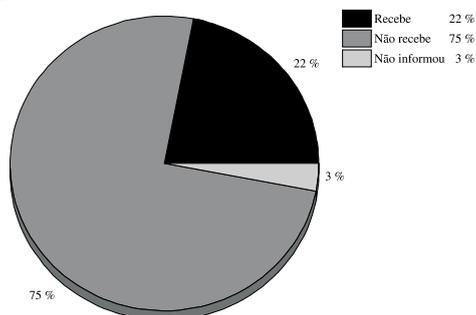
GRÁFICO 6 – Feirantes que usaram de empréstimo bancário nos municípios pesquisados; valores em percentuais.



Fonte: Pesquisa de campo, 2005

Um último aspecto a ser comentado em relação aos feirantes é a assistência técnica. O Gráfico 7 revela que apenas 22% deles recebem algum tipo de assistência técnica. Sem dúvida, é um percentual superior às médias observadas em outras populações de agricultores. Mas são produtores que estão sistematicamente presentes em mercados, são pessoas que operam com abastecimento regular, que tendem a inovar em seus sistemas produtivos, que lidam com processos produtivos relacionados ao consumo direto e têm uma demanda razoável de financiamentos. Por isso esses números merecem atenção.

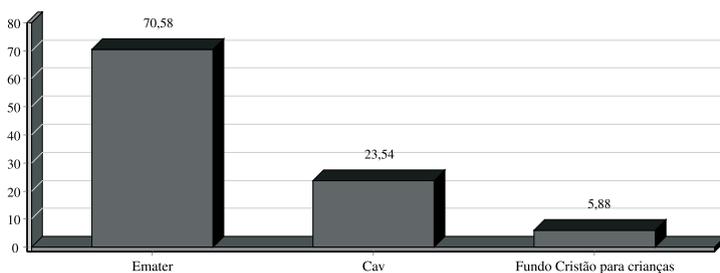
GRÁFICO 7 – Feirantes que recebem ou não assistência técnica; valores em percentuais.



Fonte: Pesquisa de campo, 2005

O Gráfico 8 revela a origem da assistência técnica que é oferecida aos feirantes que a recebem, quer dizer, aqueles 22% citados no Gráfico 7. Desses, 70% recebem apoio da Emater; os demais recebem assistência do Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica, CAV, que responde por quase 24% da assistência, e das associações ligadas ao Fundo Cristão para Crianças, que respondem por 5,88% da assistência técnica. É preciso destacar, no entanto, que esse percentual de assistidos é bastante reduzido e, por outro lado, que, apesar de sua expressiva participação na oferta de assistência técnica, o CAV atua diretamente em apenas um dos cinco municípios pesquisados: Veredinha.

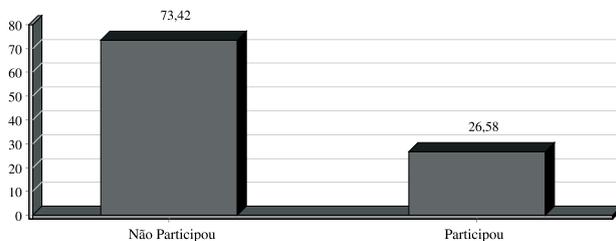
GRÁFICO 8 – Entidades que fornecem assistência técnica aos feirantes dos municípios pesquisados.



Fonte: pesquisa de campo, 2005.

Da mesma maneira que é limitado o acesso à assistência técnica, é restrita a participação desses feirantes em cursos. Quase $\frac{3}{4}$ deles jamais participou de qualquer capacitação. Assim, apesar da profusão de recursos que têm sido direcionados para capacitações de população rural, por meio de Serviço Nacional de Aprendizado Rural (SENAR), Pronaf, Sebrae e outras organizações, merece ainda ser registrado que essa população de relações tão estreitas e vitais com o abastecimento urbano não recebe uma atenção especial e cuidadosa. E aqui, é bom lembrar, as capacitações podem e devem não só abranger cursos técnicos, propriamente ditos, mas também troca de experiências coletivas, que são tão importantes para a incorporação de culturas produtivas de bons resultados, como têm demonstrado iniciativas inovadoras de extensão rural que incorporaram fóruns de debates de agricultores como método de aprendizado.

GRÁFICO 9 – Participação dos feirantes em cursos de capacitação.



Fonte: pesquisa de campo, 2005

Receitas e gastos dos feirantes

A pesquisa revelou duas fontes importantes para a composição das receitas desses feirantes: a) os ingressos vindos das atividades rurais, originários do processamento e/ou comercialização na feira dos produtos da terra e a produção direta de alimentos; b) as rendas vindas das transferências públicas. Os dados estão apresentados na Tabela 7.

A primeira informação a ser destacada na Tabela 7 é a expressividade das receitas rurais dos feirantes, que se tornam particularmente importantes pelo fato de a região ser desde os anos 1960 identificada com pobreza, e colocada como referência de *carência*, estagnação e abandono. Além disso, o Jequitinhonha é parte do semiárido: a chuva é irregular, e a uma série de anos de boas chuvas sucedem períodos de seca, que levam os índices de precipitação a variar entre 400 a 900 mm/ano. Cada período de estiagem representa um decréscimo sensível na produção, nas receitas e na autossustentação das famílias rurais. Um terceiro aspecto a ser considerado está relacionado à introdução de programas modernizantes de grande escala na região – reflorestamentos e cafeicultura, principalmente – que criaram restrições para o acesso dos lavradores às terras comuns das chapadas e à oferta regular de águas de nascentes.

Por isso os dados produtivos se tornam importantes. Eles revelam uma capacidade de produzir e gerar receitas que permanece oculta ao senso comum e aos censos agropecuários. O estigma da pobreza recobre essa capacidade produtiva e a informalidade da produção, beneficiamento e comercialização impedem que as informações apareçam nas estatísticas. Essa invisibilidade histórica da agricultura camponesa atrai mais políticas emergenciais que de apoio à produção; mesmo programas de apoio pouco captam da complexidade dessa economia.

As famílias pesquisadas representam 7,27% das famílias rurais dos municípios pesquisados. Computando apenas as entradas exclusivamente rurais – produção de autoconsumo e receitas da comercialização – é possível concluir que elas variam 1,36 salários mínimos por família, no caso de Veredinha, limite inferior, e atingem 2,09 salários mínimos/família/mês no extremo superior, Berilo. Em todos os municípios, as entradas originárias de atividades rurais superam as demais fontes – outras atividades, transferências e fontes diversas – mostrando a força peculiar e invisível dessa produção: 61,24% da receita total; 1,64 salários mínimo/família/mês. A receita das vendas atinge, na média dos municípios, 1,18 salário mínimo; variando de

0,85 em Veredinha a 1,57 salários mínimos em Berilo. Em alguns dos municípios, como Carbonita, por exemplo, a receita direta da comercialização supera em quase o dobro a renda das transferências, mostrando o papel efetivamente complementar destas.

TABELA 7 – Receitas das famílias rurais pesquisadas, por fontes e municípios.

Fontes de receitas	Veredinha		Carbonita		Berilo		Francisco Badaró		Virgem da Lapa		Receita média R\$	Percentual
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%		
Rural: vendas	255,91	37,82	349,25	43,89	470,32	47,71	282,48	37,88	364,66	45,95	354,37	43,67
Rural: autoconsumo	152,10	22,48	136,70	17,18	159,48	16,18	158,37	21,24	104,42	13,16	137,72	16,97
Aposentadorias/pensões	233,33	34,48	171,43	21,54	272,73	27,67	150,00	20,12	171,43	21,60	192,86	23,77
Bolsa-família	28,94	4,28	28,48	3,58	21,82	2,21	43,96	5,90	36,43	4,59	32,80	4,04
Programas compensatórios	6,39	0,94	14,29	1,80	0,00	0,00	0,63	0,08	15,36	1,94	9,50	1,17
Outras Atividades	0,00	0,00	57,59	7,24	61,36	6,23	35,21	4,72	52,50	6,62	46,78	5,76
Outras fontes	0,00	0,00	38,10	0,00	0,00	0,00	75,00	10,06	48,73	6,14	37,46	4,62
Receita total	676,68	100,00	795,82	100,00	985,71	100,00	745,65	100,00	793,52	100,00	811,49	100,00

Fonte: pesquisa de campo, 2005

As rendas de transferências, compostas por aposentadorias, pensões, Bolsa Família e outros programas mais focalizados (PETI, vale-gás), apresentam um peso médio de 28,98% na receita dessas famílias rurais. Entre essas fontes, as aposentadorias e pensões ocupam uma posição destacada: representam 23,77% da receita total dessas famílias, e em alguns municípios chegam a representar 34,48%. Na média existe 0,64 aposentado ou pensionista por domicílio; mas em alguns municípios essa média é mais elevada: Veredinha, por exemplo, com 0,78

aposentado ou pensionista por domicílio. Essa participação expressiva de aposentadorias/pensões nas receitas tem duas explicações.

A primeira, que as possibilidades de geração de receitas monetárias para essas famílias efetivamente são reduzidas: há pouca possibilidade de inserção mercantil para os produtores, a produção é voltada para pauta alimentar muito diversificada e de pequena escala que tende a ir para os mercados locais, e gerar uma receita incerta ao longo de todo o ano. Portanto, tende a ser maior o peso relativo das transferências.

Outra explicação é relacionada ao envelhecimento da população, que aumenta a proporção de idosos na sociedade. Este fenômeno, resultado da transição demográfica em curso no país, tem sido analisado por demógrafos e economistas; no Jequitinhonha, em particular, se manifesta com uma força relativa maior por conta da migração definitiva e temporária de trabalhadores jovens, que torna a média da idade na região mais elevada. Ocorrem também, desde os anos 1990, migrações de retorno de antigos migrantes, aposentados. Essa combinação de emigração de jovens e imigração de idosos contribui para tornar expressiva a presença de aposentados nas famílias pesquisadas⁸.

No entanto, entre os municípios pesquisados existem diferenças importantes em termos de participação relativa das aposentadorias e pensões na composição total das receitas. Isso é devido, em parte, às diferentes dinâmicas econômicas, que fazem com que em alguns municípios o comércio seja mais intenso, tornando as rendas de transferências proporcionalmente menores.

A Bolsa Família tem uma grande difusão entre essas famílias: faz parte das receitas de 47,30% delas, distribuindo em média R\$ 32,80 por família e chegando a representar, num máximo, em Francisco Badaró, quase 6% da receita total das famílias, quase um terço do valor das aposentadorias e pensões. Seu impacto no conjunto das receitas chega

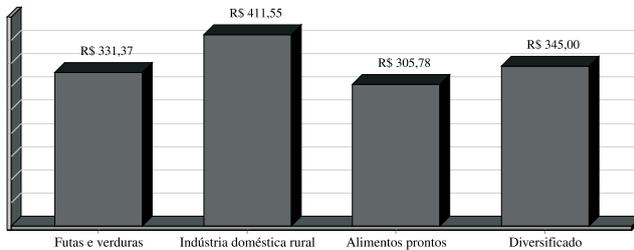
8. Sobre envelhecimento populacional e aposentadorias: Berquó e Baeninger (2000); Delgado e Cardoso (2000); sobre aposentados do Jequitinhonha consultar Augusto (2003); sobre migrações de retorno: Ribeiro e Carvalho (1999); sobre migrações na região ver Gozza e Rios Neto (1988); Amaral (1988) e Ribeiro e Galizoni (2000).

a ser tão expressivo quanto aqueles originários de outras atividades – geralmente receitas não-agrícolas – ou originárias de outras fontes, como remessas de dinheiro de membros da família que migraram e aluguéis. O aparecimento de um programa focalizado como este em pesquisa tão específica revela a sua generalização, quase tão grande quanto à aposentadoria. Observe-se também que em Berilo, onde as receitas rurais e totais dos lavradores são mais elevadas, a Bolsa Família ocupa uma posição relativa e absoluta menos importante na receita domiciliar; isso revela certamente um acerto de objetivo do programa, com atendimento prioritário às famílias mais pobres.

Ainda é necessário observar na Tabela 7 que as receitas originárias de outros programas de transferência de renda, de outras atividades e de outras fontes têm expressão reduzida na composição da receita total. As primeiras desapareceram absorvidas pela Bolsa Família, que se converteu no principal programa de transferência de rendas. As duas outras têm pouca expressão em virtude da idade média relativamente elevada desses agricultores-feirantes, que faz com que a migração sazonal e as ocupações não-agrícolas sejam menos importante para eles.

As receitas dessas famílias feirantes variam em função da categoria de produtos que levam à feira. Produtos de maior valor agregado geram receitas mais elevadas, como a indústria doméstica rural que gera em média R\$ 411,55 por mês. Produtos mais intensivos em trabalho, como as hortas, também geram receitas elevadas, como se percebe no Gráfico 10. A diversificação das vendas, geralmente uma oferta combinada de produtos beneficiados com produtos de horta e pomar, também gera boas receitas, com a vantagem adicional de diversificar as fontes, reduzir os riscos e ampliar o leque de fregueses. A categoria de alimentos prontos também merece comentário: quase sempre é explorada por mulheres, que preparam aqueles alimentos e criam freguesia estável de feirantes e consumidores que se abastecem em suas bancas. Aí há também agregação de valor pelo trabalho e transformação dos alimentos.

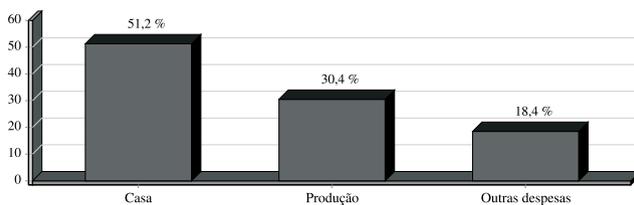
GRÁFICO 10 – Faixa de receita mensal dos feirantes dos municípios pesquisados por tipo de produto.



Fonte: pesquisa de campo, 2005

Esses feirantes gastam grande parte do que recebem no comércio das sedes dos municípios. As suas despesas são com o abastecimento de alimentos para a familiar, que consomem 51,20% dos seus gastos. Em seguida vêm as despesas com a produção, que absorvem 30,40% das receitas. Eles fazem um movimento expressivo de consumo no comércio urbano, conforme será visto mais à frente.

GRÁFICO 11 – Despesas mais frequentes que os feirantes fazem com as receitas das feiras nos municípios pesquisados.



Fonte: pesquisa de campo, 2005

Os consumidores nas feiras

O fluxo de consumidores nas feiras é contínuo: entram, saem, tornam a entrar e a sair. Porém, em todas elas, o maior movimento de entrada ocorre até às 9h30 da manhã. Nas feiras ocorrem dois movimentos temporais bem marcados:

- a) das 6 às 9 horas, ocorre o afluxo de consumidores urbanos que fazem mais compras e acontece o principal movimento das vendas;
- b) das 9 às 12 horas, as feiras se tornam mais rurais e é acentuado o movimento de saída e entrada de feirantes que vão se abastecer no comércio urbano; neste momento, os feirantes derrubam preços, para se desfazer dos estoques, fazem trocas entre si para eliminar sobras e adquirir bens que não produzem.

No primeiro momento, os produtos à venda são mais “caprichados” e os preços mais elevados. No segundo, tende a ocorrer venda de produtos de qualidade inferior a preços mais baixos, para consumidores tardios, geralmente de renda mais baixa. O feirante, principalmente o que vende produtos perecíveis, precisa se desfazer rapidamente dos produtos que ainda não vendeu porque quer comprar no comércio urbano e voltar a tempo de embarcar no retorno do caminhão ou ônibus feirante, para chegar cedo em casa e ainda acertar um negócio pendente.

As pessoas que vão às feiras podem ser divididas entre frequentadores, aqueles que estão nas feiras para passear ou fazer outra atividade, e consumidores, aqueles que vão à feira com o propósito de comprar. A distinção às vezes é imprecisa, porque nesta pesquisa os consumidores foram identificados por portarem ou não compras; neste caso ficaram omissos aqueles que levam a compra no bolso (fumo de rolo, por exemplo) ou no estômago (bolo, mais café com leite, por exemplo). Outra distinção importante, mas muito difícil de ser feita, é entre consumidores rurais e urbanos: observando a feira se nota que parte das compras é feita por população rural, que vai à cidade vender, mas também comprar, principalmente produtos da indústria doméstica rural.

A Tabela 8 apresenta os totais de frequentadores e consumidores, distribuídos de acordo com o sexo. Percebe-se que o número de frequentadores sempre supera em muito o número de consumidores, às vezes em até o dobro, como em Veredinha e Carbonita; sintomaticamente os municípios que mantêm sistemas gratuitos de transporte

para a população rural. Por outro lado, em quase todos os municípios, com a exceção de Virgem da Lapa, os frequentadores em maioria são homens: vão fazer negócios, ver amigos, acertar trabalho, certamente, não vão apenas comprar produtos dos feirantes. Em relação aos consumidores, percebe-se que em quatro dos cinco municípios a maioria é feminina; os feirantes informam que elas mantêm mais fidelidade ao vendedor e são mais exigentes na escolha do produto. Elas fazem questão de qualidade e aparência, negociam com mais vigor, pedem com mais gosto abatimento nos preços. Os homens são menos exigentes e variam mais os locais de compras.

TABELA 8 – Frequentadores e consumidores das feiras, totais e percentuais discriminados por sexo.

<i>Município</i>		<i>Veredinha</i>	<i>Carbonita</i>	<i>Berilo</i>	<i>F.Badaró</i>	<i>V. da Lapa</i>
Frequentadores	Total	726	1.811	951	932	2.852
	Homem (%)	50,83	54,97	51,84	61,16	47,45
	Mulher (%)	49,17	45,03	48,16	38,84	52,55
Consumidores	Total	336	719	491	607	1.544
	Homem (%)	42,26	40,75	44,40	57,66	36,46
	Mulher (%)	57,74	59,25	55,60	42,34	63,54

Fonte: Pesquisa de campo, 2005

A Tabela 9 apresenta a relação dos principais produtos adquiridos nas feiras livres. Há um predomínio de hortaliças, produtos da indústria doméstica rural, frutas e carnes; a qualidade desses produtos é bem avaliada pelos consumidores. Acrescente-se que os três grupos de produtos – hortaliças, indústria doméstica rural, frutas –, além de produtos da coleta e do extrativismo, são adquiridos indistintamente por consumidores de todas as faixas de rendas. Carnes, pelo contrário, são compradas por consumidores de maior renda, como era de se esperar.

Merece um comentário à parte o consumo relativamente difundido dos produtos da indústria doméstica e do extrativismo, que estão presentes na pauta de compras de todas as faixas de renda. Eles re-

presentam um consumo alimentar fundamentalmente cultural, associado a processos de produção ou oportunidades de coleta muito específicos. Assim, para os consumidores, representam a diferença adicional oferecida pelo mercado local, pois é apenas nele que encontrarão rapadura e farinha, pequi e araticum, da forma e na diversidade que apreciam. Estas preferências apareceram com frequência nas respostas dos consumidores entrevistados, que destacaram o caráter efetivamente cultural do consumo na feira. Ela representa a oportunidade de consumir aquilo que só se encontra em sua cidade, é uma oportunidade de adquirir produtos de qualidade. Apesar de todos os aspectos críticos apontados – desorganização das bancas, exposição de produtos no chão – os consumidores valorizam o caráter local e cultural da sua feira de sábado. Isto tem a ver com identidade cultural e alimentar, com a recusa à padronização do consumo, é a afirmação de relações pessoais do consumidor com o seu próprio alimento.

TABELA 9 – Produtos adquiridos pelos consumidores, em percentual.

<i>Produtos</i>	<i>Veredinha</i>	<i>Carbonita</i>	<i>Berilo</i>	<i>F. Badaró</i>	<i>V. da Lapa</i>
Hortaliças	24,19	27,06	22,06	26,19	22,22
Produtos da indústria doméstica rural	29,03	23,53	20,59	20,24	17,17
Frutas	14,52	18,82	17,65	19,05	19,19
Carne	12,90	14,12	16,18	15,48	16,67
Produtos de coleta	6,45	8,24	7,35	9,52	10,10
Outros	6,45	2,36	7,35	2,38	4,05
Cereais	3,23	3,53	5,88	4,76	7,07
Artesanato	3,23	2,35	2,94	2,38	3,54
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Pesquisa de campo, 2005

A Tabela 10 mostra os gastos dos consumidores nas feiras: nas duas faixas de renda mais baixa eles chegam a gastar quase 10% da sua renda

total na feira. A importância da feira para o abastecimento dessas cidades fica evidente na comparação dos níveis médios de gasto da população brasileira com alimentação por faixa de renda, que também aparece na Tabela 10. Assim, esta Tabela revela que as feiras correspondem a algo entre 22,53 e 47,47% das despesas com alimentação da população com renda inferior a R\$ 450,00 (um e meio salários mínimos na época da pesquisa). Na faixa de renda seguinte, as feiras absorvem entre 16,26 e 34,25% das despesas com alimentação, e na faixa de renda mais elevada responde por parcela bem menor do gasto: entre 15,07 e 31,76%. Isso evidencia a importância da feira no abastecimento doméstico desses municípios, tanto quantitativamente em número de consumidores, quanto qualitativamente, em termos de despesa alimentar.

TABELA 10 – Gastos médios mensais de consumidores nas feiras e gastos médios da população brasileira com alimentação, por faixa de renda.

<i>Município</i>	<i>Abaixo de R\$450,00</i>	<i>De R\$ 450,01 a R\$900,00</i>	<i>Acima de R\$ 900,00</i>
Veredinha	32,78	39,42	51,18
Carbonita	34,45	41,44	53,80
Berilo	64,09	77,06	100,05
F. Badaró	30,42	36,58	47,49
V. da Lapa	34,49	41,47	53,85
Brasil	135,00	225,00	315,00

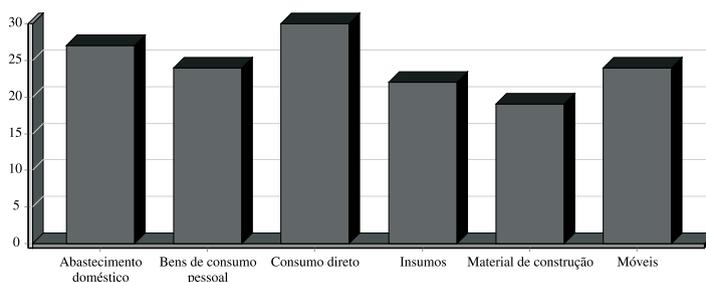
Fonte: Folha de São Paulo/LatinPanel (021005); pesquisa de campo, 2005

Feiras e comércio urbano

Os comerciantes consideram positivos os efeitos das feiras livres sobre suas próprias vendas. Eles observam, no entanto, certa sazonalidade nas compras no correr do ano e do mês, o que faz com que suas vendas sejam desiguais no correr desses períodos. A maioria deles

associa o crescimento de suas vendas ao próprio crescimento de vendas dos feirantes no início do mês: é a época em que são pagos salários, aposentadorias, pensões e benefícios; época em que os feirantes vendem mais, portanto compram mais. No correr do ano as vendas dos feirantes e suas compras aos comerciantes crescem ao longo dos trimestres: começam a crescer no segundo trimestre, início da estação das secas, com a produção e venda de verduras; crescem no início do terceiro trimestre com a entrada dos produtos da indústria doméstica rural no mercado; crescem novamente com a entrada do *tempo-das-águas* e o esvaziamento das despensas das famílias de sítiantes feirantes, apoiadas ainda pelos gastos feitos na feira por migrantes sazonais em retorno e pelo pagamento de décimo-terceiro salário. O pior trimestre, para feirantes e comerciantes, é o primeiro do ano: é a época em que as lavouras ainda não produziram, em que as hortas não produzem muito, a produção de leite é excessiva e o preço baixo, em que a própria oferta de produtos do extrativismo é excessiva. É um período em que a agregação de valor à produção é mínima, pois o excesso de oferta derruba preços de derivados de leite, de milho verde, de produtos da coleta; não que a oferta absoluta ou o número de feirantes caia, mas caem o valor agregado e os preços, com isso declinam as receitas e, da mesma maneira, caem as compras aos comerciantes.

GRÁFICO 12 – Aumento médio percentual das vendas de setores de comércio urbano aos sábados em função das compras de feirantes.



Fonte: Pesquisa de campo, 2005

No entanto, no correr de meses e do ano, o consumo dos feirantes é variado e frequente. Eles adquirem manufaturados, alimentos básicos, serviços, combustíveis, bebidas e alimentos prontos, conforme revela o Gráfico 12. Essas compras mostram um perfil de demanda: adquirem principalmente bens de consumo direto, mas também são importantes os alimentos básicos – arroz, feijão, macarrão, óleos –, insumos para a produção, móveis e eletrodomésticos; estes geralmente parcelados.

Há, sobretudo, uma ativa relação de trocas entre cidade e campo, pois os feirantes colocam à disposição do consumidor urbano, certos produtos, para imediatamente depois adquirirem outros. Observando o retorno ao meio rural no começo das tardes de sábado, essa relação de trocas fica muito clara: feirantes levam para o campo praticamente tantas, ou mais, mercadorias do que trazem. Na hora de embarque no caminhão de feira, na moto ou na garupeira dos animais de serviço, é visível a quantidade de bens adquiridos no comércio e o ritmo da feira de sábado sempre é marcado por dois movimentos bem delimitados: quando os feirantes estão vendendo, de 7 às 9 horas mais ou menos; quando os feirantes, depois de vender, saem a comprar no comércio urbano, de 9 às 12 horas, mais ou menos. Neste segundo momento, as caminhonetes dos supermercados fazem entregas nas proximidades de feira e feirantes vão chegando com grandes volumes de compras feitas no comércio urbano.

Essa relação de trocas campo-cidade, em todos os municípios pesquisados, é francamente favorável às cidades. A Tabela 11 revela as dimensões relativas dessas trocas e percebe-se que o volume de gastos é superior às receitas de vendas nas feiras em até 80%, ou seja: muito objetivamente essas famílias de feirantes têm que buscar receitas de outras fontes para fazer frente às compras que fazem no comércio urbano. Estas despesas serão cobertas com rendas de transferências, principalmente, mas também com receitas de outras vendas, de serviços prestados, de ocupação parcial de outros membros da família em atividades não-agrícolas.

TABELA 11 – Gasto de feirantes no comércio urbano e receita de feira; médias mensais em reais.

Município	Veredinha	Carbonita	Berilo	F. Badaró	V. da Lapa
Gasto médio	463,20	363,20	660,68	324,96	492,64
Gasto total médio	25.012,80	32.324,80	51.533,04	26.646,72	84.734,08
Receita média da feira	13.819,14	31.083,25	36.684,96	23.163,36	62.721,52
Gasto/receita (%)	181,00	104,00	140,75	115,04	135,10

Fonte: Pesquisa de campo, 2005

Há uma complementaridade no consumo: os feirantes abastecem a cidade e se abastecem na cidade; por isso o transporte para feirantes é duplamente importante. Ainda é necessário comentar que essa troca direta campo/cidade não abrange todos os feirantes, mas compreende principalmente aqueles rurais, que não dispõem de transporte próprio e que vendem volume menor de produtos; isto é, a maioria deles.

Esse perfil de consumo mostra como essa população rural do *Brasil profundo* mantém uma integração ativa com os costumes urbanos. A demanda urbana pela produção desses feirantes é assentada em dois dados: um, a distância dos grandes polos distribuidores de hortifrutigranjeiros e as reduzidas escalas de consumo municipal, que inviabilizam a oferta regular de verduras vindas de outras regiões; dois, o fato de a demanda ser baseada na tradição alimentar, acentuadamente ambientalizada e parte da cultura local. Mas a demanda dos feirantes por consumo urbano é acentuadamente moderna/industrial: é demanda por manufaturas, alimentos não perecíveis, utensílios industriais e complementares à produção da agricultura familiar. Esta complementaridade revela o quanto a *modernidade* está longe de prescindir da *tradição* e o quanto a *tradição* se assenta exatamente em perfis de consumo e relações mercantis bastante *modernos*.

A frequência elevada de consumo no meio urbano – além da confiança que se estabelece no trato costumeiro com os feirantes – leva os comerciantes a oferecer facilidades na abertura de crédito no comércio urbano, na maioria dos estabelecimentos pesquisados. Além

disso, feirantes recebem outras facilidades, como descontos, prazos, entrega em domicílio.

Na avaliação dos comerciantes, os feirantes trazem vantagens para o comércio urbano. Feirantes indicam as casas de comércio para outros feirantes e a feira livre faz o dinheiro movimentar rapidamente no município, pois feirantes gastam no comércio urbano mais do que ganham nas vendas da feira, e assim aumentam o movimento do município.

As feiras e programas públicos

Embora sejam importantes para agricultores familiares, para consumidores e para o comércio local, nem sempre as feiras livres recebem atenção direta de programas, governamentais ou não, de desenvolvimento rural. Mesmo assim, toda prefeitura tem algum tipo de ação que, direta ou indiretamente, favorece as feiras. Essas ações não são sistemáticas, nem sempre são planejadas e, às vezes, são mesmo muito descontínuas e desiguais; mas, sempre existem.

O programa mais frequente em apoio às feiras livres é o transporte. As prefeituras estabelecem rotas de deslocamento de ônibus ou caminhões para transporte de feirantes e, quase sempre, o transporte é gratuito. Dos cinco municípios pesquisados, dois têm programas contínuos de transporte gratuito, um deles tem um programa parcial, e dois não têm iniciativa nesta área.

Nos municípios em que existem programas, Carbonita e Veredinha, a despesa não é pequena: os custos de transporte são bancados pelo orçamento municipal e representam expressiva transferência de renda. Em Carbonita, a Prefeitura Municipal contrata nove caminhões que cobrem quinze comunidades rurais, dispendendo em média R\$ 900,00 por mês com cada um deles; uma despesa próxima de R\$ 100.000,00 por ano. Sendo 89 as famílias rurais presentes na feira, isto representa uma transferência de renda em torno de R\$ 1.123,60 por família/ano, ou R\$ 93,63 por família/mês. Em Veredinha a mes-

ma despesa fica em R\$ 60.000,00/ano; dispêndio de R\$ 1.111,11/ano ou R\$ 92,59 por família/mês com o transporte de cada uma das 54 famílias feirantes. Resta aqui considerar que esta não é uma transferência apenas para feirantes: é um investimento em segurança e soberania alimentar para os consumidores, é um estímulo às vendas dos comerciantes da sede do município.

Nos demais municípios não existem programas constantes de transporte. Os feirantes se ressentem disso e reivindicam. Em Virgem da Lapa, principalmente, lavradores chegam a gastar uma parte importante do ganho da feira com o pagamento do transporte. Ou, quando não é este o caso, reclamam de abusos de transportadoras privadas e gratuitas, que exigem a fidelidade da compra no estabelecimento que custeia o transporte.

No entanto, outras formas de apoio são frequentes. O principal deles, certamente, é o prédio próprio do mercado, geralmente construído, mantido e zelado pelos cofres municipais. Quase todas as prefeituras oferecem bancas para exposição dos produtos. Geralmente, porém, seu número é insuficiente para satisfazer a demanda por espaço e, assim, muitos feirantes acabam expondo seus produtos no chão, conforme revelam os dados da Tabela 14.

TABELA 12 – Situação da exposição dos produtos na feira.

<i>Município</i>	<i>Banca</i>	<i>Chão</i>	<i>Banca e chão</i>
Veredinha	36	18	0
Carbonita	40	49	0
Berilo	27	42	9
Francisco Badaró	77	05	0
Virgem da Lapa	132	33	7

Fonte: Pesquisa de campo, 2005

Além disso, existem programas específicos: as prefeituras de Berilo e Veredinha mantêm patrulhas de mecanização subsidiadas para o preparo de terras, que atendem gratuitamente lavradores que cultivam

pequenas áreas de lavouras. A prefeitura de Francisco Badaró oferece um galpão para armazenamento e seleção de produtos dos feirantes; em Veredinha a prefeitura mantém um campo de sementes para doação às famílias rurais; em Virgem da Lapa a Prefeitura Municipal aluga aos feirantes barracas cobertas para exposição dos produtos. Em todos os municípios os convênios entre Prefeituras Municipais e Emater/MG oferecem assistência técnica gratuita; o Banco do Nordeste do Brasil oferece o crédito rural para agricultores familiares. Essas são ações de apoio direto às feiras livres desses municípios.

Existem diversas ações públicas de apoio indireto aos feirantes, que os atendem na medida em que são direcionadas para a agricultura familiar da região. São os programas de apoio à pequena produção, que estimularam a proliferação de *fabriquetas* em muitas comunidades rurais, que depois viabilizaram o beneficiamento de produtos com métodos mais coletivos e trabalho menos penoso; são os programas governamentais de transferência de renda, que elevaram os ganhos da população rural e total, e assim estimulam o consumo alimentar regular e permitiram que os agricultores fizessem investimentos no melhoramento dos seus sistemas de produção; são os programas de segurança alimentar, no estilo CRSAN e Minas-sem-fome, que, com graus diferentes de participação social e sucesso no alcance dos objetivos, disponibilizaram recursos e equipamentos para melhoramento da produção⁹.

Mas falta articulação a esses programas públicos. Os governos, federal e estadual, formulam muitos programas para a agricultura familiar da região; nesta porção do Jequitinhonha, entre 2004/2006, estavam implementados ou em fase de implementação: Desenvolvimento Territorial (Ministério do Desenvolvimento Agrário), CON-SAD (Ministério do Desenvolvimento Social), Mesovales (Ministério de Integração Nacional), Fome Zero (Ministério do Desenvolvimento Social), Programa de Aquisição de Alimentos (Ministério do De-

9. Sobre as rendas originadas da indústria doméstica rural ver: Fernandes Filho e Campos (2003) e Melo (2005).

envolvimento Social), Minas Sem Fome (Ministério do Desenvolvimento Social/Governo de Minas), Prosan/CRSAN (Ministério do Desenvolvimento Social/Governo de Minas/sociedade civil), P1MC (Sociedade Civil/Ministério do Desenvolvimento Social), Programa de Combate à Pobreza Rural (Governo de Minas Gerais). Eram ações descoordenadas, simultâneas e, sobretudo, competitivas. Agências públicas disputam um mesmo público beneficiário, competem entre si, usando às vezes instrumentos muito pouco recomendáveis.

As prefeituras, por sua vez, não criam ações entre si que tenham abrangência microrregional. Assim, as boas experiências construídas por umas não se transmitem às outras; programas mais amplos, micro ou mesorregionais raramente são compartilhadas por elas, porque as mediações políticas são obstáculos muito sólidos. Pequenos programas regionais poderiam dar escala econômica e política às ações locais, estimulando atividades cooperativas entre órgãos públicos e da sociedade civil.

Conclusões: principais ações recomendadas

As ações recomendadas para melhoria dessas feiras passam por dois níveis diferentes: um, no plano mais geral da região e dos programas para a agricultura familiar; outro, no plano mais específico das ações locais, municipais e comunitárias.

No primeiro nível, que pode ser denominado nível do atacado, porque abrange o conjunto dos agricultores familiares e dos municípios da região, as ações sugeridas são as seguintes:

- a) uma negociação mais eficaz de programas públicos: a profusão de programas públicos implementados na região nos últimos anos promove uma sobreposição de esforços e recursos, com ações concorrentes, simultâneas, desarticuladas e descontínuas. Na região existem diversos fóruns que participam pontualmente desses programas, estabelecendo algum controle dos objetivos, sem ter qualquer influência em termos de método: abrangência regional,

perfil de público, lógica de distribuição de recursos. O que se recomenda é que sejam fortalecidas e unificadas as instâncias regionais, de forma que filtrem e validem ou não os programas públicos direcionados para a agricultura familiar e para outros públicos, evitando, assim, desperdícios, duplicações e formulações inadequadas;

- b) a expansão da assistência técnica e extensão rural em sentido amplo: a pesquisa aponta uma distribuição relativamente elevada de crédito rural: 42,31% dos feirantes têm acesso a ele. Há uma relação entre crédito e aumento da produção; uma maior disponibilização de crédito rural representaria aumentos de produção e receitas. Os efeitos da assistência técnica são os mesmos, mas há uma diferença: assistência técnica só atinge uma parcela muito reduzida desses feirantes: somente 23% deles a recebem com alguma regularidade, havendo também oferta muito rara de cursos de capacitação, atualização ou formação. Neste sentido, é da maior importância incrementar a extensão rural no amplo sentido que ela merece ter: tanto no apoio técnico direto aos agricultores, por meio da extensão oficial, quanto por meio das ações de suporte e animação das ongs, ou por meio das trocas de experiências entre agricultores e comunidades. Há um vasto campo de trabalho que pode ser construído no plano municipal e da cooperação entre municípios;
- c) os programas de oferta de água e convívio com o semiárido: a oferta de água é restrita para quase metade desses feirantes; ela representa mais que um problema de abastecimento, é verdadeiramente um problema de produção. Assim, dentro do fórum do P1MC e de outras instâncias, devem ser pensadas formas de enfrentar os problemas de oferta d'água associada à produção, um estrangulamento para o abastecimento desses feirantes;
- d) as trocas de experiências entre municípios: muitas prefeituras e secretarias amadureceram boas experiências de apoio às feiras e aos agricultores familiares. Muitas vezes são programas de baixo custo, monitorados pelas secretarias de agricultura ou desenvolvimento. Esses programas poderiam ter custo ainda mais reduzido se fossem integrados para microrregiões ou polos de ação, cumpridos pelas prefeituras em trabalho ou projetos associados; a cooperação poderia resolver problemas como deslocamento de máquinas, fluxos de transporte de feirantes, linhas de assistência

e extensão rural. Por outro lado, trocas de experiências entre feirantes poderiam criar um rico caldo de aprendizado e contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar da região;

- e) a oferta de energia elétrica: um terço dos feirantes não dispõe de energia elétrica, o que representa limitações em qualidade de vida e produção. Apesar da construção de grande barragem na região, das promessas de governos estadual e federal, a situação persiste. Essa é uma situação que precisa ser enfrentada, inclusive porque apresenta uma forte associação com a questão do abastecimento de água;
- f) a valorização da feira livre: a feira livre e o feirante efetivamente cumprem um papel muito importante no abastecimento desses municípios. É necessário que se criem formas de divulgação da importância dos feirantes, valorizando a cultura regional, a soberania alimentar, a identidade territorial da população.

No varejo, as ações necessárias para apoio às feiras são municipalizadas, mais de acordo com as características locais. Elas são, principalmente, as seguintes:

1. Transporte para feirantes onde ele não existe, e a sua melhoria, onde já existe. Em alguns municípios a ausência de sistemas públicos de transporte chega a comprometer 1/3 do valor das vendas das famílias feirantes em pagamentos ao transporte privado;
2. Melhorias de infraestrutura de feiras livres: reorganização do espaço da feira, melhoria da qualidade ou aumento do número de bancas, disponibilização de balanças, de lixeiras, de pontos de água, de embalagens, de banheiros, separação de alguns tipos de produtos por área;
3. Capacitação de feirantes em relacionamento com clientes, controle de qualidade, padronização da oferta. Essas capacitações não precisam ter custo alto, pois podem ser estimuladas apenas por meio de trocas de experiências entre grupos de feirantes, de atividades realizadas entre comunidades com presença maior de feirantes;
4. Programas de aquisição da produção excedente, viabilizando formas institucionais de apoio ao destino de sobras, apoiando

ações de segurança alimentar nas sedes municipais ou vinculadas à merenda escolar;

5. Programas de educação de adultos, na medida em que haja interesse e pessoas capacitadas para atuar nesta área.

Bibliografia

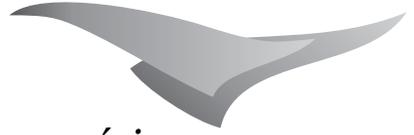
- AMARAL, L. *Do Jequitinhonha aos canaviais*. Belo Horizonte, dissertação (mestrado), Fafich/UFMG, 1988.
- AMOROZO, M.C.M.; MING, L.C.; SILVA, S.M.P. *Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas*. Rio Claro, UNESP/SBEE, 2002.
- ANGULO, J.L.G. *Feira e desenvolvimento local: o caso de Turmalina, Vale do Jequitinhonha, MG*. Lavras, dissertação (mestrado), PPGA/UFLA, 2002.
- ANJOS, F.S.; GODOY, W.I.; CALDAS, N.V. *As feiras-livres de Pelotas sob o império da globalização: perspectivas e tendências*. Pelotas, Editora UFPEL, 2005.
- AUGUSTO, H.A. *Aposentadorias rurais e desenvolvimento municipal: o caso de Medina, Nordeste mineiro*. Lavras, dissertação (mestrado), PPGA/UFLA, 2003.
- BERQUÓ, E.; BAENINGER, R. “Os idosos no Brasil: considerações demográficas”. Campinas. *Textos NEPO* 37, outubro 2000.
- DELGADO, G. C.; CARDOSO JR., J.C. (orgs) *A universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90*. Brasília, IPEA, 2000.
- FERNANDES FILHO, J. F.; CAMPOS, F. R. “A indústria rural no Brasil”. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. 41 (4) Nov/Dez 2003.
- FORMAN, S. *Camponeses: sua participação no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GARCIA JÚNIOR, A. R. *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GARCIA, M. F. “Negócios e campesinato: uma estratégia de reprodu-

- ção social”. *Boletim do Museu Nacional. Rio de Janeiro*, número 45, novembro 1983.
- GARCIA, M. F. *Feira e trabalhadores rurais: as feiras do Brejo e do Agreste paraibano*. Tese (doutorado). PPGAS/UFRJ, 1984.
- GOZA, F. W.; RIOS NETTO, E.L. “O contraste de experiências migratórias em quatro municípios do Jequitinhonha”. *VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais (Anais)*. Olinda, PE, outubro 1988.
- HEREDIA, B. A. *A morada da vida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- POLANIY, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M. “Sistemas agrários, recursos naturais e migrações no alto Jequitinhonha, Minas Gerais”. In: TORRES, H.; COSTA, H. (orgs). *População e meio ambiente: debates e desafios*. São Paulo: Senac, 2000.
- RIBEIRO, E.M.; GALIZONI, F. M. “Água, população rural e políticas de gestão: o caso do Vale do Jequitinhonha”. *Ambiente e Sociedade*. vol VI, número 1, jan/jul 2003.
- RIBEIRO, E. M. (org). *Feiras do Jequitinhonha: mercados, cultura e trabalho de famílias rurais do Semiárido de Minas Gerais*. Fortaleza: Etene/BNB, 2007.
- RIBEIRO, E. M.; CASTRO, B. S.; e RIBEIRO, J. A. (coords.). *A feira livre de Minas Novas: abastecimento urbano, consumo e renda para a agricultura familiar*. Lavras, Turmalina, Minas Novas, Relatório de Pesquisa. Maio de 2004.
- RIBEIRO, J. T. L.; CARVALHO, J. A. M. de. “A imigração para Minas Gerais no período 1981/1991, com enfoque na migração de retorno”. *Revista Brasileira de Estudos de População*. V. 16 – n. 1/2 – jan/dez. 1999.

Agradecimentos

Os autores agradecem às agências que apoiaram a pesquisa que originou este artigo: Banco do Nordeste do Brasil; CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico); FAPEMIG

(Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais); Ministério da Educação. Agradecem à Universidade Federal de Lavras pelo apoio institucional para a viabilização da pesquisa, ao Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica pela participação companheira em todas as etapas desta pesquisa, da concepção do projeto até a partilha fraternal do trabalho. Agradecem ao fórum da Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional, CRSAN, pelo apoio decidido, pelas contribuições estratégicas, pela presença firme em campo. Agradecem às equipes dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e das associações vinculadas ao Fundo Cristão para Crianças pela receptividade, apoio técnico, pesquisas complementares e estímulo em todos os momentos da pesquisa. Agradecem às prefeituras municipais e suas secretarias, aos agentes de saúde, aos técnicos da Emater/MG, à Polícia Militar de Minas Gerais, aos agentes jovens, aos estudantes da Escola Família de Virgem da Lapa, aos consumidores e comerciantes dos municípios pesquisados. Sobretudo, agradecem aos feirantes de Veredinha, Carbonita, Berilo, Francisco Badaró e Virgem da Lapa pelas lições de paciência e compreensão, pela esperança que depositam na possibilidade da ação conjunta de agricultores e agências públicas.



Aspectos gerais sobre a memória pré-colonial e história indígena nos vales do Jequitinhonha, Mucuri e Doce/MG

*Alenice Baeta
Henrique Piló¹*

Apresentação

Este artigo pretende apresentar um panorama sobre o período pré-colonial e o patrimônio arqueológico existente no leste mineiro, muito pouco conhecido e valorizado, focalizando, sobretudo as bacias do Jequitinhonha, Mucuri e Doce. Também visa contextualizar a memória e a história indígena das comunidades que vivem atualmente nesta região, dando ainda subsídios legais e normativos a respeito destes temas.

O patrimônio arqueológico e etno-histórico

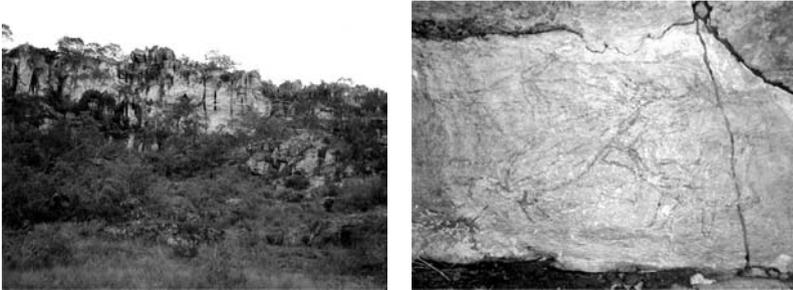
O Patrimônio Arqueológico dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Doce possui uma alta potencialidade, apresentando vários tipos

1. ALENICE BAETA: Arqueóloga e Historiadora – Diretora do CEDEFES; Mestre em Educação (Área: Etnoarqueologia e Educação Indígena) – FAE/UFMG e Doutoranda em Arqueologia – MAE/USP; Pesquisadora da Artefacto Consultoria.
HENRIQUE PILÓ: Arqueólogo e Historiador; Mestre em Antropologia, com ênfase em Arqueologia – PPGAN/UFMG; Pesquisador da Artefacto Consultoria.



de sítios pré-coloniais e históricos. No que se referem aos sítios pré-coloniais, os mais conhecidos são os abrigos sob rocha que apresentam indícios de antigas ocupações humanas.

FIGURAS 1 e 2 – Vista geral do paredão com figurações rupestres e detalhe das pinturas – Município: Diamantina – MG



Fotos: A. Baeta (2004)

Apesar de pouco conhecidos, há também sítios arqueológicos a céu aberto, sendo que boa parte destes possuem vestígios lito-cerâmicos em sua superfície, testemunhos da ocupação de povos que já exerciam atividades de agricultura ainda que incipiente, nos últimos milênios.

FIGURA 3 – Vista geral de um sítio arqueológico em local a céu aberto.



Município: Jequitinhonha – MG. Foto: H. Piló (2008)

Na maioria das vezes os sítios mais conhecidos ou facilmente identificáveis são os que apresentam testemunhos de alta e média visibilidade, por isto os abrigos sob rocha são os mais conhecidos. Trata-se de escarpas inclinadas e cavernas configurando abrigos, na maioria das vezes, próximos a cursos d'água e até mesmo cachoeiras, apresentando na superfície do solo determinados testemunhos arqueológicos como instrumentos lascados e polidos, além de outros tipos de indícios de uso, como quebra-cocos e afiadores em alguns blocos fixos, além de figurações rupestres em seus suportes rochosos.

FIGURA 4 – Exemplo de caverna com vestígios arqueológicos.



Município: Diamantina – MG. Foto: A. Baeta (2004)

Há datações de vestígios humanos em Minas Gerais, no caso da região central (Carste de Lagoa Santa) e noroeste de Minas Gerais (Vale do Peruaçu), oriundos do período Holoceno Antigo, de aproximadamente 10.500 anos atrás. Durante milênios a região do Espinhaço parece ter sido um importante referencial do ponto de vista cultural e ambiental de grupos humanos. A calha do Jequitinhonha certamente serviu como passagem natural para diferentes grupos humanos durante o período pré-colonial. Nos últimos quatro anos o Setor de Arqueologia do Museu de História Natural da UFMG

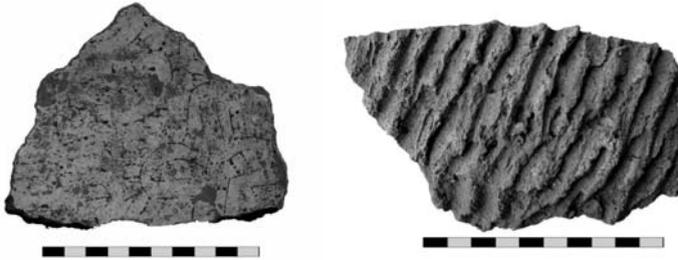
realiza pesquisas na região de Diamantina, mas os resultados finais das análises ainda não foram publicados. Sabe-se que as ocupações arqueológicas dos sítios são mais recentes, datadas de aproximadamente 1.500 anos atrás. (ISNARDIS; PESSOA, 2007)

Do ponto de vista da cultura material, sobretudo relacionada a utensílios cerâmicos, há vestígios da ocupação pré-colonial, pelo menos dos últimos dois milênios atribuídos a grupos culturais pertencentes a dois grandes Troncos Linguísticos: Tupi-Guarani e Macro-Jê.

A presença Tupiguarani² no Leste Mineiro foi identificada a partir de sítios arqueológicos localizados em praias, terraços e planícies, além de topos de colinas, nas proximidades da calha principal e em alguns de seus afluentes principais, sobretudo no Rio Doce; mas há também importantes indícios de sua ocupação nos vales do Jequitinhonha e Mucuri. O conteúdo material característico é representado por conjuntos de fragmentos de utensílios cerâmicos pintados e plásticos com muitas variáveis decorativas, associados, algumas vezes, há uma grande quantidade de artefatos líticos lascados (quartzo hialino e leitoso) e polidos, incluindo machados de silimanita, calibradores em blocos de arenito e tembetás. “Em geral as variedades de formas dos utensílios cerâmicos (urnas, panelas e tigelas, etc.) estão ligadas ao preparo e consumo dos alimentos e bebidas, ao armazenamento de água e aos sepultamentos.” (BAETA; PILÓ; ALONSO, 2009, p. 15)

2. A denominação “Tupiguarani”, sem hífen, é utilizada pelos arqueólogos para designar uma Tradição caracterizada essencialmente por um tipo de cerâmica. (PROUS, 2006, p. 95)

Figuras 5 e 6 – Exemplos de cerâmicas Tupiguarani decoradas.



Fotos: H. Piló (2003)

No Museu Municipal de Itambacuri, Vale do Mucuri, há importantes exemplares de fragmentos de cerâmica Tupiguarani em exposição, encontrados em sítios desta região, que merecem destaque e estudos futuros, devido variedade decorativa e estilística dos mesmos.

Curiosamente, foram identificados especificamente no Médio Rio Doce em associação com alguns dos sítios com cultura material típica Tupiguarani, pilões esculpidos em pequenos afloramentos granitóides fixos, testemunhos das atividades agrícolas e do tratamento dos grãos, já desenvolvidos por estes povos. Este foi o primeiro conjunto de pilões identificados no Estado de Minas Gerais até o momento.

FIGURA 7 – Pilões esculpidos em suporte granitóide.



Município: Aimorés – MG. Foto: A. Baeta (2001)

Infelizmente, ainda são escassas as informações sobre o cotidiano das populações que produziram a cerâmica Tupiguarani em Minas Gerais, fato atribuído ao péssimo estado de conservação em que se encontram os sítios arqueológicos com vestígios desta cultura, consequência, principalmente, do intenso e descontrolado uso das terras, que destruiu boa parte da Mata Atlântica, em função dos desmatamentos, queimadas, atividades de garimpo, produção de carvão, pecuária e construção de estradas e ferrovias no início do século XX. Interessante observar, que apesar de uma comprovada ocupação, sobretudo no Leste Mineiro, as atuais comunidades indígenas do Estado pertencem ao Tronco Linguístico Macro-Jê. Talvez por isto o frequente espanto do público, em geral, quando um arqueólogo menciona a significativa presença Tupiguarani na região hoje abrangida pelo Estado de Minas Gerais.

Possivelmente estes povos foram levados no período de contato com os colonizadores para aldeamentos missionários em outras localidades, fora das minas gerais; outros teriam sido extintos por meio de massacres e doenças ou migraram para outras regiões. Segundo Prous,

Nos últimos dois séculos, as informações sobre as últimas tribos tupis sobreviventes, mostram que mesmo antes das epidemias consecutivas aos contatos com os brancos, os grupos da floresta interiorana eram bem menos numerosos do que os do litoral [...].
(PROUS, 1992, p. 414)

No que se refere aos vestígios de ocupação não Tupiguarani no Leste Mineiro, desta maneira associadas aos povos Jês ou a seus ancestrais, foram observados na superfície do solo fragmentos de utensílios cerâmicos que, por suas características tecnológicas e decorativas, indicam pertencer, a princípio, à denominada Tradição Estilística Cerâmica Aratu-Sapucai.

A cerâmica Sapucaí geralmente não é decorada, temperada com areia mais ou menos fina, quartzo moído, eventualmente com engobo vermelho ou branco. A decoração, rara, quando existente limita-se ao

corrugado, a algumas incisões cuneiformes. As formas são normalmente globulares com presença de bordas onduladas. Em regra, são encontrados nestes sítios: urnas funerárias com o bojo de um metro de diâmetro, vasos médios com paredes finas e espessas com bordas onduladas ou retas, rodela de fuso (indicando o uso do algodão), cachimbos tubulares ou com forninho angular (indicando o uso do tabaco), cuscuzeiros, pequenos potes imitando formas vegetais, com um ou dois biquinhos geminados na borda, suportes cônicos de vaso, colher, esferas perfuradas que sugerem se tratar de adornos, dentre outros utensílios. (PROUS, 1992, p. 350)

Trata-se de indícios de antigas aldeias instaladas em encostas de morros suaves próximos a cursos de água, como as Tupiguarani; estas eram construídas com galhos entrelaçados, cobertas por folhas de palmeiras e sapé. Os sítios a céu aberto caracterizam-se por grandes concentrações de vestígios arqueológicos, onde predominam fragmentos cerâmicos, normalmente associados a sedimentos mais escuros ou solos antrópicos. Possivelmente se trata de fundos de cabanas ou casas ocupadas por longos períodos. (PROUS, 2006)

Os agricultores Aratu-Sapucaí tinham hábitos sedentários e, não usando canoas, não procuravam a proximidade dos rios navegáveis, como os Tupiguarani. (PROUS, 2000, p. 352)

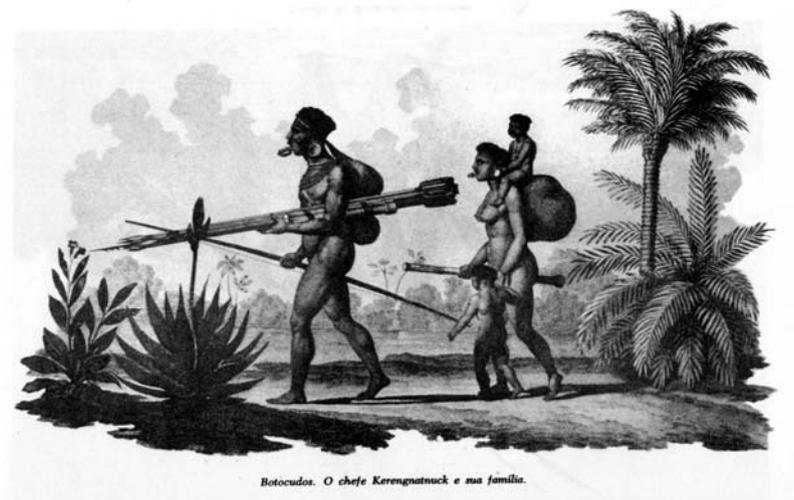
O material lítico é representado por “quebra-cocos” de rocha eruptiva, machados, seção biconvexa, alguns de forma semilunar, lascas de quartzo ou sílex, além de martelos cilíndricos picoteados, com sulco central para encabamento e mãos de pilão. (PROUS; BAETA; RUBBIOLI, 2003, p. 95)

Os vestígios alimentares, normalmente, se preservam mal, restritos a restos ósseos, coquinhos queimados, espigas e grãos de milho carbonizados.

Boa parte dos sítios pré-coloniais a céu aberto identificados possui cultura material lito-cerâmica, seja atribuída à Tradição Tupiguarani ou a Aratu-Sapucaí, mencionadas acima. No entanto, há também outros tipos de ocorrências de menor visibilidade, mais antigas ou não, quer dizer, oriundas da mesma época dos sítios ceramistas, mas

de grupos caçadores coletores. Sabe-se, sobretudo por meio de relatos etnográficos e dados arqueológicos, que os caçadores coletores que viviam nas matas dos rios Doce, Jequitinhonha e Mucuri nos últimos séculos, possuíam utensílios menores, mais leves e perecíveis em função de transitarem com mais frequência em seus territórios. A identificação deste tipo de sítio, principalmente em locais a céu aberto, demanda muito acuro nos levantamentos arqueológicos de campo, sendo que a possibilidade de conservação do conjunto de seus vestígios, neste caso, é menor.

FIGURA 8 – Ilustração de Caçadores Coletores – Leste Mineiro.



Fonte: Wied-Neuwied, 1989:279

Outro tipo de testemunho arqueológico de grande importância para o conhecimento e valorização da ocupação pré-colonial nesta região são os grafismos rupestres.

FIGURA 9 – Local onde há pequenos abrigos com figuras rupestres – Vale do Jequitinhonha



Municípios: Cristália e Grão Mogol – MG. Foto: H. Piló (2007)

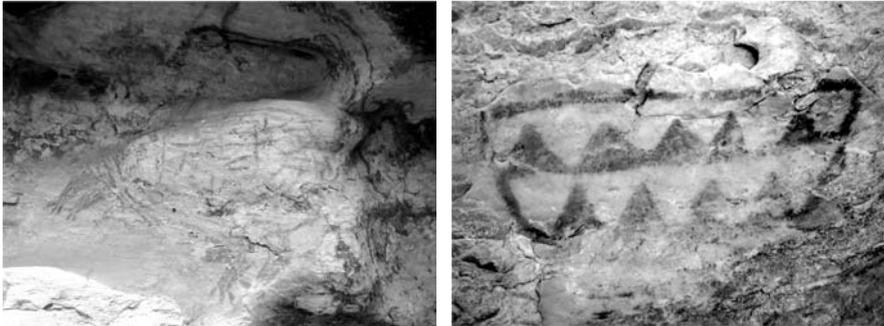
Até o momento, os sítios arqueológicos identificados com registros rupestres na porção medial do Rio Doce apresentam um conjunto estilístico peculiar, denominado Médio Vale do Rio Doce³. Difere assim da Tradição Planalto⁴, a manifestação estilística mais conhecida, que se caracteriza grosso modo, em seu plano gráfico, pela dominância qualitativa e em alguns sítios, pela dominância quantitativa, de formas de quadrúpedes, dentre eles de cervídeos, como também de peixes, dentre outros temas. No que se refere às figurações rupestres, testemunhos de mais fácil visibilidade e por isto, de mais rápida identificação e análise preliminar, pode-se afirmar que seus conjuntos principais podem ser atribuídos no Alto e parte do Médio Jequitinhonha à conhecida Tradição Estilística Planalto, que predomina na região central de Minas Gerais. Esta mesma unidade estilística também é observada em localidades no norte do Paraná, São Paulo e Goiás. Caracteriza-se,

3. Baeta, 1998.

4. A Tradição Planalto abrange vastas áreas constituídas pela Província Cárstica de Lagoa Santa, Serra do Espinhaço e Alto Rio Doce e Jequitinhonha.

grosso modo, pela predominância de formas de animais, muitos deles cervídeos e peixes, associados à conjuntos de traços, pontos, figuras geometrizarantes simples, como também a antropomorfos filiformes. As figuras são em sua grande maioria elaboradas com tinta diluída, monocromáticas, em tons avermelhados.

FIGURAS 10 e 11 – Exemplos de figurações rupestres



Municípios: São Gonçalo do Rio Preto e Diamantina-MG. Foto: H. Piló (2004)

Comparando o padrão gráfico das figurações do Espinhaço, em especial a anatomia das figuras zoomorfas, percebe-se que as mesmas apresentam mais detalhamento e leveza em suas formas do que a mesma Tradição da região cárstica de Lagoa Santa. Outro aspecto que chama atenção no tratamento gráfico das figuras é o preenchimento das mesmas com traços, pastilhas e pontos, menos comum na região do calcário. Nos municípios de Itinga, Grão Mogol e Cristália, as figurações rupestres são basicamente preenchidas por traços e pontos.

Também foram observados em alguns abrigos do Alto, Médio Jequitinhonha e Zona da Mata figurações atribuídas possivelmente a Unidade Estilística Médio Rio Doce 1 (BAETA, 1998) e Tradição São Francisco⁵ (PROUS; BAETA, 2001), além de figurações que podem,

5. Caracterizada por apresentar predominantemente figuras geométricas, muitas delas bicromáticas (sobretudo no Vale do Peruaçu, noroeste de MG), mas que incluem algumas representações de armas e outros instrumentos.

segundo Isnardis e Linke (2007), preliminarmente serem atribuídas as outras unidades estilísticas, como Tradições Agreste e Nordeste.

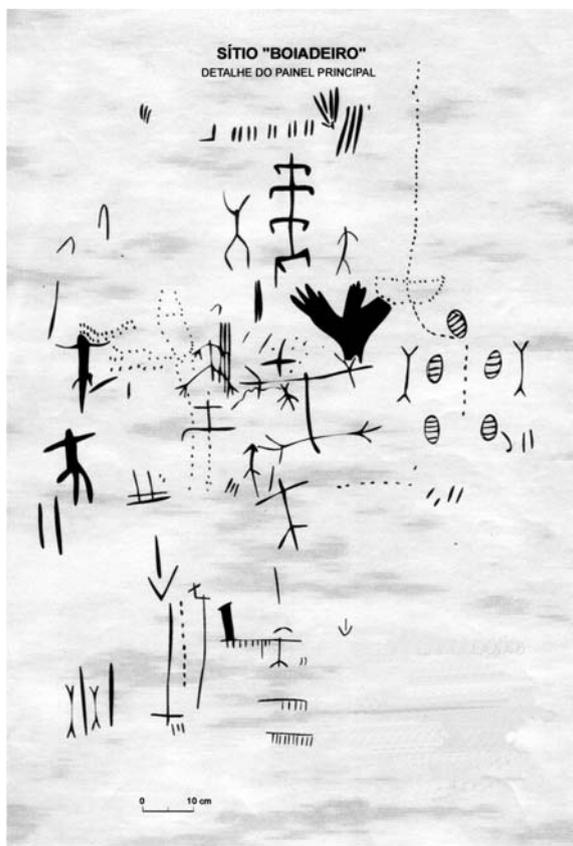
FIGURA 12 – Conjunto de pinturas rupestres – Tradição São Francisco



Município: Januária – Noroeste de MG. Foto: A. Baeta

A Unidade Estilística Médio Rio Doce caracteriza-se por apresentar figuras pintadas em monocromia, sobretudo em tons vermelhos, cujas formas representadas são humanas, animais e geometrizarantes. Os antropomorfos estão em duplas, trios ou conjuntos maiores, por vezes associados a figuras geométricas alinhadas, em especial, traços, pontos, flechas, possíveis maracás, sóis, círculos e losangos. A frequência de formas de animais ou zoomorfos é pequena, porém, presente em quase todos os abrigos, representadas quase que exclusivamente por formas bastante estilizadas de sapos e lagartos. (BAETA, 1998)

FIGURA 13 – Reprodução de conjuntos de figurações rupestres típicas da Unidade Estilística “Médio Rio Doce”-MG



Baeta, 1998

De fato, percebe-se variações estilísticas das figurações rupestres nos abrigos do Médio e Baixo Jequitinhonha, como ocorre também no Médio Rio Doce e parte da Zona da Mata, indicando que a parte medial destes vales deve ter sido ocupada por povos que ficaram possivelmente circunscritos a estas localidades durante um determinado período, produzindo um conjunto estilístico rupestre peculiar nesta região, no caso, a Unidade Estilística Médio Rio Doce.

Lamentavelmente, apesar de toda esta riqueza patrimonial, é muito preocupante o estado de conservação de muitos sítios arqueológicos em todo o Estado, pois muitos estão expostos a vários tipos de formas de degradação, em diferentes graus, sejam elas naturais ou antrópicas, como já exposto. Muitas das vezes algumas destas atividades causam impactos irreversíveis neste tipo de patrimônio. Percebe-se ainda a ineficiência de uma política patrimonial eficiente, sobretudo em lugares mais recuados, que garanta a sua proteção e, sobretudo a valorização da memória pré-colonial.

FIGURA 14 – Exemplo de pichações (depredações) sobre pinturas rupestres pré-coloniais.



Foto: A. Baeta (2007)

Muitos abrigos, sobretudo a partir do século XVIII, foram também utilizados como abrigo por garimpeiros, tropeiros, viajantes, catadores de sempre-viva, dentre outros. Muitas destas lapas apresentam sinais de fuligem sobre as figurações rupestres, jiraus e estruturas de fogueiras, fogões e vasilhames instalados por seus moradores ou usuários mais recentes. Por sua vez, estas ocupações apresentam importante valor etnográfico e histórico. Este tipo de sítio histórico “multicomponencial” é mais comum no Alto Jequitinhonha na região de colonização mais antiga. (BAETA; PILÓ, 2005)

FIGURA 15 – Exemplo de ocupação atual de cavernas com vestígios arqueológicos



Município: Diamantina – MG. Foto: H. Piló (2004)

Um elemento que também chamou a atenção no Alto Jequitinhonha foi uma maior dificuldade de se encontrar sítios pré-coloniais em locais a céu aberto. As atividades de mineração desenvolvidas desde o período colonial e de plantio, provocaram (e ainda provocam) de forma decisiva o mascaramento ou destruição de eventuais sítios pré-coloniais, que de modo geral, se encontram implantados em terraços, praias e encostas suaves de colinas.

Apesar da beleza de muitas localidades do Jequitinhonha, percebe-se as marcas catastróficas da atividade mineradora, que provocou um alto nível de degradação ambiental, comprometendo, sobretudo, o leito natural de drenagens e alterações em suas feições paisagísticas originais.

No Médio e Baixo Jequitinhonha uma categoria de sítio arqueológico histórico que merece atenção são os aldeamentos indígenas vinculados, na maioria das vezes, a quartéis militares implantados no século XIX para garantir a colonização e segurança desta região, como os de Lorena dos Tocoyós (Coronel Murta), Alto dos Bois (Angelândia) e Farrancho (Guaranilândia).

FIGURA 16 – Sítio Histórico Lorena de Tocoyós – Antigo Aldeamento Lorena de Tocoyós – Séc. XIX



Município: Coronel Murta-MG. Foto: A. Baeta (2000) CEDEFES (2001)

As comunidades indígenas – alguns aspectos de sua história

Vale do Jequitinhonha

Atualmente há dois povos indígenas que habitam o Vale do Jequitinhonha, os *Pankararu* e os *Aranã*, nos municípios de Araçuaí e Coronel Murta. Mas a história do Vale do Jequitinhonha apresenta uma forte presença indígena tanto no período pré-colonial, como no período de colonização.

Neste sentido, vale a pena apontar, preliminarmente, duas localidades primordiais para a compreensão da história indígena no Vale do Jequitinhonha: Alto dos Bois e Lorena dos Tocoyós, sítios arqueológicos indígenas localizados atualmente nos municípios de Angelândia e Coronel Murta, respectivamente, além de outras localidades de grande interesse arqueológico, como Rubim, Americanos, Ilha do Pão, Vigia, Salto Grande, Água Boa e Farrancho.

A localidade conhecida como Alto dos Bois, que já pertenceu ao município de Capelinha, foi sede da terceira Companhia de Dragões criada em 1729 para atender as necessidades da guarda e segurança dos

caminhos ente Minas e Bahia, interligando o porto da antiga Colônia de Santa Clara (hoje município de Nanuque, Vale do Mucuri) e a Fazenda Alto dos Bois. Através do famoso “caminho do boi”, que seguia rente os cursos de parte dos rios Mucuri e Todos os Santos por onde escoavam mercadorias que abasteciam a região da Vila do Fanado, atualmente Minas Novas. Em 1778 junto ao quartel militar foi fundado por missionários portugueses o aldeamento dos índios *Macunis*, *Malalis*, *Monoxós*, *Maxakali* e *Panhame*. Os *Aranã* que habitavam o Vale do Urupuca, também foram estabelecidos pelos colonizadores em localidade próxima da Chapada do Alto dos Bois. Segundo Santiago (1999) o aldeamento Alto dos Bois foi posteriormente atacado por botocudos, forçando alguns desses povos a fugirem para o seio da mata, em direção ao Aldeamento de Tocoyós.

Há ainda uma edificação na Fazenda dos Bois em bom estado de conservação entre os córregos do Capão e Fanadinho que merecerá atenção especial. Trata-se de uma sede da fazenda,

[...] executada em pau a pique e coberta por telhas de barro, tendo a estrutura do telhado utilizada a técnica de amarração de caibros e ripas, por intermédio de um tipo de cipó (escravo), fixadas sobre as terças de braúna, solidarizadas por meio de encaixes lavrados manualmente aos esteios [...] quanto aos utensílios existentes, ainda se encontram móveis antigos, como camas, bancos, porta chapéus, pilões, baú, e outros ainda a pesquisar. Quanto a documentos escritos, existem pouquíssimos exemplares. (AMAJE, 2000)

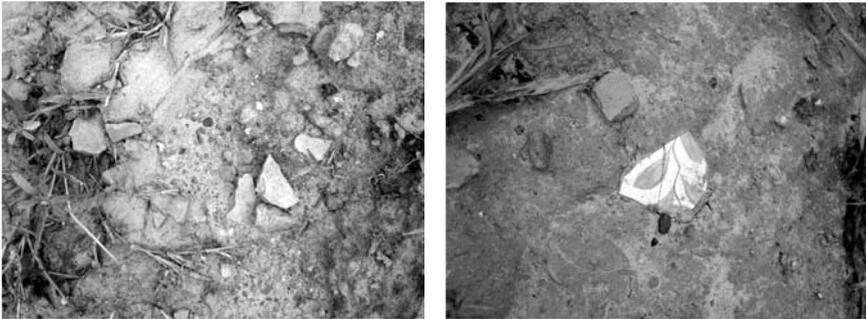
Ainda vale a pena mencionar outros importantes sítios militares que foram importantes quartéis da Sétima Divisão Militar do Jequitinhonha no século XIX, como São Miguel do Jequitinhonha (Jequitinhonha), Vigia (Almenara), Salto Grande, Água Branca ou Bonfim (Joáima).

Algumas léguas abaixo de Tocoíós, localizava-se a povoação de São Pedro do Jequitinhonha. Continuando a descer o rio, a dez léguas abaixo ficava São Miguel do Jequitinhonha, cuja fundação data de 1811, quando se estabeleceu ali a sede da Sétima Divisão Militar, sob o comando do Alferes Julião Fernandes Leão. Subindo

o rio São Miguel, afluente da margem direita do Jequitinhonha, três ou quatro léguas rio acima, chegava-se ao Quartel do Bonfim. Continuando a descida do rio Jequitinhonha, logo abaixo de São Miguel localizava-se o Farrancho, e ainda mais abaixo o Quartel do Vigia, também fundado por Julião Fernandes Leão, como posto de vigilância e defesa da Sétima divisão, chegando-se então à divisa das Minas Gerais com Porto Seguro e Bahia, onde era o Quartel Salto Grande, uma pequena aldeia na depressão da Serra dos Aimorés. (SANTIAGO, 1999).

É ainda comum encontrar em razoável estado de conservação fragmentos de utensílios cerâmicos indígenas e louças estrangeiras configurando um importante exemplar de “sítio histórico”, sobretudo em localidades próximas a antigos aldeamentos históricos. Há documentos que indicam que muitos no século XIX eram bastante populosos, fazendo divisa com outros aldeamentos ou arraiais. (Relatório da Directoria Geral dos Índios de Abril de 1868. SG'4 Códice 06: 52f, 52v, 53f, 53v.)

FIGURAS 17 e 18 – Concentrações de fragmentos cerâmicos e louça estrangeira na superfície do solo de sítio arqueológico



Aldeamento século XIX. Município: Jequitinhonha-MG. Foto: H.Piló (2008)

A região do Médio Jequitinhonha começou a ser explorada e ocupada de fato, a partir do aldeamento de “Lorena dos Tocoyós”,

localizado entre Coronel Murta e Araçuaí, sob o comando de José Pereira Freire de Moura.

Freire de Moura que havia sido dono de uma residência em Minas Novas onde Tiradentes se hospedou, mantinha bom relacionamento com os inconfidentes. Com a devassa da inconfidência foi perseguido por ser considerado cúmplice dos mesmos, tendo se afugentado poucas léguas abaixo da barra do Jequitinhonha, na fazenda de seu sogro conhecida como “Pêga”. Em 1797, Bernardo José de Lorena, já Governador da Capitania o nomeia colonizador oficial da região o instruindo para aldear os indígenas. Em homenagem ao Governador, Freire de Moura rebatiza o posto militar situado à beira do córrego São José de “Lorena dos Tocoyós”, erguendo ali uma capela sob a invocação de São Bernardo. Protegido pelos governantes construiu casas, distribuiu lotes de terra aos colonos migrantes, aldeou indígenas, conseguiu soldos para o Quartel Geral da Cavalaria de Dragões, levando a frente algumas expedições de exploração, tendo sido aclamado posteriormente Comandante Geral do Aldeamento de Lorena dos Tocoyós. (TIMMERS, 1969; SAINT-HILAIRE, 1975)

Os *Maxakali* foram recrutados como “intérpretes ou línguas” e, alguns, levados para o quartel de São Miguel do Jequitinhonha pelo comandante da Divisão Militar, Julião Fernandes Leão, para serem utilizados no contato e no combate aos Botocudos⁶, e como canoieiros no transporte de mercadorias e passageiros pelo rio Jequitinhonha, de Araçuaí à Belmonte, fazendo do Salto Grande porto de embarque e desembarque.

No final do século XVIII, com a decadência das minas, levas de moradores do Alto Jequitinhonha migraram para o Médio e Baixo Jequitinhonha, em direção às matas, a procura de novas minas e terras mais agricultáveis. Ponto de parada obrigatória em direção ao centro da mata era “Lorena dos Tocoyós”, fazenda agrícola e pastoril. (RIBEIRO, 1996)

6. Designação genérica dado pelos colonizadores aos indivíduos que utilizavam discos auriculares e labiais.

Tocoyós segundo Nelson de Senna, eram os “selvagens que ocupavam largo trecho do valle do rio Arassuahy, conhecido como Sertão dos Tocoíós, em território outrora sujeito à comarca de Minas Novas do Fanado” (1937, p. 352).

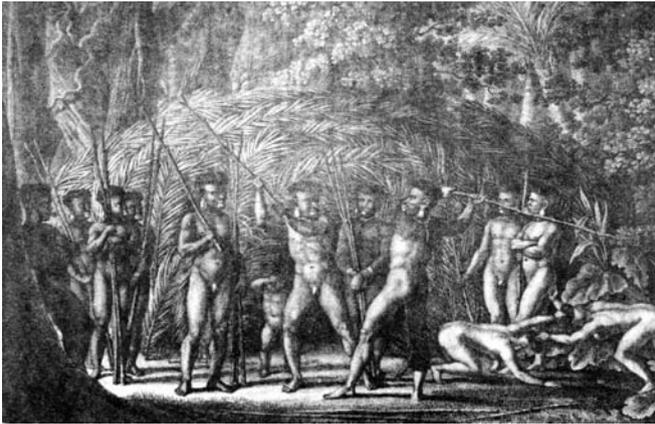
No ano de 1799, o Tenente Comandante Jozé da Silva Brandão assim descreveu os índios e seus pertences estabelecidos em Lorena:

Homens e mulheres vieram inteiramente nus, ornar-se uns e outros com pinturas de tintas encarnada e negra. Levam do beço superior para ambas as orelhas umas bigodeiras de tinta negra e do meio das faces com a mesma tinta puxam uma diagonal para baixo dos queixos. A roda dos olhos um largo circulo encarnado; o corpo pintam-no sem regularidade, em linhas e pontos de tinta encarnada e negra. Homens e mulheres tem em cada orelha um furo largo e um menor no beço inferior. Nos furos das orelhas introduzem como ornamento um pauzinho do comprimento de quatro polegadas de grossura uns brincados com uns filamentos de algodão em uma das pontas com o risco de jalouzia de meio dedo de largura. No furo do beço introduzem um pequeno pauzinho. Os homens ornar-se ainda com uma pequena taquarinha adaptada para fazer recolher e coibir que se não mostrem as certas marcas da virilidade, que lhe chamam – Tacanhobas. Em muito pouco consistem seus móveis. Um saco feito de embira, ou algodão com o feitio de uma tarrafa de um ponto mal seguro, com um cordão na boca para assegurar o ponto e suspensório. A este saco chamam cacaya para os ombros e costas. [...] O uso da dança tem feito pensar que eles crêem na existência de seus mortos; porque examinados os seus movimentos nas danças noturnas, e perguntado a razão de mostrarem-se às mulheres efeitos de temor e medo respondem ser por virem os seus mortos a visitá-los. Eles não fazem ato algum religioso ao mesmo tempo que conhecem haver um Senhor grande, a que chamam – Tupá. [...] Nas suas armas empregam os índios todas as suas habilidade. Elas consistem no arco e setas [...] (RAPM, 1898).

No início do século XIX, o capitão-mor João da Silva Santos foi incumbido pelo governo da capitania de Porto Seguro de estudar os rios diamantíferos do Jequitinhonha. Ele começou sua expedição

em 1º de outubro de 1804 na foz daquele rio, na vila de Belmonte, e chegou em 10 de novembro à barra do Araçuaí, após quarenta e um dias de viagem. Nessa subida, por oitenta léguas, não encontrou um só “civilizado”, apenas os habitantes nativos de suas margens, os índios. Na confluência do rio Araçuaí encontrou velhos conhecidos seus de Caravelas – os índios Maxakali. Chegou a combater indígenas por várias vezes para conseguir avançar a estrada rumo ao interior da mata. Esta viagem abriu a rota comercial via navegação.

FIGURA 19 – Duelo de Botocudos no Rio Grande de Belmonte



Wied Newvied, 1940

Esta era uma região próspera, animada pelo imenso comércio com o Alto Jequitinhonha e com o trecho do rio. No porto de embarque e desembarque, situado em Araçuaí, as tropas de todo o Norte de Minas despejavam os seus produtos agrícolas, que, a partir daí, eram conduzidos por centenas de canoas às cidades de Belmonte e Canavieiras, na costa da Bahia, voltando carregadas de sal e outros produtos. No século XIX, o porto Calhau (Araçuaí) era um grande entreposto comercial entre Minas Gerais e Bahia. (www.cedefes.org.br acessado em 17 de fevereiro de 2008)

A então denominada oficialmente Guerra Justa teve início efetivamente com a instalação da Sétima Divisão Militar, e teve também um aspecto fratricida, pois, como já foi mencionado, os Maxacali, além de empregados em obras públicas, na abertura de estradas, e como “interpretes ou línguas”, foram utilizados no combate aos Botocudos. (TAVARES, 1988, p. 30)

A partir dos idos de 1730, a situação em relação aos Botocudos continuava conflituosa e as ações mais enérgicas foram gradativamente sendo tomadas. O Conde das Galveias era figura essencial na investida, uma vez que, como governador das Minas, poderia dar todos os subsídios necessários à campanha. Tornou-se imprescindível para a coroa que estes índios fossem eliminados das regiões, neste momento em que era preciso a transposição do rio para o escoamento da produção e também para a ocupação do local pelos camponeses. Declarava-se, então, a guerra aos Botocudos, e, segundo o Barão de Eschewege, este massacre foi tido como uma das maiores manchas do período colonial.

“[...] Sou Servido por estes e outros justos motivos que ora fazem suspender os efeitos de humanidade q.’com elles tinha mandado praticar, Ordenar-vos em primeiro Lugar: que desde o momento em que receberdes esta Minha Carta Regia deveis considerar como principiada contra estes Índios antropophagos huma Guerra offensiva, q. continuareis sempre em todos os annos nas Estações seccas, o q.’ não terá fim sinão quando tivéreis a felicidade de Senhorear das suas habitacoins, e de os capacitar da superioridade das Minhas Reaes Armas, de maneira tal que movidos de justo terror das mesmas, peção a Paz, e sujeitandose ao doce jugo da Ley, e prometendo viver em sociedade, passão vir a ser vassallos úteis, como já o são as immensas variedades de índios, q.’nestes Meus vastos Estados do Brazil se achão Aldeados, e gozão da felicidade, q.’ he consequência necessária do Estado Social.” (RAPM, 1899 p. 783. (Extr. do livro do expediente da contadoria a Junta da Fazenda Real da Capitania de Minas Geraes, existente no Archivo Publico Mineiro – 1808 – 1819).

Para assegurar que se movessem os botocudos do “justo terror”, a fim de se sujeitarem ao jugo português, que pretendia “a felicidade de senhorear das suas habitações”, o Príncipe Regente ordenou que se formasse imediatamente um corpo de soldados infantes a serem dirigidos pelos comandantes. Em terceiro lugar, o Príncipe Regente determinou que todo o terreno “infestado” pelos índios botocudos fosse distribuído em distritos ou circunscrições cada um, com um comandante para agir da maneira mais profícua de modo a desenvolver a guerra ofensiva. Estes comandantes poderiam escolher os soldados que julgassem adequados a este serviço em número suficiente para formarem diversas bandeiras capazes de, todos os anos, na estação seca, entrarem nos matos com o objetivo de “a total redução de uma semelhante e atroz raça antropófaga”. Esses comandantes ficariam responsáveis pelas consequências das invasões dos índios botocudos nos sítios confiados à sua guarda, caso contra eles se provasse omissão ou descuido.

Os mesmos Commandantes serão responsáveis pelas finestas consequências das invasões dos Índios Botocudos nos sítios confiados a sua guarda, logo que contra elles se prove omissão ou descuido: que sejam considerados como Prisioneiros de Guerra todos os Índios Botocudos, q.'se tomarem com as armas nas mãos em qualquer ataque e q.'sejam entregues p.^a o Serviço do Respectivo Commandante p.^r dês annos, e todo o mais tempo em q.'durar sua ferocidade, podendo elle empregallos em seu serviço particular durante esse tempo; e conservallos com a devida segurança, mesmo em ferros emquanto não derem provas do abandono de sua atrocidade, e antropophagia. (*Ibidem*)

Nota-se que eram oferecidos prêmios para aqueles que conseguissem exterminar o maior número de índios e, aqueles que os aprisioassem, poderiam fazer deles escravos por um período de dez anos ou mais, o tempo que fosse necessário para o seu amansamento.

A instalação dos quartéis resultou no início do processo de devastação da mata atlântica, objetivando a utilização das terras para o plantio das lavouras e a destruição dos refúgios indígenas. Bastou menos de um século de ocupação para reduzir a cobertura vegetal

a um décimo (*ibidem*). Com a “guerra justa” aos Botocudos, vários grupos foram obrigados a se sujeitar às condições de submissão que a sociedade colonial, na sua expansão, imputava.

Constata-se que, em 1804, a população indígena do Jequitinhonha era bastante diversificada, pois existia na região uma busca de refúgio por parte de diferentes grupos. (PARAISO, 1998; MOURA, 1897).

- **Os Aranã**

Os *Aranã* que habitavam a região do vale do Urupuca, conforme exposto acima, o qual se estendia desde o município de Capelinha até Poti e Malacacheta, foram aldeados pelos missionários capuchinhos em 1873, no Aldeamento Central Nossa Senhora da Conceição do Rio Doce, onde grassaram epidemias que dizimaram a população. Alguns sobreviventes migraram para o Aldeamento de Itambacuri (atualmente, município de Itambacuri), de onde saíram os ancestrais dos *Aranãs* de hoje, para o trabalho em fazendas na região do Vale do Jequitinhonha.

Considerados subgrupo botocudo, o povo *Aranã* possuía uma pequena variação dialetal, significativa da distância que mantinham estrategicamente, como forma de reafirmarem sua diferença dos demais.

De acordo com a historiografia oficial, o povo *Aranã* até muito recentemente era considerado extinto. No entanto, a partir da década de 1990, a comunidade iniciou um processo de valorização de sua memória e organização de sua história. Nessa luta, os *Aranã*, bem como os *Kaxixó*, habitantes do Alto São Francisco, obtiveram o apoio do CEDEFES (Centro de Documentação Eloi Ferreira da Silva) e da ANAI (Associação Nacional de Ação Indigenista). Através de um trabalho de campo longo e da sistematização da história oral do grupo residente em Araçuaí e Coronel Murta, as duas entidades elaboraram um relatório técnico, que foi revisado por membros da comunidade indígena e também distribuído aos principais órgãos públicos responsáveis pela política indigenista no país.

No entanto, ao contrário do processo vivido pelos *Kaxixó*, o caso *Aranã* não exigiu a elaboração de um laudo pericial. O Ministério Público Federal em Minas Gerais acompanhou as pesquisas e aprovou o relatório técnico supracitado. De acordo com a Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho). A autoidentificação é suficiente para que um grupo se torne reconhecido oficialmente pelo Estado. Atualmente, os *Aranã* aguardam que a Funai dê início ao processo de demarcação da terra indígena. Há famílias *Aranã* que habitam localidades em Araçuaí, Coronel Murta, Porto dos Volantes, Belo Horizonte, Pará de Minas, Contagem, em Minas Gerais, como também São Paulo. (www.cedefes.org.br acessado em 17 de fevereiro de 2008; CEDEFES, Projeto Índios na Cidade – Relatório Parcial, 2009)

FIGURA 20 – Representantes da Comunidade Aranã de Araçuaí-MG



Acervo: CEDEFES Foto: A. Baeta (2008)

- **Os Pankararu**

Originários de Pernambuco, os *Pankararu* se espalharam por vários estados brasileiros ao longo do século XX. Este êxodo se deu devido à construção da hidrelétrica de Itaparica no Rio São Francisco, à seca, aos conflitos oriundos da luta pela terra e às inúmeras outras agressões. O grupo familiar de “Seu” Eugênio Cardoso da Silva e Benvenida Vieira migrou desta região em busca de melhores condições de vida para seus filhos, tendo, durante quase 30 anos convivido com outros povos, como: *Krahô*, *Xerente*, *Karajá* e os *Pataxó* de Minas Gerais – com estes últimos viveram durante 11 anos.

Os filhos e filhas, já adultos, casaram-se entre os *Pataxó*. A pressão demográfica na área *Pataxó* e o desejo de terem sua própria terra onde pudessem viver como *Pankararu* com sua cultura própria, fez com que durante o ano de 1993 procurassem ONG’s, Pastorais e outras entidades. Em 1994, participaram da Romaria dos Migrantes no Vale do Jequitinhonha, quando externaram o desejo de terem terra para o seu povo. A Diocese de Araçuaí doou então 60 ha de terra, para onde se mudaram em 1994. Nestes últimos anos construíam as Aldeias Apukaré e Cinta Larga dedicando à agricultura e confecção de artesanato. Ao mesmo tempo vem participando de eventos culturais no Vale do Jequitinhonha, cursos de formação para facilitar seu processo de fixação na região assim como de eventos promovidos pelo movimento indígena e movimento popular em nível estadual e nacional.

Com uma cultura particular (cantos, danças, indumentária típica, festas, pinturas corporais), os *Pankararu* têm servido como estímulo à população do vale, bem como aos descendentes de indígenas que ainda vivem nesta região, como vem sendo o caso do Povo *Aranã*. (Texto extraído: www.cedefes.org.br acessado em 18 de fevereiro de 2008)

Vale do Mucuri

- **Os *Maxakalis***

O povo se autodenomina *TIKMŪ'ŨN*, que significa “NÓS HUMANOS”. Também são conhecidos pela sociedade regional como o “Povo do Canto” por causa da força do seu canto durante os seus rituais religiosos, que atravessam as noites. Assim, através dos diversos cantos, o povo mantém sua cultura e mundo mítico. Pertencem à mesma família linguística os povos *Malali*, *Makuni*, *Monoxó*, *Kumanaxó*, *Kotaxó*, *Pañame* (grupos hoje considerados extintos) e os Pataxó. O povo *Maxakali* é caracterizado pela sua grande resistência histórica e contemporânea na preservação da sua cultura, língua e religião, guiados pelos seus espíritos sagrados, os *Yãmĩn*.

O território dos *Maxakali*, um povo tradicionalmente seminômade, caçador e coletor, estendeu-se pelos Vales do Mucuri e Jequitinhonha, no sul da Bahia e nordeste de Minas Gerais, como exposto no item anterior. Com a chegada dos europeus no litoral brasileiro e as frentes de colonização que adentraram o território mineiro, os *Maxakali* sofreram um processo de expulsão que os obrigou a se esconderem na região do Vale do Mucuri. Mesmo nesse território sofreram vários tipos de violência, tiveram suas terras roubadas e devastadas com a introdução do capim colônio por funcionários do antigo órgão indigenista governamental, Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Contudo após muita luta, sangue e mobilizações, os *Maxakali* conseguiram a demarcação do seu território. Hoje a área *Maxakali* demarcada (5.293 ha) está localizada na área rural dos municípios de Bertópolis e Santa Helena de Minas (respectivamente as aldeias de Pradinho e Água Boa), na cabeceira do rio Umburanas, afluente do rio Itanhém. Mais recentemente a distribuição geográfica populacional dos *Maxakali* aumentou no Vale do Mucuri com a ocupação de duas novas áreas nos municípios de Ladainha (reserva indígena) e Campanário. Sua população atual total é de aproximadamente 1.468 pessoas, sendo a maioria, jovens e crianças.

Sua economia é voltada para a produção de pequenas roças de subsistência, artesanatos e recebem recursos de programas e/ou benefícios governamentais. Vendem ou trocam seus produtos por outros alimentos nas feiras das cidades vizinhas. Continuam lutando por melhores condições de vida e estão engajados no processo de preservação e recuperação ambiental do seu território, reconstruindo o seu mundo simbólico e religioso.

Apesar de já ter a área demarcada de 5.293 ha, o rápido crescimento populacional dos *Maxakali* nas últimas décadas (a saber, na década de 1940 a população *Maxakali* ficou reduzida a 59 pessoas) tem gerado uma situação de confinamento do povo. Sendo assim, existe a necessidade de revisão dos limites do território indígena *Maxakali*. (A partir do texto original – Fonte: <http://www.cimi.org.br>)

FIGURA 21 – Ritual *Maxakali*.



Fonte: www.ufmg.br/online/arquivos/003243.shtml

- **Os *Mokuriñ***

Os *Mokuriñ* pertencem ao grande grupo dos povos chamados “Botocudos”, aldeados em Itambacuri desde o século XIX, pelos frades capuchinhos Frei Serafim de Gorízia e Frei Ângelo de Sassoferato.

Em 1992, toma-se conhecimento de documentação sobre a história indígena dos vales do Jequitinhonha e Mucuri, compilada pelo Frei Olavo Timmers, da Ordem dos Frades Menores, ainda vivo neste período. Alguns anos depois, estes documentos são novamente retomados, quando foi publicado o texto de Pacó (antigo chefe indígena que expulsou os frades capuchinos do aldeamento), na obra “Lembranças da Terra” (RIBEIRO, 1996).

Atualmente o Povo *Mokuriñ*, vive em precárias condições de saúde e habitação, lutando para conseguir seu reconhecimento junto a FUNAI como Povo Indígena e assim fazer parte das políticas públicas diferenciadas. (Texto parcial extraído: www.cedefes.org.br acessado em 17 de fevereiro de 2008)

Vale do Rio Doce

- **Os *Krenak***

O grupo indígena *Krenak* resulta da fusão ocorrida no início deste século de dois subgrupos Botocudos de caçadores coletores pertencentes a mesma família linguística, os *Nakhrerè* e os *Gutkrak*. Habitam a região do rio Doce por tempos imemoriais, tendo possuído outros etnônimos como *Takrukkrak*. Atualmente seu território situa-se no município de Resplendor, no Médio Vale do Rio Doce. A sua população é de 150 indígenas, vivendo em uma área demarcada de 4.200 hectares, conquistada após anos de luta. Os *Borum* do *Watu* (Índios do Rio Doce), como também são conhecidos, buscam a partir da reconquista de parte de suas terras dar sequência as suas tradições culturais, ensinando a língua materna e costumes para os seus jovens.

FIGURA 22 – Antiga fotografia de integrantes da comunidade *Krenak* – APES.



Uso de arco e flecha por grupo botocudo.

Fonte: Caldeira, 2009: 45

Subsídios legais visando à proteção do patrimônio arqueológico

Os sítios arqueológicos pré-coloniais e históricos são protegidos por lei federal: nº 3.924 de 1961, que é desde então o principal instrumento de salvaguarda e proteção deste tipo de acervo cultural. Esta categoria de patrimônio cultural encontra-se enquadrada nos Bens da União, cuja descaracterização e ou destruição, incorrem em infrações sujeitas a penalidades previstas em legislação.

Novos instrumentos jurídicos na década de oitenta foram implementados de maneira a operacionalizar e assegurar a preservação

do Patrimônio Arqueológico. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a proteção do acervo cultural, passou a ser compartilhada com as esferas estaduais e municipais, conforme exposto em seu inciso III. As constituições estaduais e municipais reiteram a necessidade de proteção do acervo cultural-histórico.

Em nível estadual, inclusive, estabeleceu-se uma política cultural a partir de 1995, que vem incentivando a proteção e salvaguarda de seu patrimônio ambiental e cultural, incluindo o arqueológico, por meio da Lei nº 13.803 de 2000, acerca do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), mais conhecida como “Robin Hood”. Por meio de incentivos fiscais os municípios são estimulados a tombarem os seus bens culturais móveis e imóveis e conjuntos paisagísticos através de seus conselhos municipais. O tombamento, independente de sua esfera, significa reconhecer que o bem cultural apresenta características excepcionais do ponto de vista histórico, artístico, arqueológico, ou paisagístico no contexto regional. É, na verdade mais uma forma de acautelamento e proteção jurídica desta categoria.

No entanto, do ponto de vista legal, todos os sítios arqueológicos, independentemente de cronologia ou antiguidade e estado de conservação, têm a mesma importância histórica e cultural.

Por sua vez, a Resolução CONAMA (001/86) tem em seu escopo, a exigência da realização de estudos prévios que contemplem o patrimônio cultural em fase anterior à qualquer implantação de empreendimento que possa gerar impactos diretos ou indiretos sobre o mesmo.

Inegavelmente, este dispositivo foi incorporado aos projetos ambientais e, sem dúvida, constitui-se em um dos principais mecanismos de conhecimento e de avaliação do patrimônio cultural existente no Brasil.

Com esta exigência, ampliou-se a oportunidade no campo de atuação de pesquisadores cujos trabalhos vêm contribuindo para uma melhor compreensão da ocupação pré-histórica e histórica, momento este quando são revelados antigos territórios e comunidades remanescentes, sejam elas de origem indígena ou afrodescendente.

Portanto, a realização de levantamentos e estudos arqueológicos visando a elaboração de diagnósticos, vem atender a necessidade do

cumprimento da legislação específica, em especial, a Resolução do CONAMA supracitado, que regulamenta a apresentação de “Estudos de Impactos Ambientais”.

A Portaria SPHAN nº 07 de dezembro de 1988, atual IPHAN-Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, estipula critérios para a regulamentação da pesquisa arqueológica no Brasil. Por meio da Portaria nº 230 de dezembro de 2002, estabeleceu-se distintas fases de pesquisas arqueológicas consonantes com as fases do licenciamento ambiental. Para a obtenção da Licença Prévia – LP a fase arqueológica tem a sua correspondente no *Diagnóstico Arqueológico*, enquanto na fase de Licença de Instalação- LI, tem na arqueologia a fase de *Prospecção*, e por fim para a obtenção de Licença de Operação, tem a fase de *Resgate Arqueológico*. Ressalva-se que as etapas acima estão correlacionadas e devem ocorrer de forma sequenciada. Neste documento também são previstos programas de educação patrimonial e criação de unidades museológicas para o material resgatado nas pesquisas arqueológicas, que também deverão ser custeados pelo empreendedor.

Importante lembrar que qualquer tipo de exploração ecoturística e ou de visitação controlada em sítio arqueológico pré-colonial é proibida sem anteriormente se apresentar um programa de manejo ao IPHAN, seguindo os preceitos da Portaria nº 07/88 SPHAN, também supracitada. A autorização das pesquisas como também outros tipos de intervenções em sítios são expedidos pelo Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização, através da Gerência do Patrimônio Arqueológico e Natural (GEPAN) e publicada em Diário Oficial da União – DOU.

A Lei de Crimes Ambientais (nº. 9.650) determina no art. 63 Seção IV a pena para quem destruir ou alterar patrimônio arqueológico:

Art.63 – Alterar o aspecto ou estrutura de edificação ou local especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial, em razão de seu valor paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida: Pena – reclusão, de um a três anos, e multa.

Existem ainda outros documentos normativos – as Cartas Patrimoniais – nas quais são recomendadas diretrizes gerais para a implementação de uma Política Cultural de Conservação e Gerenciamento em todos os países signatários, dos quais, o Brasil faz parte. Estas Cartas, em sua grande maioria, voltam-se em defesa da proteção do patrimônio edificado e arqueológico além da valorização dos aspectos imateriais da cultura.

No que se refere à proteção de sítios arqueológicos e zoneamentos ambientais, a famosa Carta: “Normas de Quito”, elaborada em 1967 pelas Organizações dos Estados Americanos – OEA, apresenta as seguintes recomendações:

Nos trabalhos de revalorização de zonas ambientais, torna-se necessária a prévia definição de seus limites e valores.

A valorização de uma zona histórica ambiental, já definida e avaliada, implica:

a) estudo e determinação de seu uso eventual e das atividades que nela deverão desenvolver-se; [...]

Reiterando o previsto na Portaria nº 230/2002, atualmente, é ponto passivo, que mesmo tendo um conjunto de leis e normas que apresentem instrumentos que visem à proteção do patrimônio arqueológico/cultural, sem o envolvimento e participação efetiva das comunidades em sua defesa e valorização histórica, não haverá formas eficientes que possam, de fato, garantir a sua conservação, por isto, a importância e urgência da realização de programas de educação patrimonial, articulados junto à população se fazem necessários.

Direitos indígenas

No que se refere à questão indígena, no plano internacional foi feita uma revisão do Convênio 107 sobre populações indígenas e tribais, aprovado pela Conferência Internacional do Trabalho (OIT),

realizada em Genebra em 1957, cujos conceitos básicos eram ainda extremamente integracionistas, como era no caso do Brasil.

Em 1989, finalmente a Conferência Internacional da OIT concluiu ao longo de três anos de debate envolvendo inúmeras comunidades tradicionais, que era necessária a elaboração de um novo documento que garantisse de forma mais contundente o reconhecimento dos povos indígenas enquanto sujeitos coletivos, aprovando assim a Convenção 169.

Em seu artigo 1º, o Convênio adota o termo povos em vez de populações, formalizando o reconhecimento de sua identidade étnica e histórica. No artigo 6, por exemplo, define como um dever do estado a consulta prévia aos povos interessados, de boa fé e de maneira apropriada e, em particular, através de suas instituições representativas, sempre e que se prevejam medidas legislativas ou administrativas capazes de afetá-las diretamente.

Este novo Convênio estabelece um enfoque que reconhece as aspirações e os direitos destes povos a assumir o controle de suas próprias instituições e formas de vida, aplicação e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento nacional ou regional suscetíveis de afetá-los diretamente.

A revisão das normas internacionais coincidiu com o processo de revisão da legislação constitucional brasileira, que adota algumas destas premissas. Em seu art. 231 da Constituição Federal, é reconhecido “aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-los, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.”

No entanto, o Estado conclui até hoje apenas parte dos processos de reconhecimento jurídico das terras indígenas no Brasil. Mesmo as terras demarcadas, a sua proteção legal não vem sendo garantida haja vista as constantes invasões de garimpeiros, madeireiras, posseiros, dentre outros projetos econômicos desenvolvimentistas governamentais e da iniciativa privada.

Os preceitos constitucionais, no entanto, tem formulações de cunho geral que comportam vários aspectos a serem regulamentados pela legislação ordinária, para que se tornem totalmente operacionais. A tentativa de regulamentar esses preceitos tem esbarrado na firme oposição da maioria dos parlamentares brasileiros e na omissão política do poder executivo: até hoje, (...) o novo estatuto do índio espera a aprovação do Congresso Nacional. (Arruda, 2000, p. 62)

Em 2002, por meio do Decreto Legislativo nº 143, o Congresso Nacional ratifica o texto da Convenção nº 169, em que consigna uma postura totalmente distinta da Lei nº 6.001, também conhecida como “Estatuto do Índio” ainda vigente, que configura um instituto de tutela à política indigenista do Estado.

Conclusão

A história da região hoje abrangida pelo leste do estado de Minas Gerais é marcada por uma forte presença indígena e de seus ancestrais desde o período pré-colonial, demonstrando a complexidade e riqueza da mesma através do seu rico e complexo acervo material e imaterial. Memórias milenares que estão se degradando aos poucos, seja por fatores naturais ou por fatores antrópicos, devido, sobretudo, a falta de uma política patrimonial eficaz nas esferas municipal, estadual e federal. Recuperar e valorizar estes testemunhos é possibilitar a compreensão com maior profundidade da história indígena hoje, os seus lugares, os seus territórios, as suas reconstruções, a delicadíssima situação envolvendo conflitos fundiários, mas sobretudo reconhecer os seus direitos, enquanto comunidade tradicional, por isto, a necessidade de haver políticas públicas diferenciadas que atendam as especificidades de cada povo.

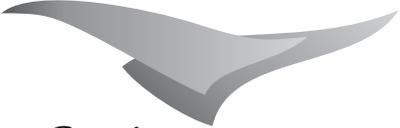
Bibliografia

- ALVARES, Myriam Martins. *Yãmiy, os espíritos do canto: a construção da pessoa na sociedade maxacali*. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 1992.
- ARRUDA, Rinaldo. “Territórios Indígenas: materiais, existenciais”. *Cadernos de História*. Vol. 5, n. 6. Belo Horizonte, 2000.
- BAETA, Alenice. *Memória Indígena no Médio Vale do Rio Doce: arte rupestre e identidade Krenak*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 1998.
- BAETA, Alenice; PILO, Henrique. Arqueologia em Unidades de Conservação na Região de Diamantina. *Atas do XIII Congresso de Sociedade de Arqueologia Brasileira*, Setembro Campo Grande, 2005.
- BAETA, Alenice; PROUS, André. “Da Arte Rupestre Del Centro de Minas Gerais, Brasil”. *Boletim de La Soc. de Investigacion Arte Rupestre – SIAB – LA PAZ*, Bolívia, vol. 6, 1992.
- BAETA, Alenice; PILO, Henrique; ALONSO, Márcio. “As ocupações humanas no período pré-colonial no Médio Vale do Rio Doce”. In: REZENDE, Marcos; ALVARES, Ricardo (Orgs.). *Era Tudo Mata*. Belo Horizonte: CHA, 2009.
- BRANDÃO, José da Silva. “Os Índios de Lorena dos Tocoyós”. *Revista do Arquivo Público Mineiro (III)*, Belo Horizonte, 1898.
- CALDEIRA, Vanessa. “O povo Aranã ressurgue na história do Vale do Jequitinhonha”. *Revista Expresso Notícias*, Capelinha, Minas Gerais, 2001.
- CALDEIRA, Vanessa. “História de Botocudo: o povo Krenak na região do Vale do Rio Doce”. In: REZENDE, Marcos; ALVARES, Ricardo (Orgs.). *Era Tudo Mata*. Belo Horizonte: CHA, 2009.
- CALDEIRA, V.; BAETA, A. M.; MATOS, I. M. de; SAMPAIO, J. A. *CEDEFES/ANAI Kaxixó, quem é esse Povo?* (Relatório Técnico). Contagem: CEDEFES, 1992.
- CALDEIRA, V.; BAETA, A. M.; MISSAGIA DE MATOS, I; SAMPAIO, J.A.; SOARES, G; MORENO, C. *CEDEFES/ANAI/PGRMG Aranã: a luta de um povo indígena no vale do rio Jequitinhonha* (Relatório Técnico). Belo Horizonte: CEDEFES, 2003.

- BAETA, A & LIMA, A. P (Org.). *CEDEFES Indígenas na Região Metropolitana de Belo Horizonte*: identificação; subsídios para a sua organização (Relatório Parcial). Belo Horizonte: CEDEFES/KMB, 2009.
- CURY, Isabelly (Org.). *IPHAN Cartas Patrimoniais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.
- BASTOS, Rossano; SOUZA, Marise (Org.). *IPHAN Normas e Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico*. São Paulo: 9ª SR/IPHAN, 2008.
- ISNARDIS, Andrei; PESSOA, Ângelo. “As ocupações pré-históricas recentes da região de Diamantina: uma hipótese para uma categoria de sítios”. *Cadernos de resumos XIV Congresso da SAB*. Florianópolis, 2007.
- ISNARDIS, Andrei; LINKE, Vanessa. “Os Conjuntos Gráficos Rupestres da Região de Diamantina. (Minas Gerais, Brasil Central)”. *Cadernos de resumos XIV Congresso da SAB*. Florianópolis, 2007.
- MACHADO, José Carlos. *Senhora da Graça da Capelinha*. Capelinha, 2000.
- MARCATTO, Sônia de A.; RUBINGER, Marcos M.; AMORIM, Maria Stella. *Índios Maxacali*: resistência ou morte. Belo Horizonte: Interlivros, 1980.
- MATTOS, Izabel M. de. “O Nome ‘Índio’: patronímico étnico como suporte simbólico de memória e emergência indígena no Médio Jequitinhonha – Minas Gerais”. *Cadernos de Campo*, n. 10. FFLCH-USP, 2002. pp. 29-44.
- MATTOS, Izabel M. de. *Civilização e Revolta*: os Botocudos e a catequese na Província de Minas. Bauru: EDUSC, 2004.
- MOURA, José Pereira Freire de. “Exploração no Jequitinhonha”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano II, 1897.
- MORENO, Cezar. *A colonização e o povoamento do Baixo Jequitinhonha no século XIX*: a guerra contra os índios. Belo Horizonte: Canoa das Letras, 2001.
- MOURA, José Pereira Freire de. “Notícia e Observações sobre os Índios Botocudos que frequentam as margens do rio Jequitinhonha e se chamam Ambarés, ou Aimorés”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano II, 1897 (pp. 28-31).
- OLIVEIRA, João Pacheco de. “A viagem da Volta: reelaboração cultural e Horizonte político dos povos indígenas no nordeste”. In: *Atlas*

- das Terras Indígenas do Nordeste*. Rio de Janeiro: PETI – Museu Nacional, 1993.
- OTONI, Teófilo Benedito. “Notícia sobre os Selvagens do Mucuri em uma carta dirigida pelo Sr. Teófilo Benedito Otoni ao Sr. Dr. Joaquim Manuel de Macedo”. In: DUARTE, Regina H. (Org). *Notícia sobre os Selvagens do Mucuri*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- PALAZOLLO, Frei Jacinto de. *Nas Selvas dos Vales do mucuri e Rio Doce*. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.
- PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. *Repensando a Política Indigenista para os Botocudos no Século XIX*. São Paulo, mimeo, 1990.
- PARAISO, Maria Hilda B. *O Tempo da dor e do trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP: 1988.
- PARAÍSO, Maria Hilda B. “Os Botocudos e sua Trajetória Histórica”. In: CUNHA, M. Carneiro da. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- PIMENTA, Demerval J. “Aspectos do Povoamento do Leste de Minas”. Separata da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais* XIV, 1974.
- PORTO, Reinaldo Otoni. *A Bandeira de João Silva, o Mestre de Campo, o Todos os Santos e os Selvagens do Mucuri*. Belo Horizonte: RIHG-MG, 1946.
- PROUS, André. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: UNB, 1992.
- PROUS, André; BAETA, Alenice. “Arte Rupestre no Vale do Rio Peruaçu”. *O Carste*, vol. 13, n. 13, Belo Horizonte, 2001.
- PROUS, André; BAETA, Alenice; RUBBIOLI, Ezio. *O patrimônio Arqueológico da região de Matozinhos*. Belo Horizonte: Itaú Portland, 2003.
- PROUS, André. *O Brasil antes dos Brasileiros – a pré-história do nosso país*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- RAPM. Ano II. *Carta de José Pereira Freire de Moura para o Conde de Linhares sobre os Índios e o Rio Jequitinhonha*, 1897, pp. 31-36.
- RAPM. Ano III. *Os Índios de Lorena dos Tocoyós*. Ouro Preto: Imprensa Oficial. [Coletânea 25], 1898, pp. 765-768.
- RAPM. Ano XXV. *Sobre Etnographia Brasileira* 1 vol, Jul, 1937, pp. 337-355.

- RIBEIRO, Eduardo M. *Lembranças da Terra: Histórias do Mucuri e do Jequitinhonha*. Contagem: Cedefes, 1996.
- RUBINGER, Marcos M *et alli. Índios Maxakali: Resistência ou Morte*. Belo Horizonte: Interlivros, 1980.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil*. Trad. Leonam de Azeredo Penna. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1974.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1975.
- SANTIAGO, Luís. *O Vale dos Boqueirões*. História do Vale do Jequitinhonha. Vol. 1. Almenara: Edições Boca das Caatingas, 1999.
- SENNA, Nelson de. *Anuário Histórico-Chorográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1909.
- SOARES, Geralda Chaves. “Vale do Jequitinhonha: um vale de muitas culturas”. *Cadernos de História*. Vol. 5, nº. 6, Belo Horizonte, 2000.
- SOARES, Geralda Chaves. *Os Borun do Watu – os índios do Rio Doce*. Contagem: Cedefes, 1992.
- SPIX, J. B.; MARTIUS, C. F. P. *Viagem pelo Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1976.
- TETTEROO, Frei Samuel. *O Município de Theophilo Ottoni – Notas Históricas e Chorográficas*. Belo Horizonte. Imprensa Oficial, 1922.
- TETTEROO, Samuel (OFM). *Memória Histórica e Geográfica do Município de Jequitinhonha: ano 1919*. Teófilo Otoni: Tip. Teófilo Otoni, 1919.
- TIMMERS, Frei Olavo. *Theofilo Benedicto Ottoni: pioneiro do Nordeste Mineiro e fundador da cidade de Teófilo Otoni*. Lembrança do 100º aniversário de sua morte. Teófilo Otoni, 1969.
- VASCONCELOS, Diogo de. *Breve descrição geográfica, física e política da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte. Fundação João Pinheiro [Coleção Mineiriana], 1995.
- VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.
- WIED NEUWIED, M. *Viagem ao Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional [Coleção Brasileira], 1940.



Quilombos de Minas Gerais no século XXI

Pablo Matos Camargo¹

Este texto é baseado no trabalho de pesquisa do Centro de Documentação Elóy Ferreira da Silva (CEDEFES) com as comunidades quilombolas de Minas Gerais. O texto está dividido em duas partes. A primeira situa as comunidades tradicionais e quilombolas em um marco conceitual e legal. A outra trabalha a questão das comunidades quilombolas em Minas Gerais e nas regiões Norte e Nordeste do Estado, abordando a cultura e a socioeconomia destes grupos.

PRIMEIRA PARTE

A palavra “Quilombo” ou “Calhambo” é de origem Bantu e significa acampamento ou fortaleza. O povo Bantu se localiza nas regiões sul, sudoeste e sudeste da África. A palavra foi usada pelos portugueses para denominar as povoações construídas por escravos fugidos. O termo também pode ser atribuído à “casa” ou “refúgio”. Durante os períodos colonial e imperial, vários quilombos ou comunidades

1. Graduado em História pela PUC-MG (2000) e pós-graduado em História e Cultura de Minas Gerais pela Faculdade de Pedro Leopoldo (2002). Atualmente é pesquisador do Centro de Documentação Elóy Ferreira da Silva – CEDEFES. E-mail: pablo@cedefes.org.br

negras se formaram com a fuga de escravos que se rebelaram contra a ordem escravista. Havia diferentes formas de quilombos: desde pequenos grupos itinerantes que viviam de assaltos nas estradas e fazendas, até complexas estruturas de vilarejos, como o Quilombo de Palmares no nordeste brasileiro e o quilombo do Ambrósio no Centro-Oeste mineiro.

Segundo João Batista Costa:

A formação de quilombos em todas as colônias e países do Novo Mundo constituiu-se em estratégia utilizada pelos africanos que, escravizados, ansiavam por liberdade e, assim, instituíram alternativas ao sistema escravista hegemônico e, então, vigente. O princípio subjacente à formação de quilombo constituiu-se na busca de lugares de difícil acesso que propiciassem o estabelecimento de barreiras estruturais, que tanto podiam ser naturais quanto sociais. Os agrupamentos humanos aquilombados pretendiam, dessa forma, impedir o contato do mundo branco e escravista com o mundo negro vivendo em liberdade. (CEDEFES, 2008, pág: 25)

As comunidades quilombolas se formaram neste movimento de resistência, mas, muitas vezes, eram toleradas pelo regime dominante, pois se tornaram locais onde funcionavam postos comerciais ou de oferta de mão de obra escrava ou barata.

A maioria das comunidades quilombolas de Minas Gerais se formou posteriormente ao decreto de abolição da escravidão em 1888. Quando o decreto foi expedido, grande parte dos negros não tinha mais onde ficar, não havia trabalho e não havia perspectiva de integração à sociedade brasileira. Assim, muitas famílias migraram para os grotões, para as terras desabitadas ou para as margens das fazendas. Algumas poucas famílias receberam terras como doações dos antigos senhores e ali constituíram uma comunidade. Outras famílias negras conseguiram comprar pequenas terras nas fazendas onde trabalhavam. Algumas comunidades se organizaram através da falência de atividades econômicas, onde a mão de obra era escrava, como a criação de gado no Norte de Minas Gerais ou a decadência das atividades mineradoras na região central do Estado. Outras se

originaram em decorrência de frentes de trabalho, como a construção da ferrovia Bahia-Minas que ligava o Norte do Estado, singrando pelas regiões do Jequitinhonha e Mucuri até o litoral Baiano. Há uma comunidade no município de Felisburgo, Vale do Jequitinhonha, que se chama Paraguai por ter sido constituída por ex-escravos que lutaram na guerra do Paraguai e ganharam alforria.

Segundo José Maurício Arruti, no texto “O quilombo conceitual: Para uma sociologia do artigo 68” (2003), o quilombo sempre foi um tema que instigou o imaginário político brasileiro. A sua primeira definição política no Brasil se dá no corpo das legislações colonial e imperial.

As normas legais buscavam abarcar, sob um mesmo instrumento repressivo, o maior número de agrupamentos da população negra, por isto consideravam o quilombo de forma explicitamente indefinida. Para a caracterização de um quilombo bastava a reunião de cinco (período colonial) ou três (período imperial) escravos fugidos, formassem eles ranchos permanentes (período colonial) ou não (período imperial).

Na atualidade, o conceito de quilombo se ampliou, não está mais preso às origens históricas. O quilombo hoje é reconhecido pelas suas características antropológicas e territoriais. A relação da comunidade com o território (uso e apropriação), com a cultura de matriz africana e com a política, é que definirão uma comunidade quilombola ou não. Ou seja, o quilombo é um espaço de resistência e reinterpretação do mundo pelos seus moradores, etnicamente diferenciados.

A palavra “Quilombo” se tornou um termo polissêmico, usado para definir resistências e espaços. As comunidades negras tradicionais se identificaram e apropriaram do termo transportando-o do campo arqueológico, histórico e patrimonial para o campo político e contemporâneo.

Em 1988 é promulgada a constituição federal do Brasil que anuncia um país plural e heterogêneo. Os povos indígenas foram contemplados com os artigos 231 e 232. Os direitos das populações afro-brasileiras também foram inseridos e neste bojo o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que estabelece “aos

remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. A Constituição Federal de 1988 também reinstituíu, pela primeira vez no período republicano, a categoria jurídico-legal de quilombo.

No Brasil, as discussões sobre a temática quilombola ainda são bastante parcas; apenas no final dos anos 1990 passou a ser debatida no meio acadêmico, político e nos movimentos sociais com assiduidade e interesse. A produção acadêmica de trabalhos relacionados aos quilombos ainda é incipiente e tímida. Somente no final da década de 1990 e início do século XXI é que alguns núcleos de pesquisas foram criados e dissertações e teses acadêmicas foram produzidas. É neste período também que organizações não governamentais vão atuar no campo quilombola.

A definição do que vem a ser uma comunidade quilombola tem sido objeto de debate não apenas nos meios acadêmicos como também no âmbito jurídico-legal e no estabelecimento das políticas públicas. Os setores brasileiros² que insistem em negar o direito ao território das comunidades quilombolas persistem em tentar deslegitimar o discurso com conceitos já superados. Argumentos como os de que a comunidade não ocupa o mesmo local desde 1888, ou de que os descendentes de determinados grupos não tiveram relação direta com a escravidão, entre outros, já foram superados pela legislação, pela academia e pelos movimentos sociais e políticos do Brasil.

Segundo José Augusto Laranjeira Sampaio (CEDEFES, 2008, p: 17-23) essa questão é crucial para as comunidades, pois envolve a sua forma de organização interna, o acesso fundamental ao seu território histórico e o alcance de benefícios sociais especificamente direcionados aos quilombolas. Dessa forma, é a definição conceitual legal que pode determinar a inclusão ou a exclusão de uma parcela da população brasileira nessa categoria histórica e antropológica. A Constituição de 1988 tornou esse tipo de comunidade sujeito de direitos culturais

2. Principalmente a bancada ruralista no congresso nacional.

e patrimoniais específicos. A complexidade da situação e dos atores sociais envolvidos nessas novas condições exigiu um repensar sobre o que é “ser quilombola” e, no século XXI, o debate atual em torno de sua conceituação reflete valores e interesses politicamente diferenciados. Do ponto de vista jurídico-legal, não há na Constituição da República uma definição própria. Ela se encontra estabelecida no Decreto 4887, de 2003, que define os quilombos como “os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”. É importante frisar que a caracterização do grupo enquanto quilombola está subordinado ao critério da autoatribuição a ser definida pela própria comunidade. Esse princípio foi adotado em obediência à Convenção Nº. 169, da Organização Internacional do Trabalho, da qual o Brasil é signatário desde 2004.

Segundo a Convenção Nº. 169, as comunidades tradicionais é que devem se autoatribuir como tal e possuem o direito de participar e opinar sobre qualquer proposta de intervenção em seus territórios.

O decreto 4887 está sendo questionado pelo antigo Partido da Frente Liberal, atuais Democratas, que entrou com uma ação direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra o Decreto 4887/2003, em 2004. As organizações quilombolas e entidades de apoio têm se mobilizado para manter o decreto. Caso o decreto seja revogado, a titulação passa a obedecer ao antigo Decreto 3912, de 2001, que somente reconhecia como terras quilombolas as que estavam ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos em 5 de outubro de 1988, além de atribuir a função de iniciar, dar seguimento e concluir o processo administrativo de identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos à Fundação Cultural Palmares (FCP). Atualmente o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) realiza essa função.

Na perspectiva antropológica, segundo Arruti (2002), o conceito de quilombo se ampliou, não está mais preso no termo histórico. O quilombo hoje é reconhecido pelas suas características antropológicas e territoriais. A relação da comunidade com o território (uso e

apropriação), com a cultura de matriz africana e com a política é que definirá se uma comunidade se reconhece como quilombola ou não. Ou seja, o quilombo é espaço de resistência e reinterpretação do mundo pelos seus moradores etnicamente diferenciados. As formas de uso do território é outro diferencial considerado nos estudos da atualidade, que passaram a pensar as comunidades quilombolas como uma das chamadas populações tradicionais, que são grupos sociais que vivem, por períodos relativamente longos, em um espaço geográfico definido e constroem sua identidade a partir das relações que estabelecem com o território que ocupam. Nesse caso, estão também incluídos povos indígenas, seringueiros, caiçaras, geraizeiros, caatingueiros, vazanteiros, pomeranos, ciganos, pantaneiros, quebradeiras de coco, faxinais, entre outros existentes no país. O território (físico e simbólico) é um espaço essencial para que possam se reproduzir e sustentarem seus modos de fazer e viver dos pontos de vista econômico, social, cultural, estético, etc. O reconhecimento dessa condição social foi estabelecido pelo Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Em seu artigo 3º, o decreto define que essas populações “são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição”. Tais populações vivem quase que totalmente à margem dos direitos civis, uma boa parte não possui documentos de identidade nem títulos de propriedade sobre os seus territórios. Esse contingente, de cerca de cinco milhões de pessoas, habita um quarto do território brasileiro e está presente em todas as regiões do país; entre eles encontra-se cerca de dois milhões de quilombolas. Segundo o antropólogo Alfredo Wagner Almeida (1999), o reconhecimento desses grupos supera a visão positivista de homogeneidade da população – a concepção de “povo brasileiro”. A ideia de povo carrega a noção de que a sociedade é homogênea e que nela há uma única identidade

coletiva por todos igualmente compartilhada. Na nova concepção, surge a ideia da diferenciação social e da diversidade cultural no seio de uma mesma sociedade. O que vem provocando essa mudança são as lutas e articulações políticas dos movimentos sociais do interior do país, que buscam seus espaços em uma sociedade mais ampla, dominante e homogeneizadora. “O fenômeno mais importante neste sentido é que as novas identidades se organizam em movimentos sociais”, como afirma Alfredo Wagner (1999). Outro aspecto muito importante, além do reconhecimento de sua identidade, é que essas populações demandam não apenas terra, mas territórios.

Essa é a condição básica do movimento quilombola na atualidade. Com base nessas definições, elaboramos alguns indicadores que nos permitiram fazer as inclusões (e exclusões) do rol das comunidades quilombolas.

SEGUNDA PARTE

A população quilombola de Minas Gerais é em grande parte oriunda do povo Bantu. Todos os dialetos identificados em Minas Gerais são dessa matriz linguística africana. As reminiscências culturais e sociais são oriundas das populações deste grande território etnolinguístico africano. A documentação histórica do trânsito dos escravos e forros por Minas Gerais confirma esta tese³. Nas comunidades de Ausente, no município de Serro, Mato do Tição, no município de Jaboticatubas, Quartel do Indaiá, em Diamantina, e Tabatinga, no município de Bom Despacho, foram encontrados léxicos linguísticos de origem Bantu. Africanos de outras origens também foram trazidos para a região das Minas Gerais, sobretudo no século XIX.

Estima-se que a população quilombola de Minas Gerais seja de aproximadamente 100.000 a 110.000 indivíduos. O maior grupo exis-

3. No início do século XVIII houve uma grande leva de escravos vindos do nordeste para a região de Minas Gerais. Há uma boa documentação a respeito no Arquivo Público Mineiro.

tente, com cerca de sete mil pessoas, é o quilombo de Gurutuba, conhecido também como Gurutubanos. O Quilombo do Gurutuba é composto por 27 comunidades, que se acham espalhadas em seis municípios na região Norte do Estado, entre os vales do Rio Verde Grande e do Rio Gurutuba. Outra importante comunidade é a de Brejo dos Crioulos, que possui quase três mil moradores. O Brejo dos Crioulos consiste em seis núcleos populacionais divididos entre os municípios de São João da Ponte, Varzelândia e Verdelândia. Os núcleos são: Araruba, Arapuim, Cabaceiros, Caxambu, Conrado e Furado Seco. Estes dois exemplos são grandes territórios quilombolas, muito comuns na região Norte do Estado. Na sua maioria, entretanto, essas comunidades são agrupamentos bem pequenos, com uma média de vinte ou trinta famílias ou até menos. No Norte de Minas Gerais há um grande território negro (COSTA, 2003) que está sendo desmembrado e reorganizado devido à ocupação não quilombola na região desde a década de quarenta do século XX.

A grande maioria das comunidades quilombolas de Minas Gerais estão localizadas em áreas rurais. Ao longo dos séculos de escravidão, os negros fugidos buscavam áreas desocupadas e distantes da população de origem europeia. Geralmente, escolhiam locais de difícil acesso, como grotas, serras e matas fechadas. De um modo geral, os quilombos acolhiam também índios, mestiços e brancos. Com o fim da escravidão, grupos diversos se espalharam pela vastidão do Estado, em busca de locais isolados em que pudessem sobreviver. Essa é ainda a situação de inúmeras comunidades localizadas na atualidade.

Em algumas regiões a situação foi um pouco diferente, como a da região Central. Sua urbanização teve início já no século XVIII e nela se localizam a antiga e a nova capital do Estado, grandes centros de atração populacional. O grande número de cidades fez com que escravos fossem morar nas áreas urbanas e circunvizinhas. Isto permitia melhores condições de trabalho e de sobrevivência. Posteriormente, com a forte urbanização das últimas décadas, as cidades acabaram por engolir os espaços antes restritos às comunidades quilombolas, o que resultou na atual formação dos quilombos urbanos. Essa situação pode

ser observada na própria capital do Estado, Belo Horizonte, que possui algumas comunidades quilombolas urbanas, sendo os Luízes (Bairro Grajaú) e Mangueiras (Bairro Novo Aarão Reis) as mais conhecidas. Estes grupos enfrentam sérios problemas devido à ocupação ilegítima de seu território por empreendedores e a expansão urbana. Em outras áreas urbanas do Estado e do país esta situação se repete.

Os quilombos urbanos foram formados também pela migração da comunidade para um determinado local da cidade após perderem suas terras por algum motivo. Essa é a história de formação das comunidades do Baú, em Araçuaí, na região do Jequitinhonha, e a dos Amaros, em Paracatu, na região Noroeste.

Outras situações específicas também foram encontradas. No município de Teófilo Otoni, no Vale do Rio Mucuri, há o caso do quilombo de Palmeiras, que surgiu com a aglomeração de trabalhadores negros da linha ferroviária.

Na região Norte de Minas Gerais, os quilombos estão localizados, em sua maioria, nos vales do Rio Verde Grande e do Gurutuba. Esses vales, situados à margem direita do São Francisco, não foram habitados pela população “branca” nos primeiros séculos de ocupação devido aos focos de malária existentes na região. A região era conhecida como “Mata da Jaíba”. Como a população de origem africana apresentava maior resistência a essa doença endêmica, a malária serviu como um escudo que permitiu a ocupação desse local por escravos e outros negros. Considerando o bioma da região que ocupam ou a atividade desenvolvida pela comunidade, as populações tradicionais da região Norte são conhecidas como geraizeiros, caatingueiros, vazanteiros, chapadeiros e ribeirinhos e, muitas vezes, se fundem com as comunidades quilombolas. Dessa forma, encontramos comunidades quilombolas que são consideradas também ribeirinhas e/ou vazanteiras nos municípios de Manga, Matias Cardoso, Itacarambi e Januária.

Há comunidades de quilombolas que vivem nas chapadas em municípios da margem esquerda do São Francisco, por isso também são conhecidos como chapadeiros. Os vales dos rios Urucuia e Acari apresentam um grande contingente de quilombolas, principalmente

nas bordas das chapadas. Já os quilombolas que habitam os vales do Verde Grande e do Gurutuba são denominados geraizeiros e caatingueiros, variando de acordo com o bioma em que estes grupos estão inseridos no cerrado ou na caatinga.

Nos vales do Jequitinhonha, Mucuri e São Mateus, regiões de grande concentração de comunidades quilombolas, grande parte delas se encontra na sub-região do Médio Jequitinhonha. Os municípios de Minas Novas, Chapada do Norte, Berilo, Virgem da Lapa e Araçuaí concentram um número grande de comunidades quilombolas, formando um grande território negro. Mas há também outros focos de concentração. Nos vales do Baixo Jequitinhonha, do Mucuri e do São Mateus, a ocupação quilombola se deu no século XIX, quando a região era ainda coberta por uma densa floresta tropical, a Mata Atlântica, e era pouco ocupada pela população branca. A ocupação pelos quilombolas se deu em decorrência de fugas devido à fome persistente nas regiões áridas ou em busca de refúgio e proteção da condição de escravo ou submissão extrema a que se encontravam sujeitos.

A região do Alto Jequitinhonha é uma região onde predominam vertentes de topos aplainados, popularmente conhecidos como mares de morros. Nessas áreas são evidenciados os solos profundos, denominado latossolos – fundamentais para o processo de recarga dos aquíferos – e áreas côncavas, afuniladas, aptas às nascentes, os cambissolos, suscetíveis a processos erosivos quando mal manejados. Nesta região ainda é comum a prática do garimpo, que se dá desde o século XVIII. As comunidades quilombolas da região são originárias deste contexto econômico, que, em longo prazo, propiciou processos erosivos que afetaram a vazão dos cursos d'água locais, reduzindo-a consideravelmente. Essa condição faz com que hoje essas comunidades enfrentem graves problemas de acesso à água e de produção de alimentos.

A região central de Minas Gerais é uma região emblemática. Desde o século XVIII, o seu povoamento – excetuando os povos indígenas – se deu através da égide do ouro, com grande uma migração de portugueses, mestiços, escravos indígenas, escravos africanos e afro-brasileiros, entre outros. Essa região transformou-se na principal província do reino

português em todo o mundo. Segundo alguns historiadores, a população negra em Minas Gerais era maior do que a de origem europeia nas grandes cidades coloniais. A porcentagem em alguns lugares de Minas era de um terço da população de origem europeia, contra dois terços de população de origem africana. Havia também um importante contingente nas cidades, de negros libertos e coartados, principalmente de mulheres (PAIVA, 2001). O trânsito do escravo nas cidades era diferente do escravo rural. Na cidade havia uma dinâmica e uma elasticidade de movimentos dos escravos que não havia nas fazendas do interior, pois as figuras do escravo de ganho e das negras de tabuleiro eram urbanas e tinham certa liberdade dentro da cidade. Nas lavouras, o controle social era mais fácil, pois seu trabalho e seu descanso estavam restritos ao domínio da fazenda. Nas cidades esta situação era fluida.

A região do Rio Doce contém aproximadamente 6,7 % das comunidades quilombolas de Minas Gerais (CEDEFES, 2008, p. 48). As comunidades do Vale do Rio Doce são bastante diversificadas. O Alto Rio Doce fazia parte da região mineradora no século XVIII, e por isto concentrou diversos agrupamentos de negros fugidos, alforriados e livres. A região do Baixo Rio Doce fazia parte da região cafeeira no século XIX. As fazendas de café concentraram um grande número de escravos, que fundando a escravidão, fixaram moradia nas proximidades das fazendas.

A origem das comunidades quilombolas da região noroeste do Estado advém da dinâmica do processo de mineração que, desde o século XVIII, foi abrindo fronteiras, em direção ao oeste do país. Há na região aproximadamente quinze comunidades identificadas. A tradição de matriz africana é muito forte no Sul e na Zona da Mata do Estado, sobretudo na expressão do Reinado/Congado. Isso se deve principalmente ao fato de que essas regiões receberam grandes contingentes de negros no século XIX para o trabalho nas fazendas de café e de policulturas que atendia principalmente o mercado do Rio de Janeiro. As atividades cafeeiras concentravam plantéis de até trezentos escravos nas fazendas. Esta população vem sendo expulsa de seus territórios desde a Lei de Terras de 1850. Essa lei determinou o registro em cartório das terras

já ocupadas, e que novas propriedades só seriam obtidas por meio da compra e venda, junto ao governo ou a terceiros proprietários. A população escrava ou alforriada, assim como outros pobres do campo não dispunha de informação e de recursos suficientes. Não tiveram, portanto, acessos legais a novas terras e as que já ocupavam não foram registradas, passando muitas vezes para as mãos de fazendeiros, em processos violentos de expropriação. Dessa forma, muitas comunidades negras rurais foram, ao longo dos anos, desalojadas de suas terras e seus integrantes tiveram que migrar para as cidades.

No Triângulo Mineiro, em pleno século XX, as comunidades perderam suas terras principalmente devido à especulação e à grilagem, efetuadas de maneira violenta ou “legal”. As populações tradicionais foram expulsas de seus sítios. A partir da década de 1970, com a expansão da fronteira agrícola para o centro-oeste do país e a modernização excludente do agronegócio, essas populações se viram forçadas a migrarem para os centros urbanos. O espaço geográfico da região se encontra tomado pela soja e pelos pastos, há apenas pequenas manchas de cerrado em alguns grotões. Como resultado desse tipo de expansão agrícola, cidades como Uberaba e Uberlândia possuem, na atualidade, uma enorme população afro-brasileira oriunda da expulsão que sofreram dos sítios que tradicionalmente ocupavam. Hoje estas populações estão saindo da invisibilidade das periferias destes centros urbanos e reivindicando seus direitos.

Nas regiões Centro-Oeste e Alto Paranaíba, há um número médio de comunidades quilombolas, provavelmente porque muitas tiveram seus territórios expropriados pela ocupação não quilombola. A região foi povoada por muitos quilombos no período colonial e imperial. O grande quilombo de Campo Grande, que contava com um expressivo número de agrupamentos quilombolas, é onde se localiza o sítio do quilombo de Ambrósio, no atual município de Ibiá. O quilombo de Ambrósio se tornou uma referência simbólica da resistência negra em Minas Gerais.

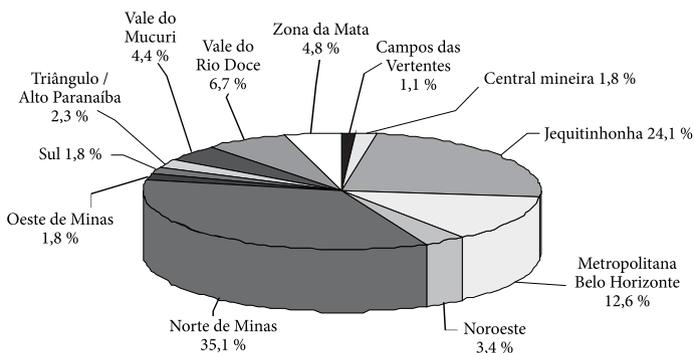
A realidade das comunidades quilombolas de Minas Gerais não difere com as de outros Estados do Brasil. A falta de políticas públicas

ou o desconhecimento pelos quilombolas dos projetos de governos (que podem beneficiá-los) e como acessá-los, impedem e travam a sustentabilidade destes grupos em seus locais tradicionais.

Região Norte e Nordeste de Minas Gerais

As regiões Norte e Nordeste de Minas Gerais são emblemáticas na questão quilombola. Nestas regiões é onde se concentram a maior parte das comunidades quilombolas do Estado de Minas Gerais e também onde o movimento quilombola está mais organizado. A luta social é latente e o acirramento da disputa de territórios é muito grande.

O gráfico a seguir apresenta a distribuição das comunidades quilombolas no Estado de Minas Gerais. As regiões Norte e Nordeste concentram 60% dos quilombos no Estado. A leitura deste gráfico mostra regiões, como o Sul de Minas, Triângulo, oeste, e outras, com um índice muito pequeno de comunidades quilombolas. Sabe-se que até o final do século XIX uma população muito grande de escravos e forros, que em decorrência da ocupação do território destes grupos e do tipo de ocupação⁴, foi expulsa da zona rural e migraram para os centros urbanos.



FONTE: Projeto Quilombos Gerais – CEDEFES 2007

4. No caso do sul de Minas Gerais, pequenas e médias propriedades.

Este movimento vai acontecer apenas na metade do século XX nas regiões Norte e Nordeste do Estado. A fronteira agrícola impulsionada com o advento de novas tecnologias entra em choque com as comunidades tradicionais dessas regiões. A violência e a expropriação do território são elementos deste movimento. Há relatos de comunidades inteiras dizimadas por jagunços, a mando de potentados da região, no território Gurutubano.

O Vale do São Francisco foi inicialmente singrado e ocupado por baianos que desciam o rio para implantar os grandes currais de gado. A cultura econômica da pecuária é muito forte e presente ainda hoje no Vale. O Norte de Minas apresenta uma situação social, com Índice de Desenvolvimento Humano de 0,540, inferior à do Nordeste brasileiro (0,548), essa é, seguramente, uma das regiões mais pobres do Brasil (CEDEFES, 2008, p. 237). É a região com o maior número de quilombos levantado no Estado. Foram identificados pelo menos dois grandes campos negros: um na região do Rio Gurutuba, com cerca de 30 comunidades, e outro na região da Jaíba. O problema comum enfrentado por esses quilombolas é o avanço de empresas reflorestadoras e pecuaristas sobre suas terras, principalmente a partir da década de 1970.

Ao longo de todo o Vale do Rio Jequitinhonha há grandes concentrações de comunidades quilombolas, desde o século XVIII, devido às extensas explorações do ouro e do diamante na região. A comarca do Serro do Frio envolvia, além da região dos currais de gado, as Minas Novas do Fanado do Araçuaí, as lavras velhas do Serro, o Distrito Diamantino, além de outras pouco ocupadas. O Distrito Diamantino era objeto de especial atenção da Coroa, que procurava controlar toda a produção diamantífera com mãos de ferro. No sistema de extração adotado, a mão de obra utilizada era composta de escravos africanos. Os largos espaços territoriais desocupados ou “incultos” no entorno do Distrito Diamantino, permitiram, tanto antes como após a abolição, a instalação e sobrevivência, até os dias atuais, de inúmeros quilombos.

A região do Vale do Mucuri e o baixo Jequitinhonha era formada por uma densa Mata Atlântica, onde vivia grande quantidade de

animais e etnias indígenas. A Coroa Portuguesa, o Império e depois fazendeiros moveram feroz guerra secular contra esses índios. O território do Vale do Mucuri começou a ser ocupado, em meados do século XIX, por meio das políticas de colonização europeia dos governos do Império e da Província. Desde 1854, diversos grupos de alemães se instalaram na região da antiga Filadélfia, atual Teófilo Otoni. No combate aos índios foram fundadas colônias militares, como a de Urucu, atual Carlos Chagas. Pelos relatos obtidos junto às comunidades, a formação de muitos quilombos da região teve início no final do século XIX, quando negros libertos ou fugidos das fazendas de café se dirigiram para as matas do Vale do Rio Mucuri. Alguns vieram da região do Jequitinhonha, fugindo da seca, outros passaram pela experiência da guerra do Paraguai e, durante alguns anos, teriam convivido com os indígenas Botocudos. Nas primeiras décadas do século XX, novas levas de imigrantes chegaram e, com o plantio do café, a região passou por um período de prosperidade, logo encerrado com a crise de 1930. A chegada do café acarretou a ocupação da região por grandes fazendeiros, a destruição das matas e o massacre dos indígenas. Hoje o território do Mucuri está coberto por pastagem e gado.

Cultura

A diversidade cultural das comunidades quilombolas varia de acordo com a região e com a história desses grupos. Iremos abordar apenas as expressões musicais e festas religiosas.

Entre as festividades religiosas, a celebração de Nossa Senhora do Rosário talvez seja a mais popular em todo o Estado. Congado, congo ou congada são denominações populares do Reisado. Essa manifestação se baseia na devoção à Senhora do Rosário, de origem portuguesa, mas em forma e ritmos africanos. Assim, o Reinado, um dos componentes do congado, é o ritual da coroação de reis, rainhas.

Já o termo congo refere-se a uma guarda ou terno, elementos que acompanham o cortejo devocional. Esses podem ser denominados:

congo, marujada, catopé, caboclo e moçambique, todos são identificados como congada. Cada uma dessas expressões se difere nas vestimentas, nos instrumentos musicais utilizados, nas formas de tocá-los e no significado mítico-religioso. Também devotos de Nossa Senhora do Rosário, os Catopés fazem parte do grupo de congadeiros. Os moradores do Baú e do Ausente, no Serro, formam em um único grupo a Guarda de Catopés de Milho Verde, que representa as duas comunidades durante as festividades. Em outras cidades, como Montes Claros, também há grupos de catopés. Em Minas Gerais há outras expressões de natureza musicais e religiosas presentes nas comunidades quilombolas, como a folia de reis, o batuque, a caretada, o lundum, o lundum de pau, a chula, o caxambu, a tapuiada, a dança de São Gonçalo, a umbigada, o sapateado, o caboclo e o jongo.

A folia de reis está presente em um número significativo de comunidades, principalmente no Norte de Minas Gerais. A tradicional festa reverencia a presença dos reis magos após o nascimento de Jesus Cristo.

Os santos são muito venerados nas comunidades quilombolas. Além do padroeiro, diversas outras santidades são festejadas durante o ano. Além de Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora Aparecida, São Benedito e São Sebastião são alguns dos santos mais queridos pela população quilombola. Outros santos também são muito populares, como São Jorge e São Sebastião. As “festas joaninas” também permanecem em um grande número de comunidades quilombolas mineiras. Cerca de 25% delas festejam São João, Santo Antônio e São Pedro (CEDEFES, 2008, p. 73).

Na região Norte de Minas Gerais foi identificado o batuque, o lundum, a umbigada, o sapateado e a dança de São Gonçalo. Os quatro primeiros podem ser caracterizados como a mesma expressão cultural moldada a uma região geográfica específica. Trata-se de uma dança em que as pessoas formam uma roda, há os tocadores de percussão e, em alguns casos, o violão. Todos cantam, enquanto no meio da roda, os dançarinos se revezam, geralmente em pares. Na margem esquerda do Rio São Francisco, é chamado lundum, enquanto que na margem

direita do rio recebe o nome de batuque ou também sapateado. “A umbigada também foi citada pelo morador da comunidade de Brejo dos Crioulos, Francisco Cordeiro Barbosa. Mas, segundo ele, não é mais praticada porque a dança estava causando problemas de ciúmes, pois há um cunho sexual muito forte com as batidas leves, que se dá com o ventre” (CEDEFES, 2008, p. 70).

A dança de São Gonçalo, de origem portuguesa, era antigamente realizada no interior das igrejas de São Gonçalo, festejado a 10 de janeiro, data de sua morte em 1259. Realizada em Portugal desde o Século XIII, no Brasil e em Minas Gerais recebeu características indígenas e africanas. É praticada nas comunidades de Manga e do seu entorno, na região Norte de Minas.

Em Paracatu, no Noroeste do Estado, pratica-se a tapuiada. A tapuiada é uma expressão artística popular de origem afro-indígena, rica de passos e com uma história simples e persuasiva. De um lado, os congos, negros de uma aldeia próxima; do outro, os tapuios, índios desconfiados da existência dos vizinhos, mas sem coragem de se aproximar.

A caretada, típica do Noroeste mineiro, também nasceu em Paracatu no fim do século XVIII. Na caretada apenas os homens participam. Durante a caretada os homens transvestem de máscaras e roupas coloridas e saem cantando e dançando pelas ruas da comunidade e da cidade.

O caxambu e o jongo, característicos da Zona da Mata mineira, surgiram entre os escravos das fazendas de café no século XIX. Participam homens e mulheres que dançam ao som de tambores tocados com as mãos. São parecidas com a umbigada, trazida para o Brasil por escravos, provavelmente de Angola.

Na região do Alto Jequitinhonha foram encontradas referências sobre a chula e o lundum de pau. Segundo os moradores da comunidade quilombola de Quartel do Indaiá, município de Diamantina, na chula, versos são entoados ao som de um grupo musical formado por violão, sanfona, pandeiro e caixa. Na forma de uma disputa, os versos utilizam algumas palavras de origem bantu. Já o lundum de

pau é um batuque de caixas acompanhado de violão, viola, cavaquinho, pandeiro e sanfona. É feito um recortado e uma dança em que cajados batem e rebatem.

Embora a musicalidade e a religiosidade ainda sejam muito fortes e compõem um dos elementos caracterizadores das comunidades em seu diferencial étnico quilombola, nas últimas décadas muitas vêm perdendo essa forte herança cultural. Segundo Miguelina, moradora do quilombo de Cama Alta, em Teófilo Otoni, algumas expressões como o batuque de caboclo e a roda de encontro não são mais realizadas pela sua comunidade. Durante essas festas, eram tocado cavaquinho, sanfona, pandeiro, caixa de percussão e pratos com talheres. Esse prato e faca, expressão musical muito antiga, ainda hoje é tocado na região do Recôncavo Baiano.

O vissungo – canto de trabalho de garimpo e fúnebre – e o vilão são cantos entoados por algumas comunidades do Alto Jequitinhonha. Somente os moradores mais velhos sabem entoar os antigos vissungos. Estes cantos se originaram nos garimpos da região de Diamantina, no século XVIII, e eram entoados durante o duro trabalho nas minas. Expressam sentimentos diversos como religiosidade, saudade ou sofrimento. Composto por metáforas era incompreendido pelos brancos. Hoje, o vissungo é cantado apenas no distrito de Milho Verde, município do Serro e no Quartel do Indaiá, município de Diamantina.

Socioeconomia

A violência em relação à terra é o principal problema das comunidades quilombolas de Minas Gerais. A maioria dessas comunidades perdeu seus territórios históricos, por grilagens de terras. A problemática da terra origina-se na demanda pelos territórios quilombolas, sejam por pressão imobiliária ou por fazendeiros, empresas, barragens, mineração ou outro empreendimento que conflite com o território quilombola. Aqueles que chegam ocupando suas terras não

reconhecem o valor étnico histórico das áreas dos quilombos e nem mesmo a cultura destes povos que trazem consigo o som de tambores e a arte de danças tradicionais dos povos de origem bantu, nagô, entre outros originários do continente africano. Consequentemente, as apropriações do espaço original, mediante a inserção de atividades econômicas, gradativamente tendem a ocasionar a redução das terras das comunidades quilombolas acarretando a ausência de autoestima, a migração e a falta de espaço para produção.

A economia das comunidades quilombolas é baseada em jornadas de trabalho em fazendas vizinhas; pequena produção agrícola para comercializar nas feiras e mercados próximos; migração sazonal para São Paulo, Paraná e Sul de Minas Gerais para trabalhar na “panha” do café e no corte de cana-de-açúcar; trabalho em empresas de mineradora ou reflorestadora de eucalipto na vizinhança da comunidade e trabalhos informais nos centros urbanos. A migração sazonal, muito comum no Norte e Nordeste de Minas Gerais acarreta um grande problema social que desestabiliza e coloca em risco a continuidade física e cultural do quilombo. Hoje muitas comunidades correm o risco de desaparecer, pois a falta de perspectiva de geração de renda ou de subsistência tem criado grande migração dos moradores para os centros urbanos.

Os proventos recebidos pelo governo em programa governamentais e as aposentadorias é que muitas vezes mantêm a comunidade.

Com o território vilipendiado e reduzido, a saúde, a educação e o saneamento básico ficam comprometidos e dependentes de uma ação mais efetiva do Estado para atender minimamente esta população excluída historicamente.

As comunidades quilombolas reorganizam seu modo de vida de acordo com as possibilidades que são expostas. As relações de parentescos, visões de mundo e modos de viver são reelaborados para que a comunidade continue existindo fisicamente e simbolicamente.

Conclusão

As comunidades quilombolas são frutos da desigualdade social, do racismo e do processo de exploração e exclusão da população negra no Brasil. São grupos que vivem tacitamente ou explicitamente o conflito em seus territórios. O direito das comunidades quilombolas em ter uma vida digna está apenas no papel, não na prática. As comunidades quilombolas vivem uma insegurança alimentar em decorrência da supressão de seu território tradicional. É tempo de mudança e de fazer valer o direito das comunidades quilombolas à cidadania plena.

Bibliografia

- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. “Os quilombos e as novas etnias”. In: LEITÃO, Sérgio (Org.). *Direitos territoriais das comunidades negras rurais* (Documentos do ISA, n. 5). São Paulo: Instituto Socioambiental, 1999.
- ARRUTI, Maurício. *O quilombo conceitual: para uma sociologia do artigo 68*. Rio de Janeiro: Tempo e presença, 2003.
- ARRUTI, Maurício. *A emergência dos “remanescentes”*: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. Rio de Janeiro, 2004.
- CEDEFES. *Comunidades quilombolas de Minas Gerais no século XXI – História e resistência / organizado por Centro de Documentação Elóy Ferreira da Silva*. Belo Horizonte: Autêntica/CEDEFES, 2008.
- COSTA, João Batista de Almeida. *Mineiros e baianos: englobamento, exclusão e resistência*. Tese (doutorado). Universidade de Brasília. Brasília, 2003.
- PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.



A tradição do fazer no Setentrional Mineiro

Antonio de Paiva Moura¹

A divisão administrativa da região

Em 1707 a Bahia reivindicava para si a região do Itacambira, com auxílio de seu Arcebispo. Mas como nos sertões os lugares não se definiam em face das modificações das denominações, as dioceses e capitanias não tinham como se orientar. Acontece que a partir do momento em que Minas se separa de São Paulo (1720), que se define como Capitania e que tem também a denominação de Gerais, ela se julga no direito de domínio onde quer que os metais e as gemas se afluem. Então, a partir daí, é conveniente à Coroa portuguesa apartar Minas tanto de São Paulo quanto da Bahia, focos de extravio do ouro, e logo depois, do diamante. Por isso, a fronteira de Minas com a Bahia, por ordem do Poderoso Conde de Assumar, a 23 de abril de 1721, constitui a margem do Rio Verde Grande, desde sua nascente até a sua foz, isto é, o que equivale hoje ao trecho da divisa de Manga até Espinosa. Daí para Leste já corresponde às vertentes do Rio Jequitinhonha.

1. Possui Graduação em História pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de BH (1970), especialização em Arte e Cultura Mineira pela Escola Guignard da UEMG (1992) e mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2003) . Atualmente é Técnico em arquivística do Centro Universitário de Belo Horizonte e da Tratos Culturais Multimídia. É escritor, com livros e artigos no tema da Cultura, História de Minas e Folclore.



A margem esquerda do Rio São Francisco que pertencia a Pernambuco, a partir de 26 de abril de 1721, com autorização régia e ordem de Assumar, passa para Minas Gerais, com suas povoações e currais de gado, desde as nascentes até o Rio Carinhonha. Desde o final do século XVIII vinha recebendo migrantes mineiros dedicados à criação de gado bovino, contribuindo para a ocupação também da margem direita. Em 1831 são criados os municípios de Montes Claros, Curvelo e São Romão e em 1833, Januária (PIRES, 1979).

Até 1719, o Governo português ainda decidia que o termo de Minas Novas e as vertentes do Jequitinhonha pertencessem à Bahia. Em 1730, o termo de Minas Novas ficou sujeito à comarca do Serro, removida de Jacobina na Bahia, finalmente decidida em 13 de maio de 1757, com resolução do Conselho Ultramarino, mandando incorporar integralmente o território de Minas Novas. Com a resolução de 1730, a Vila do Fanado que vem a ser Minas Novas, é todo o Vale do Jequitinhonha, separando os limites da Vila do Serro e é incorporada ao Distrito Diamantino (VASCONCELOS, 1974). Tão logo chegou ao Tijuco a notícia desse alvará, em 13 de maio de 1757, o Intendente dos Diamantes, que era Tomás Rubi de Barros Barreto, emitiu, com data de 20 de setembro de 1757, ordem de que o rei havia incorporado o território das Minas Novas à comarca do Serro Frio e ao Governo da Capitania de Minas Gerais. A ordem incluía expulsão de mineradores clandestinos da região. A partir daí foi proibida a mineração de ouro, tendo obrigado os moradores da região a uma volta à agricultura e à pecuária (BARBOSA, 1981).

A formação cultural

A jornalista Ione Bernadete Dias de Moraes traçou o mapa do Médio São Francisco em território mineiro e nele encontrou a figura de um couro de boi aberto. O rio simboliza o meio da região, o lombo, onde se encontra o *filé mignon* das riquezas naturais e da cultura. O São Francisco está para a região Norte de Minas, assim como o Nilo

está para o Egito. Em face de ter sido formada pelo complexo da mineração aurífera a região foi constituída pelos fluxos migratórios do Sudeste e do Nordeste do Brasil.

Embora o São Francisco seja um fator de ligação, a carência de rodovias e de ferrovias deixava a região isolada, e essa ilha permitiu a formação de um universo cultural autônomo, composto por realidades distintas. Vale dizer: interação entre os valores eruditos e a cultura popular tradicional, de modo a formar uma cultura própria e inconfundível da região. Basta dizer que os seresteiros de Montes Claros criaram arranjos musicais que contemplam ao mesmo tempo a valsa de Viena e o canto dos vaqueiros. Zé Coco do Riachão associava técnicas artesanais na confecção de violas e violinos com suas próprias composições e habilidade de interpretá-las. Zezé Colares, através do Banzé, busca no folclore manifestações muito apreciadas pelos palcos e auditórios do mundo inteiro. A música e os autos populares de Téo Azevedo estão associados à cultura religiosa e aos frutos silvestres da região, como, por exemplo, o pequi. Graças a ele, o Brasil inteiro conhece a nossa folia de reis e a poesia de cordel da região. Integrados nessa cultura, estudiosos, artistas, escritores e ensaístas como Beto Guedes, Letícia Malard, Francisco Iglésias, José Antonio de Souza, Geraldo Ribas, Domingos Diniz, Dulce Sarmento, Cândido Canela, Saul Martins, João Chaves, Cyro dos Anjos, Darcy Ribeiro, Ducho (Sebastião Mendes), Konstantim Cristoff, Manoel Ambrósio Alves de Oliveira, Manoel Ambrósio Júnior, Hermes de Paula e Antonio Emílio Pereira levaram para as universidades e editoras ampla produção intelectual da qual o Brasil muito se orgulha.

Aquilo que os colonizadores portugueses desprezaram e, mais que isso, destruíram insensatamente, Afonso Arinos (1868/1916) tenta recuperar: os aspectos naturais de um modo geral. O buriti é um exemplo. Ele é a cobertura do solo, o esterqueiro natural, fornecedor do tronco, da palha para inúmeras utilidades. Mas solitário, perdido no campo limpo ele é apenas o testemunho dos lamentos da natureza devastada. Quem melhor analisa Afonso Arinos é Alceu de Amoroso Lima: “era um visualista forrado de um visionário. Não se limitava

ao espetáculo das coisas: comprazia-se com o calor da imaginação, provocado por esse espetáculo no novo mundo interior que daí nascia. Era a realidade que o interessava, era a consideração do mundo exterior que o prendia, mas era o sonho que se continha no âmago dessa verossimilhança. Foi por isso, além de animador de tipos reais e de diálogos flagrantes de verdade, um descritivo, um apaixonado da natureza” (LIMA, 1968). Arinos levou para a Corte no Rio de Janeiro uma personalidade própria de Minas e, por isso, durante muito tempo foi incompreendido ou mal aceito como escritor, da mesma forma que seus contemporâneos Bernardo Guimarães e Joaquim Felício dos Santos. “Joaquim Mironga”, por exemplo, é um conto sertanejo de Afonso Arinos que antecipa a Guimarães Rosa em um século. Guardadas as diferenças estilísticas de narradores, os objetos e sujeitos das tramas de ambos têm muito em comum. O barqueiro, assim como o tropeiro, tinha que ser antes de tudo um valente. Já em “Pedro Barqueiro”, temos um destemido forasteiro do Rio São Francisco que um poderoso senhor queria aprisionar. O narrador é um dos contratados para a tarefa. Fica entre a valentia e a sorte; entre o herói e o anti-herói, porém satisfeito com sua sorte.

Saul Martins, nascido em Januária, em 1919. No livro *Antonio Dó: o jagunço mais famoso do sertão*, cuja primeira edição é de 1967, adiciona informações históricas e análise sociológica nessa que é uma obra de caráter literário. O episódio transcorre nas primeiras décadas do XX, na Serra das Araras. Antonio Dó era um homem revoltado contra o poderio e o mandonismo dos coronéis da região. Escapou de emboscadas e tentativas de morte a mando de fazendeiros. A revolta maior do bandido era com a proteção policial e judiciária aos fazendeiros; a não punição aos crimes destes. Para proteger-se se aliou a outros bandidos. O bando foi crescendo a ponto de exigir um grande contingente policial para eliminá-lo. Outro livro de Saul Martins, de plena relação com a região, é intitulado *Os barranqueiros* (1ª edição de 1969). Tem um tríplice caráter científico: histórico, sociológico e antropológico. O livro traz no seu conteúdo, a certeza da história e a beleza de um romance. O primeiro conto do livro, “O catrumano”, revela a sabedoria, a filosofia

do sertanejo analisando as penúrias do sertão; a certeza da morte em face da pobreza. Ironicamente o sertanejo diz que o governo tinha razão de desejar substituí-los por imigrantes italianos.

Joaquim Lúcio Cardoso (1913-1968), nascido em Curvelo, mas logo no ano seguinte transfere-se para Belo Horizonte com a mãe. Sua infância e sua adolescência foram cheias de travessuras, tendo sido expulso do Colégio Arnaldo, onde estava internado. Aos 17 anos, já vivendo no Rio de Janeiro, escreveu um romance sobre São Francisco de Assis em que o santo aparece como devasso. Em 1934 publicou *Ma-leita*, no qual contempla a paisagem são-franciscana nas proximidades de Pirapora. Também a cidade aparece com sua vocação modernista. Lúcio Cardoso condensou todo o entorno do São Francisco na portuária cidade de Pirapora: as atividades econômicas, os primeiros anos de surgimento da cidade; os choques entre os forasteiros e os moradores primitivos; a vida folclórica; as dificuldades e danos com as enchentes. Segundo Malard, “o romancista soube transformar em arte literária, as histórias que seu pai lhe contou, na condição de representante da empresa de tecidos que fora estabelecer um ponto em Pirapora, visando receber algodão para a fábrica em Curvelo”.

Hermes de Paula (1909/1983) estudou na Faculdade Fluminense de Medicina, onde foi assistente do cientista Dr. Vital Brasil. Seu livro *Montes Claros, sua história, sua gente e seus costumes* é uma das melhores peças historiográficas do Norte de Minas, destacando a cultura e o modo de ser do sertanejo, a habilidade o saber da medicina e da meteorologia popular.

Os mais recentes trabalhos sobre a região setentrional mineira são *Memorial Januária: terra, rios e gente*, de Antônio Emílio Pereira, no qual o autor faz referência e conta histórias de diversos povoados, distritos e municípios pouco citados na historiografia da região; e o livro de Domingos Diniz sobre “os vapores e os vaporzeiros” do São Francisco, obra de enorme e extraordinária riqueza de conteúdo.

Quanto à arquitetura é bastante evidente a influência da região dos diamantes. Embora seja do século XIX, a cidade de Montes Claros continuou adotando os casarões de dois pavimentos para comércio

e residência, típicos em Diamantina e Serro, onde prevalece a preferência pela madeira. O casarão dos Mauricio, edificado em 1812 pelo capitão Pedro Versiani, guarda uma estrutura autêntica do século XVIII, sem adoção do modismo do século XIX, como vidraças de guilhotina e guarda-corpo de ferro postiço. As portas e as janelas abundantes são de vergas curvas sem ombreiras. Beiral com cimalha de tábua corrida e calhas com folhas de flandres.

O povoamento da região vem dos primórdios da mineração do ouro e do diamante. Sabe-se que entre os ibéricos havia um preconceito contra o trabalho manual. Por isso a administração colonial passou a permitir o afluxo de famílias de origem hebraica na região. No começo do século XVIII os descendentes de judeus, chamados cristãos novos, ocuparam todo o Norte de Minas com as fazendas agropecuárias, nas quais faziam de tudo: tecelagem, artefatos de couro, móveis e utensílios de madeira e taquara. Na indústria caseira, fabricavam sabão de coco macaúba, doces, queijo e requeijão, farinha de mandioca e de milho. A produção agrícola englobava milho, feijão, arroz, batata, mandioca e frutas.

A cultura do vaqueiro, do remeiro e da mulher rendeira é que sintetiza o perfil estético e técnico do Norte mineiro. O artesanato de couro começa com a confecção do chapéu. Este é ornado na barbela e na copa. O gibão de campear é ornado com pingentes nas mangas e na barra. Os arreios e as cordas não são simples instrumentos de trabalho. Cabresto, laço e rédea levam graciosas combinações de cores no trançado.

A confecção das canoas é uma engenharia e ao mesmo tempo uma arte. Os barcos são confeccionados de tábua. Além do cuidado técnico para evitar acidentes, os barcos levam à frente, no alto da proa, uma carranca, figura de gesto ameaçador. O casco é calafetado com resinas naturais da região. Pintado com cores vivas o barco artesanal segue seu destino.

As peças de cerâmica, geralmente utilitárias como pote, bilha, farinha, tanto do Tejuco quanto de Candéal, no município de Januária são de barro branco com ornatos pintados em vermelho. Já a ceramista Roxa, de Montes Claros, trabalha o barro vermelho com

ornatos claros. Possivelmente, uma reminiscência da pintura rupestre pré-histórica do Vale do Peroaçu.

Os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri se diferem do Vale do São Francisco pela presença do minerador. A cultura ou a forma de viver do minerador é mais agitada, mais inquieta. O agricultor é mais sedentário e mais acomodado que o minerador. Mas é certo também que o Nordeste Mineiro entremeou as atividades agrícola e pastoril à mineração. A criação extensiva e a cotonicultura deram um toque de semelhança entre as populações dos três grandes vales. O romance *A noiva do tropeiro*, de Abílio Barreto, é um retrato falado da vida social do Vale do Jequitinhonha. Os tropeiros levavam para o sertão as ferramentas agrícolas e os instrumentos de mineração e voltavam à cidade carregados de mantimentos.

Podemos dizer que o Vale do Jequitinhonha, em toda a sua extensão é a região mineira onde a capacidade de trabalhos manuais é mais expressiva. Mirando a capelinha de São Gonçalo de Minas Novas, podemos imaginar quantos marceneiros, pedreiros e oleiros lá estavam no meio do século XVIII, oferecendo trabalho que caracterizaria toda a região: simplicidade e originalidade.

A miscigenação entre o negro, o índio e o branco não é visível somente na cor da pele do habitante da região, mas em tudo em que é produzido: artesanato, arte popular, música, literatura e dramaturgia. Na cerâmica percebemos certa influência do indígena, especialmente o botocudo que habitou a região. O alemão Wind-Neuvied, em 1817, observou a habilidade desses índios ao usar um instrumento de caça chamado bodoque. A bola a ser arremessada com arco e cordas era confeccionada de barro, em forma esférica, na dimensão de uma bola de gude, queimada em forno cerâmico. Do uso do bodoque vem o nome botocudo. O forno cerâmico cavado na rocha de hoje é uma experiência indígena. Também a estética indígena foi transferida ao artista popular do Jequitinhonha, pois os pigmentos obtidos com o taguá (tauá) vermelho-terra e com a tabatinga, branco, predominam na maioria das peças da região. Dona Olinta Teixeira (Dida), de Carai, fornece aos demais artesãos do município os referidos pigmentos.

Os negros migrados da Bahia contribuíram com as técnicas de trabalhos em ferro e madeira. Os africanos de origem Bantu revelaram-se excelentes fundidores de ferramentas. Em Itamarandiba encontramos ferreiros que confeccionam ferro para marcar gado, facas, facões e outros objetos. A Banda de Taquara, do povoado de Bem Posta, no município de Minas Novas, é composta de elementos negros. Curiosamente, todas as indumentárias e instrumentos musicais são confeccionados pelos componentes da banda.

Os brancos, remanescentes ibéricos, migraram do Sul da Bahia e da Região Central de Minas. Trouxeram com eles a tradição do trabalho com o couro, como atesta a presença dos seleiros de Araçuaí. Sebastião Roque, por exemplo, começou a trabalhar na selaria do pai aos oito anos de idade, e em 1987 era proprietário. Na indústria caseira da região é notável a qualidade da rapadura; do requeijão moreno; dos doces de fruta com rapadura e dos licores, a exemplo dos feitos por Dona Mundinha, de Itamarandiba. A tecelagem caseira também é de boa qualidade. Prima pelos ornatos em cores vivas das colchas, tapetes e cortinas. Grande parte dos habitantes de Chapada do Norte se ocupa do tecido arraiolo.

Arte popular

Os artistas populares do Vale do Jequitinhonha que são conhecidos em todo o país e no exterior são os seguintes:

- Aureliana Batista de Almeida, nascida em Santana do Araçuaí, em 1925. Suas peças são caracterizadas pela figuração antropozoomórfica.
- Ananias Elias, nascido na comunidade de Varre Saia, em 1925. É escultor em madeira, muito conhecido em todo o Brasil.
- Delmira Ferreira de Oliveira, nascida em Padre Paraíso, em 1933. Mudou-se para Santana do Araçuaí, quando criança. Faleceu

em 1982. Era conhecida pelas figurações fantásticas e confecção de ex-votos.

- Isabel Mendes da Cunha, nasceu em Itinga, em 1924. Uma das mestras da figuração humana em interação com animais domésticos como boi, galinha, cavalo.
- Jacinta Gomes Barbosa Xavier, nascida em Campo Alegre de Turmalina, em 1937. Uma das artistas daquela comunidade a inovar as figurações na década de 1980, em face da melhoria na comunicação e a presença de turistas na cidade (FROTA, 2005).
- Maria Lira Marques Borges, nascida em Araçuaí, em 1945. A estética e a técnica de Lira são mais urbanas e revelam um conteúdo filosófico, sem fugir da contextualidade do vale. Lira é um caso raro de assimilação de técnicas eruditas com aprendizado tradicional.
- Raimundo de Almeida Martins, nascido em Itamarandiba, em 1943. Conseguiu experimentar com sucesso a mistura da argila com a massa de papel e a secagem no sol. As esculturas de Mundinho são muito expressivas por causa do colorido vivo das peças.
- Ulisses Pereira Chaves, nascido em Carai, em 1924. Na sua condição de homem desprovido de cultura erudita, Ulisses foi capaz de criações surrealistas já conhecidas no mundo inteiro. Homem, natureza cósmica e animais se misturam e formam ideogramas tridimensionais.

Os artistas populares do Vale do São Francisco são mais utilitaristas, com exceção dos escultores de carranca. Podemos enumerar alguns dos mais importantes da região como:

- José Rodrigues de Queiroz, nascido em Brasília de Minas em 1943, e é construtor de barcos. Sua primeira profissão, ainda

criança, foi a de cortador de pedras para calçamento de rua. Já adulto e casado, tornou-se pescador, quando começou a fabricar os próprios barcos para as atividades pesqueiras. Daí por diante começaram a aparecer as encomendas de outras cidades, como Januária, Pirapora e Manga.

- Oscarlinda Batista da Silva, nascida em Januária, em 1943, vive em Pedras de Maria da Cruz. Além de confeccionar as peças da lapinha, ela comanda um grupo de jovens pastoras, na celebração do Natal.
- Irênio de Souza Santana, nascido em Januária, em 1930. Dedicou-se ao artesanato de funilaria que é a confecção de objetos de metal, como lamparinas, bules, canecas, xícaras, baldes e até apito de juiz de futebol.

As carrancas são as mais significativas expressões da cultura popular no Norte de Minas. Pardal (1974) as conceitua como esculturas em madeira fixas à proa das antigas barcas do Rio São Francisco a que todos os remeiros davam o nome de “cabas de proa”. Seu aparecimento na área mineira do São Francisco foi ao final do século XIX. Domingos Diniz (2000) afirma que o uso da carranca era para enfeite do barco. A carranca tinha a função de destacar o barco e seu dono, chamando para si a atenção dos moradores das cidades vizinhas, já que as barcas são pontos de comércio dos objetos que transportam. Do ponto de vista místico as carrancas têm a função de espantar os maléficos vindos dos mitos do rio. A maioria dos escultores de carrancas ficou no anonimato. De todos, o mais conhecido foi Guarany, que produziu carrancas de 1901 a 1940. No Norte de Minas os mais conhecidos são:

- Davi José Miranda Filho, responsável pela retomada da arte de fazer carrancas, em 1964, tornou-se artista conhecido em todo o Brasil e também no exterior. Basta dizer que uma de suas carrancas encontra-se instalada na proa do Calipso do cientista Jacques Cousteau.

- Lourdes Barroso, artista plástica residente em Pirapora seguiu os passos de Davi e começou a esculpir carrancas. Ela revelou a Domingos Diniz que parte de seus sonhos como fonte de inspiração e de revelação para executar suas esculturas. Por ser muito criativa sua produção tornou-se muito grande, chegando a mais de mil peças. Lourdes Barroso tornou-se conhecida em todo o Brasil.
- Mestre Sabino, nascido em São Romão e residente em Pirapora. Fugindo às formas primitivas, Mestre Sabino trouxe novas soluções plásticas para as carrancas. Como trabalha diversas formas de animais, acabou dando às carrancas apenas uma forma ou uma ideia da fábula. Os decoradores das grandes cidades são os maiores divulgadores e apreciadores dos trabalhos de Mestre Sabino.

Política cultural

Os segmentos populacionais das pequenas cidades, das vilas sedes dos distritos e dos povoados são portadores da cultura popular tradicional que constituem os seus modos e meios de vida. A cultura popular tradicional é coerente com o planejamento e com as ações visando o desenvolvimento, sem a degradação do meio ambiente. Quando se fala em desenvolvimento sustentável, ainda tem sido com o ideal de progresso, ainda inseparável da busca da produção e do consumo. A crise financeira de 2008/2009 representou uma freada na produção de bens de consumo e poderia ser vista como um alívio para a natureza. Mas, ao contrário, o mundo entrou em pânico: desemprego, fome e aumento da criminalidade. A avidez de consumo e de lucro, vivenciada durante a referida crise, prova que a sociedade contemporânea está longe de colocar o pé no freio do produtivismo e ainda não consegue conviver com pequenos índices de crescimento. A cultura popular tradicional acumula experiência de vida sem excessos;

é frugal e digna. A mulher e o homem atuam cooperativamente na busca da melhoria de vida; na educação dos filhos e na construção da moradia. O canto, a dança, os jogos, as práticas religiosas e tudo que se produz têm a função de exprimir a coesão do grupo, além de identificá-lo. As expressões da cultura popular tradicional não agridem a natureza, mas são partes integrantes dela.

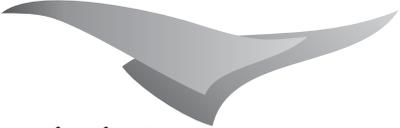
O projeto de política para o desenvolvimento social no Setentrional mineiro não deve destoar da contextualidade da região, tanto com relação ao meio físico quanto à formação cultural da região. De 1967 a 1973, a UNESCO realizou cinco conferências intercontinentais, visando o desenvolvimento social, sem destruição das culturas regionais (KLINEBERG, 1982). Na Conferência de Bogotá, Colômbia, em 1978, aprofundou na problemática da identificação cultural, a partir das experiências singulares próprias da região, em que a mestiçagem produziu culturas sincréticas de dimensão universal; valorizou a criação artística; educação e situação do meio ambiente. A carta dessa conferência diz que o “conhecimento da intervenção humana no meio ambiente deve fazer parte da educação das crianças, e aos poderes públicos compete formar especialistas em desenvolvimentos culturais, capazes de avaliar as consequências que possam ter suas decisões em esferas que, no seu entender, são totalmente diferentes da cultura”.

A conferência de Jogiakarta, Indonésia, em 1973, preconizou a busca de modelos originais de desenvolvimento que pudessem garantir um equilíbrio entre as culturas nacionais e a assimilação necessária da ciência e da tecnologia. A carta dessa conferência afirma que “não se deve confundir a manutenção da tradição com a rejeição do progresso científico e tecnológico. O acesso à **modernidade** não deve adotar a forma de uma alienação nem a de um imperialismo econômico. A experiência tecnológica e científica deve ser controlada pelos países usuários e aplicada segundo modelos adaptados às características sociais e culturais próprias e às necessidades reais das populações”.

Bibliografia

- BARBOSA, Waldemar de Almeida. “Os 250 anos de Minas Novas”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, nº. XVIII, 1981.
- DINIZ, Domingos; SILVA, Brenno Álvares da. *Pirapora: um porto na história de Minas*. Belo Horizonte: Interativa, 2000.
- FROTA, Lélia Coelho. *Pequeno dicionário da arte do povo brasileiro, século XX*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2005.
- KLINEBERG, Otto. “Cultura e culturas em um mundo em mutação”. *Correio da UNESCO*, Rio de Janeiro, set. 1982.
- LIMA, Alceu Amoroso. “Verdade e idealismo em Afonso Arinos”. *Minas Gerais (Suplemento Literário)*. Belo Horizonte, 27 abril de 1968.
- MALARD, Letícia. *O Rio São Francisco na literatura corrente*. Pirapora, 4 out. 2001.
- PARDAL, Paulo. *Carrancas do São Francisco*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1974.
- PIRES, Simão Ribeiro. *Raízes de Minas*. Montes Claros: Edição do autor, 1979.
- RODRIGUES, João. “Prédio histórico de Montes Claros será restaurado; casarão dos Maurício”. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 25 jan. 2007.
- VASCONCELOS, Diogo de. *História média de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.





*Agricultura Geraizeira*¹

*Carlos Alberto Dayrell*²

Introdução

Falar sobre agricultura geraizeira remete a uma breve análise sobre o contexto em que emerge, no cenário nacional, novas identidades associadas ao desenvolvimento da agricultura em contraponto ao processo de globalização que tenta impor ao mundo contemporâneo a lógica ocidental e seu sistema econômico. Lógica que, na agricultura, gerou os complexos agroindustriais, o agronegócio, este se apresentando como a única via capaz de atender a demanda da sociedade por alimentos e outros materiais necessários à existência humana.

Analisando o desenvolvimento da agricultura brasileira podemos organizá-lo, historicamente, em duas grandes vias, com uma terceira em construção. Um primeiro caminho, a partir da ocupação colonial portuguesa, o desenvolvimento da agricultura em sistemas de *plantation*, iniciada com o ciclo da cana na região nordeste, em seguida pelo café, que perdura até o processo de industrialização iniciada nos anos 1930. O que caracteriza a agricultura deste período é uma produção

1. Conferência proferida em Januária no âmbito do Projeto Diálogos Sociais 22/09/2009.

2. Agrônomo e pesquisador do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, com mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável – Universidade Ibero-Americana – UIA – Huelva/Espanha.

destinada a abastecer o mercado externo, que convive, mesmo que à margem e sem políticas específicas, com a produção destinada ao abastecimento do mercado interno, esta realizada em grande medida pela agricultura camponesa que se desenvolveu nos interstícios da sociedade brasileira (PRADO JR., 1979). Agricultura que surge de formas diversas junto com o processo de ocupação colonial, absorvendo de forma significativa a tradição indígena associada com a portuguesa e, em seguida, a tradição dos negros das costas africanas; e que se enriquece ainda mais com a imigração europeia e japonesa estimulada pelos governos no final do século XIX e início do século XX.

Com o advento do processo de industrialização iniciado nos anos 1930 e sem reformulações na base produtiva de alimentos, a década de 1950 passa a ser palco de um grande debate sobre os rumos de um modelo de agricultura que atendesse a crescente demanda por alimentos junto aos centros urbanos que se industrializavam rapidamente. A falta de políticas específicas destinadas a aqueles que tradicionalmente eram os principais responsáveis pela produção de alimentos no Brasil, associada com o processo de industrialização, levou a uma migração para as cidades, em escala significativa, de um grande número de moradores que até então viviam nas zonas rurais ou em pequenos núcleos urbanos do país. Abre-se então um grande debate acerca de políticas que estimulassem a permanência dos lavradores na terra e o concomitante aumento da produção de alimentos. O debate se polariza: de um lado, os defensores de reformas mais profundas na sociedade que promovessem a democratização do acesso a terra, à educação, do sistema de remessa de lucros dos bancos para o exterior; de outro, os setores oligárquicos do latifúndio que, resistentes em abrir mão de seus direitos sobre as terras, se associam com os interesses do capital internacional que passaram a dominar a agricultura de base industrial, desenvolvida principalmente pelos Estados Unidos e que deu origem à chamada Revolução Verde.

O Golpe Militar ocorrido em 1964 sufocou pelas forças das armas o debate. Impôs-se então um conjunto expressivo de políticas reformulando o sistema de pesquisa, educação e de fomento à modernização

da agricultura com créditos e assistência técnica subsidiados pelo estado. Estímulo que possibilitou uma modernização em escala ampliada dos antigos latifúndios como empreendimentos agropecuários capitalistas, em detrimento da agricultura camponesa tradicional.

Denominada de “modernização conservadora”, a política que foi desenvolvida a partir de então levou ao extremo a dicotomia produção *versus* conservação. No caso dos cerrados brasileiros, esta movimentação “civilizadora” se avizinha sob as vestes modernas do que passou a ser denominado como agronegócio³. Busca integrar esta região, a todo custo, como produtora de matéria-prima barata, ora com os plantios homogêneos de eucalipto, para produção de celulose e carvão, que vai alimentar os altos-fornos que aquecem a cadeia do aço e os negócios correlatos a este; ora com os polos de agricultura irrigada; ora pecuária de corte ou os polos de soja, algodão e agora cana para produção do etanol. Tais “boas novas”, na verdade, se inserem como parte de complexos oligopólios que se estruturaram em escala planetária, com tentáculos por todos os cantos do planeta, estabelecidos na estrutura global de produção e consumo (DANGELIS; DAYRELL, 2006).

Esta opção, que denominamos de segundo caminho, tem como base de sustentação uma agricultura sob domínio quase que completo pelos complexos agroindustriais associados aos conglomerados financeiros (DELGADO, 1985). Uma estrutura de produção e consumo que busca subordinar aos seus interesses, de forma truculenta, todos os territórios do planeta. Uma sobre-exploração dos recursos e de degradação do ambiente que, segundo Enrique Leff, é o resultado de uma racionalidade econômica que separa a natureza do campo da produção. Este autor analisa a contribuição de Marx ao desvendar a lógica subjacente ao capitalismo que transforma o desejo humano em uma demanda crescente e insaciável de mercadorias cujo processo se

3. Estrutura produtiva cujas raízes remontam ao período colonial, com base na grande propriedade, monocultura, tendo a produção destinada à exportação. Atualmente no Brasil se refere a uma associação entre o capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária, associação que realiza a estratégia econômica do capital financeiro (DELGADO, 2005).

desenvolve não para submeter a natureza aos fins dos homens, mas sim, à lógica do capital. O que vem desencadeando um dos maiores problemas políticos e econômicos de nosso tempo: a destruição dos recursos naturais e a degradação do meio ambiente em uma escala global como resultado do processo de reprodução do capital em uma escala nunca vista anteriormente (LEFF, 1994, *apud* DAYRELL, 1998).

Ameaçando levar a uma desestruturação quase que total dos sistemas naturais, responsáveis pela manutenção da vida no planeta, o que norteia a sua lógica é a negação completa do outro, no caso, os intrincados e complexos sistemas camponeses que persistem e ainda são os principais responsáveis no Brasil pela produção de alimentos e pelo emprego de mão de obra no campo conforme nos informa a recente divulgação dos dados do censo agropecuário realizado em 2006. E que negação é esta? A persistência de sistemas camponeses que têm em comum uma racionalidade regida por outra lógica que não a capitalista. Ao mínimo questionamento aos seus interesses, reagem de forma furiosa, como o que vemos constantemente na mídia pela violência junto aos índios, aos sem terra, aos quilombolas e outras comunidades tradicionais que lutam pelos seus direitos de existência; ou no congresso nacional, nos parlamentos e governos estaduais, capitaneados pela bancada ruralista, a fazerem uma defesa intransigente do agronegócio. Segundo Edgar Lander, o que está em curso é uma ação civilizatória, modernizadora, dos portadores de uma cultura que se acha superior, onde os outros ou são primitivos ou atrasados: “*aniquilação ou civilização imposta* definem, destarte, os únicos destinos possíveis” (LANDER, 2005).

No contraponto deste segundo caminho estão os sistemas camponeses, com antecedentes que remontam ao início da agricultura há pelo menos 10 mil anos, passando pelo renascimento no fim da Idade Média, pelas revoltas camponesas na Europa no início da revolução industrial, pela filosofia marxista que emerge no seio da sociedade

eurocêntrica⁴. Em todos eles, sempre presente e cumprindo papéis fundamentais no fornecimento de alimentos e outros materiais necessários à existência humana, está a agricultura camponesa, extremamente diversificada, que Toledo (1996) denomina de “modalidade campesina”. Segundo este autor, uma modalidade de relação com a natureza, gestada há vários milhares de anos, e que ainda é encontrada nas mais de 6.000 culturas não ocidentais que “persistem no final do século XX, principalmente em nações e estados que resistindo à expansão cultural europeia seguem mantendo marcantes traços civilizatórios não ocidentais em sua continua interatuação com a natureza”⁵ (TOLEDO, 1996). Trata-se de uma tradição de origem rural, onde a racionalidade de usos dos recursos está fundada na construção de estratégias que garantam a sua manutenção e reprodução social. Neste caso, os excedentes são gerados a partir da relação que a produção estabelece com o mercado, mediado pelos valores culturais do grupo. Modalidade que entra em confronto com a outra modalidade de produção – que ele denomina de *modalidade agroindustrial* por se tratar de uma tradição de origem não rural, originada dos setores urbanos e industriais da sociedade. Modalidade que surge, no dizer de Toledo, “no como el paso adelante de la evolución (o co-evolución) entre la sociedad e la naturaleza, sino como un fenómeno que disloca y niega esa evolución.” (TOLEDO, 1996, p.15).

Os cerrados brasileiros são um território sob disputa. Os últimos dados organizados pelo MMA dão conta de uma taxa de desmatamento anual da ordem de 21.300 km² (duas vezes superior à que se verifica na Amazônia)⁶. Com mais de 50% de sua vegetação original alterada, têm uma história de ocupação que remonta pelo menos 12.000 anos. No entanto, ignorância e desconsideração por parte significativa das elites econômicas, políticas e até mesmo acadêmicas, nacionais e

4. E, portanto, também, contaminada por ela.

5. Tradução do autor.

6. Mais informações, ver: Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado – PPCerrado – Ministério do Meio Ambiente, setembro de 2009.

internacionais, cujo silêncio, muito conveniente, vem permitindo a “expansão de um modelo agrário/agrícola com base na monocultura empresarial, cujo impacto socioambiental pode ser observado não só no acentuado êxodo rural, com suas sequelas de perda de diversidade cultural e, ainda, de uma extrema concentração fundiária e de riqueza como, também, pela degradação de suas condições ecológicas” (PORTO GONÇALVES, 2008).

É neste contexto que um enorme esforço vem sendo empreendido por organizações camponesas, indígenas, quilombolas, ONGs, pesquisadores, professores e estudantes no sentido de visibilizar o enorme potencial do Cerrado, a grande diversidade sociocultural nele presente. Entre estes esforços, o de compreender a agricultura camponesa que deu origem à agricultura geraizeira e que se desenvolveu nos interstícios da sociedade colonial de origem europeia em ambientes de cerrado, que fazem transição para a caatinga e mata atlântica em uma vasta região de contatos no semiárido brasileiro. E que vem contribuindo na construção de um terceiro caminho para a agricultura brasileira baseado em outra perspectiva societária, na qual a demanda de alimentos e outros materiais necessários à existência humana encontram-se devidamente mediados pelos potenciais ecossistêmicos e por uma racionalidade em que natureza, produção e sociedade encontram-se amalgamados.

A agricultura camponesa que se desenvolveu nos sertões são-franciscanos

A maioria dos estudos que consideram o papel da produção camponesa ressalta a sua contribuição para o autoabastecimento familiar e, quando no muito, como um papel importante para o abastecimento local. Tanto na historiografia da agricultura mineira quanto brasileira, ao abastecimento dos centros mineradores, ou dos centros urbanos de maior porte e, principalmente, à exportação, parece não haver dúvidas que a estes mercados esta era uma demanda atendida principalmente

pelas denominadas “unidades de produção escravista do setor agrário”. O historiador Ângelo Alves Carrara, em seu estudo sobre a produção rural e o mercado interno de Minas Gerais, entre o período de 1674 e 1807, levanta alguns questionamentos acerca desta proposição. Segundo o autor, esta proposição pode ser válida para a Capitania de Minas Gerais considerada no seu conjunto, mas que tende, “todavia a obscurecer as variações regionais” (CARRARA, 2007).

Esta é a questão que levantamos e que queremos debater, atualizando o nosso olhar sobre a agricultura camponesa no Norte de Minas Gerais. Agricultura que busca se reposicionar em um contexto extremamente desfavorável, quando mudanças no padrão de consumo e nas possibilidades de acesso aos recursos restringem, de forma ainda muito mais significativa que em outros tempos, a reprodução social do campesinato do sertão norte mineiro. E queremos debater porque encontramos dados extremamente significativos destas variações regionais obscurecidas ao estudarmos algumas cadeias produtivas associadas aos circuitos econômicos da agricultura familiar regional.

Na história da agricultura camponesa no Brasil, o papel que sua produção cumpriu no abastecimento de alimentos e outros bens, e que foram fundamentais na formação da nação brasileira, é uma história de constante negação. Desde o início da colonização portuguesa, iniciada no século XVI, quando o açúcar na região nordestina desponta como produto de exportação tendo à frente donatários e sesmeiros, à produção de alimentos e até mesmo ao gado, são destinadas as terras menos nobres que não permitiam a cultura da cana-de-açúcar:

A mandioca, o feijão e as fruteiras, largamente consumidas por ricos e pobres, nunca fizeram sombra à cana-de-açúcar. Contentaram-se sempre com a posição de vanguardeiros do avanço canavieiro, ocupando áreas desmatadas e distantes, à espera da chegada da cana, e nas regiões mais povoadas se limitavam a ocupar os solos que à cana não interessavam. (ANDRADE, 1998 p. 92)

Prevalecendo os interesses associados ao desenvolvimento do sistema de *plantation*, largamente grafados na historiografia brasileira,

esta produção miúda, de pouca conta, mesmo não tendo o apoio de políticas oficiais, não deixa de, contraditoriamente, ser mencionada como importante à medida que crescia a população no Brasil. Duarte Coelho, em 1550, cita esta preocupação em uma carta ao Rei ao ver crescer o número de engenhos, ao mesmo tempo em que reconhece a clivagem social já existente entre os moradores de sua capitania: “Os mais ricos, montavam engenhos, outros plantavam canaviais, tornando-se lavradores que moíam suas canas nos engenhos dos primeiros, e outros, mais pobres, plantavam algodão e outros mantimentos que são a principal e mais necessária coisa para a terra”⁷ (ANDRADE, 1998, p. 64).

Assim, embora a importância, da mesma maneira que ocupavam espaços menos nobres, ou, quando o eram, ficando à mercê de ser exnotada pelo avanço da cana, do café, do gado (como até hoje se repete com a soja, cana e gado), esta produção, não tão miúda como aparenta ser, foi sobrevivendo até os nossos dias, “nos comercinhos, nos inúmeros mundinhos dos mercados a retalho e das trocas miúdas locais tão importantes para a constelação de roceiros e pequenos lavradores, e que são a carne e o sangue de seu modo de produção” (CARRARA, 2007, p.63). Da mesma maneira, os registros que referenciam esta produção são escassos, também miúdos, esquecidos pela história: “é como se a natureza de seu processo de produção seja refletida na exiguidade das fontes que lhes possam iluminar a história” (CARRARA, 2007, p.63).

No confronto que se estabeleceu, nos primeiros anos de colonização, dos interesses associados à *plantation* de cana contra os criadores de gado e lavradores, encurralando-os ou expulsando-os para áreas menos nobres, o sertão se apresentou como uma nova fronteira. Amplo e diverso, o sertão alcançado a partir do Rio São Francisco encontrou forte resistência dos indígenas ao avanço dos primeiros currais durante todo o século XVI. Paulatinamente, durante o século

7. Grifo do autor, referindo-se à carta de 24 de novembro de 1555, transcrita na História da colonização Portuguesa, tomo III, p. 320.

XVII, ao avanço dos currais subindo o Rio São Francisco, esta região apresentou-se também como oportunidade para negros que fugiam do cativeiro, para lavradores, roceiros e moradores que fugiam da opressão estabelecida pelos primeiros senhores de engenho.

Caminhando “à sombra dos currais”, esta agricultura ocupava múltiplas e pequenas áreas em ambientes também muito diversos, nos locais mais úmidos e com solos mais favoráveis. Segundo Manuel Correia de Andrade, estudioso da geografia do Nordeste, “pequenas manchas, ilhas isoladas na vastidão das caatingas” (ANDRADE, 1998, p.174).

Inicialmente, restrita ao cultivo da mandioca, milho, feijão, algodão, melancia, melão, a agricultura que se desenvolve no sertão vai-se diversificando à medida que o aprendizado com as populações locais (indígenas e negras) amplia-se com a ocupação de novos ambientes e com a oferta de espécies e variedades adaptadas ou que vão se adaptando a estes. Assim, tanto os altiplanos, as serras frescas, quanto as encostas, áreas de pé de serra, mais férteis e úmidos e, também, as longas planícies aluviais que se entendiam paralelamente ao Rio São Francisco e seus afluentes, abrem espaços para esta agricultura de muitos braços atendendo a demanda dos núcleos populacionais que vão se criando sertão adentro e em comunicação com as áreas de mineração e também do litoral. Cana-de-açúcar, fruteiras diversas, arroz, o próprio café, jerimuns (abóboras) vão ampliando a oferta de produtos que, junto com a pequena criação (caprinos, aves suínos e bovinos), são criados na larga.

É a esta agricultura que Correia de Andrade denomina de Sertaneja, oriunda da frente baiana que atinge os sertões no Norte de Minas Gerais e encontra a frente paulista que chega até a região a seguir, em procura de ouro e diamantes, trazendo também o braço escravo de negros oriundos da África – “ainda antes do descobrimento das minas sabemos que nas ribeiras do Rio das Velhas e do São Francisco havia mais de cem famílias paulistas, entregues à criação de gado” (CAPISTRANO DE ABREU, p.105).

É nessa paisagem múltipla e singular que a ocupação promovida pelas frentes baiana e paulista, aquela com o criatório de gado, esta

em busca de minerais preciosos, encontrou um território que contava também com presença significativa de nações indígenas que aqui viviam desde antes, ou em função de deslocamentos forçados pela colonização europeia. Encontraram também uma população negra já expressiva que vivia aquilombada, principalmente nas regiões da baixada são-franciscana, onde a malária grassava e funcionava como vetor de impedimento da presença branca (COSTA, 2008). Populações que além da agricultura, praticavam também, e principalmente, a criação de animais, a pesca, a coleta e a caça em suas estratégias agroalimentares.

A agricultura camponesa desenvolveu-se nesta paisagem sertaneja com seus variados ecossistemas e foi ao longo do tempo conformando culturas, agroecossistemas, revelando-se como portadora de múltiplas geo-histórias com variados sistemas de organização socioeconômica e tradições culturais.

Nos altiplanos de formação sedimentar, porção mais elevada da paisagem regional e que se estende ao longo das margens esquerda e direita do Rio São Francisco, se espraiam imensas chapadas cobertas por vegetações de cerrados, ora moldadas pela ocupação de camponeses migrantes europeus, ora salpicados e/ou misturados com indígenas e africanos aquilombados, dando corpo às paisagens conhecidas como os Gerais. Especialmente nas regiões de contato ecossistêmico, tais camponeses são conhecidos como ora como Geraizeiros, ora como Geralistas.

Na porção inferior desta imensa paisagem, está localizada a Depressão São-franciscana. Uma vasta região de acúmulo de sedimentos depositados, arrastados pelas águas que nela se acumula e espraia com facilidade. Domina a paisagem uma planície de baixios. As colinas da região das escarpas da Serra do Espinhaço dão lugar às dolinas (depressões, furados, arredondados), denunciando a sua gênese associada às formações Cársticas. Essas peculiaridades geomorfológicas conferiram à região características de acumulação de água e sedimentos tornando-a *habitat* apropriado à proliferação do mosquito da malária. Tal particularidade tornou a região insalubre para homens

brancos até os anos 1940-50. Isso permitiu o abrigo de negros fugidos das senzalas – que, ao contrário do homem branco, não morrem com o ataque da doença – e expansão de inúmeras comunidades negras, que por aí permaneceram por dois ou mais séculos, livres da perseguição escravocrata. Com a chegada da ferrovia a região foi saneada – o mosquito transmissor da malária foi combatido. Estudos recentes realizados por Costa (1999) evidenciam a existência invisibilizada de uma imensa população de comunidades negras, no Vale do Verde Grande, que se estende por toda Depressão São-franciscana, chamada por ele de Campo Negro da Jaíba e que se conectam com a Bahia até pelo menos Bom Jesus da Lapa.

Em uma faixa de transição entre estas duas paisagens – da Depressão São-franciscana e os chapadões da Serra Geral – encontram-se as escarpas da Serra do Espinhaço, que põe em contato a Caatinga e os Cerrados. Região, do ponto de vista geomorfológico, de dissecação pluvial – nas zonas das colinas mais próximas da Serra do Espinhaço, e de deposição pluvial – à medida que deslocamos em direção à Depressão São-franciscana. Esta morfogênese confere uma característica de escoamento que não favorece o acúmulo de água, não criando condições ambientais para proliferação de mosquitos deletérios, ou letais aos camponeses brancos especialmente. Estas características fizeram com que viessem ocupar esta região, camponeses migrantes, especialmente de descendência portuguesa e italiana (DANGELIS, 2005). Estes agricultores são chamados, especialmente pelos Geraizeiros, de Caatingueiros.

Finalmente, drenando e dividindo as planícies da Depressão São-franciscana e os planaltos do São Francisco, o rio que leva este nome atravessa todo o Norte de Minas em direção à Bahia. Intrinsecamente associado ao processo de formação cultural da nação brasileira iniciado no século XVII como centro irradiador da economia dos currais da Bahia e também como meio de transporte, o Rio São Francisco cumpriu outros papéis que foram fundamentais no processo colonizador, como as atividades de agricultura de vazante, sequeiro, e o extrativismo associado à pesca, caça, coleta de madeira, lenha, frutos,

plantas medicinais e outros produtos fornecidos pela riqueza da flora ribeirinha. Recentemente alguns estudos começam a colocar em cena a importância histórica e atual da agricultura de vazante desenvolvida secularmente pelas populações ribeirinhas do São Francisco. A história dos Vazanteiros do São Francisco está associada à história de vida de milhares de famílias que vivem ao longo do médio Rio São Francisco, principalmente entre as cidades de Pirapora e Juazeiro. É uma história que se confunde com a história de ocupação das ilhas, vazantes e terras altas do Vale do São Francisco e que foram recentemente retratadas por Claudia Luz Oliveira, antropóloga, em sua dissertação de mestrado (OLIVEIRA, 2005).

Mesmo à sombra, ou ocupando terras distantes e ainda não cobradas, a agricultura de tradição sertaneja enfrentou, ao longo de sua história, dificuldades adicionais nos circuitos econômicos que iam surgindo junto aos caminhos do gado que também transportavam as denominadas fazendas sertanejas. As rotas que foram construídas durante o final do século XVII, ligando o Norte de Minas com Salvador e as emergentes regiões mineradoras, de Minas, conhecidas e já utilizadas desde a última década do Século XVII, foram proibidas em 1699 e reafirmadas em carta régia em 14 de outubro de 1701, permitindo apenas o transporte de gado desde que registrado na guardamoria (CARRARA, 2007, p.125).

Nas rotas que se iam criando, o governo destinava locais de estalagem das tropas para fiscalização e, no mais, confisco dos produtos que posteriormente eram arrematados em leilões. Interessante que o rigor era distinto, sendo mais comum o confisco dos produtos considerados menores, como as fazendas sertanejas, e, menos comum, o confisco de gado e de escravos (CARRARA, 2007).

Em contrapartida à rapidez em que se criavam novos registros de fiscalização, outras rotas eram estabelecidas e, mais do que isso, os mercados ligando as Minas à Bahia e ao vasto território do São Francisco. Como exemplo, um governador da época, em 1706, assinalava a necessidade de se instalar um registro no arraial do mestre de Campo Matias Cardoso de Almeida (atual município de Matias Cardoso) a

fim de se evitarem os infinitos descaminhos que por aquela parte se fazem (CARRARA, 2007).

Neste contexto, a agricultura camponesa, ao longo de sua trajetória nos sertões de Minas Gerais, praticou estratégias singulares de uso e manejo dos recursos, desenvolvidas em cada ambiente específico. Incorporavam matizes culturais das tradições dos grupos que interagem, sejam negros, mestiços, indígenas, brancos de origem europeia, pressionados também pelo contorno socioeconômico onde viviam. Em algumas regiões, com enfrentamento mais duro sob o jugo dos coronéis, dos grandes latifundiários, em outras, buscando terras livres e ainda não cobiçadas. Regimes agrários diferenciados foram sendo construídos, mesmo que sombreados e sob o poder do patronato e da propriedade privada, se constituindo no que a antropóloga Flavia Galizoni denominou de camadas de direitos (GALIZONI, 2002) em seus ambientes de uso comum, sejam sobre a terra, as plantas, animais, sobre as águas. Ajustes finos, acordos regidos pela tradição, foram caracterizando diferentes territorialidades, agroecossistemas e inserção em distintos circuitos econômicos.

A seguir vou apresentar os cerrados, um dos ecossistemas brasileiros que atualmente encontra-se sob enorme pressão pela velocidade com que o agronegócio avança sobre territórios onde vive uma grande diversidade de povos e comunidades tradicionais. Em seguida os estudos sobre a Agricultura Geraizeira, desenvolvida nos sertões de Minas Gerais, nos vastos altiplanos dominados pelos cerrados e que fazem transição com áreas de caatinga e mata atlântica.

Os cerrados brasileiros

Com uma dimensão continental, o Cerrado brasileiro constitui o segundo bioma em extensão do país, ficando atrás somente da Amazônia, sendo possuidor de uma fantástica biodiversidade associada a uma não menos rica sociodiversidade. Porém, o silêncio explícito e conveniente da mídia nacional e internacional acerca do processo

acelerado de destruição de seus ecossistemas e de degradação de suas funções ecológicas, entre elas, a de regulador das principais bacias hidrográficas da América do Sul, tem permitido um verdadeiro etnocídio de povos e comunidades tradicionais agroextrativistas que vivem no e do cerrado. Neste texto faremos uma breve caracterização dos Cerrados, ressaltando sua importância biológica e sociocultural, bem como os dilemas vividos pelas comunidades que dele dependem.

FIGURAS 1 e 2 – Aspectos sobre o Cerrado



Fotos de Elisa Cota

Caracterizando os Cerrados

Os planaltos dominam uma vasta região da América do Sul em sua porção central. Com alturas médias de 400 a 800 metros em relação ao nível do mar, estas altitudes podem atingir até os 1800 metros no caso de algumas cordilheiras que cortam estes altiplanos, ou apenas os 200 metros no caso de alguns vales formadores de rios que rasgam os planaltos e vão suprir as principais bacias hidrográficas da América do Sul.

Olhando o mapa da América do Sul, principalmente no Brasil, mas, também em forma de enclaves, na Bolívia, Paraguai, Venezuela, Colômbia, Suriname e Guiana, estes altiplanos estão associados com uma vegetação conhecida em nosso país como Cerrado. O Cerrado pode ser definido como um complexo vegetacional que possui relações ecológicas com outras fitofisionomias da América Tropical, apresentando desde formações estritamente campestres até florestais.

O seu posicionamento na porção central do Brasil faz com que o Cerrado entre em contato com outros grandes biomas brasileiros – Amazônia, Caatinga, Pantanal e Mata Atlântica. As interações com os outros biomas acontecem também sob regimes climáticos diferenciados, com temperaturas de amenas para equatoriais, de pluviosidade que varia do úmido para o semiárido. Neste contexto, uma ampla faixa transicional com ecótonos singulares associam-se aos cerrados, ampliando seus domínios de 2 milhões de km², em treze Estados da federação⁸ (o que corresponde a 24% do território brasileiro), para um total de 3,15 milhões de km²,⁹ o que passa a representar então 37% da superfície do Brasil, conforme estudos recentes de Carlos Eduardo Mazzetto Silva (2005).

8. Área contínua no Distrito Federal (100,0% da área) e nos Estados de Goiás (96,6%), Tocantins (75,6%) e Mato Grosso do Sul (59,3%). Mato Grosso (48,3%), Minas Gerais (46,7%), Maranhão (42,1%), Piauí (38,6%), São Paulo (30,6%) e Bahia (21,4%), Rondônia (6,7%), Paraná (2,7%) e Pará (0,1%).

9. Considerando também as áreas descontínuas em forma de enclaves presentes em três Estados, a saber: Amapá, Amazônia e Roraima.

FIGURA 3 – Mapa do bioma Cerrado



Fonte: IBGE

Esta diversidade de formações está correlacionada também com a diversidade de relevos, de solos com profundidades e texturas também variáveis, porém predominando solos ácidos e de baixa fertilidade natural.

Sua importância biológica

Além de sua importância como reguladora hídrica das principais bacias hidrográficas da América do Sul, o Cerrado se destaca pela biodiversidade nele presente, acentuada pelo grande endemismo proveniente da troca gênica propiciada pelas extensas áreas de contatos ecossistêmicos. Como nos informa Carlos Walter Porto Gonçalves:

Assim, ali onde duas formações ecossistêmicas distintas se encontram, a natureza é mais complexa do que nas áreas das formações que se encontraram. Assim, essas regiões de contato, do que os Cerrados, mais do que qualquer outro ecossistema, é detentor das

maiores extensões, deveriam estar mais protegidas do que qualquer outra, até porque aí reside maior riqueza em complexidade de vida. (PORTO GONÇALVES, 2008)

Em um recente depoimento no Congresso Nacional, a pesquisadora Ludmila Aguiar da EMBRAPA apresentou o atual grau de conhecimento (ou desconhecimento) da biodiversidade do Cerrado:

Ele é um bioma importantíssimo, porque faz parte da porção central da América do Sul. Tem contato com todos os biomas brasileiros e dos países vizinhos, inclusive. E é atualmente a região menos conhecida a respeito de sua biodiversidade na região neotropical. Existem grandes lacunas de dados. Ele já teve uma megafauna anterior que já foi extinta naturalmente. Hoje, já conhecemos 11.430 espécies de plantas vasculares catalogadas. Uma riqueza muito impressionante para áreas abertas: 1.822 aves; 1.615 arbustos; 4.506 ervas, 801 trepadeiras; 58 palmeiras. Todo mundo é muito acostumado no Cerrado a utilizar a vegetação nativa. Todo mundo come galinhada com pequi, todo mundo usa um chá medicinal. E ainda é pouco o conhecimento que a gente tem. Existe um grande nível de endemismo. Ou seja, as plantas e os bichos que existem aqui não os há em outro lugar. Uma vez que eles tenham ido embora ou as plantas desapareceram, perdemos as características químicas que poderíamos usar futuramente sem ao menos conhecê-los. (LUDMILA AGUIAR, 2007)

Ocupação humana e agricultura nos Cerrados

Parte do enorme potencial da biodiversidade dos cerrados já era do conhecimento tradicional dos indígenas e das populações negras e camponesas que nele se desenvolveram. O pesquisador Ricardo Ribeiro (2005) fez um levantamento da utilização da flora e da fauna pelas comunidades tradicionais e indígenas que vivem em três regiões de cerrados no Estado de Minas Gerais. Este estudo apontou a diversidade de espécies de uso medicinal, frutífero, madeireiro, forrageiro, oleífero, além do grande número de espécies da fauna que

são utilizadas no fornecimento de carne, ovos e mel às comunidades agroextrativistas que aí vivem. (Veja o quadro abaixo).

A flora e a fauna do Cerrado e seu uso humano

- 170 espécies de uso medicinal
- 65 frutos comestíveis
- 130 tipos de madeiras empregados para vários fins
- 167 apícolas (mel, cera, etc.)
- 32 com fibras (artesanato, cobertura de habitações, estopa, vassoura, etc.)
- 20 empregadas pelo tanino
- 18 com cortiça
- 29 com óleo (resina, sabão, perfume, etc.)
- 24 usadas para tingir, principalmente, tecidos
- centenas de espécies nativas forrageiras
- 10 tipos de abelhas silvestres
- 34 animais silvestres fornecedores de carne e ovos

Vivem no Cerrado, segundo Mercedes Maria Cunha Bustamante, professora da Universidade de Brasília (UnB), cerca de 38 grupos étnicos diferentes que perfazem uma população de 45 mil indígenas, alguns já correndo o risco de extinção com menos de 300 remanescentes. Além desses grupos indígenas, existem também centenas de comunidades quilombolas e milhares de comunidades extrativistas camponesas, conhecidas sob diversas denominações: geralistas e vereideiros (Norte de Minas), geraizenses/camponeses dos vãos (Sul do MA), retireiros (planícies do Araguaia/MT), barranqueiros e vazanteiros da beira e das ilhas do Rio São Francisco (MG), quebradeiras de coco (Zona dos Cocais/MA, PI e TO), pantaneiros (MT e MS), etc. Etnias e comunidades que são portadoras de um patrimônio cultural herdados dos povos do Macro Grupo Jê cuja trajetória histórica perfaz pelos menos doze mil anos (SILVA, 2005; COSTA, 2007).

A ocupação humana do Cerrado remonta, segundo alguns autores, pelos menos doze mil anos antes do presente. Desde os antigos povos caçadores coletores, com suas diversas tradições culturais, passando pelas centenas de nações indígenas que aí viviam e tiravam o seu sustento, até as comunidades de camponeses que se desenvolveram a partir da ocupação colonial de origem europeia iniciada nos anos

1.500. Esta ocupação foi enriquecida ainda mais com as constantes fugas de negros oriundos do continente africano que viviam no Brasil em regime de escravidão até o final do século XIX e encontraram aí refúgio e sustento.

O conhecimento milenar dos indígenas sobre os diversos ecossistemas do Cerrado (os quais denominamos “cerrados”) foi fundamental para a ocupação colonial, e principalmente para os camponeses e comunidades quilombolas. E não por acaso. Por estar situado em ambientes de solos considerados pouco férteis e ácidos, portanto impróprio para a maioria dos cultivos exóticos, os cerrados não foram objeto de cobiça, em um primeiro momento, pelos donatários, sesmeiros e, posteriormente, pelos grandes latifúndios que marcaram e ainda marcam o cenário rural brasileiro. O domínio sobre estas terras significava muito mais poder político que, de fato, interesse sobre o seu potencial produtivo. Mas, para os camponeses, para os negros que se aquilombaram, os indígenas que resistiram ou se misturaram aos novos ocupantes, a miscigenação e desenvolvimento de novos conhecimentos sobre os ambientes dos cerrados e de seus potenciais ecossistêmicos foram fundamentais para a agricultura que aí se desenvolveu, suprimindo com gêneros os povoados e cidades que se formaram a partir de então.

Ricardo Ribeiro em sua pesquisa sobre a história ambiental e as relações das populações tradicionais com o cerrado brasileiro cita o “complexo agrícola” onde cultivos como o da mandioca, cará e outras, oriundos do norte, encontram com o da abóbora, milhão algodão e feijão, que coincide, no Brasil, com “a distribuição geográfica dos povos de língua Jê e com um tipo de cerâmica parda alisada, às vezes, polida” (RIBEIRO, 2001). Agriculturas que eram articuladas com as atividades de caça, pesca e coleta dos produtos extrativistas do cerrado em suas estratégias de alimentação: estudos etnográficos realizados entre diversos grupos Jê mostram que “as roças de milho eram abertas e plantadas, dispersando-se o grupo em pequenas bandas para a atividade de coleta, caça e pesca, as quais, voltavam-se a se concentrar, pela época da colheita.” (GALVÃO, 1979, p. 245, *apud* RIBEIRO, 2001).

O Cerrado passou ao largo da historiografia oficial. A vegetação campestre e savânica, típica do Cerrado, não enchiam os olhos dos viajantes europeus, pesquisadores e historiadores, que se extasiavam com as densas florestas tropicais, como a Mata Atlântica ou a Amazônia. A predominância de árvores de porte pouco elevado, troncos retorcidos e com grossas camadas de lignina, folhas grandes e coriáceas, sobre extensos chapadões, uma paisagem aparentemente monótona, “feinha” segundo muitos observadores externos, contribuíram para deixar passar ao largo do interesse oficial.

FIGURAS 4 e 5 – Aspectos da ocupação humana do cerrado



Fotos de Elisa Cota

Assim como a ocupação camponesa tradicional, a pecuária extensiva do período colonial pouco alterou a estrutura dos ecossistemas presentes no Cerrado. Com uma vegetação adaptada ao fogo ocasional – não por acaso os troncos das árvores são recobertos por uma espessa camada de cortiça – o interesse pela pastagem nativa leva, no entanto, ao aumento na intensidade do uso do fogo. Mas, o que vem a marcar a paisagem dos cerrados brasileiros inicia-se com a decisão de transferir a capital do Brasil para o Planalto Central, com a construção de Brasília e criação do Distrito Federal nos anos 1950. O golpe militar ocorrido em 1964 e a opção pela modernização conservadora do campo através da Revolução Verde sela o destino destes ecossistemas, diversos e singulares, muito pouco conhecidos até a presente data. O desenvolvimento de variedades agrícolas geneticamente uniformes, o uso de insumos químicos – fertilizantes e agrotóxicos – associados com a mecanização extremamente facilitada pelas vastas superfícies planas dos cerrados, transforma estes ambientes em um dos principais produtores de *commodities* agrícolas demandados pelo mundo globalizado: soja, carne bovina, café, açúcar, e, agora, energia através da produção do etanol.

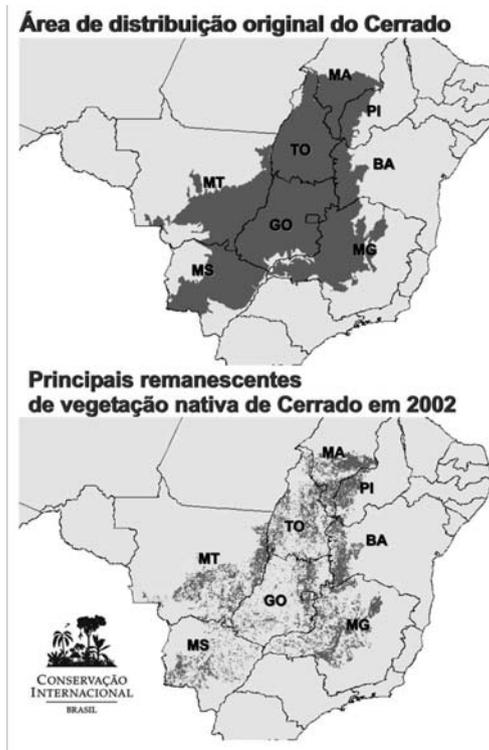
Os Cerrados em fenecimento

Atualmente, os Cerrados Brasileiros, seus povos e comunidades tradicionais vivem um dilema imposto pelo capitalismo global. Um silêncio explícito e conveniente, da sociedade nacional e internacional que demanda seus produtos em grande escala autorizando a continuidade do avanço sem precedentes de sua fronteira agrícola junto aos últimos remanescentes nativos, cuja resistência social não é veiculada pela mídia.

Em pouco menos de 50 anos os cerrados foram significativamente alterados, como nos mostra o mais recente estudo da ONG Conservação Internacional (Figura 6). Resta-nos um pouco mais de 40% da vegetação original dos cerrados. Neste mesmo período, perpetuou-se um enorme massacre às populações que aí viviam secularmente ou milenarmente. Apenas no ano passado foram assassinadas 28 lideranças

indígenas do grupo Guarani Kaiowa que vivem na região de expansão da soja e da cana no Mato Grosso do Sul, de acordo com carta denúncia do MOPIC – Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado – de 13 de dezembro de 2007. Neste mesmo ano milícias armadas da poderosa multinacional VM (VALLOUREC & MANNESMANN TUBES) assassinaram a sangue frio um extrativista que coletava lenha para cozinhar em uma de suas parcelas de 130.000 ha de monocultura de eucalipto no Norte de Minas Gerais, o que motivou, após seis anos seguidos de denúncias, a perda do selo do FSC. No oeste baiano, Maranhão, Piauí, Pará e Mato Grosso do Sul mais de 1.000 trabalhadores rurais foram libertados da condição de trabalho escravo ou degradante.

FIGURA 6 – Perda da vegetação original da área núcleo do bioma Cerrado até 2002.



Apresento a seguir a Agricultura Geraizeira que se desenvolveu nos altiplanos dominados pelos cerrados no Norte de Minas Gerais, bem como os circuitos econômicos em que está inserida. Embora vivenciando um contexto de encurralamento, a agricultura geraizeira continua dando uma contribuição significativa na produção devidamente mediada pelos potenciais ecossistêmicos.

A Agricultura Geraizeira dos Altiplanos do Norte de Minas Gerais

As superfícies de aplainamento da Depressão São-franciscana, que acompanha longitudinalmente o Rio São Francisco na região Norte de Minas, encontram, em sua margem esquerda, imensos chapadões, arenosos, com escarpas abruptas onde dominam os cerrados entremeados com extensas veredas. Já, na margem direita, grandes conjuntos de superfícies tabulares reelaboradas são encontrados, entremeados por extensos vales que dão origem a uma rede hidrográfica formadores dos diversos tributários do Rio São Francisco. Solos arenosos, também com predomínio dos cerrados. Mais ao norte, esta mesma Depressão encontra as encostas da Serra Geral e, adentrando-a, encontram-se as vastas chapadas associadas com montanhas e topos de morros, que são drenadas por centenas de nascentes que vão formar os ribeirões, córregos das bacias dos rios São Francisco, Pardo e Jequitinhonha: são os Gerais.

É possível reconhecer nestes vastos espaços, de terras arenosas e ácidas, onde por durante muito tempo foi de pouco interesse dos grandes proprietários, a existência de uma população tradicionalmente denominada, em alguns locais como geraizeiros, em outros como geralistas, veredeiros, campineiros e até mangabeiros (PIERSON, 1972; DAYRELL, 1997; COSTA, 2005). Populações que possuem formas singulares de apropriação da natureza regida por um sistema peculiar de representações, códigos e mitos (DAYRELL, 1998). A agricultura desenvolvida por estas populações consiste no plantio de lavouras diversificadas de mandioca, feijões, milho, cana, abóboras, batata doce, associado com

a criação na solta de gado bovino, aves e suínos. Os cultivos guardam uma rica diversidade de espécies e variedades e os cerrados (com seus tabuleiros, espigões e chapadas) fazem parte da estratégia produtiva fornecendo, de forma extrativista, forragem para o gado, caça, madeira, frutos, folhas, mel e medicamentos. Além de fornecer alimentos e remédios para o autossustento familiar, passa a desempenhar, cada vez mais, um papel importante na geração de renda pela comercialização de frutos, óleos, plantas medicinais e artesanatos.

Um aspecto muito comum e fundamental na agricultura geraizeira é a diversidade de espécies agrícolas e da flora nativa, conhecidas e manejadas, além da diversidade de variedades que são encontradas nos principais cultivos, e que denominamos de (agro) biodiversidade. Dayrell, em uma pesquisa realizada em Riacho dos Machados, em 1998, encontrou em uma única unidade produtiva geraizeira um total de 65 espécies agrícolas manejadas e 76 espécies nativas. Entre as 65 espécies agrícolas, foi encontrado um total de 137 variedades. Veja na tabela a seguir.

TABELA 1 – (Agro) biodiversidade Manejada

Tipologia	Agroecossistema Familiar 01	
	N.º ESPÉCIES	N.º VARIEDADES
Subsistemas		
Quintal	20	79
Horta	54	67
Roça	1	13
Qualidade		
Frutíferas	20	40
Hortaliças	24	33
Medicinais	12	12
Grãos	4	15
Mandioca	1	21
Cana	1	13
Outras	3	3
Subtotal	65	137



Nativas Manejadas ¹⁰	
Alimentação Humana	21
Alimentação do gado	23
Construção e utensílios ¹¹	25
Lenha	12
Medicinais	25
Total de nativas¹²	76
Total Geral¹³	141

Fonte: Dayrell, 1998

Só para se ter ideia da diversidade manejada apenas na cultura da mandioca e da cana, foi encontrada, respectivamente, 21 e 13 diferentes variedades cultivadas. Outros estudos realizados em Rio Pardo de Minas, Chapada Gaúcha e Grão Mogol repetem este quadro, demonstrando que a agricultura geraizeira tem como adicional a manutenção de um verdadeiro banco de germoplasma vivo.

Com relação às espécies nativas manejadas, as comunidades geraizeiras de uma maneira geral têm um grande conhecimento sobre os usos potenciais das espécies, seja do ponto de vista alimentar, medicinal, ou para outros usos como madeiras especiais, lenha, artesanato, produção de sabão, etc. Conhecem também a fenologia e a capacidade de regeneração das espécies a partir da parte da planta utilizada, o que remete a cuidados no sentido de garantir a perpetuação da população. No quadro a seguir temos o resultado do conhecimento de comunidades geraizeiras que vivem no entorno do Parque Nacional Grande Sertão acerca de algumas das principais espécies por eles utilizadas.

-
10. Referem-se às plantas nativas que são utilizadas com alguma frequência.
 11. Espécies de plantas que foram encontradas nas construções, habitações, móveis, utensílios domésticos, artesanato, cercas, etc.
 12. A soma total das espécies nativas não é equivalente à soma de acordo com o uso, pois uma mesma espécie pode ter mais de um uso.
 13. Refere-se à soma das diferentes qualidades de plantas. Uma determinada espécie pode ser cultivada em mais de um subsistema, por isso se somássemos a diversidade de plantas nos subsistemas o valor seria superior ao total geral.

TABELA 2 – Principais espécies manejadas

Espécie	Utilidade		Destino		Regeneração	População
	Parte da Planta	Produto	Consumo	Venda		
Buriti	Olho	Seda, esteira, rede	x	x	M	A (Bois, Chapadinha, Ribeirão Areia) M (Buraco)
	Palha	Esteira, Cobertura	x	x	A	
	Fruto	In natura, raspa desidratada, geleia doce	x	x	A	
	Semente	Fuso	x		A	
	Nervura	Cortina	x		M	
	Talo	Peneira, porta, janela, cama, roupa	x	x	A	
	Tronco	Ripas, vinho, jirau, galinheiro	x		B (nula)	
	Raiz	Medicinal	x		B	
Coco cabeçudo	Palha, Fruto, Castanha, Palmito	Vassoura, In natura, suco, Paçoca, In natura, doce	x	x	A (1 ano) Nula	A (Chapadinha)
Coco Indaiá	Fruto	In natura, óleo, paçoca, bolo, doce, cachimbo	x	x	A	A
Coco Palmeira	Palha	Cobertura, forro p/ mandioca	x		A	A (Faz. Ribeirão, Buraco)
	Nervura	Ripa	x		A	
	Fruto	Óleo, paçoca, bolo, doce, sabão	x	x	A	
Favela	Frutos	Remédio	x	x	A	A?
Pequi	Frutos	Alimento, óleo, sabão	x	x	A	A
	Tronco	Cerca, curral, artesanato	x	x	B	

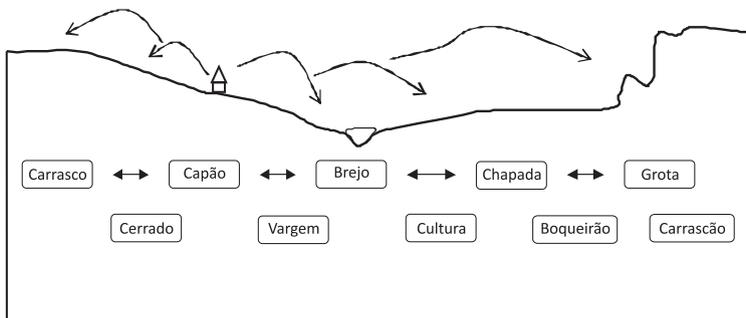
Fonte: Dayrell, 2002

Além do conhecimento sobre a (agro) biodiversidade, estas populações reconhecem em seu território uma extensão contínua de “Gerais”, terras de Cerrado, recortado por inúmeras zonas ecológicas. Para os geraizeiros, tais molduras são talhadas assumindo qualidades específicas pela combinação de fatores que se interagem diferenciando os ambientes. É necessário destacar que tais fatores não são vistos de forma isolada: qualidade de solos, vegetação, influências sutis deixadas pela rede de drenagem, pelos corpos de água, construindo um mosaico

único de atributos que se realiza pela sua interação, conformando uma unidade da paisagem. Em regiões de predomínio de veredas, os verezeiros desenvolveram estratégias muito específicas de manejo deste delicado ecossistema, abrindo clareiras com plantio de arroz, feijão, mandioca, banana e outras fruteiras em complexos sistemas de consórcios e de pousio. Nas regiões com adensamentos de mangaba (*Hancornia speciosa*), os geraizeiros ou geralistas especializaram-se na coleta do látex da mangaba que eram comercializados como sucedâneos da borracha originada da seringueira.

Em um estudo realizado junto a comunidades agroextrativistas no entorno do Parque Nacional Grande Sertão – município de Chapada Gaúcha (MG) – verificou-se um reconhecimento pelos geraizeiros de diversas unidades da paisagem por eles manejadas. Estas unidades estão correlacionadas com a posição na paisagem, com os tipos de solos, vegetação e proximidade com o lençol freático. Em cada unidade identificam o potencial produtivo, as culturas mais adaptadas, em alguns casos variedades e aspectos específicos do seu manejo. Além disso, as espécies da flora que são de dispersão mais específica ou de dispersão mais ampla. O perfil transversal da unidade da paisagem foi assim desenhado:

FIGURA 7 – Unidades da paisagem



Fonte: Dayrell, 2002

Para os geraizeiros, cada unidade da paisagem tem uma (ou múltiplas) potencialidade(s), e esta potencialidade é utilizada nas estratégias produtivas dos geraizeiros a partir de um conhecimento sincrônico e diacrônico do ambiente. A lógica da ocupação dos terrenos pelos segue uma estratégia de multiusos das diferentes unidades da paisagem, explorando suas potencialidades, mas respeitando, também, os seus limites.

A apropriação é realizada aproveitando-se a fertilidade e a umidade das Vazantes para as culturas mais exigentes. Nos Tabuleiros, divisa do capão com as chapadas ou carrascos, constroem suas moradas, plantam os quintais, cultivam as plantas mais adaptadas: mandioca, amendoim, abacaxi, feijão catador e andu. Das chapadas e dos carrascos provém o complemento fornecido pela diversidade de frutíferas nativas, óleos, fibras, forragem para o gado, lenha, madeira para diversos fins. De todos eles, a caça; das lagoas e riachos, a pesca. A interação é complexa e a manutenção da vitalidade dos ecossistemas é fundamental para a sobrevivência do geraizeiro.

A relação que se estabelece no processo de apropriação da natureza é mediada pelo saber, pelo conhecimento acumulado ao longo de gerações, transmitido e enriquecido no tempo e no espaço, geração após geração. A experiência única e particular do produtor na sua lida diária, no intuito de garantir a sua sobrevivência, se articula com a unidade familiar, com a comunidade, até abranger todo o meio social onde está inserido. Conhecimento tradicional e moderno que se fundem no processo de apropriação da natureza e mediado pelos valores e crenças que norteiam a sua cultura. Produção e forma de produzir que carrega em si, no dizer de Woortmann (1997), a lógica e a simbólica do grupo social em que o produtor está inserido (DAYRELL, 1998).

A ocupação Geraizeira e seus sistemas de produção de natureza agroextrativista conseguiram manter, durante décadas e mesmo séculos, o funcionamento das funções ecológicas dos ecossistemas e, principalmente, o delicado equilíbrio hidrológico dos recursos hídricos nesta região do semiárido norte-mineiro. Isto sob um regime de uso

comunal dos recursos naturais, cuja dinâmica estabelecia delimitação de limites e prévias formas de governança.

Embora o contexto extremamente desfavorável iniciado nos anos 1970, de encurralamento pelas grandes monoculturas, pelos grandes projetos agropecuários que lhes tomou parte significativa de seu território tradicional, centenas de comunidades geraizeiras resistem, continuando mantendo sua contribuição fundamental no abastecimento de gêneros em diversos mercados, na maioria invisível pelas estatísticas oficiais. E não apenas gêneros alimentícios, diversos outros produtos que abastecem mercados nacionais e até mesmo internacionais muitas vezes são oriundos desta produção.

Um estudo realizado na região do Alto Rio Pardo de Minas demonstrou a importância da agricultura geraizeira na produção de cachaça. A pesquisa levantou uma produção anual de cachaça estimada em 10 milhões de litros produzidos por um total de 480 fábricas (alambiques familiares). Apenas no município de Rio Pardo de Minas a produção obtida no ano de 2006 foi de 5 milhões de litros. No entanto, olhando o ICMS arrecadado neste mesmo ano para esta atividade, o valor verificado foi de R\$ 9,92 (nove reais e noventa e dois centavos)¹⁴. A maior parte do destino desta produção é orientada para os mercados locais ou então para as engarrafadoras de Salinas, que daí abastece o mercado nacional e também internacional. Se por um lado, a invisibilidade faz parte de uma estratégia de evitar a perseguição pelo Estado, por outro, impede de construir políticas direcionadas especificamente para este público. Quem se beneficia são as empresas comerciais que fazem o engarrafamento, estas sim consideradas como produtoras. (MONÇÃO; DAYRELL, 2007).

Outros exemplos referem-se à coleta de plantas nativas que são processadas comercialmente seja para produção de fármacos, a exemplo da coleta da favela ou fava danta (*Dimorfindra mollis*), que possui substâncias como a rutina, usada no tratamento do glaucoma, e a

14. Fonte dos dados: www.fazenda.mg.gov.br

quercetina, açúcar utilizado em complementos alimentares¹⁵; ou o buriti (*Mauritia flexuosa*), cujo óleo extraído da fruta além do valor medicinal (vermífugo, cicatrizante e energético natural) suas substâncias dão cor, aroma e qualidade a produtos de beleza, como cremes, xampus, filtro solar e sabonetes.

Considerações Finais

A história do Brasil nos mostra algumas vias do desenvolvimento da agricultura. A primeira, que surge com a ocupação colonial e perdura até meados do século passado, tem como principal característica uma produção destinada a abastecer o mercado externo, que convive, mesmo que à margem e sem políticas específicas, com a produção destinada ao abastecimento do mercado interno. Esta realizada em grande medida pela agricultura camponesa que se desenvolveu nos interstícios da sociedade brasileira. A segunda, que tem como marco o Golpe Militar ocorrido em 1964, impõe ao Brasil um conjunto expressivo de políticas reformulando o sistema de pesquisa, educação e de fomento à modernização da agricultura com créditos e assistência técnica subsidiados pelo Estado. Estímulo que possibilitou uma modernização em escala ampliada dos antigos latifúndios como empreendimentos agropecuários capitalistas, em detrimento da agricultura camponesa tradicional. O avanço desta perspectiva, além da negação, é a de colocar em xeque a existência da agricultura camponesa.

A opção pelo desenvolvimento da agricultura, sob o domínio dos complexos agroindustriais vinculados ao sistema financeiro internacional com um modelo de sociedade sob a lógica do capital, está levando o planeta a uma desestruturação total dos sistemas naturais que são responsáveis pela manutenção da vida no planeta. No con-

15. Atualmente no Brasil cinco indústrias beneficiam a Fava Danta. Em 1996 apenas a MERK movimentou cerca de R\$ 12 milhões de dólares.

traponto desta opção, emergem novas identidades responsáveis por uma parcela significativa da produção que tem no campesinato sua base sociocultural e que passam a se posicionar como sujeitos de seus ambientes. Com uma agricultura ambientalizada (RIBEIRO *et alli*, 2006) e portadores de uma cosmovisão que não separa a produção do campo da natureza, passam a exigir o direito à existência, questionando o destino que a ação civilizatória modernizadora tenta impor.

É neste contexto que surge a agricultura geraizeira no Norte de Minas Gerais. Oriunda da ocupação de camponeses migrantes europeus, ora salpicados e/ou misturados com indígenas e africanos aquilombados, os geraizeiros desenvolveram a habilidade de produzir e conviver com os Gerais, como são conhecidos, na região, os cerrados que fazem contato com regiões de caatinga e mata atlântica. A agricultura desenvolvida por estas populações consiste no plantio de lavouras diversificadas de mandioca, feijões, milho, cana, abóboras, batata doce, associado com a criação na solta de gado bovino, aves e suínos. Os cultivos guardam uma rica diversidade de espécies e variedades e os cerrados (com seus tabuleiros, espigões e chapadas) fazem parte da estratégia produtiva fornecendo, de forma extrativista, forragem para o gado, caça, madeira, frutos, folhas, mel e medicamentos. Além de fornecer alimentos e remédios para o autossustento familiar, passa a desempenhar, cada vez mais, um papel importante na geração de renda pela comercialização de frutos, óleos, plantas medicinais e artesanatos. Mas, e principalmente, sua agricultura além de atender as demandas dos mercados locais e regionais, atende também a demanda do mercado nacional e internacional. Como exemplos foram apresentados a produção de cachaça artesanal e a coleta extrativista da fava danta, cujos produtos processados por empresas ligadas ao setor de fármacos movimentam milhões de dólares no comércio internacional.

Na construção de uma terceira opção para o desenvolvimento da agricultura brasileira, várias iniciativas vêm sendo promovidas no Brasil, a exemplo dos extrativistas da Amazônia, dos agricultores ecológicos do Sul, ou dos camponeses da caatinga brasileira em suas estratégias de convivência com o semiárido. No Norte de Minas Gerais, o Centro de

Agricultura Alternativa do Norte de Minas vem promovendo diversas ações de fortalecimento da Agricultura Geraizeira. Ações que se somam com outras e que contam hoje com uma rede social expressiva envolvendo organizações sociais e dos agricultores familiares, instituições de pesquisa e ensino como a UNIMONTES, UFMG, IF – Campus de Salinas, EMBRAPA CERRADOS e CENARGEN, MDA, MDS, INCRA, etc. O aprendizado que o CAA-NM vem desenvolvendo junto a estas comunidades aponta como principal reivindicação a proteção dos territórios das comunidades geraizeiras para que não percam sua base de sustentação: terra, alimentos, e ecossistemas naturais. É fundamental também o apoio visando ao desenvolvimento de seus produtos tradicionais e de novos produtos agregando, tanto nos processos de beneficiamento quanto na inserção ao mercado, as demandas relacionadas com a apresentação, qualidade e sanidade dos produtos. Para tanto, é importante o fortalecimento dos circuitos econômicos em que eles se inserem, bem como as redes sociotécnicas associadas a estas iniciativas. O que leva à necessidade de construção e de adequação de um conjunto expressivo de políticas nos âmbitos municipais, estadual e federal, relacionadas com programas de pesquisa e desenvolvimento, de ensino e de fomento, além de legislação tributária e sanitária específicas.

A movimentação dos geraizeiros em torno da defesa de sua agricultura vem crescendo. Ao realizarem em 2006 a I Conferência Geraizeira, reunindo suas principais lideranças, abrem o diálogo em torno da constituição de suas identidades, da necessidade do Estado reconhecer sua agricultura e colocam como principal meta a luta pelo reconhecimento de seus territórios tradicionais. Passam a engrossar, então,

um caldo de luta que extrapola os limites convencionais de acesso à terra via assentamentos rurais cujos procedimentos formalizados revelam-se insuficientes frente às comunidades que reivindicam a reapropriação de seus territórios tradicionais usurpados pelo Governo do Estado de Minas décadas atrás, ou pela grilagem promovida pelos grandes empreendimentos florestais. (DAYRELL, 2008, p 42)

Esta ação se conecta com um movimento maior em torno da defesa dos cerrados brasileiros, um bioma que vem sofrendo uma agressão sem precedentes com o avanço da fronteira agrícola do agronegócio junto aos seus últimos remanescentes nativos. Bioma que tem uma história de ocupação humana de mais de 12.000 anos, onde vive uma grande diversidade de povos e comunidades tradicionais; é possuidor de uma grande biodiversidade e cumpre um papel de regulador das principais bacias hidrográficas brasileiras. Porém, seus povos e comunidades tradicionais vivem o dilema imposto pelo capitalismo global: um silêncio explícito e conveniente, da sociedade nacional e internacional que demanda seus produtos em grande escala, onde a resistência dos indígenas como os Kaiowa-Guarani, os geraizeiros do Norte de Minas e do oeste baiano, ou dos Retireiros do Araguaia, pouco é veiculada pela mídia.

O que marca esta movimentação é a entrada em cena de populações vivendo em comunidades que reivindicam não apenas a terra, mas o direito de ser reconhecida como detentoras de uma cultura própria, uma maneira diferenciada de ver e agir no mundo. Que possuem uma economia que considera outros valores que não o lucro ou a exploração do trabalho, um jeito diferente de usar e de manejar os ambientes cujo lastro é o conhecimento construído na ancestralidade.

Povos e comunidades que trazem em si perspectivas econômicas e societárias diferenciadas e que, não por acaso, articulam-se e se inserem na construção de uma política nacional que (re)afirma o disposto constitucional da existência de uma nacionalidade plural. Emergindo no cenário social e econômico como comunidades capazes de contribuir com uma produção associadas com os denominados “valores de existência” que Luz Oliveira denominou como mercadorias de quarta geração.

Bibliografia

- ABREU, J. C. *Capítulos de História Colonial*. Edições Eletrônicas Senado Federal, Brasília.
- AGUIAR L. *Discussão sobre o lançamento da rede de pesquisa em ciência e tecnologia Horizontal de cooperação para conservação e o uso sustentável do Cerrado*. Câmara dos Deputados, 2007. In: <http://www2.camara.gov.br/comissoes/cctci/Eventos/notas-taquigraficas/nt-28-6-07-rede-de-pesquisa-em-c-t-cerrado>
- ALIMONDA, H. “Una Herencia en Manaos (Anotaciones Sobre Historia Ambiental, Ecología Política Y Agroecología en una Perspectiva Latinoamericana)”. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 237-255, jan./jun. 2006.
- ANDRADE, M. C. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. Recife: UFFPE, 1998.
- BARBOSA, A. S.; SCHMITZ, P. “Ocupação indígena do Cerrado: esboço de uma história”. In: SANO, Sueli. M.; ALMEIDA, Semíramis P. *Cerrado: ambiente e flora*. Planaltina: Embrapa Cerrados, 1998.
- BERTRAN, Paulo. *História da terra e do homem no Planalto Central – eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador*. Brasília: Verano, 2000.
- BUSTAMANTE, M. M. C. *Discussão sobre o Lançamento da Rede de Pesquisa em Ciência e Tecnologia Horizontal de Cooperação para Conservação e o Uso Sustentável do Cerrado*. Câmara dos Deputados, 2007. In: <http://www2.camara.gov.br/comissoes/cctci/Eventos/notas-taquigraficas/nt-28-6-07-rede-de-pesquisa-em-c-t-cerrado>
- CARRARA, Ângelo. A. *Minas e currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais 1674-1807*. Juiz de Fora: UFJF, 2007.
- CASCUDO, L. C. *Prelúdio da Cachaça*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1986.
- CHAVES, E. R. *O sertão de Rio Pardo: sociedade, cultura material e justiça nas Minas oitocentistas*. 2004. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

- CHAVES, E. R. “Identidades Culturais na América Portuguesa”. *Associação Nacional de História – ANPUH – XXIV Simpósio Nacional de História*, 2007
- COSTA, J. B. *Do tempo da fartura dos crioulos ao tempo de penúria dos morenos: a identidade através de um rito em Brejo dos Crioulos (MG)*. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília, 1999.
- COSTA, J. B. *Cerrados Norte Mineiro: populações tradicionais e suas identidades territoriais*. In: Almeida, Maria G. (org.) *Tantos Cerrados: múltiplas abordagens sobre a biogeodiversidade e singularidade cultural*. Goiânia: Vieira, 2005.
- D’ANGELIS FILHO, J. S. *Políticas locais para o “des-envolvimento” no Norte de Minas: uma análise das articulações local & supra-local*. Dissertação (Mestrado) Universidade Católica de Temuco – CDS, 2005.
- DANGELIS, J. S; DAYRELL, C. A. *Ataque aos cerrados: a saga dos geraizeiros que insistem em defender o seu lugar*. In: Caderno do Ceas – Cerrado, Meio ambiente Agronegócio Deserto Verde. Salvador Centro de Estudos e Ação Social, 2006.
- DAYRELL, C. A. *Geraizeiros y Biodiversidad en el Norte de Minas Gerais: La contribución de la agroecología y de la etnoecología en los estudios de los agroecosistemas*. Huelva: Universidad Internacional de Andalucía, 1998. (Dissertação de Mestrado).
- DAYRELL, C. A. “Povos e comunidades tradicionais movimentam os sertões de Minas Gerais: em cena novos sujeitos sociais”. *Revista da AMA*, ano 1, 1ª edição, março de 2008.
- DELGADO, Guilherme. “A questão agrária na Era do Agronegócio, 1983-2003: ajuste externo, abertura política e domínio liber”. In: RAMOS FILHO, Luiz Octávio; ALY Jr. Osvaldo. *Questão Agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual*. São Paulo: INCRA, 2005.
- DELGADO, Guilherme. *Capital financeiro e agricultura no Brasil*. São Paulo/Campinas: Ícone/Unicamp, 1985.
- GALIZONI, F. M. “Terra, ambiente e herança no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais”. *Revista Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, 2002.

- LANDER, E. *Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de ciencias Sociales – CLACSO, 2005.
- MAZZETTO SILVA, C. E. “Lugar-habitat e Lugar-mercadoria: territorialidades em tensão no domínio do Cerrado”. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice (orgs.). *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- PIERSON, D. “O Homem no Vale do São Francisco”. Ministério do Interior/Superintendência do Vale do São Francisco. 1972, Tomo II.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. *Dos Cerrados e de suas riquezas*. In: <http://www.povosdocerrado.org.br/?p=12>, setembro de 2008
- RIBEIRO, R. F. *Florestas anãs do sertão: o Cerrado na história de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- RIBEIRO, R. F. *Certão-Serrado: história ambiental e etnoecologia na relação entre populações tradicionais de Minas Gerais e o bioma do Brasil Central*. Dissertação (Mestrado) UFRJ. Rio de Janeiro, Seropédica, 2001.
- RIBEIRO, E. M. *et alli*. “Gestão, uso e conservação de recursos naturais coletivos em comunidades rurais do alto Jequitinhonha”. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* (ANPUR), v. 7, p. 51-62, 2006.



Unidades de Conservação como ferramenta de reintegração entre pessoas e meio ambiente: possibilidades e desafios

Cecília Fernandes de Vilhena¹

Introdução

A separação do homem e da natureza começou no período Neolítico e se aprofundou ao longo da história. Após a revolução industrial esta separação foi intensificada e o homem, cada vez mais, passou a se sentir uma espécie superior à natureza, passando esta a ser explorada indiscriminadamente.

Ao passar do tempo, com o crescimento das cidades, foram surgindo ideias ambientalistas que reforçavam a necessidade de uma revalorização da natureza. Nesse contexto emerge, inicialmente nos Estados Unidos, a ideia de proteção da natureza baseada na criação

-
1. Graduada em Turismo pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2004), e possui Especialização em Turismo e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal de Minas Gerais (2006), além de Especialização em Avaliação de Impactos Ambientais e Recuperação de pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (2007). Atualmente é Analista Ambiental do Instituto Estadual de Florestas, atuando como Gerente de Proteção da Biodiversidade do IEF – Escritório Regional do Alto Jequitinhonha. Tem experiência na área de Turismo, com ênfase em Ecoturismo, e na conservação da biodiversidade e criação e gestão de unidades de conservação.



de espaços reservados que deu origem ao mecanismo de criação de áreas protegidas, posteriormente, denominadas como Unidades de Conservação (UC's). Tal ferramenta de conservação aos poucos se espalhou pelo mundo e hoje, muitos países adotaram este mecanismo que vem passando por um processo de evolução e adaptações quanto às formas de manejo e gestão.

No entanto, a manutenção de áreas naturais, públicas e privadas, fundamentais para assegurar serviços ambientais como a produção de água e a redução de gases do efeito estufa, é ainda vista por alguns como tema de baixa prioridade, quando não como um mero entrave ao desenvolvimento, sendo desprezada sua efetiva necessidade e também como oportunidade socioeconômica.

Este trabalho pretende destacar a importância das unidades de conservação bem como os diversos avanços e desafios na gestão das mesmas, ressaltando a contribuição destas áreas não apenas para a conservação da biodiversidade, mas também para geração de benefícios socioeconômicos para comunidades do entorno e, ainda, a possibilidade de contribuição para uma reintegração das pessoas com a natureza, através de vivências em meio natural e da promoção de uma educação ambiental transformadora.

Inicialmente será abordado o contexto histórico da separação homem/natureza e da criação das unidades de conservação. Serão enfatizados os benefícios e os custos da implantação das UC's e, ao final, estes benefícios serão exemplificados tendo em vista as unidades de conservação criadas pelo Estado de Minas Gerais, com enfoque na região do Alto Jequitinhonha, em especial no Parque Estadual do Rio Preto. O trabalho visa ainda a alertar para as dificuldades encontradas na gestão e para as possibilidades de contribuição direta e indireta destas UC's para um desenvolvimento regional pautado em bases sustentáveis.

Histórico da relação homem x natureza: da ruptura à percepção de necessidade de mudança

À medida que a humanidade foi aumentando sua capacidade de intervir na natureza para satisfação das suas necessidades e desejos crescentes, foi se sentindo mais “dona” da natureza e foi se desvinculando do naturalismo. Os grupos humanos passaram por estas transformações em momentos diferentes, com intensidade diversa em diferentes locais do mundo.

Segundo Proença (1978), “as primeiras ações reconhecidas do homem foram as atitudes de criar instrumentos, dando início ao processo civilizatório pelo qual vem passando desde que surgiu sobre a Terra. Esta fase da história da humanidade é dividida em três períodos: Paleolítico Inferior, cerca de 500.000 a.C., Paleolítico Superior aproximadamente 30.000 a.C. e o Neolítico por volta do ano 10.000 a.C.”

Durante milhares de anos os grupos humanos viveram como nômades, deslocando-se de um lugar para outro à procura de alimento necessário para sua sobrevivência. Até o final do período Paleolítico, os humanos dependiam da caça de animais e da coleta de frutos e a sociedade era formada por pequenos clãs. Como o nomadismo resultava em doenças frequentes, cansaços e dificuldades na obtenção de alimentos, os índices demográficos eram baixos e estáveis.

Na era Neolítica o homem passou a ter seus primeiros contatos com a agricultura e a domesticação de animais, fato que possibilitou a substituição da vida nômade por uma vida mais estabilizada. Plantar alimentos e domesticar animais foram passos decisivos para o domínio da natureza e para o processo de fixação (sedentarização) dos grupos humanos. As pessoas começaram a se agrupar em pequenas comunidades agrícolas dando início à formação das vilas e cidades, o que provocou uma verdadeira revolução no modo de vida da humanidade.

De acordo com Fialho (2008), o homem, ao se fixar na terra, descobriu a “propriedade” e, a partir de então, implantou-se a “Lei do Ter”, onde quanto mais se tinha, mais rico se era, maior era o poder.

O homem desenvolveu e aprimorou técnicas como a de tecer panos, fabricação de cerâmicas e construção de suas primeiras casas, mas a energia utilizada ainda era o produto de seu próprio trabalho, ou seja, sua força muscular e tração animal.

O surgimento das vilas e cidades facilitou o aumento da produção e a agricultura, antes de subsistência, se transformou em uma agricultura de excedentes para comercialização. Começa então a busca pelo capital a favor do lucro. Essa agricultura já se preparava para o aumento da produção e da produtividade, com o objetivo de alimentar a população que se tornara cada vez menos agrícola. Locomovendo-se menos, aproveitando as crianças como mão de obra na agricultura e não tendo limites tão rígidos no suprimento alimentar, os homens passam a se reproduzir mais, causando um crescimento demográfico notável.

Darcy Ribeiro, em *O Processo Civilizatório*, caracteriza a evolução da civilização Americana da seguinte forma:

A Selvageria, a Barbárie e a Civilização, cada uma das quais subdividida em três idades: a Inferior, a Média, e a Superior. A partir da selvageria Inferior, correspondente à economia de simples coleta de frutos, raízes e nozes, o homem alcançaria a etapa Média com o uso do fogo e a economia da pesca; e a Superior, com a descoberta do arco-e-flecha. A Barbárie teria início com a cerâmica, desdobrando-se na etapa Média, com a domesticação de plantas e animais, a irrigação, a edificação com tijolos e pedra, e passando à Superior com a fabricação de instrumentos de ferro. (RIBEIRO, 1975)

Surge a era da ciência moderna, que dividiu o pensamento em fragmentos e passou a desvalorizar o saber tradicional das comunidades primitivas que até então muito haviam contribuído para o desenvolvimento das sociedades. Essa ciência veio à tona seguida de um grande momento na história da humanidade, a chamada Revolução Industrial.

A Revolução Industrial é considerada um dos mais importantes acontecimentos da história do mundo, assim como a invenção da agricultura e das cidades. Baseou-se em uma expansão contínua de acordo com as metas de cada sociedade que passaram por um processo

de transição de uma base agrícola-artesanal para o urbano-industrial, utilizando a energia fóssil possibilitando a aceleração do processo de transformação, no intuito de melhorar a vida na Terra através de um progresso imediato.

A melhoria na condição de vida da sociedade moderna se deu em curto prazo com os produtos gerados pela industrialização. Devido aos benefícios adquiridos e ao desprezo a natureza, o homem moderno passou a utilizar os recursos naturais sem discriminação. Como estes produtos passaram a facilitar a vida, a sociedade moderna tendeu ao abandono das técnicas tradicionais, dando preferências aos produtos industrializados.

O avanço tecnológico e a urbanização das populações sob o sistema capitalista trouxeram e geraram muitos benefícios, mas também sérios e pesados transtornos. Se por um lado, algumas populações foram beneficiadas com a melhoria da qualidade de vida, por outro, a grande maioria sofre com a desigualdade socioeconômica e ambiental.

O espaço também foi alterado originando a formação de ambientes artificiais contrapostos à natureza. Gympel (2001), em sua obra *História da Arquitetura*, destacou que a casa passou a se fechar ao ambiente externo e natural, com quatro paredes e teto sobre a cabeça, separando o homem do meio ambiente e possibilitando a criação de dimensões humanas. Os espaços artificiais, como as construções, refletiam também o modo de se pensar e sentir e as relações começaram a deixar de ser comunitárias dando lugar ao individualismo.

A paisagem é humana, tem dimensão da história e do trabalho socialmente reproduzido pela vida do homem. É expressão de um trabalho social materializado, mas também é expressão de um modo de vida. A desigualdade que pode ser percebida no olhar da paisagem é consequência dos contrastes decorrentes do processo de produção do espaço urbano. As relações criam as formas e as funções que devem ser cumpridas. (FANI, 1994)

A exploração, então, não se dava somente aos recursos naturais, mas também do ser humano, pois, com o crescimento do capitalismo, uma minoria da sociedade passou a ter o acúmulo do capital adqui-

rindo um domínio, que explorava a mão de obra. Essa exploração originava insatisfação e desigualdades sociais nas populações.

Pode-se dizer que a crise da modernidade, em síntese, resulta da inserção dos indivíduos na sociedade de forma desigual; resulta de promessas não cumpridas, advindas do próprio ambiente histórico da modernidade; resulta da crise do capital; é função da crise do Estado e da crise da política. (HISSA, 2002).

Passa a existir uma dupla agressão nos ecossistemas: a do consumo ostentatório, do desperdício, dos descartáveis, do lixo excessivo; e a do subconsumo, das condições miseráveis de vida.

As relações sociais se tornaram altamente conflitantes. A competição entre os humanos da sociedade moderna fez com que a ética fosse deixada de lado, valorizando o poder e a ganância pela posse e pelo domínio. Como se já não bastassem os conflitos sociais, os interesses da sociedade contrapunham a preservação da natureza e, quanto mais o sistema vigente era alimentado, mais a natureza era destruída. Emergem os impactos ambientais destacando-se a poluição atmosférica devido à emissão de gases, à poluição das águas, à perda e contaminação dos solos devido à modernização da agricultura e ao uso indiscriminado de agrotóxicos, à desertificação, ao desmatamento e conseqüentemente à diminuição da biodiversidade quebrando as cadeias ecológicas.

O processo de crescimento da população mundial também possui interferência direta para fomentar essa crise da natureza em face das ações da população sobre o ambiente natural.

A população mundial foi paulatinamente ganhando novos membros, sendo que em nenhum momento da história da humanidade foi tão decisivo neste processo quanto o pós-revolução industrial.

Após o ano de 1950, segundo Gewehr (2009), o mundo assistiu a uma verdadeira explosão no crescimento da população mundial. Os números de crescimento passaram a ser preocupantes se comparados ao crescimento da população ao longo da história da humanidade, elevando em um bilhão o número de pessoas na Terra em apenas 35 anos, sendo que o crescimento da população mundial deverá permanecer em crescente

evolução até o ano de 2050, quando as projeções são de que a população mundial possa atingir a marca de 11 bilhões de habitantes.

A questão ambiental, portanto, faz questionamentos diante do crescimento econômico sustentado sobre as desigualdades sociais. Nesse contexto, temas como miséria, fome, condições subumanas de moradia, são tão ambientais quanto, poluição, devastação das florestas e extinção de espécies animais. “Tratar a questão ambiental, portanto, abrange a complexidade da ação humana [...]” (Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio Ambiente e Saúde, 1997).

No início do século XX, começaram a surgir reações contra o modelo de desenvolvimento e as consequências que este modelo capitalista vinha trazendo para as cidades modernas. Cidades estas, que estavam se tornando cada vez mais artificiais.

Em nossa cultura ocidental ainda dominada pela visão mecanicista e fragmentada do Mundo, um crescente número de indivíduos começa a se aperceber do fato de que essa visão constitui a razão subjacente da ampla insatisfação reinante em nossa sociedade. (CAPRA, 1983)

Desde o século XIX, com o Transcendentalismo, movimento literário, político e filosófico que nasceu nos Estados Unidos em torno das ideias do filósofo americano Ralph Waldo Emerson (1803-1882) e de Henry David Thoreau (1817-1862), seu mais importante seguidor, difundiu-se a ideia de que a natureza teria outros usos além dos recursos naturais. Henry Thoreau defendeu que as áreas selvagens faziam parte de um bem americano, um atributo da nova nação que a fazia superior às áreas totalmente colonizadas da Europa.

Thoreau era um grande crítico do modernismo e reconhecia uma conexão orgânica entre o homem e a natureza. Afirmou em 1859 que o que denominamos de mundo selvagem é, na verdade, uma civilização diferente da nossa, e suas ideias se tornaram a base do movimento ambientalista até os dias atuais.

Nesta época, outras publicações também contribuíram para reforçar a necessidade de uma revisão da relação homem/natureza.

Os livros *A origem das espécies* (1859) e *Descendência do homem* (1871), de Charles Darwin, e *Man and Nature* (1864) de Georg Marsh, ajudaram a influenciar a visão sobre a natureza. De acordo com Araujo (2007), a obra de Darwin derrubou o dogma vigente de que o homem era uma criação especial de Deus, situando-se acima do mundo natural. Por sua vez a obra de Marsh foi pioneira em analisar os impactos negativos de nossa civilização sobre o meio ambiente. Ele alertava que a onda destruidora da natureza ameaçava a existência do homem sobre a Terra. Assim, a mesma ciência que havia caracterizado a natureza como uma simples máquina começava também a valorizá-la a partir da visão dos naturalistas.

Contexto histórico da criação e gestão de Unidades de Conservação

Em meados do século XIX, nasceu nos Estados Unidos uma concepção de proteção da natureza baseada na criação de espaços reservados, cujo uso seria controlado pelo poder público. Essa concepção teve como marco histórico a criação do Parque Nacional de Yellowstone, em 1872, primeiro Parque Nacional americano, considerado um referencial para as unidades de conservação modernas.

No Brasil, o primeiro a propor a criação de parques nacionais foi o engenheiro André Rebouças (1838-1898), mas as condições político-econômicas vigentes não eram favoráveis à concretização das propostas, ao contrário, conjugavam a favor da expansão econômica com a devastação da natureza.

A geração atual não pode fazer melhor doação às gerações vindouras do que conservar intactas, livres do ferro e do fogo as duas mais belas ilhas do Araguaia e do Paraná. Daí a centenas de anos poderão os nossos descendentes, ir ver os espécimes do Brasil tal qual Deus os criou; encontrar reunidos no norte e no sul os mais belos representantes de uma fauna variadíssima e, principalmente, de uma flora que não tem rival no mundo. (REBOUÇAS, *apud* ARAUJO, 2007)

Somente em 1937, com base legal consolidada e mobilização de alguns setores da sociedade, é criada a primeira unidade de conservação do Brasil no Rio de Janeiro, o Parque Nacional do Itatiaia.

A iniciativa de criação de parques nacionais se espalhou por vários países, diversificando-se com o passar do tempo, passando desse modo a receber a denominação genérica de unidades de conservação.

As unidades de conservação, internacionalmente denominadas áreas protegidas, são conceituadas pela IUCN (União Internacional para a Conservação da Natureza) como “uma área de terra e/ou mar especialmente dedicada à proteção e manutenção da diversidade biológica e de seus recursos naturais e culturais associados, e manejada através de instrumentos legais ou outros meios efetivos” (IUCN, 1994).

No entanto, segundo Pádua (1978),

as primeiras unidades de conservação foram criadas sem nenhum tipo de critério técnico e científico, ou seja, foram estabelecidas meramente em razão de suas belezas cênicas, como foi o caso do Parque Nacional de Itaguaçu, ou por algum fenômeno geológico espetacular, como o Parque Nacional de Ubajara, ou ainda, por puro oportunismo político como o Parque Nacional da Amazônia. (PÁDUA, 1978)

Desse modo, inicialmente, houve uma ineficiência no processo de criação e gestão das unidades, fato que se reflete ainda nos dias atuais.

No I Congresso Mundial de Parques, realizado em 1962 em Seattle, nos Estados Unidos, predominou a visão tradicional dos Parques, voltada para a preservação de paisagens naturais para o lazer e para o turismo. Até então os Parques eram estabelecidos sem muita preocupação com os impactos negativos sofridos pelas populações locais. A opinião e os direitos dos povos indígenas e das comunidades locais eram totalmente desconsiderados (PHILLIPS, 2003, *apud* ARAUJO, 2007). No entanto, não se podia negar a realidade vivida pelos parques nacionais em amplas regiões do mundo, onde conflitos com as populações tradicionais começavam timidamente a aparecer.

A partir de 1982, no III Congresso Mundial de Parques realizado em Bali, deu-se maior importância aos temas relacionados às populações, ao desenvolvimento, aos grupos indígenas e às comunidades locais. Foi estabelecida a visão de que a viabilidade em longo prazo das áreas protegidas dependeria de sua capacidade de integração ecológica, social e econômica com a área de entorno. Assim, maiores benefícios econômicos deveriam fluir dessas áreas para as comunidades de entorno (HALES, 1989 *apud* ARAUJO 2007).

Em 1997, em conferência realizada pela IUCN, foram identificados os principais desafios a serem enfrentados pelas UC's no século XXI, destacando-se, segundo Araujo (2007): 1) mudar o enfoque das UC's de "ilhas" para "redes"; 2) fazer com que as áreas protegidas sejam manejadas por, para e com as comunidades locais, e não contra elas; 3) aumentar os padrões de gestão e capacitação para enfrentar os desafios identificados.

No Brasil, um marco importante foi a sanção da Lei 9.984, no ano 2000, que estabeleceu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e a criação do Decreto nº. 4.340, no ano de 2002, que regulamenta o SNUC, grandes conquistas socioambientais que passaram a garantir mecanismos de participação da sociedade nos processos de criação e gestão das UC's.

As Unidades de Conservação são definidas pelo SNUC como "porções do território nacional, incluindo as águas territoriais, com características naturais relevantes, de domínio público ou propriedade privada, legalmente instituídas pelo poder público, com objetivos e limites definidos, e sob regimes especiais de administração, às quais se aplicam garantias adequadas de proteção".

Estas se dividem em dois grupos, sendo um de "proteção integral", que tem como objetivo preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais; e outro de "uso sustentável", que tem como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. As UC's são organizadas em diferentes categorias, definidas como categorias de manejo (Tabela 1), cada qual atendendo prioritariamente a determinados obje-

tivos, que poderão ter maior ou menor significado para a manutenção de tradições culturais e preservação dos ecossistemas naturais.

TABELA 1 – Categorias de Unidades de Conservação

UNIDADES DE PROTEÇÃO INTEGRAL	UNIDADES DE USO SUSTENTÁVEL
Estação Ecológica	Área de Proteção Ambiental
Reserva Biológica	Área de Relevante Interesse Ecológico
Parque	Floresta
Monumento Natural	Reserva Extrativista
Refúgio da Vida Silvestre	Reserva de Fauna
_____	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
_____	Reserva Particular do Patrimônio Natural

Fonte: Lei 9985/2000, art. 8º e 14º

O SNUC define uma questão importante e recorrente: a falta de transparência e de participação no estabelecimento e gestão das unidades de conservação. A obrigatoriedade de consultar a população local para estabelecer, segundo o art. 22, e para elaborar o manejo das novas unidades de uso direto (art. 27) e a obrigatoriedade de estabelecer conselhos consultivos nas unidades de uso indireto (art. 29) são um grande e necessário avanço.

Além da consulta pública, passa a ser necessária a elaboração de estudos técnicos para a criação das unidades de conservação, visando à localização, à dimensão e aos limites mais adequados para a unidade. Tais procedimentos deverão obedecer, entre outros, aos princípios do interesse público, da motivação e da publicidade e, evidentemente, poderão ser objeto de ações judiciais, se desrespeitada a legislação pertinente.

O SNUC traz ainda algumas garantias às populações tradicionais e garante em várias das categorias, uma participação direta das populações beneficiadas na gestão, como, por exemplo, no caso das Reservas Extrativistas (RESEX), modelo de área protegida genuinamente brasileiro que consiste em áreas de domínio da União com uso concedido às populações tradicionais, geridas por um conselho deliberativo, e que têm como objetivos “proteger os meios de vida e a cultura de populações

extrativistas e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais”.

Essa mudança de enfoque no âmbito das políticas de conservação marcou o 5º Congresso Mundial de Parques Nacionais da IUCN, realizado em 2003 em Durban, na África do Sul. Na ocasião, os participantes reconheceram que no passado os executores das políticas de conservação não se comprometeram o suficiente com as comunidades cujos interesses foram afetados pela criação dessas áreas e que as áreas protegidas não poderiam mais ser concebidas como um espaço isolado da realidade social e econômica circundante. Ao contrário, deveriam fazer parte de programas de desenvolvimento sustentável e de preservação da biodiversidade, buscando agregar a participação social e o desenvolvimento local como condições para o sucesso do esforço de conservação.

Um fato mundialmente aceito nos dias de hoje, é que a proteção das espécies de fauna e flora nativas de um país ou região só poderá ser feita, de forma efetiva, com a preservação de parcelas significativas de seus ambientes naturais. Em razão disso, no Brasil, a exemplo de muitos outros países, estão sendo criadas diversas unidades de conservação, visando, além da proteção dos recursos bióticos, à conservação dos recursos físicos e culturais destes mesmos espaços naturais.

De acordo com Scherl (2006), a criação de unidades de conservação favorece certos indivíduos ou grupos mais do que outros, e as populações rurais tendem a estar entre aquelas mais fortemente em desvantagem. Neste sentido, as áreas protegidas não são diferentes de outras abordagens de gestão de recursos elaboradas por governos centrais, incluindo concessões madeireiras, construção de barragens, desenvolvimento da infraestrutura, e assim por diante. Entretanto, as áreas protegidas deixam mais opções futuras disponíveis do que aquelas permitidas por mudanças radicais no uso da terra.

Muitas vezes as UC's são vistas como empecilhos para o desenvolvimento econômico, uma vez que privam certas localidades de determinadas atividades econômicas incompatíveis com a conservação da biodiversidade local. No entanto, o foco das UC's não deve ser as proibições e limitações da degradação, mas sim a proteção

e, mais importante ainda, a essência em que elas se inserem como meio em busca da mudança de paradigmas na construção de um mundo melhor.

Benefícios potenciais das UC's

As unidades de conservação trazem alguns benefícios para as comunidades do entorno, bem como para toda a sociedade. Benefícios estes que muitas vezes não são percebidos por pessoas inseridas em meio ao um sistema que concentra riquezas e predomina o individualismo e a visão imediatista.

Segundo Scherl (2006), a Avaliação Ecosistêmica do Milênio (AEM) classifica alguns bens e serviços que as áreas protegidas podem fornecer para as populações que vivem nela e no seu entorno, e para a sociedade como um todo, em quatro categorias (AEM 2003).

A primeira categoria, *serviços de provisão*, inclui os serviços que fornecem produtos naturais com valor de uso direto para as comunidades rurais, como alimentos, água potável, madeira e plantas medicinais. Teoricamente, esses produtos deveriam ser legalmente acessíveis apenas às populações locais e vizinhas às áreas protegidas que permitem a utilização sustentável desses recursos (por exemplo, reservas extrativas e aquelas com objetivos de manejo incluídos nas Categorias IV, V e VI da IUCN). Entretanto, mesmo as áreas protegidas mais estritas podem fornecer adicional segurança de alimentação para as comunidades vizinhas, um exemplo é que as áreas protegidas funcionam também como um reservatório de peixes e vida silvestre que se estende às áreas vizinhas [...]

As outras três categorias de serviços de ecossistema incluem: *serviços reguladores* (ou seja, benefícios provenientes de serviços de ecossistema, tais como regulação climática, proteção de bacias, proteção da costa, purificação da água, sequestro de carbono e polinização); *serviços culturais* (ou seja, valores religiosos, turismo, educação e herança cultural); e *serviços de suporte* (ou seja, formação de solos, ciclo de nutrientes e produção primária). (SCHERL, 2006).

McNeely (2004, *apud* SCHERL, 2006) ressalta que, apesar desses serviços serem importantes para o bem-estar da população, eles fornecem pouco alívio imediato e concreto para as comunidades pobres localizadas nas áreas protegidas e no seu entorno. Dessa forma, enquanto serviços como proteção de bacias e regulação climática tendem a ser benefícios mais a nível nacional e internacional, serviços como o de proteção de tempestades, fornecidos pelos mangues costeiros ou florestas acima dos vilarejos nas montanhas, são benefícios mais locais.

Importante ressaltar também outros grandes benefícios potenciais de uma unidade de conservação, tais como:

Geração de emprego e renda

As áreas protegidas representam algumas das poucas opções de renda disponíveis para as populações em áreas afastadas, fornecendo, por exemplo, empregos como guarda-parques, vigias, porteiros, serviços gerais, monitores ambientais ou na indústria do turismo.

Além das possibilidades de empregos diretos, as áreas protegidas que permitem a visitação, como os Parques, contribuem para o desenvolvimento de uma cadeia de serviços através do incremento da atividade turística, possibilitando a geração de emprego e renda de forma indireta, como, por exemplo, na confecção e venda de produtos regionais, em serviços de alimentação e hospedagem, e ainda no fomento da economia local, como em farmácias, postos de gasolina, etc.

Melhorias na infraestrutura básica e de apoio ao turista

Muitas áreas afastadas importantes para a biodiversidade são acessíveis somente a pé, e a infraestrutura dessas áreas protegidas, estradas, por exemplo, pode trazer novas oportunidades econômicas para a população rural. Talvez se perceba que o novo acesso a mercados abre espaço a muitas novas oportunidades para o avanço

econômico. Outros exemplos comuns são também melhorias na sinalização e nos meios de comunicação que podem ocorrer em função da existência da UC.

Ordenamento do uso do solo

As áreas protegidas são uma ferramenta que permite promover um planejamento efetivo do uso da terra e da água de modo a melhor contribuir para a ampliação dos planos e programas de desenvolvimento socioeconômico no território onde elas estão localizadas.

Recebimento de incentivos financeiros

Municípios que possuem áreas protegidas são beneficiados através do repasse do ICMS Ecológico, mecanismo fiscal existente no Brasil com o objetivo de premiar e compensar financeiramente os municípios que investem e trabalham nas soluções de seus problemas ambientais, através de medidas tanto de saneamento ambiental quanto da criação e implantação de UC's.

Promoção da educação ambiental

As áreas naturais são locais ideais para o desenvolvimento de programas de educação ambiental, uma vez que representam verdadeiros laboratórios, fonte inesgotável de meios que facilitam a compreensão do lugar do homem no mundo.

Ao oferecer variadas oportunidades de contato direto com ambientes naturais, ricos em oportunidades de experiências sensoriais e afetivas, com desafios cognitivos, as UC's assumem sua função educativa e integram-se nos processos de desenvolvimento, influenciando os seus rumos. O processo de educação ambiental pode favorecer

tanto as comunidades do entorno quanto os visitantes das cidades, contribuindo para um processo no qual os indivíduos tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, habilidades, experiências, valores e a determinação que os tornam capazes de agir, individual ou coletivamente, na busca de soluções para os problemas ambientais, presentes e futuros.

Segundo Cassino (1998):

O contato lúdico com o meio natural coloca-nos a possibilidade de ruptura com maneiras de sentir, de pensar e de conduzir nossas ações com valores sedimentados por uma rotina de vida que nos afasta de nossa condição de animal/natural: intuição, instinto, capacidade de lidar com o inesperado e de enfrentar nossos medos interiores e aqueles quase atávicos do ser humano (medo dos grandes espaços abertos ou da profundidade e escuridão das cavernas, o temor à chuva, à força dos ventos, e ao calor abrasivo do sol, o pavor diante de grandes ou pequenos animais, a insegurança frente à desordem das árvores das matas), tudo isso se apaga no cotidiano urbano. E o estar na natureza força rupturas, negociações e enfrentamentos, que induzem à construção de novas leituras sobre nós mesmos, nossos prazeres, nossas crenças sobre o que somos, o que gostamos e o que acreditamos. (CASSINO, 1998, *apud* Serrano, 2000)

Dessa forma, os programas de educação ambiental nas UC's funcionam como elos entre as áreas protegidas e o público produzindo resultados importantes e necessários tanto para a conservação como para o desenvolvimento das pessoas.

Proporciona a recreação na natureza

As UC's, principalmente os Parques, oferecem oportunidades de recreação em meio à natureza, não apenas para os visitantes que vêm de longe, mas também aos moradores do entorno, e ainda contribuem para a manutenção da qualidade ambiental dos atrativos naturais ao longo do tempo e a garantia de permanência como área pública,

onde todos terão sempre acesso, levando-se em conta o regulamento da visitação na UC.

A atividade recreativa, segundo Takahashi (2004), é tratada como um dos melhores meios para conservar as áreas naturais, sendo não apenas um benefício da UC gerado para a sociedade, mas também uma alternativa potencial para alcançar os objetivos de desenvolvimento e conservação de uma região.

Através da visitação nas UC's, surge uma oportunidade de aproximar a sociedade e despertar o seu interesse sobre a conservação das áreas protegidas, exercendo efeito direto na adoção de diferentes condutas e políticas favoráveis à proteção do meio ambiente.

Em outras palavras, as pessoas sentem-se atraídas pela diversidade dos ambientes e pela fragilidade de ecossistemas e espécies, aumentando seus desejos por conhecer e preservar tais áreas.

Dessa forma, as áreas naturais oferecem oportunidades únicas para a (re)aproximação das pessoas aos ambientes naturais, aliando conhecimento, reflexões, desafios, afetividade, curiosidade, imaginação e noção de pertencimento.

Custos Potenciais das UC's

Alguns custos potenciais das unidades de conservação merecem também ser comentados, mas é preciso atentar-se para o fato de que muitos destes custos podem ser minimizados com a possibilidade de participação comunitária, desde a criação até a gestão das UC's, e com maiores investimentos na implantação das áreas.

De acordo com Scherl (2006), críticos do modelo histórico estrito de áreas protegidas – o que eles chamam de “fortress conservation” (conservação como fortaleza), “modelo colonial” ou “fines and fences approach” (método de multas e cercado) – ressaltam que esse modelo frequentemente envolve deslocamentos da população e normalmente a priva do acesso a recursos como terra, madeira e vida silvestre. Segundo eles, as populações rurais pobres dependem imensamente

do acesso aos recursos naturais para manter o seu sustento e esse modelo nega às comunidades nativas os seus direitos e responsabilidades tradicionais no manejo desses recursos, agravando assim todas as dimensões de pobreza.

No entanto, ainda segundo Scherl (2006), o fato de as pessoas que vivem em torno das áreas protegidas nos países em desenvolvimento serem frequentemente pobres e marginalizadas, talvez apenas reflita o fato de que as áreas protegidas estão muitas vezes localizadas nas áreas menos produtivas para a agricultura ou em regiões rurais afastadas com pouco acesso a mercados, ou em áreas para onde as populações socialmente marginais foram relegadas pelas sociedades dominantes. Assim, não se pode provar, cientificamente, que as áreas protegidas por si mesmas perpetuam a pobreza sem considerar a história, a geografia, o *status* econômico nacional e estratégias nacionais de desenvolvimento.

Outra crítica frequente diz respeito às comunidades vizinhas, às unidades de conservação que algumas vezes sofrem com animais que invadem suas plantações ou com predadores que ameaçam seus animais de criação. Em muitos casos, quando ocorre este tipo de invasão, gera sentimentos de hostilidade e ressentimento dos proprietários e, conseqüentemente, aumentam as ameaças e conflitos na área protegida.

Um fato acordado por todos – críticos, pesquisadores e gestores – no entanto, é que a existência de muitos “parques de papel”, ou seja, áreas naturais protegidas somente pela lei de criação, mas sem mecanismos de gestão que garantam a sua efetiva implantação, potencializam os custos e dificultam o alcance dos benefícios potenciais de uma UC.

Desafios na criação e gestão de Unidades de Conservação

São muitos os desafios a serem enfrentados para que as unidades de conservação possam desempenhar um papel mais significativo na aproximação da relação entre o homem e a natureza.

A transformação dos “parques de papel” em áreas efetivamente manejadas e geridas é fundamental para que as UC’s possam alcançar os seus objetivos e maximizar os benefícios na sociedade advindos da proteção da área natural. Para que isto seja possível esbarramos no nosso maior desafio: o de obter todo o investimento financeiro necessário para a regularização fundiária das áreas, contratação e capacitação de mão de obra, elaboração dos planos de manejo e implantação de infraestrutura adequada. No Brasil, percebe-se um grande avanço nesse sentido, mas ainda há um longo caminho a ser percorrido, a começar com a necessidade de maior investimento por parte do governo em todas as questões ambientais.

A formação de parcerias para uma ação participativa na gestão de áreas protegidas é também um avanço necessário e um desafio. Sistemas de cogestão entre as comunidades locais e assessores técnicos (autoridades governamentais das áreas protegidas, ONGs ou empreiteiros particulares) podem assegurar que as comunidades locais tenham maior participação na tomada de decisão e recebam uma parte maior dos benefícios das áreas protegidas (WELLS; BRANDON, 1992).

Outro grande desafio é a expansão dos programas de educação ambiental nas UC’s. Segundo Medina e Santos (2001, *apud* VASCONCELOS, 2006),

não se trata tão somente de ensinar sobre a natureza, mas educar “para” e “com” a natureza, para agir corretamente ante os grandes problemas das relações do homem com o ambiente; trata-se de ensinar sobre o papel do ser humano na biosfera para a compreensão das complexas relações entre a sociedade e a natureza e dos processos que condicionam os modelos de desenvolvimento adotados pelos diferentes grupos sociais.

É necessário, portanto, a realização de planejamento dos programas de educação ambiental das UC’s no intuito de se alcançar o propósito de formar pessoas sensíveis para com a natureza, atentas para os problemas socioambientais existentes e capazes de interferir nas decisões da sociedade.

No Brasil, esses programas são recentes e precisam ser ampliados e melhor adequados, além disto, é preciso conciliar a visitação e os programas de educação ambiental sem comprometer a conservação da área protegida.

Assim, a nova geração de profissionais de áreas protegidas tem o desafio de trabalhar na busca de uma associação de forma mais produtiva entre as áreas protegidas e o desenvolvimento socioeconômico, atuando como lideranças no alcance do desenvolvimento sustentável em várias paisagens e nos corações e mentes da sociedade humana.

No intuito de possibilitar às áreas protegidas um papel maior no desenvolvimento sustentável, Scherl (2006) sugere três níveis de ação conforme demonstrado abaixo.

Em nível local, autoridades e gestores de áreas protegidas deveriam:

- Avaliar o impacto social durante a criação e durante as avaliações de rotina da efetividade do manejo das áreas protegidas;
- Apoiar programas integrados de conservação e desenvolvimento através de abordagens inovativas;
- Aumentar os investimentos na capacitação da comunidade local para a gestão da área protegida;
- Encorajar a participação ativa das comunidades locais na gestão das áreas protegidas.

Em nível nacional, os governos poderiam:

- Estabelecer estruturas legais para o reconhecimento dos direitos de posse da terra e outras propriedades (por exemplo, recursos naturais) das comunidades nativas e locais;
- Desenvolver mecanismos para avaliar serviços de ecossistemas fornecidos pelas áreas protegidas e inseri-los em sistemas de contabilidade nacionais de modo a incentivar e recompensar

pelo manejo de bens públicos nacionais como, por exemplo, a proteção de bacias;

- Encorajar sistemas de governança inclusivos em áreas protegidas que reconheçam os direitos consuetudinários e tradicionais e deem voz e poder a grupos em desvantagem;
- Fortalecer e expandir as áreas protegidas cogestionadas, por exemplo, por agências governamentais, comunidades indígenas e locais, ONGs ou setor local, ou mesmo entre governos de Estado como no caso de áreas protegidas transfronteiriças;
- Dar maior reconhecimento e desenvolver estruturas legais de apoio às áreas de conservação comunitária;
- Encorajar a criação de áreas protegidas das categorias que envolvem a manutenção das culturas locais e dos modos de vida tradicional, que permitam a utilização sustentável de recursos como, por exemplo, as RESEX (Reservas Extrativistas) e as RDS (Reservas de Desenvolvimento Sustentável);
- Integrar as áreas protegidas a uma larga escala de planejamento de uso da terra. Usos da terra que se complementam e apóiam mutuamente podem contribuir em longo prazo para a sustentabilidade ambiental, econômica e social de uma região. De fato, a gestão de mosaicos de paisagens pode ser um modelo viável para algumas regiões, uma vez que oferecem a possibilidade de associar iniciativas locais como áreas de conservação comunitária e reservas extrativistas com planejamento regional e nacional de uso da terra. Devem-se estabelecer instituições apropriadas para manejar áreas protegidas e terras adjacentes dentro de paisagens complexas, criando um fórum para que as principais partes interessadas possam se juntar, expressar seus pontos de vista e cooperar com novas parcerias para desenvolver e implementar estratégias de gestão mutuamente aceitáveis.

Contexto e importância das Unidades de Conservação estaduais em Minas Gerais e na região do Alto Jequitinhonha

Minas Gerais possui hoje 210 unidades de conservação sob jurisdição estadual, o que equivale a uma superfície de 2.616.977 ha, ou 4,46% do território mineiro. As unidades de conservação destinadas à proteção integral, ou seja, nas quais é proibida a coleta ou consumo direto dos recursos, cobrem 0,8% do território estadual ou 477.343,18 ha, distribuídos em diversas categorias de manejo, sendo 10 estações ecológicas (17.836 ha), 9 reservas biológicas (20.421,41 ha), 33 parques (419.269,88 ha), 1 monumento natural (7.273,89 ha) e 1 refúgio de vida silvestre (12.542) [dados obtidos na Diretoria de Áreas Protegidas do Instituto Estadual de Florestas em fevereiro de 2009].

Como se pode verificar, em Minas as UC's de proteção integral garantem a proteção de uma parcela muito pequena da área do Estado, insuficiente para a proteção efetiva dos biomas existentes, situação similar à encontrada em todo o país.

Apesar da área destinada à conservação ser considerada ainda pequena, tendo em vista as crescentes atividades degradadoras do meio ambiente no Estado, são enormes os problemas e desafios enfrentados pelos gestores das UC's na busca de alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável e de reaproximação do homem para com a natureza.

Para enfrentar esta situação, o Estado de Minas, através do Instituto Estadual de Florestas, órgão responsável pela gestão das unidades de conservação estaduais, tem desenvolvido importantes ações, no âmbito das unidades de conservação, visando a proteção da biodiversidade aliada à promoção do desenvolvimento sustentável, destacando-se:

- Realização de Diagnósticos Participativos de Unidades de Conservação – DIPUC: ferramenta, originalmente desenvolvida com a participação da cooperação técnica alemã (Projeto Doces Matas – IEF/ GTZ/IBAMA/Fundação Biodiversitas), que mobiliza conhecimentos e informações sobre as condições bióticas,

abióticas e a realidade socioeconômica das unidades e do seu entorno. Através dos DIPUC's é possível identificar a percepção dos moradores do entorno em relação às UC's e, a partir de então, melhorar o planejamento da gestão através de ações que visem uma maior aproximação da unidade com a comunidade local;

- Realização de Planos de Manejo: instrumento previsto no SNUC, de planejamento e direcionamento das ações de gestão, fundamental para a execução mais adequada das ações na UC e na sua área de entorno. Em 2003, somente duas UC's possuíam planos de manejo elaborados, mas desde então, diversos estudos foram contratados pelo Estado e hoje já são 13 planos concluídos, 11 planos em execução e 4 em processo de contratação do serviço, o que demonstra o grande avanço e empenho do Estado em munir as UC's com este importante instrumento de planejamento;
- Organização e capacitação de Conselhos Consultivos: apesar de também estar previsto no SNUC a criação dos conselhos consultivos, nunca na história do Estado este trabalho foi tão bem executado quanto agora, quando houve investimento pessoal e financeiro na formação de diversos conselhos, bem como na suas capacitações visando dar maiores possibilidades de participação e contribuição das comunidades na gestão das UC's. Em 2002 somente uma UC contava com conselho consultivo (Parque Estadual do Rio Doce) e, até outubro de 2009, 40 UC's já possuíam conselhos formados. A partir de 2008, o IEF, com apoio do PROMATA, capacitou 14 destes conselhos e espera-se que este processo continue avançando;
- Implementação do Sistema de Gerenciamento de Áreas Protegidas – SIGAP: mecanismo disponibilizado via internet e adotado em todas as UC do Estado, que tem como foco o planejamento e monitoria física e financeira das atividades realizadas em cada unidade de conservação e constitui em um importante instrumento facilitador da gestão.

- Ordenamento do ecoturismo: acreditando que a atividade ecoturística pode beneficiar as comunidades do entorno com a movimentação da economia local, foram feitos investimentos não apenas na estruturação das UC's visando uma melhor adequação para o uso público, mas também na divulgação das UC's abertas à visitação, através de parcerias com a Secretaria de Estado de Turismo, da participação em eventos do *trade* turístico e da confecção de materiais de divulgação dos Parques, tais como *folders*, guia ecológico dos Parques e elaboração de um *site* específico dos Parques de Minas, com foco no público ecoturista;
- Cursos de capacitação de funcionários e de moradores do entorno: diversos cursos são anualmente oferecidos aos funcionários das UC's, bem como aos moradores do entorno, podendo-se citar os cursos de Formação de Brigada Voluntária; de GPS e Técnicas de Combate a Incêndios Florestais; de Condutores Ambientais; de Resgate e Primeiros Socorros; dentre outros. Tais cursos além de garantirem uma mão de obra mais qualificada na UC oferecem também oportunidades de qualificação aos moradores do entorno, que muitas vezes acabam por conseguir oportunidades de emprego diversas em função de seu novo aprendizado, como, por exemplo, em empresas reflorestadoras, mineradoras, dentre outras;
- Regularização fundiária das unidades de conservação de proteção integral: está havendo um enorme esforço para a concretização da regularização fundiária das UC's estaduais, tendo sido inclusive estipuladas metas em áreas a serem regularizadas por ano (30.000 ha/ano), pelo Programa Estruturador do Estado de Minas. Destaca-se neste processo o Parque Estadual do Pico do Itambé, localizado na região do Alto Jequitinhonha, que está passando por um processo de reassentamento das famílias tradicionais residentes na área do parque, processo este pioneiro para UC's no Brasil;

- Edital para ONG's: a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) lançou, pelo segundo ano consecutivo, um Edital para seleção de projetos ambientais que tivesse como uma das linhas de ação “apoiar a promoção do desenvolvimento econômico em bases sustentáveis nas comunidades do entorno das Unidades de Conservação Estaduais”, o que comprova mais uma vez uma preocupação com o desenvolvimento sustentável destas localidades;
- Projeto de Lei Bolsa Verde: em junho de 2009 foi assinado, pelo governador, o decreto que regulamenta a iniciativa da Bolsa Verde que irá conceder incentivos financeiros, prioritariamente, aos pequenos produtores rurais e agricultores familiares que recuperam, preservam e conservam áreas necessárias à proteção das matas ciliares, à recarga de aquíferos e à proteção da biodiversidade e ecossistemas especialmente sensíveis em suas propriedades. A concessão de incentivo financeiro está prevista na Lei 17.727, de 13 de agosto de 2008, e já é praticada, de forma piloto, há seis anos pelo Projeto de Proteção da Mata Atlântica (Promata) em propriedades localizadas no entorno de unidades de conservação estaduais. Trata-se de um grande avanço na política ambiental de Minas Gerais, que irá contribuir para a garantia da sustentabilidade das pequenas propriedades rurais.

Nesse processo incluem-se também uma reformulação na estrutura organizacional do IEF com a criação, em 2007, de uma Diretoria de Áreas Protegidas destinada à gestão de unidades de conservação, o que reforça ainda mais a importância dada a estas áreas pelo Estado.

Essas ações têm contribuído substancialmente para o crescimento pessoal e profissional dos atores envolvidos e para o desenvolvimento do Sistema Estadual de Unidades de Conservação como um todo, podendo ser consideradas um marco divisório no processo de evolução das Unidades de Conservação em Minas Gerais.

Em reconhecimento a este avanço na gestão das UC's, Minas Gerais foi considerado o Estado brasileiro com maior índice de implan-

tação, investimento e planejamento de UC's do Brasil. A conclusão veio a partir do Diagnóstico da Situação Financeira de Sistema de Unidades de Conservação que está avaliando os Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná, uma iniciativa da TNC² em parceria com a Conservação Internacional (CI), SOS Mata Atlântica e Fundo Brasileiro para Biodiversidade.

Apesar de um grande avanço, o caminho a ser percorrido ainda é longo e, neste caminho, são inúmeros os desafios. Segundo o Secretário de Estado de Meio Ambiente, José Carlos Carvalho:

Há muito ainda por fazer, até porque, diante das vulnerabilidades ambientais brasileiras, mesmo quando fazemos o nosso máximo, esse máximo não é suficiente. Estamos como que caminhando numa trilha dos nossos parques, sabendo que o percurso é sinuoso e íngreme, mas ao mesmo tempo, prazeroso. (CARVALHO, *apud* ARAÚJO, 2007)

As UC's no Alto Jequitinhonha

Na região do Alto Jequitinhonha há uma concentração de diversas unidades de conservação, tendo sido a maioria criada na década de 1990. Tal fato deve-se à grande importância da biodiversidade da região que engloba parte da Cadeia do Espinhaço, cordilheira com 1.200 km de extensão que vai desde a porção central de Minas Gerais até o extremo norte da Bahia.

Segundo Mendonça Filho (2005), na região são encontradas diferentes fisionomias vegetais que fazem parte do bioma Cerrado, um dos

2. Criada em 1951, a TNC (The Nature Conservation) é uma organização sem fins lucrativos voltada para a conservação da natureza de todo o mundo. Presente em mais de 34 países, já ajudou a proteger mais de 47 milhões de hectares em todo o mundo. No Brasil, a TNC atua desde a década de 1980 e tornou-se uma organização brasileira em 1994.

mais ameaçados do mundo, estando entre as quatro áreas ou *hotspots* que apresentam concentrações excepcional de espécies endêmicas e está sofrendo uma grande perda de *habitat*, restando apenas 20% da vegetação original.

As condições especiais do clima e do solo na Cadeia do Espinhaço favorecem o desenvolvimento de uma flora típica não encontrada em nenhuma outra parte do Brasil, sendo que a fisionomia é dominada pelos Campos Rupestres, interrompida por manchas de Cerrado e Florestas de Galeria e Montana. (GIULIETTI, 1987, *apud* SILVA *et alli*, 2005)

Assim, a Cadeia do Espinhaço é considerada um centro de endemismo³ e de diversidade no mundo e sua importância biológica foi reconhecida em diversos estudos, inclusive naqueles para a definição das áreas prioritárias para a conservação dos biomas brasileiros e do Estado de Minas Gerais (COSTA *et alli*, 1998; MMA 1999; Conservation International Brasil *et alli*, 2000; DRUMMOND *et alli*, 2005).

Além disto, devido à diversidade de recursos naturais existentes, em 2005, parte da Cadeia do Espinhaço foi reconhecida pela UNESCO como Reserva da Biosfera, tendo como metas a proteção da biodiversidade aliada ao desenvolvimento sustentável e ao conhecimento científico.

A região destaca-se também pela presença de um enorme patrimônio histórico e cultural e pelas inúmeras nascentes de água, que são importantes fontes de abastecimento para bacias hidrográficas, como a do Rio São Francisco, Rio Doce e do Rio Jequitinhonha.

No entanto, as condições socioeconômicas precárias em que se encontra a maioria da população na região e a cultura extrativista, contribuíram para a geração de processos de degradação e uso inapropriado do solo e dos recursos hídricos, colocando em risco a manutenção dos recursos naturais.

3. Conjunto de espécies que ocorrem somente em um determinado lugar.

Dessa forma, as diversas UC's criadas pelo poder público no Alto Jequitinhonha são justificadas pela existência de uma grande riqueza natural e cultural e pela necessidade de proteção do ambiente para que as futuras gerações possam se beneficiar de todos estes recursos.

Um projeto regional que merece destaque e demonstra o processo de evolução na gestão das unidades de conservação estaduais é a criação do "Mosaico do Espinhaço: Alto Jequitinhonha – Serra do Cabral". A criação de Mosaicos está prevista no SNUC para regiões onde há uma concentração de UC's próximas, justapostas ou sobrepostas, no intuito de promover a gestão integrada e mais eficiente das mesmas, contribuindo efetivamente com o desenvolvimento regional ao buscar conservar e desenvolver de forma sustentável as áreas localizadas no interior e entorno dessas unidades.

A proposta do Mosaico abrange uma área de 910.000 ha se estendendo por 14 municípios onde estão localizadas sete unidades de conservação de proteção integral (Parque Nacional das Sempre Vivas, Parque Estadual da Serra do Cabral, Parque Estadual do Biribiri, Parque Estadual do Rio Preto, Parque Estadual Pico do Itambé, Parque Estadual da Serra Negra, Estação Ecológica Mata dos Ausentes), e cinco Áreas de Proteção Ambiental (APA Estadual Água das Vertentes e Municipais Felício dos Santos, Rio Manso, Serra do Gavião e Serra do Cabral).

O Parque Estadual do Rio Preto

Destaca-se na região, o Parque Estadual do Rio Preto, por conter uma infraestrutura completa de apoio à visitação e, assim, conseguir potencializar os benefícios da conservação da área protegida nas comunidades de seu entorno.

Criado em 1994, pelo decreto nº. 35.611, o Parque possui uma área de 12.185 ha e está localizado no município de São Gonçalo do Rio Preto. Dentre os principais benefícios do Parque gerados para as comunidades pode-se citar:

- Geração de trabalho, uma vez que o Parque é, atualmente, considerado o terceiro maior empregador do município, com 26 funcionários, ficando atrás apenas da Prefeitura Municipal e da Secretaria de Educação;
- Repasse de ICMS Ecológico, uma vez que a UC é também responsável por uma boa parte da arrecadação municipal através do ICMS Ecológico, que repassou somente em 2008 aproximadamente R\$477.120,00 à Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Preto (Fundação João Pinheiro);
- Promoção da Educação Ambiental, pois, além das atividades constantes de educação ambiental promovidas pela UC, diversos grupos de escolas da região utilizam o local como meio de se trabalhar o meio ambiente de forma transdisciplinar e não-formal;
- Divulgação do município e região a nível nacional e global;
- Fomento da economia local através do aumento crescente da visitação na UC, gerando uma fonte de renda alternativa para as comunidades rurais localizadas no entorno da UC bem como para os moradores da cidade. Através do Programa Turismo Solidário, executado pelo IDENE (Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas), muitos visitantes utilizam como albergaria as hospedagens domiciliares das comunidades localizadas no entorno do Parque, complementando a renda de diversas famílias tradicionais. Além da hospedagem, visitantes aproveitam para experimentar a culinária local e adquirir produtos após acompanhar o processo produtivo no local, tais como queijos, cachaças e artesanatos, o que agrega valor aos produtos e contribui para o aprendizado dos visitantes;
- Melhoria da infraestrutura, tendo em vista que melhorias na estrada de acesso ao Parque estão contempladas pelo Programa do Governo PRODETUR (Programa de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas) e deverá beneficiar não apenas os visitantes, mas também diversos moradores das comunidades rurais;

- Capacitação da comunidade através da realização de diversos cursos periódicos.

Importante destacar a existência, desde 2006, do conselho consultivo formado por representantes de órgãos públicos, privados e da sociedade civil, que tem relação com a UC ou seu entorno e que participa e contribui na gestão da UC, visando atender e conciliar os diversos interesses existentes.

O Parque Estadual do Rio Preto é, portanto um ambiente capaz de sensibilizar visitantes, sejam eles estudantes, moradores do entorno, ou turistas em busca de lazer, através da conciliação de atividades educativas e recreativas em meio natural. Dessa forma, o Parque consegue garantir importantes benefícios às comunidades do entorno e, ao mesmo tempo, promover oportunidades de vivências na natureza que contribuem para a formação de cidadãos mais conscientes quanto às questões ambientais que precisam ser enfrentadas pela sociedade.

Considerações finais

Predomina na sociedade moderna um modelo insustentável no qual o homem erroneamente se considera como o topo da evolução, acreditando que o planeta existe para suprir suas necessidades.

É necessário que haja uma revolução interna no ser humano que pode ser caracterizada como ecologia profunda⁴, pois não basta uma simples mudança de atitude no meio natural, mas uma percepção das suas reais necessidades deve estar internalizada no ser humano, para que as atitudes mudem no dia a dia de cada um.

Nesse contexto, as áreas protegidas têm a oportunidade de, seguindo uma visão holística, demonstrar através de vivências em meio natural que são as pessoas que devem adaptar-se a natureza, respeitando e observando seus ciclos.

4. Ecologia profunda é um novo paradigma que possui visão holística, que concebe o mundo como um todo integrado, e não como uma coleção de partes dissociadas.

As unidades de conservação têm, portanto, um importante enfoque nas relações entre as partes, podendo servir como portais para uma compreensão ecológica que poderá ser uma esperança de um futuro melhor.

Além da aproximação entre o homem e o meio natural as Unidades de Conservação podem trazer grandes benefícios a toda a sociedade, desde os moradores das grandes cidades, até os proprietários rurais de áreas no entorno. No entanto, é necessário que haja investimentos dos órgãos gestores para que estes benefícios possam extrapolar a proteção da biodiversidade e garantir a efetiva melhoria da qualidade de vida a uma população.

Por muitos anos, os órgãos gestores criaram Unidades de Conservação no Brasil sem a perspectiva de implantá-las, o que provocou inúmeros problemas regionais, além de prejudicar a relação da instituição e da unidade com as comunidades locais. Dentre esses problemas, destacam-se expectativas não-atendidas e desestabilização cultural, culminando com a insatisfação regional e desgaste do nome e imagem institucional.

No entanto, houve um grande avanço nos processos de criação e gestão das UC's na última década, garantindo melhorias contínuas na situação das áreas protegidas e relação destas com o entorno. Destaca-se nesse contexto o Estado de Minas Gerais, que tem realizado grandes investimentos na participação social na gestão das UC's, na infraestrutura para o desenvolvimento do ecoturismo nos Parques e em projetos e ações que visem a educação e interpretação ambiental nas UC's.

Importante esclarecer que a criação de unidades de conservação não pode ser considerada como uma panacéia, mas pode sim trazer grandes benefícios para comunidades do entorno, principalmente àquelas onde se encontra grande potencial ecoturístico, desde que não seja planejada e gerida de forma dissociada da realidade socioeconômica local.

Através da visitação nas UC's e dos programas de educação e interpretação ambiental, as UC's poderão contribuir no processo de reconexão do homem moderno com a natureza, onde todos fazem parte de um ciclo, podendo, assim, buscar uma transformação nos modos de

vida em prol de um desenvolvimento mais sustentável. Esse é um caminho alternativo, provavelmente o maior desafio da humanidade.

Bibliografia

- ARAÚJO, Marcos Antonio Reis. *Unidades de Conservação no Brasil: da República à gestão de classe mundial*. Belo Horizonte: SEGRAC, 2007.
- BARROS, Frederico Maciel Vasconcelos. *Bioconstrução e permacultura: da ruptura ao resgate*. Belo Horizonte: Autor, 2005.
- BRAUN, Ricardo. *Desenvolvimento ao ponto sustentável*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- CAPRA, Fritjof. *O Tao da física: um paralelo entre a física moderna e o misticismo oriental*. São Paulo: Cultrix, 1999.
- CAPRA, Fritjof. *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix, 1996.
- COSTA, C. M. R.; Hermann, G.; Martins, C. S. *et alli* (Orgs.). *Biodiversidade em Minas Gerais: um atlas para a sua conservação*. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 1998.
- DRUMMOND, G. M. *et alli* (Org.). *Biodiversidade em Minas Gerais: um atlas para a sua conservação*. 2ª edição. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 2005.
- DORST, Jean. *Antes que a natureza morra: por uma ecologia política*. Tradução Rita Buongiorno. São Paulo: Edgard Blucher, 1973.
- FANI, Ana A. Carlos. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 1994.
- FAURE, Élie. *A arte antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- FIALHO, Francisco Antonio Pereira. *Gestão da sustentabilidade na era do conhecimento*. Florianópolis: Visual Books, 2008.
- FREITAS, Felipe; SILVEIRA, José Henrique. *Alfabetização Ecológica, manual do educador*. Belo Horizonte, 2005.
- FUNDACAO JOÃO PINHEIRO. Lei Robin Hood – Extrato por município. Disponível em: http://www.fjp.mg.gov.br/produtos/cees/robin_hood/ [Consultado em outubro de 2009].

- GEWEHR, Mathias Felipe. *A explosão demográfica: causas e consequências*. Disponível em: www.vivaterra.org.br / [Consultado em outubro de 2009].
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 1998.
- GYMPEL, Jan. *História da Arquitetura: da antiguidade aos nossos dias*. São Paulo: Konemann, 2001.
- HISSA, Cássio Eduardo Viana. *A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- HOBBSAWM, Eric J. *A era das revoluções 1789-1848*. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- IUCN – The World Conservation Union. The Bali Declaration. In: Mc Neelly, Jeffrey A. et al. *National Parks, conservation and development: the role of protected areas in sustaining society*. Washington, DC: IUCN, 1984.
- LEFF, Henrique. *Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MARTINS, Marcos Lobato. *História e Meio Ambiente*. São Paulo: Annablume; Faculdades Pedro Leopoldo, 2007.
- MENDONÇA, Francisco de Assis. *Geografia e meio ambiente*. São Paulo: Bibliografia Argentina, 1998.
- MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE. *Informe Nacional sobre Áreas Protegidas no Brasil. Serie Áreas Protegidas do Brasil, 5ª Secretaria de Biodiversidade e Florestas, Departamento de Áreas Protegidas*. Brasília, 2007.
- MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE. *Unidades de Conservação: Patrimônio do Povo Brasileiro Esperança de Futuro para a Humanidade. Secretaria de Biodiversidade e Florestas, Departamento de Áreas Protegidas*. Brasília, 2007.
- PÁDUA, José Augusto. *A ocupação do Território Brasileiro e a Conservação dos Recursos Naturais. Unidades de Conservação: Atualidades e Tendências*. In: MILANO, M.; TAKAHASHI, L; NUNES, M. (Orgs.). Curitiba: Fundação O Boticário, 2004.

- PÁDUA, M. T. J. *Categorias de Unidades de Conservação – Objetivos de Manejo*. Boletim FBCN, 1978.
- PARAMETROS CURRICULARES NACIONAIS: Meio Ambiente e Saúde. Brasília: Ministério da Educação, 1997.
- RIBEIRO, DARCY. *O Processo Civilizatório: etapas da evolução socio-cultural*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1975.
- SCHENINI, Pedro Carlos; COSTA, Alexandre Marino; CASARIN, Vanessa Wendt. “Unidades de Conservação: aspectos históricos e sua evolução”. *COBRAC Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário*. UFSC, Florianópolis, 2004.
- SERRANO, Célia. *A educação pelas pedras: uma introdução*. São Paulo: Chronos, 2000.
- SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA – SNUC: Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000. Brasília: MMA/SBF, 2000.
- SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto. *Democracia e sustentabilidade na Agricultura: subsídios para a construção de um novo modelo de desenvolvimento rural*. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático, 2001.
- SCHERL, Lea M. *et alli. As Áreas Protegidas podem contribuir para a Redução da Pobreza? Oportunidades e Limitações*. IUCN, Gland, Suíça e Cambridge, Reino Unido. 2006.
- TAKAHASHI, Leide. “Uso público em Unidades de Conservação”. *Cadernos de Conservação*. Ano 02. n. 02. Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2004.
- WELLS, M. P.; BRANDON, K. “People and Parks: Linking Protected Area Management with Local Communities”. *The World Bank, U.S. Agency for International Development and World Wildlife Fund*, Washington, D.C., 1992.
- VASCONCELLOS, Jane M. de O. “Educação e interpretação ambiental em Unidades de Conservação”. *Cadernos de Conservação*. Ano 03. nº. 04. Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2006.



Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional: uma proposta inovadora para a redução das desigualdades regionais

*Henrique Villa da Costa Ferreira
Antônio Roberto Albuquerque Silva¹*

Introdução

A criação do Ministério da Integração Nacional (MI), em 1999, órgão da administração direta do Governo Federal, deu origem à retomada das discussões relativas às questões de integração nacional e desenvolvimento regional no Brasil. O país, que esteve à frente do seu tempo nas questões de desenvolvimento regional nas décadas de 50 e 60 do século XX, testemunhou no âmbito da *débâcle* do planejamento no Brasil o esmorecimento do ideal de redução de suas desigualdades regionais desde então, tanto por problemas estruturais quanto por fatores conjunturais.

As primeiras iniciativas ao encontro da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que foi institucionalizada por meio do

1. HENRIQUE VILLA DA COSTA FERREIRA, secretário de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR), do Ministério da Integração Nacional – MI. ANTÔNIO ROBERTO ALBUQUERQUE SILVA, diretor de Gestão dos Fundos de Desenvolvimento Regional da SDR/MI.



Decreto 6.047 de 22/02/2007, datam do fim de 1999, com a publicação *Reflexões sobre Políticas de Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional*, patrocinada pela então Secretaria de Desenvolvimento Regional do MI (atualmente denominada de Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional).

No entanto, a partir de 2003, sobretudo, a retomada da discussão da chamada “questão regional” no âmbito do Governo Federal ganha fôlego e consistência, extrapolando de forma vagarosa, mas consistente, os limites da pasta da Integração Nacional, dando inclusive ao novo Ministério justificativa institucional inquestionável. A Política Nacional de Desenvolvimento Regional começa, então, a ser desenhada e a proposta é amplamente discutida com um conjunto representativo de atores sociais em todo o país.

Com pouco mais de dois anos de vida, o olhar para trás produz satisfação sobre o quanto se produziu para a redução das históricas e persistentes desigualdades sociais e regionais brasileiras, mas gera grande incerteza. A avaliação oriunda dos primeiros anos de vida da PNDR deixa claro o quão longe o país ainda se encontra de uma situação aceitável quanto à redução das diferenças de bem-estar e de padrões de desenvolvimento que separam brasileiros por territórios elegíveis e excluídos do processo de integração das economias mundiais e demonstra o quão distantes ainda estamos de práticas gerenciais, instrumentos institucionais e mecanismos apropriados para o desafio dantesco que se enfrenta.

Breve contextualização da política nacional de desenvolvimento regional

O Brasil, nação marcada por profundas desigualdades sociais e regionais de origens históricas, institucionalizou no dia 22 de fevereiro de 2007, através do Decreto Presidencial nº. 6.047, a PNDR como Política de Governo, caracterizada como uma estratégia de desenvolvimento alternativa à guerra fiscal e à fragmentação territorial

que predominaram no país desde a década de 1980. O lançamento da política, mais do que uma sinalização positiva de governo sobre a prioridade auferida ao tema, vem produzindo um efeito importante. A redução das desigualdades regionais brasileiras recoloca a temática no centro da discussão da retomada do desenvolvimento brasileiro, com taxas de crescimento compatíveis à pujança de uma nação com as habilidades, qualidades e potencial natural disponível intraterritorial nacional. O objetivo maior é a construção de um Brasil em que o Estado se faça presente na totalidade do território e que a cidadania, plena, seja integralmente oferecida a cada habitante do país.

A distribuição da nossa população no território brasileiro mostra a persistência da concentração ao longo do litoral e em torno das metrópoles urbanas. Ao adensamento litorâneo contrapõe-se a existência de áreas com níveis de densidade populacional muito baixos, com destaque para a Amazônia, o Centro-Oeste e a parte semiárida do Nordeste Brasileiro. A heterogeneidade não se repete nas Regiões Sul e Sudeste do Brasil, com pequenas exceções. Este padrão de ocupação do território vem, entretanto, sendo lentamente alterado pelo processo de crescimento populacional das duas últimas décadas. As taxas de crescimento da população hoje observadas indicam um lento, porém constante e marcante, processo de interiorização de população.

A análise das características socioeconômicas da nossa população revela um padrão territorial diferenciado. O contraste litoral *versus* interior é reforçado por um contraste norte/sul bem acentuado, em que sobressaem diferenças regionais marcantes e desfavoráveis ao norte e ao nordeste do país, tanto no que tange ao nível de educação quanto ao grau de urbanização, ou rendimento domiciliar médio. No entanto, quando se examina o mapa do dinamismo econômico, expresso pelas taxas de crescimento do PIB *per capita* na década de 1990, nota-se uma trajetória distinta entre áreas predominantemente agrícolas e grandes centros urbanos. Enquanto no Brasil rural, o PIB *per capita* cresceu a taxas aceleradas, com destaque para a fronteira da agricultura tecnificada no Cerrado brasileiro, as áreas industrializadas ficaram estagnadas.

Em síntese, a análise que estabelece o chamado diagnóstico da PNDR indica que em todas as macrorregiões (ou grandes regiões) do país coexistem sub-regiões dinâmicas, competitivas, com elevados rendimentos relativos médios e sub-regiões com precárias condições de vida e traços de estagnação. Indica também a persistência de um padrão macrorregional expressivo de diferenciação das principais variáveis, destacando-se a distância básica que ainda divide essencialmente as Regiões Norte e Nordeste do Sul e Sudeste, com o Centro-Oeste aproximando-se destas últimas macrorregiões e a distância extrema de níveis de rendimento e outras variáveis apresentadas pela Amazônia Brasileira e semiárido nordestino, que inclui parte do norte do Estado de Minas Gerais.

O objeto da política regional

Ao contrário do que se pode imaginar, o objeto da PNDR não é o combate à pobreza. Se assim fosse, a atuação da política iria privilegiar a periferia das grandes metrópoles brasileiras, o que cabe às políticas urbanas e à política social. Nesses locais, os bolsões de pobreza se incrustam em contextos ricos e dinâmicos. O objeto da PNDR materializa-se na coincidência espacial entre pobreza individual e regional.

Visto por uma perspectiva espaço-temporal, a PNDR concentra-se nas regiões que, por sua situação de debilidade econômica e estagnação, geram expressivos fluxos migratórios, os quais constituem a maior parte dos bolsões de pobreza das grandes metrópoles. Em outras palavras, a PNDR focaliza a causa da desigualdade e da pobreza em sua expressão territorial.

As premissas da política

A PNDR é uma *política nacional*. Embora haja necessidade de articulação de iniciativas do Congresso Nacional, dos três níveis de

governo, do setor empresarial e da sociedade civil, é o Governo Federal que empresta coerência e efetividade aos esforços de desenvolvimento regional, pois só o nível federal transcende a escala das macrorregiões menos desenvolvidas e pode arbitrar conflitos de interesse em escala subnacional. A coordenação nacional facilita a reprodução, adaptação e difusão de políticas locais bem sucedidas, já que a PNDR é uma política necessariamente redistributiva e só a União tem recursos na escala exigida e a legitimidade para ações afirmativas.

A PNDR é, hoje, uma *política de governo*. Ainda que se admita um papel de destaque ao Ministério de Integração Nacional, pelas características da sua própria missão e às demais instituições de coordenação transversal do governo federal, trata-se de uma política de desenvolvimento com apelo territorial. Como tal, deve envolver, em graus variados, todas as áreas de atuação do governo. Assim, é necessário construir a convergência das demais políticas federais com os objetivos da PNDR.

A PNDR exige uma *abordagem das desigualdades regionais em múltiplas escalas*. A visão tradicional, que resumia o problema regional brasileiro ao atraso relativo das Regiões Norte e Nordeste, vistas de forma homogênea, não reconhece nem a existência de dinâmicas sub-regionais diversas em todas as macrorregiões, nem a necessidade de coordenação de ações com os entes federados e com a sociedade civil, em níveis que vão do mesorregional ao intraurbano, por exemplo.

A estratégia da PNDR

A ação da Política não se limita à alocação equânime de recursos de origem federal nos territórios; ela reconhece as desigualdades regionais em múltiplas escalas de intervenção e orienta políticas e programas que promovam o desenvolvimento territorial. Busca, ainda, articular políticas setoriais para regiões e sub-regiões prioritárias, sobretudo as de baixa renda, estagnadas e com dinamismo recente, segundo a tipologia proposta pela PNDR, definida pelo cruzamento

A primeira, uma variável estática, retrata a riqueza relativa da população. A segunda, uma variável dinâmica, retrata o potencial relativo de crescimento observado na década de 1990. O cruzamento das duas variáveis resultou em um cartograma de quatro situações “ideais típicas”, apresentado no Mapa 1.

O Mapa 1 apresenta a “Tipologia da PNDR”. Para cada categoria proposta, existe um “cardápio” de alternativas disponíveis para a ação regional. O Ministério da Integração Nacional orienta suas ações em função do mapa das desigualdades que a PNDR propõe. A tradução da Política Nacional de Desenvolvimento Regional em ações do governo federal, de Estados e municípios, e da sociedade civil, nas mais diversas escalas, está materializada nos programas do Plano Plurianual de Governo, no direcionamento estratégico dos instrumentos de financiamento do desenvolvimento regional e em iniciativas não orçamentárias do governo.

O financiamento, a situação atual e a situação planejada

O contexto atual de financiamento da política regional é direcionado para fornecer suporte financeiro adequado às diversas escalas de ação propostas. Em termos gerais, o financiamento ao desenvolvimento regional no Brasil conta com instrumentos diversos, a exemplo do Orçamento Geral da União e dos entes federativos, bem como dos Fundos Constitucionais de Financiamento, dos Fundos de Desenvolvimento Regional e dos incentivos fiscais, mas ainda com sérias restrições estruturais.

Os Fundos Constitucionais de Financiamento, exclusivos para as “grandes regiões” do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, são, atualmente, os principais instrumentos de fomento às atividades produtivas desenvolvidas nestas regiões.

Ao Ministério da Integração Nacional cabe estabelecer diretrizes e orientações gerais para aplicação dos recursos à luz da PNDR e as normas para a operacionalização dos programas de financiamento.

Cabe também supervisionar, acompanhar e controlar a aplicação dos recursos, bem como avaliar o desempenho dos fundos. Ressalte-se que tais fundos disponibilizam para 2009 recursos da ordem de R\$ 13,1 bilhões. São agentes operadores desses fundos o Banco da Amazônia (FNO), o Banco do Nordeste (FNE) e o Banco do Brasil (FCO). A realçar, ainda, os Fundos de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Nordeste (FDNE), administrados, respectivamente, pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene), que financiam empresas constituídas na forma de sociedade por ações (S.A.), aptas a emitir debêntures. O Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste criado pela Lei Complementar nº. 129, de 2009, ainda depende de regulamentação para entrar em operação.

Quanto aos incentivos fiscais, estes são concedidos para empresas instaladas nas áreas de atuação da Sudam e Sudene, em diversas modalidades, com destaque para o incentivo de redução do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis concedidos aos empreendimentos que se instalarem, ampliarem, modernizarem ou diversificarem em setores considerados prioritários para o desenvolvimento regional.

No nível mesorregional, similar ao praticado na União Europeia caracterizada pela escala NUTs II², os recursos concentram-se nas dotações do Orçamento Geral da União alocadas aos Programas do MI, como o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, o Conviver ou o Promeso, por exemplo), bem como de outras instâncias do governo federal que atuam em sub-regiões selecionadas. Em algumas situações esses recursos federais são complementados pelas contrapartidas dos Estados e municípios.

Entretanto, considerando-se a notória desproporção entre a dimensão das desigualdades enfrentadas e o fluxo de recursos disponí-

2. A Escalas NUTs II, cuja sigla é oriunda da expressão *Nomenclaturas de Unidades Territoriais* para fins estatísticos, designam as sub-regiões estatísticas em que se divide o território dos países da União Europeia, sub-regiões estas que estão subdivididas em 3 níveis: NUTS I, NUTS II e NUTS III. Os territórios classificados com NUTs II são aqueles similares ao conceito de Mesorregiões do IBGE, no caso Brasileiro.

veis, é fundamental que se dote a PNDR de recursos adequados aos seus objetivos e o Plano Plurianual do Governo de lógica de atuação territorial, sem o que não se pode esperar resultados expressivos no combate ao quadro de desigualdades vigente.

Nesta ótica, existe um profundo déficit de recursos voltados para o financiamento de infraestrutura econômica e social no sistema, sobretudo para os territórios elegíveis pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

A título de comparação, a União Europeia historicamente aloca desde 1975, cerca de 65%, em média, do total de recursos disponíveis nos Fundos Estruturais³ da Europa, dentre eles o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (o Feder) para infraestrutura nos territórios elegíveis pela política regional europeia.

Neste sentido, a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), cuja proposta encontra-se em tramitação no Congresso Nacional, assume caráter cada vez mais indispensável para a efetividade da Política. É fundamental que se avance na discussão de instrumento financeiro que possa servir, plenamente, à relevância e aos objetivos da política de desenvolvimento regional de redução das desigualdades inter e intra território brasileiro.

Com este espírito, em fevereiro de 2008, o Ministério da Fazenda encaminhou ao Presidente da República Exposição de Motivos sobre a Proposta de Emenda Constitucional (PEC), apresentada em seus pontos principais no Anexo I, que altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.

Dentre os principais objetivos da emenda, destaque para a ampliação do “montante de recursos destinados à Política Nacional de Desenvolvimento Regional” e a “introdução de mudanças significativas nos instrumentos de execução dessa Política”.

3. Trata-se de um conjunto de três instrumentos financeiros da política de coesão da UE e a principal fonte de financiamento para o desenvolvimento regional do bloco. O Feder, criado em 1975, pode contribuir para o financiamento de investimentos produtivos, de infraestrutura social e de transporte, da investigação científica, tecnológica e da inovação e da sociedade de informação, dentre outras linhas.

Prossegue ainda o texto da PEC afirmando que “com estas mudanças, pretende-se instituir um modelo de desenvolvimento regional mais eficaz que a atração de investimentos através dos recursos à *guerra fiscal*, que tem se tornado cada vez menos funcional para os Estados menos desenvolvidos”.

Bases da proposta do novo FNDR e os instrumentos disponíveis

A constatação de que permanecem intensas as desigualdades sociais e de renda entre as regiões do país, apesar dos esforços governamentais empreendidos desde a década de cinquenta, reforça a importância da criação de novos instrumentos que propiciem às regiões menos desenvolvidas as condições de infraestrutura e outras externalidades positivas necessárias para que haja uma redução efetiva dessas desigualdades.

A proposta de reforma tributária encaminhada ao Congresso pelo Presidente da República prevê a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR) que será um instrumento mais aderente à Política Nacional de Desenvolvimento Regional tendo uma abrangência que irá além do atual apoio ao setor produtivo das três macrorregiões menos desenvolvidas.

A PEC prevê que os recursos do novo fundo serão direcionados a programas de financiamento ao setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e a programas de desenvolvimento econômico e social das áreas menos desenvolvidas de todo o país. Prevê também recursos para fundos estaduais para aplicação em investimentos voltados ao desenvolvimento econômico das áreas menos desenvolvidas das Regiões Sul e Sudeste e para aplicação em investimentos em infraestrutura voltados à manutenção e atração de empreendimentos do setor produtivo, incluindo subvenções econômicas e financeiras das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Embora os novos itens financiáveis representem complemento importante aos instrumentos

diretamente ligados ao desenvolvimento regional, cabe ressaltar que a sua existência não dispensa os investimentos dos diversos ministérios setoriais e suas respectivas vinculadas que deverão ser harmonizados e orientados por planos de desenvolvimento devidamente debatidos com a sociedade.

Os instrumentos atuais da PNDR

Na escala macrorregional, os Planos Estratégicos de Desenvolvimento e os Programas e Ações da PNDR devem orientar a aplicação dos recursos disponíveis, com governança direta do Ministério da Integração Nacional.

Os Conselhos Deliberativos das Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), do Nordeste (Sudene), bem como o Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), ainda a ser estruturada, têm a importante missão de, em articulação com o Ministério da Integração Nacional, elaborar proposta ao Presidente da República, de anteprojeto de lei instituindo os respectivos Planos e Programas Regionais de Desenvolvimento a serem encaminhados ao Congresso Nacional.

No que diz respeito ao fomento ao setor produtivo os principais instrumentos são os fundos puros de financiamentos, mistos de financiamento e investimento (adquirindo debêntures conversíveis) e os incentivos fiscais de redução de imposto de renda e de isenção de outros custos fiscais.

A promoção das externalidades positivas e o financiamento dos Programas de Desenvolvimento existentes no âmbito do Ministério da Integração Nacional se dão por meio dos recursos alocados ao Ministério, constantes do OGU.

Os fundos existentes para apoio ao setor produtivo

Criados pela constituição de 1988, os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), foram regulamentados por meio da Lei 7.827/89.

Os recursos são aplicados em financiamento ao setor produtivo, atendendo aos diversos setores da economia e a todos os portes de tomadores. No setor rural, que abrange empreendimentos agrícolas e pecuários, são atendidos os agricultores familiares e os produtores rurais pessoas físicas ou jurídicas. Nos demais setores os beneficiários são as empresas ou firmas individuais do setor formal não estando contemplados os empreendedores do setor informal da economia.

Os Fundos de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Nordeste (FDNE) foram criados em 2001 pelas Medidas Provisórias 2.156-5 e 2.157-5, e regulamentados em 2002, respectivamente, pelos Decretos 4.253 e 4.254. Esses fundos aplicam seus recursos em projetos de investimentos, com ênfase para os projetos de infraestrutura ou estruturadores, adquirindo debêntures conversíveis em ações emitidas por empresas constituídas na forma de sociedades por ações (S.A.). Esses fundos, portanto, representam um misto de instrumento de financiamento e de investimento uma vez que podem se tornar sócios dos empreendimentos financiados.

O FDA e o FDNE sucederam, respectivamente, o Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM) e do Nordeste (FINOR) como fonte de financiamento para a aquisição de debêntures conversíveis em ações na Amazônia e no Nordeste. FINAM e FINOR cessaram a aprovação de novos projetos em agosto de 2001 e apóiam apenas os projetos que já tinham sido aprovados até aquela data.

O Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo (FUNRES), de natureza semelhante ao FINOR e ao FINAM, continua aprovando projetos de investimento naquele Estado, adquirindo debêntures conversíveis em ações.

Montante de recursos previsto para o FNDR e a disponibilidade

Ao FNDR serão destinados 3,11% do produto da arrecadação do(s): a) Imposto de Renda; b) IPI; c) Imposto sobre Operações com Bens e Prestação de Serviços (novo imposto que propõe substituir o PIS, a COFINS, a CIDE e a Contribuição sobre folha para o Salário Educação); e outros impostos que venham a ser criados.

Segundo estimativa do Ministério da Fazenda, o percentual de 3,11% da base acima mencionada, corresponde a aproximadamente 6,22% da arrecadação atual de Imposto de Renda e IPI que são os impostos que atualmente servem de base para as transferências do Tesouro Nacional aos fundos constitucionais de financiamento. A destacar que a base de cálculo do FNDR é a mesma base do FPE e do FPM, tanto antes como após a reforma tributária.

O percentual da arrecadação de Imposto de Renda e IPI atualmente vinculado aos fundos constitucionais é de 3%.

Verifica-se, portanto, um acréscimo de 3,11 pontos percentuais nos recursos constitucionais destinados ao desenvolvimento regional, que passam de 3% sobre uma base de IR + IPI para 3,11% de uma base duplicada (IR+IPI+IVA-f). O novo percentual deverá suportar, além dos financiamentos atualmente concedidos ao setor produtivo, os novos itens elegíveis, como os programas de desenvolvimento e as destinações para fundos estaduais. Em termos de valor significa passar de um patamar de R\$ 6,7 bilhões para um de R\$ 14,0 bilhões, um acréscimo de R\$ 7,3 bilhões.

A Tabela 1 resume o montante anual das transferências de recursos do Tesouro previstas para o FNDR, considerando as diversas modalidades de aplicação. Ressalte que o financiamento ao setor produtivo conta ainda com recursos adicionais a essas transferências representados pelos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste, além do atual estoque de recursos dos fundos constitucionais de financiamento.

TABELA 1: Valores Previstos pra o FNDR

Destinação do FNDR	% (IR+IPI+IVA-f)	Estimativa (R\$ 1,00)
Programas de Financiamento do NO, NE e CO (1)	1,50%	6.746.233.399
Programas de Desenvolvimento Econômico e Social	0,50%	2.248.744.466
>>>> Norte, Nordeste e Centro-Oeste (Recursos no âmbito federal)	0,45%	2.023.870.020
>>>> Sul e Sudeste (Recursos no âmbito do Governo Federal)	0,05%	224.874.447
Fundos estaduais p/desenvolvimento econômico e social de áreas menos desenvolvidas do Sul e Sudeste	0,11%	494.723.783
Fundos estaduais do NO, NE e CO p/infraestrutura voltados para manutenção e atração de empreendimentos do setor produtivo, incluindo subvenções econômicas e financeiras	1,00%	4.497.488.933
Total	3,11%	13.987.190.581

Fonte: Proposta de Emenda à Constituição – nº. 31-A, de 2007.

(1) Consideradas apenas as transferências do Tesouro.

Detalhamento da proposta de emenda à constituição (PEC) nº. 31^a

O percentual da arrecadação do Imposto de Renda, IPI e IVA-f destinado ao FNDR será de 3,11%.

A proposta prevê que os recursos dos fundos estaduais serão aplicados no desenvolvimento econômico e social e em infraestrutura e incentivos ao setor produtivo, além de outras finalidades estabelecidas na lei complementar.

As diretrizes para aplicação do FNDR nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste serão dadas pelas Superintendências de Desenvolvimento das respectivas regiões, no que diz respeito aos programas de financiamento e aos programas de desenvolvimento econômico e social.

O novo fundo abrange tanto os tradicionais mecanismos regionais de financiamento ao setor produtivo das macrorregiões menos desenvolvidas, como o direcionamento de recursos públicos para a promoção das chamadas externalidades positivas nas áreas menos desenvolvidas do país. Os dois mecanismos citados estarão sob as diretrizes das Superintendências de Desenvolvimento Regional e do Ministério da Integração Nacional.

Também serão direcionados recursos do FNDR para fundos estaduais de desenvolvimento, os quais deverão ter diretrizes estabelecidas pelos estados, orientados pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

Não haverá prejuízo na alocação de recursos para financiamento ao setor produtivo por meio dos fundos constitucionais de financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Embora incorporados pela terminologia do FNDR esse tipo de destinação conta com alocação de recursos em separado estabelecida de forma a manter o atual padrão financeiro das transferências do Tesouro.

Cabe ressaltar, no entanto, uma oportunidade para aperfeiçoamento das condições hoje oferecidas, como, por exemplo, o reconhecimento da existência das diferenças intrarregionais, propiciando incentivos diferenciados para as áreas menos desenvolvidas, uma facilitação do acesso do grande contingente de micro e pequenas empresas aos financiamentos dos fundos, a questão do financiamento a atividades produtivas na Amazônia Legal, maior penetração dos financiamentos nas microrregiões de baixa renda e em áreas que merecem um tratamento diferenciado como o semiárido nordestino. Note-se que os demais programas deverão ter uma ação complementar dotando áreas menos desenvolvidas das condições para atrair investimentos em atividades produtivas.

São muitas as carências das áreas menos desenvolvidas do país. Ressalte-se aqui a importância dos planos regionais de desenvolvimento, reconhecendo as vocações locais e orientando as políticas públicas nas três esferas, bem como a aplicação coordenada dos diversos instrumentos de financiamentos disponíveis à Política Nacional

de Desenvolvimento Regional, em especial os recursos do FNDR na alçada federal e a relevante parcela do FNDR alocada aos fundos de cada unidade da federação.

O apoio a programas de desenvolvimento econômico e social deverá ser feito com recursos não reembolsáveis (não se trata de empréstimos). O retorno se dará com os benefícios econômicos e sociais verificados nas áreas atendidas, a partir de aplicação nas áreas menos desenvolvidas de todo o País e não apenas nas três macrorregiões atualmente incentivadas, embora a maior proporção da destinação esteja prevista para essas regiões.

O montante sob as diretrizes federais a ser destinado a esses programas de desenvolvimento – 0,5% da arrecadação de I.R., IPI e do IVA-f – está estimado em R\$ 2,2 bilhões, já considerada a queda de arrecadação decorrente da crise financeira mundial. Desses recursos, 90% serão destinados às três regiões menos desenvolvidas (Norte, Nordeste e Centro-Oeste) e 10% serão destinados a Sul e Sudeste.

A disponibilização de recursos para os programas de desenvolvimento econômico e social será possível a partir da exigência do novo imposto (IVA-f) o que deve ocorrer em 1º de janeiro do segundo ano subsequente ao da promulgação da Emenda Constitucional.

Cabe ressaltar que algumas obras de infraestrutura e Programas de impacto relevantes para o desenvolvimento e integração nacional vêm sendo desenvolvidas no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que foi uma forma encontrada pelo Governo Federal para garantir os recursos orçamentários e executar com mais agilidade as obras e ações consideradas prioritárias.

Uma das principais carências encontradas atualmente no sistema de fomento para o desenvolvimento regional, em especial no que diz respeito aos territórios menos dinâmicos, diz respeito às precárias infraestruturas econômicas (logística e transporte, energia, hídrica) e sociais (transporte urbano, saneamento, habitação e desenvolvimento urbano). O impacto que tem esse tipo de investimento no sentido de favorecer o desenvolvimento elege o investimento em

infraestrutura como um dos principais itens de financiamento no âmbito deste tipo de Programa.

De forma análoga, o estímulo às atividades de pesquisa e desenvolvimento, isto é, o fortalecimento da infraestrutura tecnológica (laboratórios, arranjos institucionais para disseminação de tecnologias, fortalecimento das universidades para cooperação com o setor produtivo) representa importante reforço na busca do desenvolvimento e aumento da produtividade, constituindo um desafio maior para as sub-regiões menos desenvolvidas do país.

Também poderão ser apoiados programas de educação profissional e capacitação tecnológica, promovendo a valorização da mão de obra local e a evolução de um espaço com status de simples fornecedor de mão de obra barata para o de fornecedor de mão de obra qualificada.

Tendo em vista o caráter estratégico dos investimentos em educação e seu potencial para mudar para melhor a realidade das áreas menos desenvolvidas, os gestores do FNDR deverão estar atentos a todo o desenrolar do processo educacional, notadamente a educação fundamental e o ensino médio, identificando ou induzindo ações e programas complementares, em cooperação com os demais recursos governamentais (das três esferas), de forma a que os recursos aplicados em educação alcancem de fato os objetivos pretendidos.

Programas de incentivo à interiorização do capital humano de alto nível em microrregiões menos desenvolvidas também podem ser apoiados com o fim de fortalecer as instituições locais e beneficiar a população com a difusão de serviços e conhecimentos.

O uso de bens de capital compartilhado por pequenos cooperados também pode ser apoiado como uma forma de desenvolvimento das vocações locais além do fortalecimento de incubadoras de empresas, de investimentos em capital de risco em empresas de base tecnológica, e da capacitação, informatização e aprimoramento contábil das pequenas empresas. Em casos especiais, quando os Programas de Financiamentos não forem suficientes, poderão ser destinados recursos para equalização de taxas de juros de outros programas de financiamento.

A prioridade para aplicação dos recursos do novo Fundo em áreas menos desenvolvidas não será efetiva se os gestores e principais atores desses espaços não estiverem aptos a apresentar, tempestivamente, projetos de qualidade para acessar os recursos do FNDR. Mesmo que os investimentos sejam orientados pelos planos regionais de desenvolvimento será necessário o direcionamento de recursos para um programa de governança e fortalecimento institucional das unidades administrativas (municípios e outros), o que, além de ser um indutor para apresentação de programas e projetos ao Fundo, também contribuirá para o sucesso da execução.

Os exemplos acima não são exaustivos, no entanto, representam uma síntese dos diagnósticos mais frequentes no que se refere às externalidades positivas para a promoção do desenvolvimento e integração nacional.

A expectativa é que os recursos do Fundo sejam demandados e executados no âmbito de estados, municípios – individualmente ou em consórcios municipais – e entidades de apoio à inovação, assistência técnica e capacitação e, nos casos mencionados de apoio ao setor produtivo, às formas de associação e cooperação de empreendedores de pequeno porte.

Outros atores como, por exemplo, fóruns de desenvolvimento de mesorregiões e conselhos de desenvolvimento local, embora não tomadores de recursos ou responsáveis pela sua execução, poderão auxiliar na identificação de programas adequados para cada localidade e na indução para que os potenciais tomadores de recursos apresentem o pleito ao FNDR.

A proposta de emenda à Constituição já indica algumas destinações para os recursos dos fundos de desenvolvimento dos Estados e do Distrito Federal. 1% da arrecadação de I.R., IPI e do IVA-f (aproximadamente R\$ 4,5 bilhões) será transferido a fundos estaduais e distrital de desenvolvimento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para aplicação em investimentos em infraestrutura voltados para a manutenção e atração de empreendimentos do setor produtivo, incluindo subvenções econômicas e financeiras na forma da lei esta-

dual ou distrital. O Distrito Federal deverá aplicar 60% dos recursos do respectivo fundo de desenvolvimento em municípios abrangidos pela Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e entorno (RIDE-DF).

As regiões Sul e Sudeste contarão com recursos de 0,11% da arrecadação dos mesmos impostos acima mencionados (R\$ 495 milhões) que serão transferidos a fundos estaduais, para aplicação em investimentos voltados ao desenvolvimento econômico das áreas menos desenvolvidas dessas regiões. Até que seja publicada a Lei Complementar que irá regulamentar o FNDR o rateio dos recursos entre as macrorregiões será de 60% para o Nordeste, 20% para a região Norte e 20% para a região Centro-Oeste, sendo que dentro de cada Região o rateio será feito obedecendo-se a mesma proporção de distribuição do FPE em cada Região. Nas regiões Sul e Sudeste o rateio será feito também seguindo a proporção de distribuição do FPE, sem, contudo, haver uma prévia divisão de recursos entre as macrorregiões.

As transferências para os fundos estaduais ocorrerão a partir do sexto mês subsequente ao da promulgação da emenda (os fundos estaduais começam a receber antes dos programas de desenvolvimento), sendo que enquanto o IVA-f não estiver sendo cobrado, a destinação para os Estados do Sul e Sudeste passará de 0,11% para 0,21% e a destinação para Norte, Nordeste e Centro-Oeste passará de 1% para 1,9%.

Estão previstos redutores escalonados para a transferência de recursos aos fundos estaduais e distrital. Enquanto o IVA-f não estiver sendo cobrado o redutor será de 60% até o fim do primeiro ano de entrega, 40% até o fim do segundo ano e 20% até o fim do terceiro ano. A partir da cobrança do IVA-f o redutor será de 40% até o fim do segundo ano subsequente ao da promulgação da emenda e de 20% até o fim do terceiro ano.

Os investimentos em infraestrutura e incentivos ao setor produtivo são itens já previamente determinados na PEC, além de outras destinações a serem estabelecidas na Lei Complementar que regulamentar o FNDR, o que poderá facultar aos Estados destinações adicionais de

acordo com a realidade local, sempre se observando as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

Os fundos estaduais de desenvolvimento, pelas destinações já estabelecidas na Proposta, poderão ser instrumentos importantes de atração de investimentos do setor produtivo em localidades consideradas prioritárias.

Um mesmo programa ou projeto poderá ser objeto de apoio simultâneo do Programa de Desenvolvimento Econômico e Social e de um Fundo de Desenvolvimento Estadual, funcionando este último como a contrapartida local.

O refinamento da proposta: aspectos a serem detalhados na lei complementar

Até o começo do 2º semestre de 2009, a proposta de reforma tributária estava em tramitação na Câmara dos Deputados, aguardando a abertura das discussões para posterior votação no Plenário da Câmara. Após votação no plenário daquela Casa, a proposta deve ser remetida à Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal (CCJ). Da CCJ, a PEC segue para votação no plenário do Senado. Havendo Emenda no Senado, o que é bastante provável, a proposta retorna à Câmara para apreciação e votação final antes da promulgação da Emenda Constitucional, cabendo, ainda alguma discussão sobre um possível retorno ao Senado no caso de novas mudanças na Câmara.

Dessa forma, pode-se afirmar que a proposta definitiva da emenda constitucional só será conhecida após todo o processo de tramitação no Congresso Nacional, envolvendo o debate e discussão da proposta entre os parlamentares e o poder executivo e por meio de audiências públicas.

Mesmo promulgada a Emenda, um maior detalhamento do FNDR só será possível com a edição da Lei Complementar e outras normas regulamentadoras. Os pontos a seguir são questões que ainda não

estão definidas na proposta e que, a depender do texto a ser promulgado, deverão ser definidos apenas a partir da Lei Complementar regulamentadora.

Articulação entre os recursos federais e estaduais

Os Programas de desenvolvimento econômico e social sob as diretrizes federais, na verdade, constituem a essência do FNDR. Quando os estudos apontavam para a necessidade de um instrumento complementar aos atualmente existentes se pensava, por ocasião da antiga versão da reforma tributária, em um montante para essa destinação de cerca de 2% da arrecadação.

Os fundos estaduais, por outro lado, representam uma descentralização dos recursos da PNDR e, bem assim, uma possibilidade dos Estados continuarem a promover a atração de investimentos, sem afetar a arrecadação local da ICMS, concedendo incentivos ao setor produtivo e investindo na infraestrutura econômica.

Os incentivos acima referidos não serão mais concedidos em função do ICMS, pois a proposta estabelece uma única legislação nacional para esse imposto e impõe penalidades aos estados que concederem benefícios ou incentivos fiscais em desacordo com a legislação complementar.

A legislação complementar poderá promover uma articulação entre os recursos federais e estaduais em programas de desenvolvimento previamente debatidos no âmbito das instituições que integram o sistema de desenvolvimento regional.

Uma maior aderência dos fundos estaduais à PNDR e aos Planos de Desenvolvimento Regionais e uma maior integração com as diretrizes regionais poderá ser dada pela Lei Complementar regulamentadora da Emenda. Outra questão a definir é o critério de rateio do total de recursos entre cada Estado (o rateio poderá seguir outro critério que não a distribuição do FPE), além das finalidades adicionais àquelas já definidas na Proposta de Emenda Constitucional. Os recursos, no

caso de um fundo financeiro, podem ficar, até a aplicação final, nos respectivos bancos regionais ou nos demais bancos federais nos casos do Centro-Oeste, Sul e Sudeste.

Uma vez que as regiões Sul e Sudeste não dispõem de superintendências regionais de desenvolvimento, é provável que a Lei Complementar delegue ao Ministério da Integração Nacional (MI) a atribuição de coordenar o estabelecimento de diretrizes e orientações gerais para aplicação dos 10% dos recursos relativos aos Programas de Desenvolvimento no âmbito federal, destinados ao Sul e ao Sudeste.

O papel do MI, das Superintendências Regionais, dos Estados, e das Instituições Financeiras Regionais

A Lei Complementar deverá prever o papel do MI, das Superintendências e outros órgãos, abrangendo desde o estabelecimento das diretrizes e prioridades até a operacionalização, o acompanhamento da execução dos projetos e a avaliação dos Programas e dos Fundos Estaduais.

Os bancos regionais de desenvolvimento administram atualmente os recursos dos fundos constitucionais de financiamento e operacionalizam os recursos dos fundos de desenvolvimento regional. A Constituição de 1988 garantiu a administração dos fundos constitucionais aos bancos regionais em dispositivo que está sendo mantido pela PEC.

Um possível papel dos bancos federais como depositários dos recursos para programas de desenvolvimento e operacionalização do FNDR ficará para a lei complementar.

A regulamentação do FNDR poderá prever ainda, quando necessário, o aporte de outras fontes relacionadas ao OGU para o financiamento complementar de projetos e programas apoiados pelo Fundo. No futuro, uma fonte que poderia alimentar o FNDR, seriam os *royalties* do petróleo, caso a sua distribuição venha a prever algum critério que favoreça o social para o rateio.

A referência territorial para aplicação dos recursos dos programas de desenvolvimento e a questão da contrapartida local

Um critério naturalmente orientado pela PNDR consideraria as diferenças de renda e dinamismo das microrregiões apontadas pela tipologia da PNDR, considerando prioritárias as áreas de menor renda e dinamismo, bem como as mesorregiões diferenciadas da PNDR, as existentes e as que serão criadas, o semiárido, a faixa de fronteira, e as RIDEs⁴, territórios considerados prioritários pela política regional.

Quanto à contrapartida local esta pode ser estabelecida, quando necessária, de forma proporcional ao grau de desenvolvimento do território beneficiado, segundo a tipologia da PNDR, exigindo-se contrapartidas menores para as microrregiões de menor dinâmica e de menor renda. Uma possível fonte de contrapartida será o fundo de desenvolvimento de cada estado, que poderá receber recursos do FNDR.

A reformulação dos instrumentos atuais

A concessão de incentivos diferenciados para as áreas menos desenvolvidas, com o reconhecimento da existência das diferenças intrarregionais, pode ser discutida na Lei Complementar que regulamentar o FNDR. Atualmente apenas o semiárido tem um benefício diferenciado ligado ao bônus de adimplência que é maior para aquela sub-região. Também merecem atenção o desenho de mecanismos que propiciem a facilitação do acesso do grande contingente de micro e pequenas empresas aos financiamentos dos fundos, a questão do

4. RIDEs são espaços que se situam em mais de uma unidade federativa com articulação da ação administrativa da União e dos Estados. São criadas por legislação específica que delimita os municípios que a integram e fixa a competência assumida pelos colegiados das mesmas. As Rides hoje existentes são: entorno do DF, Polo de Juazeiro/Petrolina e Grande Teresina/Timon.

financiamento a atividades produtivas na Amazônia Legal e a maior penetração dos financiamentos nas microrregiões de baixa renda e em áreas que merecem um tratamento diferenciado como o semiárido nordestino.

A vinculação do FNDR à arrecadação já sinaliza a natureza financeira do Fundo. Na sistemática atual essa natureza é confirmada pela regulamentação dos fundos constitucionais, constante do Art. 7º da Lei 7.827/89. Uma eventual baixa execução que ocorra em um determinado exercício, não deve prejudicar a destinação de recursos para o desenvolvimento regional, podendo a aplicação ficar disponível para os exercícios seguintes.

A diferenciação entre fundos contábeis e financeiros pode ser ilustrada pelos dois conjuntos de fundos hoje existentes, os fundos constitucionais de financiamento para o Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO), de natureza financeira e com elevada execução de recursos e os fundos de desenvolvimento regional, o FDA e o FDNE, de natureza contábil e baixa execução dos recursos.

Os programas de Financiamento atualmente contam não só com as transferências do Tesouro Nacional, mas também com o retorno das aplicações e com os recursos disponíveis de exercícios anteriores. A previsão é que este estoque de recursos atualmente existente seja preservado integralmente para os Programas de Financiamento.

Outras questões relevantes à criação do Novo Fundo

O Fundo deverá ser regulamentado já prevendo a necessidade de critérios de avaliação, requerendo, provavelmente, a necessidade da criação de novos indicadores, a avaliação de desempenho dos programas, a avaliação da execução dos projetos, a avaliação de desempenho dos atores envolvidos e, finalmente, a de impactos do FNDR.

O IPEA e o Ministério do Planejamento, juntamente com o MI, por exemplo, poderão ser atores importantes no sistema de avaliação do Fundo.

A execução física e financeira e a priorização de investimentos pelos programas de desenvolvimento econômico e social deverão ter algumas vantagens em relação à execução na forma tradicional com recurso do Orçamento Geral da União (OGU). O FNDR propicia uma maior aderência à PNDR e facilita a integração com os planos de desenvolvimento e a participação de atores locais. Além disso, deve trazer agilidade e fortalecer os critérios técnicos de seleção de projetos elegíveis e a sistemática de acompanhamento da execução.

Um outro problema a ser considerado é a situação de inadimplência de muitos entes da Federação hoje refletida no Cadastro Único de Exigências para Transferências Voluntárias para Estados e Municípios (CAUC). Como solucionar essa situação de inadimplência e como fazer para que essa situação não inviabilize o apoio do FNDR às áreas mais carentes do país será mais um desafio a ser enfrentado na regulamentação do FNDR.

Considerações finais

A criação do FNDR é, sem dúvida, um avanço considerável para a efetiva retomada da chamada questão regional brasileira e da prioridade que a temática requer em um país tão desigual como o Brasil.

Entretanto, a determinação de se criar o Fundo, por si só, não garante a redução das desigualdades regionais que se almeja. Diversos elementos são fundamentais à transformação da realidade brasileira forjada por desigualdades históricas de toda sorte.

A efetiva redução das nossas inaceitáveis desigualdades regionais, passa por um conjunto de fatores que precisam estar vinculados à proposta do novo Fundo. Se por um lado aspectos como participação, comprometimento e integração de atores no território são premissas fundamentais para a transformação das práticas, centenárias, do desenvolvimento regional no Brasil, operado de cima para baixo e com irrelevante participação social, é mister que a gestão do FNDR seja pautada por novas práticas gerenciais, transformando radicalmente o

processo vigente. Deve-se propor, em paralelo à criação do FNDR, algo como um “choque de gestão do processo”, que envolva desde maior e melhor disponibilidade de especialistas envolvidos com a gestão do Fundo, como também melhorias na capacidade de gerenciamento dos recursos e da execução dos projetos, utilizando-se, para isso, práticas mais modernas e flexíveis de administração.

Por outro lado, a escolha dos territórios prioritários para alocação de recursos do Fundo, a partir de critérios de elegibilidade claros e transparentes estabelecidos por meio de indicadores sociais e econômicos amplamente aceitos e facilmente atualizados, é *sine qua non* para a credibilidade do processo a ser patrocinado pelo novo Fundo, à semelhança do que ocorre na União Europeia, por exemplo, onde critérios de entrada e saída de territórios elegíveis pelo Fundo Europeu são conhecidos, amplamente aceitos e apoiados pelo conjunto dos atores sociais e políticos do território em questão.

Finalmente, é importante observar que um entendimento coletivo, não só de instâncias governamentais, mas de outros atores relevantes, oriundos do terceiro setor, bem como os parlamentares das diversas instâncias representativas, por exemplo, deve ser estabelecido para que a oportunidade a ser criada com a proposta do FNDR, possa servir para a definitiva retirada do Brasil do rol dos países mais desiguais do mundo.

Bibliografia

- Cartilha da Reforma Tributária – Ministério da Fazenda – 2008 (www.fazenda.gov.br)
- Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social CDES – 2006 (www.cdes.gov.br)
- Política Nacional de Desenvolvimento Regional (Sumário Executivo) – Ministério da Integração Nacional – 2007 (www.integracao.gov.br)

Anexo I

TRECHOS DA PEC RELATIVOS AO FNDR

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31-A, DE 2007, DO SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES, QUE “ALTERA O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL, UNIFICA A LEGISLAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO, DENTRE OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

SUBSTITUTIVO adotado pela comissão

(obs. Neste anexo consta apenas a parte da proposta de Reforma Tributária que diz respeito ao FNDR).

.....”(NR)

“Art. 159. A União:

I - entregará, do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 153, III, IV e VIII, e dos instituídos nos termos do art. 154, I:

- a) onze inteiros e um décimo por cento, ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;
- b) ao Fundo de Participação dos Municípios:
 1. onze inteiros e seis décimos por cento;
 2. cinco décimos por cento, no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano;
- c) os seguintes percentuais ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, segundo diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional:
 1. um inteiro e cinco décimos por cento para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, por meio de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando

assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à região, na forma que a lei estabelecer;

2. cinco décimos por cento para aplicação em programas de desenvolvimento econômico e social, segundo diretrizes estabelecidas pelos organismos regionais a que se refere o art. 43, § 1º, II, nas regiões onde houver, assegurados, no mínimo, noventa por cento nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste;

3. onze centésimos por cento para transferência a fundos estaduais, para aplicação em investimentos voltados ao desenvolvimento econômico das áreas menos desenvolvidas do País nas Regiões Sul e Sudeste;

4. um por cento para transferência a fundos estaduais e distrital de desenvolvimento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para aplicação em investimentos em infra-estrutura voltados para a manutenção e atração de empreendimentos do setor produtivo, incluindo subvenções econômicas e financeiras, na forma da lei estadual ou distrital;

d) nove décimos por cento ao Fundo de Equalização de Receitas, para entrega aos Estados e ao Distrito Federal;

.....

.....

§ 5º Os recursos entregues aos fundos estaduais e distrital, nos termos do inciso I, 'c', 3 e 4, não serão considerados na apuração das bases de cálculo das vinculações constitucionais dos respectivos Estados e Distrito Federal.”(NR)

“Art. 161.

I - definir valor adicionado e dispor sobre a aplicação dos critérios de repartição das receitas, para fins do disposto no art. 158, parágrafo único, I;

II - estabelecer normas sobre a entrega dos recursos de que trata o art. 159, I, 'a' e 'b', especialmente sobre seus critérios de rateio, objetivando promover o equilíbrio sócio-econômico entre Estados e entre Municípios;

IV - estabelecer normas para a aplicação e distribuição dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional;

V - estabelecer normas sobre a entrega dos recursos de que trata o art. 159, I, 'd', especialmente sobre seus critérios de rateio, objetivando a recomposição e equalização de receitas de Estados e Distrito Federal, e definir fontes e montante adicionais de recursos, caso necessário.

§ 1º O Tribunal de Contas da União efetuará o cálculo das quotas referentes aos fundos a que alude o inciso II e verificará o cumprimento do disposto no § 2º.

§ 2º Os fundos previstos no art. 159, I, 'c', 3 e 4, poderão ter aportes

adicionais com dotação dos orçamentos estaduais ou distrital, sendo que os respectivos aportes, até os limites abaixo, calculados sobre a receita do imposto previsto no art. 155, II, não serão considerados na apuração das bases de cálculo das vinculações constitucionais:

I - cinco décimos por cento, no caso de o produto interno bruto estadual ou distrital corresponder a mais de vinte e cinco por cento do nacional;

II - um inteiro e quatro décimos por cento, no caso de o produto interno bruto estadual ou distrital situar-se entre mais de nove por cento e vinte e cinco por cento do nacional;

III - dois por cento, no caso de o produto interno bruto estadual ou distrital situar-se entre mais de cinco por cento e nove por cento do nacional;

IV - três inteiros e cinco décimos por cento, no caso de o produto interno bruto estadual ou distrital situar-se entre mais de dois por cento e cinco por cento do nacional;

V - cinco por cento, no caso de o produto interno bruto estadual ou distrital situar-se entre mais de um inteiro e cinco décimos por cento e dois por cento do nacional;

VI - doze por cento, nos demais casos.”(NR)

....
....

“Art. 167.

....

§ 5º É permitida a vinculação de receitas do imposto a que se refere o art. 155, II, e dos recursos de que trata o art. 159, I, ‘a’, ‘c’, 3 e 4, e ‘d’, para garantia de obrigações entre Estados e Distrito Federal relativas ao citado imposto, decorrentes de operações e prestações interestaduais, e para entrega à câmara de compensação a que se refere o art. 155, § 2º, VII, ‘c’, 2.”(NR)

....
....

“Art. 76.

§ 1º O disposto no *caput* deste artigo não alterará a base de cálculo das destinações a que se referem os arts. 153, § 5º; 157; 158, I e II; 159, I; e 159, II, ‘d’, da Constituição Federal.

Art. 3º A lei que instituir o imposto de que trata o art. 153, VIII, da Constituição Federal:

I - assegurará a apropriação:

a) do crédito fiscal relativo a bens destinados ao ativo permanente em:

1. no máximo, oito parcelas mensais, no primeiro ano da exigência do imposto;
2. no máximo, quatro parcelas mensais, no segundo ano;
3. parcela única, no mês da aquisição do bem, a partir do terceiro ano;

b) dos saldos credores remanescentes das contribuições sociais incidentes sobre receita ou faturamento extintas pela presente Emenda Constitucional;

II - fixará alíquotas:

a) inferiores às incidentes nas operações com bens em geral, para as operações com serviços submetidos à incidência cumulativa das contribuições sociais sobre a receita ou faturamento extintas pela presente Emenda Constitucional;

b) sobre o álcool para fins carburantes e o biodiesel, inferiores às aplicáveis sobre a gasolina e o diesel, respectivamente, salvo quando misturados com combustível de origem fóssil;

III - definirá, pelo prazo mínimo de três anos e para os produtos de origem animal ou vegetal destinados à alimentação humana ou animal alcançados pela Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, e os derivados de petróleo alcançados pela Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, tratamentos tributários que os desonerem de forma ou em grau equivalente ao previsto na citada lei, com a redação vigente na data da aprovação da lei de que trata o caput deste artigo.

....

.....

.....

§ 6º Os Estados e o Distrito Federal somente receberão sua parcela no Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional e no Fundo de Equalização de Receitas caso atendidas as exigências previstas nos incisos I a III do § 4º.

.....

.....

Art. 10. As unidades da Federação que, após a promulgação desta Emenda Constitucional, vierem a instituir benefícios ou incentivos fiscais ou financeiros relativos ao imposto de que trata o art. 155, II, da Constituição Federal, em desacordo com as normas estabelecidas para sua concessão, não terão direito, enquanto vigorar o benefício ou incentivo, à transferência de recursos:

I - do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

II - do Fundo de Equalização de Receitas;

III - do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional para os fundos de desenvolvimento dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do art. 159, I, “c”, 3 e 4, da Constituição Federal;

IV - voluntários por parte da União, no caso de exaurimento ou ineficácia da ação sobre os fundos mencionados nos incisos I a III.

Parágrafo único. O disposto neste artigo alcança as transferências de recursos previstas:

I - nos incisos I e II do art. 18 desta Emenda Constitucional;

II - nos incisos II e IV do *caput* deste artigo, ao município em que vier a se instalar o empreendimento beneficiado ou incentivado.

.....

.....

Art. 18. A partir do sexto mês subsequente ao da promulgação desta Emenda e enquanto não estiver sendo cobrado o imposto de que trata o art. 153, VIII, da Constituição Federal, serão entregues, do produto da arrecadação dos impostos previstos no art. 153, III e IV, da Constituição Federal, os seguintes percentuais:

I - vinte e um centésimos por cento aos fundos dos Estados das Regiões Sul e Sudeste, para aplicação nas finalidades previstas no art. 159, I, “c”, 3, distribuídos entre eles na proporção dos respectivos coeficientes no Fundo de Participação dos Estados;

II – um inteiro e nove décimos por cento aos fundos dos Estados das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para aplicação nas finalidades previstas no art. 159, I, “c”, 4, distribuídos entre elas na proporção estabelecida no parágrafo único do art. 6º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com a redação vigente na data de sua publicação, e distribuídos entre os Estados e Distrito Federal:

a) das Regiões Nordeste e Centro-Oeste, na proporção dos respectivos coeficientes no Fundo de Participação dos Estados, devendo o Distrito Federal aplicar sessenta por cento dos recursos recebidos nos municípios abrangidos pela Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno;

b) da Região Norte, na proporção das suas respectivas populações.

Art. 19. A partir da cobrança do imposto de que trata o art. 153, VIII, da Constituição Federal, e enquanto a lei complementar de que trata o art. 161, IV, da Constituição Federal, não estabelecer critérios para distribuição do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, os recursos:

I – de que trata o art. 159, I, “c”, 3, da Constituição, serão distribuídos nas proporções mencionadas no inciso I do art. 18 desta Emenda Constitucional; e

II – de que trata o art. 159, I, “c”, 4, da Constituição, serão distribuídos nas proporções mencionadas no inciso II do art. 18 desta Emenda Constitucional.

Art. 20. Enquanto a lei complementar de que trata o art. 161, IV, da Constituição Federal, não dispuser em contrário, os recursos mencionados nos arts. 18 e 19 serão entregues aos Estados e Distrito Federal nos prazos previstos nos incisos do *caput* do art. 4º da Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989.

Art. 21. Os recursos previstos no art. 159, I, “c”, 3 e 4, da Constituição Federal, e no art. 18, I e II, desta Emenda Constitucional, serão calculados nos percentuais fixados nos citados dispositivos a partir do quarto ano subsequente ao da promulgação desta Emenda Constitucional.

§ 1º No caso de a entrega dos recursos estar se realizando nos termos do art. 18, I e II, desta Emenda Constitucional, aplicam-se os redutores de:

I - sessenta por cento, até o fim do primeiro ano de entrega;

II - quarenta por cento, até o fim do segundo ano;

III - vinte por cento, até o fim do terceiro ano.

§ 2º No caso de a entrega dos recursos estar se realizando nos termos do art. 159, I, “c”, 3 e 4, da Constituição Federal, aplicam-se os redutores de:

I - quarenta por cento, até o fim do segundo ano subsequente ao da promulgação desta Emenda Constitucional;

II - vinte por cento, até o fim do terceiro ano.

Art. 22. A referência à Região Nordeste nos dispositivos que tratam do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional e no art. 18 desta Emenda Constitucional inclui as áreas abrangidas pela regulamentação do art. 159, I, “c”, da Constituição Federal, com redação anterior à dada por esta Emenda Constitucional.

.....

.....

Art. 29. Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data da sua publicação e produzirá efeitos:

I - a partir de 1º de janeiro do segundo ano subsequente ao da promulgação desta Emenda Constitucional, em relação aos arts. 150, VI, “e” e 195, § 4º, da Constituição Federal;

II - a partir da exigência do imposto previsto no art. 153, VIII, da Constituição Federal, em relação:

a) aos arts. 114, VIII; 146, III, “d”; 157; 159; 161, II, IV e V e §§ 1º e 2º; 167, XI e § 4º; 195, *caput* e seu I e §§ 11 a 13; 198, § 2º, II e III; 212, §§ 1º, 5º e 6º; e 239, *caput*, da Constituição Federal;

b) aos arts. 60, II e § 5º, I e II; 76, §§ 1º e 2º; e 77, II e III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

III - a partir de 1º de janeiro do décimo terceiro ano subsequente ao da promulgação desta Emenda Constitucional, em relação aos arts. 34, V, “c”; 36, V; 61, §§ 3º e 4º; 105, III, “d”; 155, § 2º e seus incisos II, “b”, IV, V, VII, XII, “a”, “d”, “g”, “j” a “n”, XIII a XV; 160, §§ 1º e 2º; 167, § 5º, da Constituição Federal, respeitada a transição definida pelo inciso I do *caput* do art. 6º e pelo art. 7º desta Emenda Constitucional e observado o disposto no inciso II do *caput* do art. 6º desta Emenda Constitucional.

§ 1º O imposto previsto no art. 153, VIII, da Constituição Federal, somente poderá ser exigido a partir de 1º de janeiro do segundo ano subsequente ao da promulgação desta Emenda Constitucional.

....

.....

Sala da Comissão, em de de 2008.

Deputado Sandro Mabel
Relator

Deputado Antonio Palocci
Presidente



Esta publicação foi composta em MINION para
textos e impressa nas oficinas gráficas da LABEL,
em Belo Horizonte, no mês de dezembro de 2009

